UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FERNANDO ANTÔNIO ABRAHÃO

Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940

Versão Corrigida

São Paulo
2015

Prof. Dr. Marco Antonio Zago
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Dr. Maurício Cardoso
Chefe do Departamento de História

Profa. Dra. Sara Albieri
Coordenadora do Programa de Pós Graduação em História Econômica

FERNANDO ANTÔNIO ABRAHÃO

Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Renato Perim Colistete

Versão Corrigida

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A159p

Abrahão, Fernando Antônio
Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940 / Fernando Antônio Abrahão ; orientador Renato Perim Colistete. - São Paulo, 2015.
235 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Distribuição da riqueza. 2. Mobilidade social. 3. Imigrantes.
I. Colistete, Renato Perim, orient. II. Título.

ABRAHÃO, Fernando Antonio.

Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Aprovado em: 27/02/2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr.: Renato Perim Colistete Instituição: FEA-USP
Julgamento: Aprovado Assinatura:_____

Profa. Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini Instituição: RUSP
Julgamento: Aprovado Assinatura:_____

Prof. Dr. Carlos de A. Prado Bacellar Instituição: FFLCH-USP
Julgamento: Aprovado Assinatura:_____

Profa. Dra. Maria Lúcia Lamounier Instituição: FEARP-USP
Julgamento: Aprovado Assinatura:_____

Prof. Dr.: Valter Martins Instituição: UNICENTRO-PR
Julgamento: Aprovado Assinatura:_____

À minha querida esposa, Eliane Morelli.

A meus pais, Tarcísio (in memoriam) e Concília.

Aos amigos, Leny Sampaio e Gilberto Gatti.

E o poeta voltou a cantar

Tarcísio Abrahão

- Poeta, falou a musa:
- Tua mente está confusa,
O que foi que aconteceu?
Anda reta e obtusa
Que teu canto emudeceu?

- Ó musa, disse o poeta:
- Não sei mais o que fazer.
A mente que era festa
Anda co'a ideia funesta,
Só pensa em querer morrer.

- Não pense nisso meu amigo
Retrucou a musa assim:
- Se fores para o jazigo
Eu terei de ir contigo
E amargar nosso fim.

- Não tenho com que rimar
O poeta então falou:
- E se a morte a mim chegar
Eu juro que vou gostar,
E pra lá contente eu vou.

- E quem é que vai dizer
A musa falou então:
- Das flores que vão nascer,
Do encanto, do prazer,
Do amor e da paixão?

Continuou veemente:
- O que vai ser do passado,
Do futuro, do presente?
Meu pobre poeta errante,
Se tu ficares calado?

O poeta enternecido
Pôs-se num canto a pensar.
Do pensamento sofrido
Ouvia-se um gemido
Ouvia-se seu cantar...

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos diretores e supervisores do Arquivo Público do Estado de São Paulo com quem convivi como estagiário de 1984 a 1986 e aprendi a gostar de arquivos, em especial a Sra. Inês Etienne Romeu, por reconhecer meu trabalho.

Aos dirigentes do Centro de Memória – Unicamp (CMU), especialmente aos professores doutores José Roberto do Amaral Lapa e Héctor Hernán Bruit Cabrera (in memoriam) e a Olga Rodrigues de Moraes von Simson, por acreditarem nas minhas vocações de historiador e especialista em arquivos históricos.

Às estagiárias, estagiários e bolsistas, alunos dos cursos de História da Unicamp e da PUC-Campinas, por me auxiliaram na produção de fichas, tabelas e planilhas eletrônicas dos dados judiciais, em especial Aline Assencio, Thiago da Costa Amado, Gabrielle Dal Molin e Ana Elisa Salmaso. Aos colegas do CMU, sobretudo a Eliana Regina Camargo Correa, Ema Elisabete Rodrigues Camillo e Leny Sampaio Bisin, pelo amor que entregam ao trabalho que juntos desenvolvemos, a Wagner Duduch, pela amizade e o apoio administrativo. A Andrea Mara Karastojanov pela antiga e grata amizade.

Aos familiares que desde a primeira hora apoiaram o "historiador da casa", especialmente meu pai Tarcísio Abrahão (in memoriam), poeta, cronista, escritor, "tocador de violão", craque varzeano, presidente de honra do clube de futebol amador mais antigo da capital de São Paulo (em atividade), também empresário contabilista nas horas vagas, e minha amada mãe Concília de Petta, que nos primeiros meses do meu novo trabalho na Unicamp também despertava cedo para preparar o café da manhã e levar-me, de carro, à Ponte da Freguesia do Ó, local de passagem do ônibus diário que me conduzia a Campinas.

Aos meus irmãos e irmãs, Filomena Cristina, Sandra Regina, Alexandre Tadeu, Ana Lúcia e Tarcísio Filho e os cunhados e cunhadas, Odair Zanetti, Antônio Carlos Cruz, Dolly dos Santos, André Luís Cairo e Érika Rodrigues, pela torcida e o incentivo. Aos concunhados e concunhadas, Elisabeti Morelli e Jessé de Oliveira, Ebe Morelli e Flávio Freischmidt e Antonio Alberto Morelli (ambos in memoriam) e aos sogros Antonio Morelli (in memoriam) e Josephina Bulgarelli, com respeito e admiração. Ao primo Duílio Belz di Petta, pelos esclarecimentos jurídicos. E a todos os sobrinhos e sobrinhas, em nome dos pequenos e pequenas, João Victor,

Richard, Isabella, Pedro, Lucas, Gabriel, Anita, Alexander e Alice, para que realizem seus sonhos.

Aos professores doutores do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Vera Lúcia Amaral Ferlini, Rodrigo Monteferrante Ricúpero e Carlos de Almeida Prado Bacellar pelas sugestões. A Carlos Bacellar, também, pela amizade desde a época em que foi supervisor do time de estagiários ao qual eu pertencia, no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ao professor doutor Renato Perim Colistete pela orientação, sugestões, debates, paciência e por valorizar os bons profissionais dos arquivos históricos. Aos colegas de estudos do grupo de História Econômica da FEA-USP, em especial André Luís Santos, Felipe Loureiro, Gustavo Barros, Michel Marson, Molly Ball e Thomas Kang.

Ao amigo leitor e debatedor desta tese, Gilberto Gatti, com quem tenho o prazer de compartilhar projetos de pesquisa, artigos e palestras sobre o patrimônio histórico de Campinas. Aos amigos Jorge Alves de Lima, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas, Agostinho Toffoli Tavolaro e Duílio Battistoni Filho, presidente e vice-presidente da Academia Campinense de Letras, e Marino Ziggiatti, diretor do centenário Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, por promoverem debates sobre a história de Campinas para além dos "muros" das universidades.

Por fim, agradeço a minha querida companheira, Eliane Morelli, por compartilharmos de mais de 30 anos de vida, de caminhos desbravados e objetivos construídos com amor e fraternidade, também historiadora e diretora dos Arquivos Históricos do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp, doutora em História Social e Cultural, por sua paciência, compreensão, respeito, admiração e amor.

Resumo

ABRAHÃO, Fernando Antônio. **Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2015, 235 f.

As origens da pujança econômica e da diversidade social e cultural de São Paulo são temas estudados por historiadores e economistas. Nesta tese, propõe-se um estudo da riqueza de Campinas durante a economia cafeeira, de 1870 a 1940, recorte temporal este que inicia com o auge da cafeicultura, chegando até aos primeiros desenvolvimentos de uma economia industrial e urbana. A excepcional expansão das exportações de café e a imigração de europeus, de meados do século XIX em diante, estimularam a diversidade dos mercados de trabalho e de consumo locais e tornou possível aos indivíduos comuns ascenderem socialmente em uma hierarquia dominada pela elite cafeeira. A principal fonte documental utilizada foi uma série de inventários *post mortem*, dos quais sistematizamos as informações pessoais dos inventariados e as propriedades declaradas e orçadas nas suas partilhas. Analisou-se, primeiramente, as origens nacionais e as ocupações econômicas dos inventariados. Na sequência, considerou-se o conjunto das riquezas líquidas dos processos e a composição das propriedades de cada indivíduo. Os dados demonstram ter havido uma extrema desigualdade na distribuição da riqueza em Campinas. Todavia, também encontramos casos de mobilidade ascendente, especialmente entre os imigrantes italianos, que foram maioria no conjunto das colônias estrangeiras do período.

Palavras-chave: Distribuição de riqueza – Desigualdade social - Ascensão social – Imigração europeia

Abstract

ABRAHÃO, Fernando Antônio. **Wealth standards and social mobility in the coffee economy: Campinas, 1870-1940**. *Thesis*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2015, 235 f.

The origins of São Paulo's economic vigour and social diversity are topics broadly studied by historians and economists. In this thesis, we investigate the wealth accumulation in Campinas during the coffee economy from 1870 to 1940 a period that begins with the zenith of the coffee production, stretching itself to the first glimpses of a more industrial economy. The leading source used is a sample of post-mortem inventories, from which we codified the inventoried personal data and their declared and budgeted properties listed in their apportionments. The national origins and the economic occupations of the inventoried were primarily analysed. Further, the amount of net wealth of the processes and the composition of the properties of each individual were considered. The data suggest there had been an extreme inequality in the distribution of such wealth. Nevertheless, we found several cases of ascending mobility, especially amongst the Italian immigrants, who represented the majority among the immigrant families in the period.

Keywords: Wealth distribution – Social inequality – Social ascension – European immigration

Lista de figuras e tabelas

Figuras

Introdução

1 a 3 Mapas de São Paulo e do Oeste paulista 19

Capítulo 1

1.1. Proporções das lavouras em Campinas segundo os inventários, 1870-1940, em % 47

Capítulo 2

2.1. Ocupações por nacionalidades de inventariados, Campinas 1870-1940, em % 58

Capítulo 5

5.1. Participações das nacionalidades nos estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em % 139

Tabelas

Capítulo 1

1.1. População de Campinas (1870-1940) 34
1.2. Nacionalidades da população estrangeira. Comparações entre o município de Campinas e a província/estado de São Paulo, em % 35
1.3. Inventariados brasileiros e estrangeiros, Campinas, 1870-1940, em número e % 39
1.4. Nacionalidades de inventariados estrangeiros, Campinas, 1870-1940, em número e % 40
1.5. Vínculos entre inventariantes e inventariados, Campinas, 1870-1940, em número e % 42
1.6. Ocupações ou profissões de inventariados, Campinas, 1870-1940, em número e % 44
1.7. Produtores rurais por tipos de lavouras, Campinas, 1870-1940, em número e % 46
1.8. Proprietários e investidores, Campinas, 1870-1940, em número e % 48
1.9. Comerciantes por categorias de negócios, Campinas, 1870-1940, em número e % 49
1.10. Industriais, artesãos e prestadores de serviços, por áreas de atuação, Campinas, 1870-1940, em número e % 51
1.11. Ocupações diversas, Campinas, 1870-1940, em número e % 53

Capítulo 2

2.1. Ocupações de italianos, Campinas, 1870-1940, em número e % 62
2.2. Ocupações de alemães, Campinas, 1870-1940, em número e % 65
2.3. Ocupações de outras nacionalidades, Campinas, 1870-1940, em número e % 68
2.4. Ocupações de brasileiros, Campinas, 1870-1940, em número e % 76

Capítulo 3

3.1. Composição de passivos na amostra de inventários, Campinas, 1870-1940, em % 83
3.2. Tempo médio de quitação das partilhas dos inventários, Campinas, 1870-1940, em % 86
3.3. Passivos e riqueza líquida na amostra de inventários, Campinas, 1870-1940, em % 90
3.4. Composição da riqueza por grupos de bens, Campinas, 1870-1940, em % 91
3.5. Imóveis urbanos e rurais nos inventários, Campinas, 1870-1940, em % 93
3.6. Ativos financeiros e estoques nos inventários, Campinas, 1870-1940, em % 95
3.7. Escravos nos inventários, Campinas, 1870 a 1885, número de indivíduos e participação na riqueza em % 96
3.8. 3.8 – Outros bens nos inventários, Campinas, 1870-1940, em % 99

Capítulo 4

4.1. A distribuição da riqueza por estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em % 102
4.2. Composição da riqueza entre os 20% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em % 104
4.3. Composição da riqueza entre os 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em % 105
4.4. Composição da riqueza entre os 20%-50% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em % 106
4.5. Composição da riqueza entre os 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em % 107
4.6. Distribuição dos imóveis por estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em % 108
4.7. Imóveis urbanos e rurais entre os 20% mais ricos e os 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em % 109
4.8. Imóveis urbanos e rurais entre os 20%-50% mais ricos e os 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em % 110
4.9. Distribuição dos ativos financeiros e estoques por estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em % 113
4.10. Ativos financeiros e estoques entre os 20% mais ricos e os 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em % 114
4.11. Ativos financeiros e estoques entre os 20%-50% mais ricos e os 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em % 115
4.12. Distribuição de escravos por estratos de inventariados. Número de indivíduos e valores monetários. Campinas: 1870-1885, em % 116
4.13. Distribuição de outros bens por estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em % 117
4.14. Distribuição de outros bens entre os estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em % 118

Capítulo 5

5.1. As nacionalidades dos inventariados por estratos, Campinas, 1870-1940, em número e % 122

5.2. As nacionalidades dos 20% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e % 124
5.3. As nacionalidades dos 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e % 130
5.4. As nacionalidades dos 20%-50% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e % 130
5.5. As nacionalidades dos 50% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e % 134

Capítulo 6

6.1. Ocupações de inventariados entre os estratos, Campinas, 1870-1940, em número e % 145
6.2. Ocupações entre os 20% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e % 147
6.3. Ocupações entre os 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e % 149
6.4. Ocupações entre os 20%-50% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e % 151
6.5. Ocupações entre os 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em número e % 154

Capítulo 7

7.1. Distribuição da riqueza entre as nacionalidades de inventariados, Campinas, 1870-1940, em % 158
7.2. Distribuição de italianos segundo períodos de imigração, Campinas, 1870-1940, em número e % 167
7.3. Riqueza líquida segundo nacionalidades na elite, Campinas, 1870-1940, em % 168
7.4. Composição de riquezas segundo nacionalidades na elite, Campinas, 1870-1940, em % 169
7.5. Propriedade de imóveis urbanos e rurais segundo nacionalidades na elite, Campinas, 1870-1940, em % 171
7.6. Propriedade de escravos segundo nacionalidades na elite, Campinas, 1870-1940, em % 172
7.7. Propriedade de ativos financeiros e estoques segundo nacionalidades na elite, Campinas, 1870-1940, em % 173
7.8. Propriedade de outros bens segundo nacionalidades na elite, Campinas, 1870-1940, em % 175
7.9. Riquezas líquidas segundo nacionalidades nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em % 176
7.10. Composição de riquezas segundo nacionalidades nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em % 177
7.11. Propriedade de imóveis urbanos e rurais segundo nacionalidades nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em % 180
7.12. Propriedade de escravos segundo nacionalidades nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em % 181
7.13. Propriedade de ativos financeiros e estoques segundo nacionalidades nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em % 181
7.14. Propriedade de outros bens segundo nacionalidades nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em % 182

Sumário

Introdução 18

As fontes documentais 21

Os inventários 21

A seleção amostral 22

As informações examinadas 25

As informações e seus problemas 25

As demais séries documentais dos Arquivos de Campinas 27

Estratos sociais dos inventariados 28

Periodização e Capítulos 29

Capítulo 1 – As nacionalidades e ocupações dos inventariados 33

1.1. A população de Campinas 33

1.1.1. A população imigrante 35

1.2. Nacionalidade, sexo e idade dos inventariados e os vínculos com os inventariantes 38

1.3. Ocupações ou profissões 42

1.3.1. Produtores rurais 45

1.3.2. Proprietários e investidores 47

1.3.3. Comerciantes 49

1.3.4. Industriais, artesãos e prestadores de serviços 50

1.3.5. Ocupações diversas 53

1.4. Considerações finais 55

Capítulo 2 – As ocupações segundo as nacionalidades dos inventariados 57

2.1. Italianos 58

2.2. Alemães 64

2.3. Outras nacionalidades 67

2.3.1. Portugueses 69

2.3.2. Espanhóis 71

2.3.3. Franceses 72

2.3.4. Norte-americanos, britânicos e irlandeses 74

2.3.5. Sírio-libaneses 75

2.3.6. Dinamarqueses, russos e outros 75
2.4. Brasileiros 76
2.5. Considerações finais 78

Capítulo 3 – A composição geral da riqueza 80

3.1. Inventários: riqueza bruta, dívidas, tributos, emolumentos e a riqueza líquida 81
3.2. A composição da riqueza: uma primeira aproximação 90
3.3. A composição dos bens na formação das riquezas 91
3.3.1. Imóveis 93
3.3.2. Ativos financeiros e estoques 95
3.3.3. Escravos 96
3.3.4. Outros bens 98
3.4. Considerações finais 99

Capítulo 4 – A distribuição da riqueza por estratos de inventariados 101

4.1. A concentração da riqueza nos estratos 101
4.1.1. A riqueza na elite 104
4.1.2. A riqueza nos estratos intermediário e inferior 106
4.2. Imóveis 108
4.2.1. A distribuição na elite 109
4.2.2. A distribuição nos estratos intermediário e inferior 110
4.2.3. Os núcleos coloniais nos inventários 111
4.3. Ativos financeiros e estoques 113
4.3.1. A distribuição na elite 114
4.3.2. A distribuição nos estratos intermediário e inferior 115
4.4. Escravos: a distribuição por estratos 116
4.5. Outros bens: a distribuição por estratos 117
4.6. Considerações finais 119

Capítulo 5 – As nacionalidades na hierarquia da riqueza 121

5.1. Os estratos de inventariados e as nacionalidades 121
5.2. As nacionalidades da elite 123
5.3. As nacionalidades do estrato intermediário 130
5.4. As nacionalidades do estrato inferior 134

5.5. Considerações finais 138

Capítulo 6 – As ocupações na hierarquia da riqueza 140

6.1. As ocupações de inventariados na economia cafeeira 140

6.1.1. As ocupações na elite 147

6.1.2. As ocupações no estrato intermediário 150

6.1.3. As ocupações no estrato inferior 153

6.2. Considerações finais 156

Capítulo 7 – A riqueza na transição da economia cafeeira para a industrial 158

7.1. As riquezas entre as nacionalidades de inventariados 158

7.2. Os primeiros italianos em Campinas 160

7.3. A riqueza da elite segundo as nacionalidades 167

7.3.1. Composição da riqueza na elite 169

7.3.2. Imóveis urbanos e rurais 171

7.3.3. Escravos, ativos financeiros e outros bens 172

7.4. As riquezas dos estratos intermediário e inferior segundo as nacionalidades 176

7.4.1. Composição das riquezas nos estratos intermediário e inferior 177

7.4.2. Imóveis urbanos e rurais 179

7.4.3. Escravos, ativos financeiros e outros bens 181

7.5. Considerações finais 183

Conclusão 186

Fontes documentais e Referências 192

Anexo 1 – Lista de italianos pioneiros de Campinas e suas ocupações – Ordem alfabética 202

Anexo 2 – Lista de inventariados da elite, dos 20% mais ricos, e proporções de seus bens (em %) – Ordem cronológica 212

Anexo 3 – Lista de inventariados do estrato intermediário, dos 20%-50% mais ricos, e proporções de seus bens (em %) – Ordem cronológica 217

Anexo 4 – Lista de inventariados do estrato inferior, dos 50% menos ricos, e proporções de seus bens (em %) – Ordem cronológica 224

Introdução

Campinas está localizada a pouco menos de 100 quilômetros da capital paulista. De um bairro rural no último quarto de século XVIII, com algumas centenas de pessoas, o atual município chegou ao século XXI com cerca de um milhão de habitantes e como sede administrativa de uma das maiores regiões metropolitanas do Brasil, habitada por mais de três milhões de pessoas e responsável por 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2012.[1]

Esse impressionante crescimento de Campinas não resultou apenas de atividades de uma elite cafeeira e depois industrial ou da diversidade dos mercados de trabalho e de consumo gerados com a chegada de milhares de imigrantes, desde o final do século XIX. O crescimento econômico decorreu, também, das atividades de pequenos e médios negociantes e trabalhadores, brasileiros e imigrantes, que estenderam as atividades econômicas rurais e urbanas para além dos negócios de exportação controlados por uma elite econômica.[2]

A presente tese busca contemplar esse leque variado e heterogêneo de pequenos, médios e grandes negócios que transformaram Campinas desde o século XIX. Muitos desses personagens estão registrados nos inventários *post mortem*, uma fonte que contêm informações privilegiadas para o estudo das mudanças econômicas e sociais de Campinas no período.[3] Nos inventários judiciais encontramos informações detalhadas sobre os tipos de propriedades dos inventariados com descrições físicas e de valores monetários dos ativos, dos passivos ou as dívidas quitadas ao final das partilhas, bem como custas judiciais, emolumentos ou tributos.

O período de 1870 a 1940 abrange a superação da economia cafeeira sobre a açucareira e seu auge, até os primeiros passos da economia industrial. No início

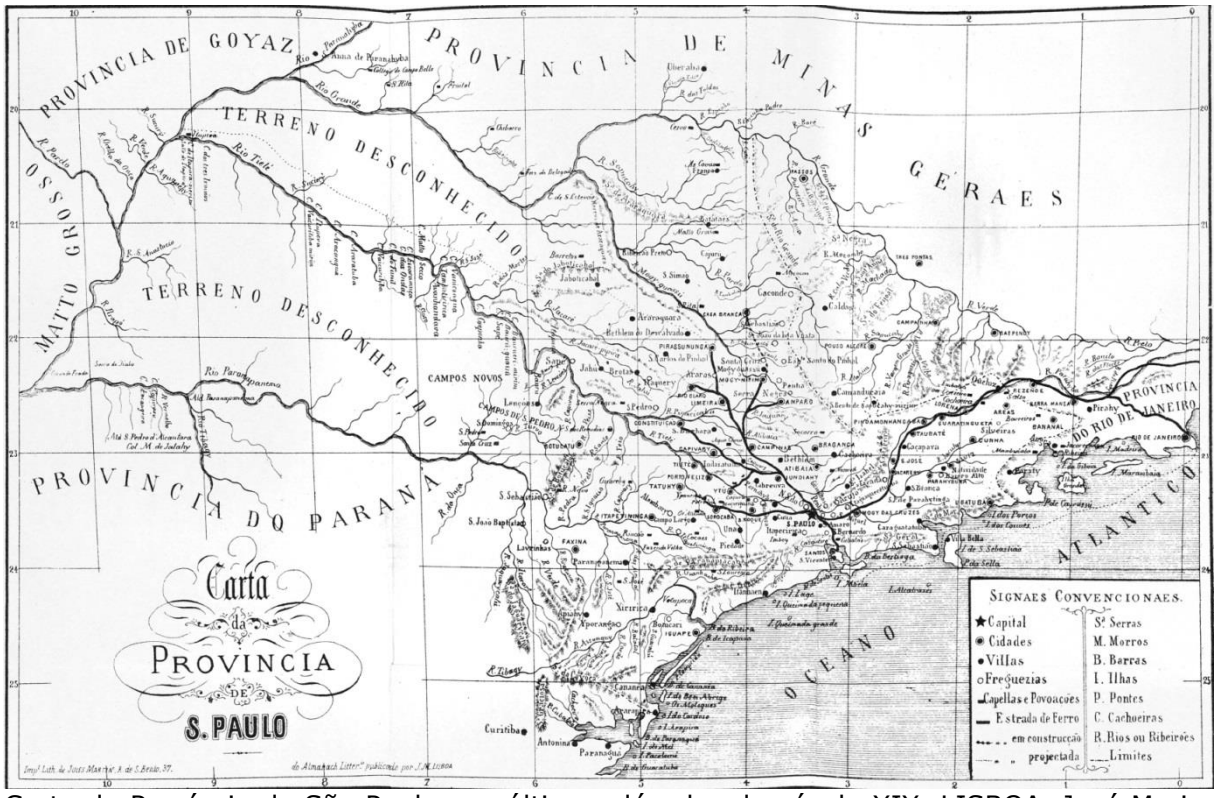
---

[1] Correio Popular. Campinas sobe 3 posições e já é 11º maior PIB do País. 13/12/2012.

[2] LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros.* Campinas: 1850-1900*.* São Paulo: EDUSP, 1996, p. 119-20. Diversas ocupações urbanas foram encontradas em anúncios de estabelecimentos diversos, entre os quais os de secos e molhados, boticas, padarias, alfaiatarias, fotografias, olarias, marcenarias, serralherias, fundições, montadoras de equipamentos agrícolas, publicados em jornais e almanaques do último quarto do século XIX e início do XX.

[3] Os mais antigos inventários e demais processos judiciais da Comarca de Campinas estão sob a guarda do Centro de Memória – Unicamp (CMU). Esse centro de documentação e pesquisas teve origem a partir de um convênio entre a Universidade Estadual de Campinas e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, datado de 1985, que transferiu para a universidade cerca de 50 mil processos cíveis e criminais do Fórum de Campinas, de 1796 a 1940. Depois da chegada desse arquivo, foram transferidos outros importantes arquivos e coleções documentais de origens pública, empresas particulares, famílias e pessoas da região.

desse período, Campinas era conhecida como a *Princesa d'Oeste*, sendo citada pela imprensa, também, como a *capital agrícola da província* e a *porta de entrada* para o Oeste paulista, então a maior região produtora de café do país.



Carta da Província de São Paulo nas últimas décadas do século XIX. LISBOA, José Maria. Almanaque literário da Província de São Paulo para 1876.

Figuras 1 e 2 – Desenhos de São Paulo e do Oeste paulista
Fonte: Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 23.

A riqueza acumulada pela cafeicultura foi duradoura e com ela o município tornou-se respeitável entroncamento ferroviário do interior. Assim, mesmo que se situando entre o Oeste paulista e os municípios de São Paulo e de Santos (este último por razão de seu porto marítimo), a fortuna cafeeira fincou raízes que promoveram importante diversificação agrícola e urbana, já no início do século XX.

Uma das questões centrais desta tese vincula-se à mobilidade social dos imigrantes recém-chegados. Campinas sempre foi um local de atração de imigrantes. Excetuando-se os portugueses, os primeiros europeus residentes na região eram, originalmente, membros de expedições científicas das décadas de 1820 e 1830, como foram os casos de Hercules Florence em Campinas e de Carlos Engler em Itu.[4] Ambos exerciam atividades profissionais especializadas e possuíam capital para se estabelecer. Já os primeiros trabalhadores agrícolas europeus chegaram por volta de 1850, quando surgiram as primeiras iniciativas particulares para a colocação de colonos estrangeiros.[5] Sob o regime de trabalho de parceria, as colônias pioneiras passaram por sérios conflitos.[6] Outro significativo movimento imigratório ocorreu no fim da década de 1860, com os norte-americanos do Sul dos Estados Unidos. Esse processo pioneiro de imigração foi fundamental para a formação e o desenvolvimento do núcleo urbano de Campinas, mas a atração de milhares de trabalhadores europeus, a partir de 1886, bem como os impulsos dos mercados de trabalho e de consumo tiveram um impacto ainda maior na região.

A análise dos grupos sociais realizada neste trabalho baseia-se, em especial, nas informações de inventários judiciais. Definiram-se três estratos. Primeiro, os 20% dos inventariados mais ricos, uma elite composta de indivíduos e famílias com maiores riquezas acumuladas. Segundo, os 20% a 50% mais ricos, também identificados como estrato médio ou intermediário. Terceiro, os 50% dos

---

[4] Hercules Florence foi membro da expedição liderada pelo médico russo Georg I. Langsdorff ao Brasil (1824-1829). Ver: KOMISSAROV, Boris N. *Expedição Langsdorff: acervos e fontes históricas*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

[5] O introdutor do trabalho livre com imigrantes alemães em Campinas foi Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, na Fazenda Sete Quedas. Ver: CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. *Introdução do trabalho livre em Campinas*. In: PAULA, Carlos Francisco de (Coord.). *Monografia histórica de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 245-253. Há referências sobre a colônia do Visconde de Indaiatuba em Campinas, funcionando desde 1852. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. In: HOLANDA, Sérgio B. de (ed.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1969, tomo II, vol. 3, p. 245-260; e em HOLANDA, Sérgio B. de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomaz. *Memória de um colono no Brasil:* 1850*.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1980, p. 38-39.

[6] O fim do regime de parceria teve como marco o levante dos colonos da fazenda do Senador Vergueiro, na região de Limeira, ao norte de Campinas, em 1860. Ver: DAVATZ, Thomaz. *Memória de um colono no Brasil: 1850.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

inventariados menos ricos, descritos aqui como membros do estrato inferior, constituído por indivíduos com propriedades relativamente de pouco valor. Os procedimentos de análise e as fontes primárias são descritos em detalhe, a seguir.

As fontes documentais

A principal fonte primária utilizada neste trabalho consiste na série de inventários *post mortem* do Fundo Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas, de 1870 a 1940, sob a guarda do Centro de Memória – Unicamp (CMU).

Foi necessário consultar outras fontes para ratificar ou complementar as informações extraídas dos inventários. Localizados também no CMU, fez-se uso de assentamentos de óbitos do Registro Civil de Campinas (microfilmes, de 1891 a 1921); de registros de Alistamentos eleitorais e de Atas de apurações de eleições para vereadores (de 1905, 1907, 1914 e 1930); de registros de pagamentos de tributos sobre bens e propriedades, sobre o comércio de escravos, entre outros, do Fundo Coletoria de Rendas de Campinas (de 1870 a 1902); e de registros de empresas do 1º Cartório de Campinas (de 1892 a 1932). Examinaram-se, ainda, os registros de pagamentos de obreiros da Matriz Nova, atual Catedral de Campinas (de 1876 a 1880)[7], bem como as publicações dos recenseamentos oficiais do governo, de jornais e almanaques da cidade.

Os inventários

Em São Paulo, um dos primeiros estudiosos a discorrer sobre a importância dos inventários judiciais como fonte de pesquisa histórica foi o advogado Alcântara Machado, que utilizou vários volumes de documentos da administração da capital e de alguns de seus habitantes. Os 27 volumes com inventários e testamentos paulistanos (1578 a 1700), publicados entre 1920-1921 pelo Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), formam o núcleo documental de sua obra. Para o autor, tais documentos tornaram-se *generoso manancial de notícias relativas à organização da família, vida íntima, economia e cultura dos povoadores e seus descendentes imediatos*.[8]

[7] Tais documentos estão guardados no arquivo da Catedral Metropolitana, como veremos a seguir.
[8] Alcântara Machado era codinome de José de Alcântara Machado d'Oliveira e a obra a que se faz referência foi publicada originalmente em 1924. MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. p. 16. (Col. Paulística, v. 13.)

A definição jurídica de inventário confirma a relevância das informações socioeconômicas sobre pessoas e famílias. Trata-se de uma ação promovida pela Justiça para arrecadar os bens, direitos e obrigações do cidadão falecido e realizar a partilha do saldo entre seus herdeiros. Em geral, os bens são ativos constituídos de imóveis, mobília, joias, máquinas, ferramentas, animais, estoques; os diretos são ativos financeiros formados por créditos com garantias hipotecárias, ações ou cotas de capital social de empresas; e, por sua vez, as obrigações são passivos compostos de tributos, emolumentos e dívidas. Desse modo, o inventário assume não apenas o caráter de uma lista de bens, mas de uma demonstração da situação econômica do falecido e de sua família, obtida pelo produto de seus ativos e passivos.[9]

De modo geral, o inventário judicial é composto de um termo com data de autuação de uma petição inicial, informando a morte do inventariado ou inventariada. Segue dessa abertura uma lista com a titulação dos herdeiros, comumente cônjuges ou filhos naturais. Em certas ocasiões anexava-se o testamento com as últimas vontades do falecido. Após a juntada de procurações e outras possíveis solicitações, nomeava-se o inventariante – a pessoa incumbida de acompanhar o trâmite processual até seu final. Em seguida, nomeavam-se os peritos encarregados de descrever e avaliar monetariamente cada propriedade, direito e obrigação do inventário. As propriedades ou bens eram comumente apresentados em ordem de importância, sendo comum observar, em primeiro lugar, os de raiz ou imóveis e suas benfeitorias. Depois seguiam ouro, prata, joias, mobiliário, utensílios domésticos e de profissão, veículos, armas, animais e outros. Dava-se destaque para a descrição e a avaliação individual de escravos. A etapa seguinte consistia no orçamento e na definição do montante bruto (monte mor), de passivos (incluindo dívidas, tributos e custos processuais), e do montante líquido (monte menor) a ser partilhado. Finalizava-se um inventário após a partilha das meações do cônjuge e dos herdeiros.

A seleção amostral

No período de 1870 a 1940, os inventários do Fundo Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas, somam pouco mais de 5 mil documentos. Para viabilizar a pesquisa, foi preciso selecionar uma amostra representativa dessa

[9] SILVA, de Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. v. 1, p. 515.

numerosa série documental. Alguns trabalhos publicados servem de parâmetro para se estabelecerem critérios para a amostragem.

Para estudar a evolução da riqueza dos paulistanos, entre 1800 a 1850, Maria Lucília Araújo selecionou aproximadamente 10% de 1.475 inventários do arquivo judicial da capital de São Paulo. Os processos escolhidos correspondem, também, a indivíduos cujos nomes aparecem nas Listas Nominativas de 1798 a 1836, de uma região que hoje compreende a zona central da cidade.[10]

O critério de cruzar nomes de pessoas apontadas nas Listas Nominativas com uma série de inventários judiciais foi anteriormente aplicado por Renato Leite Marcondes para reunir os 187 processos que baseiam seu estudo sobre a riqueza cafeeira de localidades do Vale do Paraíba paulista, ao longo do século XIX.[11]

No trabalho sobre as transformações das riquezas dos inventariados da cidade de São Paulo, entre 1845 e 1895, Zélia Cardoso de Mello selecionou cerca de 20% dos mais de 3 mil documentos do 1º Cartório da Família da capital. A autora justifica o número de inventários da amostra pela qualidade das informações, ou seja, muitos documentos do arquivo não eram propriamente inventários ou apresentavam informações incompletas ou impertinentes ao seu propósito.[12]

Também Cláudia Marques Martinez optou por manusear cerca de 20% dos cerca de 4 mil inventários de moradores dos municípios do Vale do Paraobeba, no estado de Minas Gerais, entre 1840 a 1914, no estudo que empreendeu sobre a riqueza e a cultura material da região.[13]

Ainda antes de descrever os critérios de seleção amostral deste trabalho, deve-se considerar o número de inventários em relação ao número de óbitos da localidade estudada. A proporção de inventários no total de óbitos é bastante pequena. Por exemplo, para o ano de 1890 encontrou-se 62 inventários judiciais para um total de 1.830 assentos de óbitos registrados em cartório, ou seja, 3,2%

---

[10] ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos.* São Paulo: Hucitec, 2006. p. 64-65.

[11] MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira*: Vale do Paraíba (séc. XIX). Lorena: Stiliano, 1998. p. 302-320.

[12] MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza.* São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 28-30.

[13] MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. *Cinzas do passado*: riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba, MG (1840-1914). Tese (Doutorado) – Dep. de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 60.

de inventários em relação aos óbitos do referido ano. Para 1910 localizaram-se 55 inventários para 1.390 assentos de óbitos, ou 4% de inventários. Em 1920 foram encontrados 122 inventários para 1.730 assentos de óbitos, ou 7,1% de inventários.[14]

A baixa proporção de inventários em relação aos assentos de óbitos é comum em outras regiões. No trabalho sobre o município de Salvador (BA), Kátia Queirós Mattoso comparou os inventários e os registros de óbitos de 1855 e 1881. Primeiro, a autora subtraiu do total de óbitos uma quantidade arbitrada por ela mesma de pessoas inativas economicamente (crianças, idosos e escravos). Depois comparou esse grupo de pessoas adultas, livres e em plena atividade econômica com as listas de inventários e encontrou 105 inventários (5,5%) para 1.920 assentos de óbitos em 1855, bem como 97 inventários (5,2%) para 1.865 assentos de óbitos em 1881.[15]

A diferença entre o número de inventários e o de assentamentos de óbitos decorre do grande número de pessoas que não deixaram bens a partilhar judicialmente. Eram pessoas sem propriedades. Contudo, se as características dessas ações judiciais determinam a supressão da maioria das pessoas de uma sociedade (em geral pobres por não terem propriedades), por outro lado oferecem o conhecimento de oportunidades econômicas abertas aos inventariados, desde o pequeno proprietário rural, o operário, até o mais abastado industrial ou cafeicultor. Assim, mais do que um censo ou uma enquete oficial, os inventários judiciais permitem uma avaliação relativamente detalhada e única de uma parte considerável da riqueza dessa sociedade.

Nesta tese, os processos foram selecionados de cinco em cinco anos – 1870, 1875, 1880, 1885, 1890, 1895, 1900, 1905, 1910, 1915, 1920, 1925, 1930 e 1940. Essas 15 séries quinquenais totalizaram cerca de 1,2 mil processos. As séries mais antigas são menos numerosas que as recentes e, a partir de 1920, observa-se aumento do número de inventários, sobretudo após o Código Civil de 1916.[16] Assim, de 1920 a 1940, selecionou-se, por amostragem estatística, um

[14] Fontes: Inventários do TJSP, Comarca de Campinas e assentos de Óbitos do Registro Civil de Campinas, Cartórios dos Distritos de Santa Cruz e de Nossa Senhora da Conceição, 1891-1921.
[15] MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX*: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 605-606.
[16] CÓDIGO Civil Brasileiro (1916) anotado por Achilles Bevilaqua. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1946.

determinado número de inventários de cada série quinquenal.[17] No total são 1.008 documentos selecionados para a amostra.

As informações examinadas

Após a definição do número de inventários, criou-se um banco de dados em planilha eletrônica e procedeu-se a leitura dos documentos, coleta de informações em fichas padrão, alimentação do *software* e sua revisão. A ficha padrão dos inventários possui quatro grupos de informações:

1. *Dados do processo:* a) identificação do cartório (havia cinco cartórios no período), b) tipo de processo (se inventário, partilha ou arrolamento), c) identificação ou notação de arquivo), d) data de abertura.
2. *Dados do inventariado e demais envolvidos:* a) nome, sexo e idade, nacionalidade e ocupação do inventariado, b) nome do inventariante e seu vínculo com o inventariado (se esposa, marido, filho, pai etc.), c) relação dos herdeiros.
3. *Dados gerais dos montantes:* a) data da partilha dos bens, b) valor do monte mor (total bruto arrecadado), c) valor dos passivos (tributos, custas e dívidas), d) valor do monte partível (total líquido).
4. *Dados dos bens relacionados, avaliados e partilhados:* a) descrição e valor de bens imóveis (casas, fazendas, sítios etc.), b) descrição e valor de ativos financeiros (ações de capital de empresas, dinheiro entesourado ou depositado em bancos, empréstimos garantidos por hipotecas), c) descrição e valor de estoques mercantis, d) descrição e valor de escravos (até 1888), e) descrição e valor de outros bens móveis (mobiliário, joias, animais de corte e de tração, veículos, maquinário, ferramentas, armas, livros etc.).

As informações e seus problemas

Em cerca de 70% dos inventários analisados não existem registros sobre as nacionalidades dos inventariados. Essas informações foram buscadas em registros de óbitos e outras fontes, a partir dos nomes constantes nos inventários. Alguns casos continuaram omissos e, por essa razão, decidiu-se inferir nacionalidades por

[17] Para a seleção aleatória, adotou-se a margem de erro = 5% e o intervalo de confiança = 99%. Foram utilizados os *softwares* de seleção amostral: <http://www.raosoft.com/samplesize.html> e <http://www.randomizer.org/form.htm>.

análise de sobrenomes. Tal critério baseia-se no conceito *jus sanguinis*, ou seja, do direito dado aos italianos e alemães, por exemplo, de serem considerados das mesmas nacionalidades de seus antepassados (de três a quatro gerações).[18] Assim, mesmo que os descendentes de italianos e de alemães nascidos no Brasil fossem legalmente brasileiros, eles também podem ser considerados da mesma nacionalidade de seus pais e avós.

Os indivíduos de sobrenomes germânicos possuem a mesma origem étnica, mas espalham-se por regiões distintas da Europa, como Prússia, Alemanha, Áustria-Hungria e Suíça. Nesses casos, o termo comum que define suas nacionalidades segue convenções usadas em trabalhos similares.[19] Segundo Andrea Mara Karastojanov, os teutos e germânicos passaram eles mesmos a se conceberem como alemães no Brasil, independentemente de sua origem austríaca, prussiana ou suíça.

Esses critérios não foram utilizados para inventariados portugueses e espanhóis, pois seus sobrenomes são parecidos com os de brasileiros e as distinções entre eles são praticamente impossíveis. Por convenção, assumiu-se que os nomes de inventariados grafados em língua portuguesa e sem descrição de nacionalidades são brasileiros. Esta opção subestimou os totais de inventariados espanhóis e portugueses, infelizmente.

Critérios aproximados foram também utilizados no caso da definição das ocupações ou profissões dos inventariados. A razão foi, igualmente, o grande número de registros com dados incompletos (cerca de 70%). Mas, como o inventário e suas decorrências processuais incorporam documentos de atividades econômicas, as avaliações de bens e partilhas dão pistas das oportunidades econômicas vivenciadas pelo indivíduo e sua família. Nos casos de ocupações desconhecidas, adotaram-se os seguintes critérios: se o inventariado acumulou uma ou mais propriedades rurais, produtivas, ele foi classificado como *produtor rural*; aquele cujo inventário de bens lista estoques mercantis (sapatos, alimentos, tecidos etc.) foi classificado como *comerciante* desses itens; aquele que deixou até dois imóveis urbanos ou algum ativo financeiro (dinheiro em espécie ou depositado

[18] Há vários casos de descendentes de italianos e portugueses que obtiveram duplas cidadanias baseadas no reconhecimento de seus antepassados como indivíduos participantes da grande imigração, desde o último quarto do século XIX.

[19] KARASTOJANOV, Andrea Mara S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas.* Campinas: Editora da Unicamp / Publicações CMU, 1999. p. 82.

em bancos) foi definido como *trabalhador sem ocupação específica*; e foi declarado *proprietário* o indivíduo que acumulou três ou mais imóveis e viveu das rendas dessas propriedades.

As demais séries documentais dos arquivos de Campinas

As primeiras *Coletorias de Rendas* provinciais foram instaladas em São Paulo, Santos e Campinas, nessa ordem. Foram repartições arrecadadoras locais, criadas no período da Regência, em 1834. Sua chefia cabia a um coletor, auxiliado por um escrivão e um agente. Elas eram subordinadas às Tesourarias da Fazenda nas províncias e foram as precursoras das coletorias federais, estabelecidas no princípio do século XX. As séries consultadas para esta pesquisa foram: *meia sisa* sobre o comércio de escravos, *novo imposto* sobre armazéns, botequins e tavernas, *décima de legados e heranças*, *tributos sobre propriedade de imóveis* e *pagamentos de professores*. As informações dessas séries serviram para confirmar e complementar dados pessoais de nacionalidade e ocupação, e valores de alguns bens, sobretudo imóveis e escravos.

Dos livros de *assentamentos de óbitos* dos cartórios de Registros Civis de Campinas, criados após a instalação do regime republicano, em 1889 (até 1921), foi possível encontrar registros de alguns inventariados na tentativa de identificar nacionalidades omissas.

Os livros de *alistamentos eleitorais* e de *atas de eleições para vereadores* em Campinas (de 1905, 1907, 1914 e 1930) contemplam apenas os brasileiros natos e com posses (alguns estão presentes no estrato médio e outros na elite de inventariados). Porém, é possível extrair informações sobre ocupações ou profissões.

Os *registros de firmas e negócios* do 1º Cartório de Campinas (de 1892 a 1932) serviam aos interessados como atualmente servem os arquivos da Junta Comercial na cidade. Seus registros trazem informações dos empresários, nomes e ramos de atividades dos seus estabelecimentos.

Foram examinadas, também, séries disponíveis nos demais arquivos da cidade, entre eles, o da Cúria Metropolitana, que guarda registros de *pagamentos de obreiros da Matriz Nova*, atual Catedral de Campinas (de 1876 a 1880), onde foi possível identificar alguns italianos do grupo de pioneiros e cruzar as informações com as dos registros de inventários. Os registros de *indústrias e*

profissões (de 1890 a 1930) e de *condutores de veículos* (década de 1920), disponíveis no Arquivo Público Municipal de Campinas, também foram consultados para a busca de informações sobre nacionalidades e ocupações.

Estratos sociais dos inventariados

Definiu-se a estratificação dos inventariados em três grupos básicos. Primeiro, uma elite composta de indivíduos com maior riqueza, na faixa de 20% mais ricos. Segundo, a faixa intermediária dos 20% a 50% inventariados seguintes, genericamente chamado de estrato intermediário. E, terceiro, a base da pirâmide social formada por indivíduos menos abastados, cujos valores dos bens os enquadraram na faixa dos demais 50% dos inventariados.[20]

Na sociologia, o conceito de elite está atrelado às relações dos indivíduos com o poder econômico ou político. Na definição clássica de Wrigth Mills, a elite é composta de indivíduos cuja posição lhes permite tomar decisões que afetam a economia, a máquina do estado e a ordem militar. Assim, os membros da elite estão no topo da hierarquia das principais instituições da sociedade.[21] Especificamente no período deste estudo, observam-se leis que beneficiaram os produtores de café, sobretudo as associadas aos programas de sustentação dos preços da produção cafeeira, e os subsídios financeiros que colocaram milhares de trabalhadores europeus nas lavouras de café e nas industrias, de meados da década de 1880 até o fim da década de 1920. Em outras palavras, a elite paulista promoveu o direcionamento de incentivos financeiros do tesouro público para a produção agroexportadora e a criação e manutenção de mercados de trabalho.[22] Essa também é a conclusão de autores clássicos que identificam tais ações políticas e econômicas como estratégias da elite no poder.[23]

No âmbito da história econômica, há estudos que produzem classificações de riquezas, definem elites, segmentos sociais intermediários e inferiores de sociedades, adotando critérios como os que aqui foram apresentados. A reconstrução do estado do Alabama após a Guerra da Secessão (1861-1865) e o

[20] É sabido que a população de inventariados é composta de pessoas mais a menos ricas e que os grupos despossuídos de bens não estão representados. Os inventários são os registros mais próximos da riqueza real de uma pessoa, no fim da sua vida.
[21] MILLS, Charles Wright. *A elite do poder.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. p. 29-30.
[22] Idem, p. 203-204.
[23] Entre eles MOSCA, Gaetano; BOUTHOUL, Gaston. *História das doutrinas políticas desde a antiguidade.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. p. 306-320.

fim da escravidão nos Estados Unidos da América, por exemplo, são temas estudados com base em informações sobre transformações na composição da riqueza da elite de produtores de algodão.[24] Jonathan Wiener definiu que os 10% mais ricos comporiam a elite da sociedade, enquanto os indivíduos pertencentes à faixa de 11% a 50% formariam o grupo intermediário e os demais 50%, o grupo inferior.

Já Donald Winters, em estudo sobre o estrato intermediário da população rural do estado do Tennessee (EUA), composta de pequenos e médios proprietários, adotou o critério de classificação da riqueza de 10% a 10%, ou seja, um topo de elite e demais faixas de riquezas decrescentes dos mais aos menos abastados.[25]

Um estudo recente sobre a distribuição da riqueza do Nordeste paulista, na região ao redor do município de Ribeirão Preto (SP), adotou uma estratificação socioeconômica baseada em uma elite composta dos 20% maiores proprietários de terras. Dentro dessa elite, foram circunscritos os 5% mais ricos, identificados como membros da elite superior. Os demais grupos de inventariados estabelecidos foram o médio (de 20% a 50% mais ricos) e o inferior (composto dos 50% menos ricos).[26]

Esses são alguns exemplos dos critérios de estratificação social adotados em diferentes estudos a partir dos valores da riqueza.

Periodização e Capítulos

O período proposto, 1870 a 1940, tem como marco inicial a fundação das grandes companhias ferroviárias paulistas e a construção das linhas partindo da capital em direção ao Oeste paulista. O trecho de Jundiaí a Campinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro foi inaugurado em 1872. Os trechos de Campinas a Mogi-Mirim e de Campinas a Amparo da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, empresa criada e sediada em Campinas, foram inaugurados em

[24] Recenseamentos oficiais de 1850, 1860 e 1870 são fontes documentais usadas por Jonathan Wiener em seus estudos sobre estratos sociais. Conforme WIENER, Jonathan M. Planter – Merchant conflict in reconstruction Alabama. *Past & Present,* n. 68, p. 73-94, august 1975. WIENER, Jonathan M. Planter persistence and social change: Alabama, 1850-1870. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 7, n. 2, p. 235-260, autumn 1976.

[25] WINTERS, Donald L. "Plain Folk" of the old south reexamined: economic democracy in Tennessee. *The Journal of Southern History*, v. 53, n. 4, p. 565-586, November 1987.

[26] COLISTETE, Renato P.; LAMOUNIER, Maria L. *The End of Plantation? Coffee and Land Inequality in Early Twentieth Century São Paulo.* 2011. <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/31833/>

1875. A maior circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro certamente favoreceu a expansão dos mercados. Outra razão para a escolha da baliza inicial reside na suposição de que alguns dos primeiros imigrantes, aqueles que se instalaram na cidade em meados de século XIX, já teriam adquirido propriedades, entrando, assim, na amostra de inventários.

O estudo se encerra com a acomodação social posterior à crise econômica de 1929, que derrubou os preços do café no mercado mundial. O surgimento de novas indústrias, oficinas, comércios e serviços, bem como de pequenos e médios proprietários agrícolas que passaram a ser mais frequentes e importantes no cenário econômico de Campinas.

O longo período selecionado levou à necessidade de tratá-lo em três intervalos menores. O primeiro vai de 1870 a 1890, momento de construção de ferrovias e das primeiras estações ferroviárias ao longo das linhas Mogiana e Paulista, que também abrange parte do regime de trabalho escravista, do regime de trabalho com os primeiros colonos imigrantes e o início da imigração em massa de europeus, sobretudo de italianos, sustentada com os subsídios governamentais. Nesse período serão observados, principalmente, os padrões de riqueza da elite cafeeira e as inserções dos imigrantes pioneiros na sociedade.

O segundo período, de 1895 a 1915, compreende os resultados da grande expansão da lavoura cafeeira paulista, ocorrida em 1886-1887. Campinas recebeu milhares de imigrantes que se dirigiram paras as lavouras de café e o núcleo urbano. Muitos desses imigrantes viveram no município até a morte, deixando descendentes e propriedades. O marco final deste intervalo está situado na quase extinção do processo imigratório, a partir de 1914, quando eclodiu na Europa a Primeira Guerra Mundial.

O terceiro e último período, de 1920 a 1940, é marcado pela retomada da imigração em massa (que perdurou subsidiada até 1927), pelas crises econômicas mundiais que afetaram duramente a economia cafeeira brasileira e pelos resultados mais visíveis do crescimento das indústrias.

Esses períodos são utilizados para classificar as informações em cada um dos capítulos. O Capítulo inicial apresenta um panorama populacional de Campinas baseado nos censos oficiais, com as proporções de estrangeiros durante o período estudado. Depois, examina-se a distribuição das nacionalidades dos inventariados

e a comparação das informações ratifica a relevância de pesquisa sobre a principal fonte documental. Em seguida, quantificamos as demais informações pessoais dos inventariados, com destaque para as ocupações econômicas.

No Capítulo 2 cotejam-se as ocupações dos inventariados: produtores rurais; proprietários e investidores; comerciantes; industriais, artesãos e prestadores de serviços; e um grupo de ocupações com diversidade de títulos, mas de pouca importância numérica individual (médicos, dentistas, construtores, jornalistas, contabilistas, advogados, professores, escrivães, ferroviários, operários, comerciários, entre outros). Interessa aqui comparar os perfis econômicos dos inventariados brasileiros, italianos, alemães, portugueses, espanhóis, norte-americanos, franceses, entre outros, com os observados na literatura histórica.

Os conceitos de riqueza bruta, de passivos, custas, emolumentos, tributos e de riqueza líquida presentes nas partilhas dos inventários judiciais, são apresentados no Capítulo 3. Em seguida, apresentam-se a distribuição e a formação geral da riqueza, com análise das proporções de imóveis; ativos financeiros e estoques; escravos; e de um grupo de bens de valores pouco relevantes nos orçamentos (mobiliário, armas, joias, animais, entre outros) do amplo período. Busca-se, com isso, avaliar as evidências de transição de uma economia cafeeira para outra de base urbana e industrial.

O Capítulo 4 trata da distribuição da riqueza pela elite (os 20% mais ricos), o estrato intermediário (os 20% a 50% mais ricos) e o estrato inferior (os 50% restantes) da amostra de inventários. As primeiras evidências de desigualdade econômica são identificadas neste capítulo. Também verificam-se as preferências de cada estrato por grupos de bens ou propriedades, revelando padrões de acumulação e de manutenção de riquezas que, no contexto da passagem da economia cafeeira para a industrial, levara à mobilidade de famílias.

No Capítulo seguinte, o quinto, aborda-se a distribuição dos inventariados entre os estratos, por suas nacionalidades. As nacionalidades estrangeiras com maior número de indivíduos são a italiana e a alemã. Os portugueses sofrem com a subestimação de sua população devido aos casos de omissão de registros de nacionalidades e foram reunidos aos indivíduos de nacionalidades importantes para o contexto socioeconômico da região, mas pouco representadas na amostra

de inventários. Busca-se examinar inserções e permanências das principais nacionalidades de inventariados na economia do Oeste paulista.

No Capítulo 6 analisa-se a distribuição geral das ocupações econômicas identificadas na amostra de inventários. Debate-se a literatura relacionada com o fluxo e a inserção de trabalhadores, inclusive aqueles que possuíam ofícios especializados e capital para iniciar negócios na economia cafeeira do período. As evidências dos inventários revelam importantes indícios das oportunidades econômicas de que dispunham os indivíduos e famílias para ascenderem ao grupo de proprietários de bens no Oeste paulista.

No Capítulo final, o sétimo, são apresentadas comparações da riqueza entre brasileiros, italianos e do grupo que reúne outros estrangeiros de diferentes nacionalidades. Em seguida, avaliamos as características e valores monetários de imóveis, ativos financeiros e estoques, escravos e de outros bens. Destacaram-se os italianos pioneiros com seus casos significativos de mobilidade ascendente, especialmente os indivíduos presentes no município ainda antes da imigração em massa, ocorrida após 1886. Há registros documentais que mostram a atuação de alguns pioneiros em manufaturas de transformação de alimentos, de bebidas, materiais para construção e em atividades comerciais diversas, entre outras.

Com essa estrutura de capítulos espera-se contribuir com os estudos sobre o desenvolvimento social e econômico de São Paulo, sob o ponto de vista da acumulação de riquezas dos inventariados de uma das regiões mais dinâmicas e prósperas do Brasil.

Capítulo 1 – As nacionalidades e ocupações dos inventariados

Neste capítulo inicial são apresentadas as características básicas dos inventariados que constituem a amostra de 1870 a 1940 que será utilizada ao longo deste trabalho. As informações destacadas compreendem, em especial, as nacionalidades e ocupações dos indivíduos. O longo período coberto pelos dados abrange eventos e transformações políticas e sociais marcantes, como a libertação dos escravos, a grande imigração europeia, a proclamação da república e a rápida expansão da economia urbana e industrial.

Antes da análise das informações extraídas dos inventários, apresenta-se um breve panorama do crescimento populacional e da diversidade de nacionalidades presentes em Campinas, de acordo com os recenseamentos oficiais do período. Com esses dados locais, será possível avaliar a consistência das informações dos inventários com as estatísticas demográficas dos censos e demais fontes, sobretudo jornais, almanaques e registros de óbitos.

1.1. A população de Campinas

Apesar de serem considerados importantes pelas administrações provinciais, as dificuldades decorrentes da grande extensão territorial, da disponibilidade de verbas e os procedimentos burocráticos prejudicaram a realização de censos no Brasil.[1]

No que diz respeito a Campinas, os Recenseamentos Gerais de 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940, o Levantamento Estatístico Provincial de São Paulo de 1886, o Recenseamento Municipal de 1918 e o Recenseamento Escolar do Estado de São Paulo de 1934 permitem reconstruir em grandes linhas a evolução da população do município, conforme a Tabela 1.1.[2]

---

[1] A Lei Provincial nº. 24, de 1836, previa a realização de censos em São Paulo a cada cinco anos. O primeiro regulamento censitário do Brasil, datado de 1846, previa a realização de censos gerais a cada oito anos. O regulamento censitário de 1870, que originou o primeiro Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, previa a realização de censos a cada dez anos. Além das omissões das nacionalidades dos recenseados de 1890 e 1900, por exemplo, há outros problemas metodológicos nos censos brasileiros que não cabe aqui aprofundar. Ver: BASSANEZI, Maria Sílvia B.; BACELLAR, Carlos de A. Prado. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População,* v. 19, n. 1, p. 113-129, jan./jun. 2002.

[2] BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas*: migrantes e a expansão do polo industrial paulista. Campinas: CMU/Unicamp, 1996; CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*: ensaio sobre as relações entre a demografia e a economia. São Paulo: IPE/USP, 1981. 2 v. Os autores privilegiam os totais populacionais do

Tabela 1.1 – População de Campinas (1870-1940)

Ano	População
1872	31.397
1886	41.253
1890	33.921
1900	67.694
1918	105.160
1920	115.567
1934	132.919
1940	129.940

Fonte: BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista.* Campinas: CMU/Unicamp, 1996. p. 24, 34, 42.

Com esses dados, nota-se que o município de Campinas passou de pouco mais de 31 mil habitantes em 1870 para cerca de 130 mil em 1940. Esse crescimento populacional de mais de 400% em 70 anos foi intercalado por movimentos descontínuos que merecem destaque. Entre 1872 e 1886, a taxa de crescimento populacional foi positiva, com 1,9% ao ano, mas entre 1886 e 1890 a taxa foi negativa em 4,8%, quando grassaram duas graves epidemias de febre amarela.[3] A população dobrou em 1900 e continuou crescendo a 2,5% ao ano até 1918 e a 4,8% em 1919 e 1920.

Os grandes contingentes de imigrantes europeus, principalmente os italianos, que chegaram a partir de 1886 para trabalhar nas lavouras de café da região, contribuíram significativamente para esse crescimento populacional. Também colaborou para aquele resultado a migração de trabalhadores nacionais oriundos de várias regiões do país, atraídos por melhores perspectivas de trabalho e salários. Estes atuaram na derrubada de matas para novas áreas de cultivo do café, na construção de ferrovias, em atividades rurais como agregados e camaradas das grandes fazendas, pequenos sitiantes; e em atividades urbanas, como empreiteiros ou empregados na construção civil (especializados ou apenas serventes, ajudantes e auxiliares) e como vendedores ambulantes, entre outras.[4]

Levantamento Estatístico Provincial de São Paulo de 1886, em relação aos totais do Censo de 1890. BASSANEZI Maria Silvia B. (Org.). *São Paulo do passado*: dados demográficos. Campinas: NEPO – UNICAMP, 1998, v. 5: 1890.

[3] SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; NOVAES José Nogueira. *A febre amarela em Campinas, 1889-1900.* Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

[4] BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1977. p. 99-115. LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX.* São Paulo: Edusp, 2012, p. 228-243. MOURA, Denise Soares de. *Saindo das sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: CMU Publicações, 1998, p. 153-166.

A partir de 1920, porém, o crescimento populacional de Campinas não superou a taxa de 1% ao ano até 1934. Entre as razões da menor expansão estão o fim das subvenções do tesouro público à imigração, em 1927, e o desmembramento do antigo distrito de Americana, em 1924. A curva positiva inverteu-se a partir de 1934 e houve declínio populacional até 1940. Nesse período, a crescente industrialização pode ter atraído grande parte da população do interior para a capital do estado de São Paulo e causado a queda da população de Campinas.

1.1.1. A população imigrante

A literatura e os periódicos de Campinas, publicados desde o quarto final do século XIX, registram a presença de nacionalidades variadas, que exerciam atividades que espelhavam as oportunidades de seus mercados de trabalho e de consumo.[5]

Alguns recenseamentos oficiais tornam possíveis as comparações da participação de estrangeiros nas populações de Campinas e do estado de São Paulo como um todo. Porém, no período abrangido por este estudo (1870-1940), não há informações sobre nacionalidades nos Censos gerais de 1890, 1900 e no levantamento provincial de 1886. Tampouco houve censo em 1910. Dessa maneira, apenas os Censos gerais de 1872, 1920 e 1940 são utilizados na comparação a seguir.[6] Optou-se por restringir o estudo aos italianos, alemães e portugueses, que representavam os maiores contingentes de imigrantes. Os demais estrangeiros estão reunidos sob a denominação *Outras nacionalidades*. As participações são reproduzidas na Tabela 1.2.

Tabela 1.2 – Nacionalidades da população estrangeira no município de Campinas e na província/estado de São Paulo, em %

Censos	Italianos		Alemães		Portugueses		Outras Nacionalidades	
Ano	Campinas	SP	Campinas	SP	Campinas	SP	Campinas	SP
1872	6,0	7,2	25,0	23,5	39,0	41,4	30,0	27,9
1920	61,8	48,1	3,6	2,6	18,1	20,1	16,5	29,2
1940	48,9	28,0	3,4	4,4	23,8	20,4	23,9	47,2

Fonte: BASSANEZI, Maria Silvia B. (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos (1836-1920)*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1999, v. III – 1872; v. VI – 1920. IBGE, Recenseamento Geral do Brasil – 1940.

[5] GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna*: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

[6] BASSANEZI (org.). *São Paulo do passado,* p. 15.

Em 1872, a população geral de Campinas representava 2,6% do total da província de São Paulo. A população estrangeira em Campinas somava 11,9% do total, muito acima da média da província que era de 2,4%. Apenas o município de São Paulo, com 13,3%, reunia mais estrangeiros do que Campinas. Entre as colônias estrangeiras, a italiana totalizou, em 1872, 6% em Campinas e 7,2% em São Paulo. A maior colônia imigrante era formada pelos portugueses, com 39% em Campinas e 41,4% na província. Os alemães compunham colônias expressivas tanto em Campinas (25%) como em todo o território paulista (23,5%). As outras nacionalidades reunidas somavam 30% em Campinas e 27,9% no geral da província.

O recenseamento de 1872 é o último, antes da imigração em massa iniciada por volta de 1886, a registrar as nacionalidades da população. Após esse ano, a entrada de imigrantes italianos chegou a ultrapassar a casa dos milhares de indivíduos anualmente, mas não há recenseamentos que registrem esse movimento, apenas as listas de entradas de imigrantes da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.[7] Os Censos de 1920 e 1940 confirmam as participações elevadas de italianos tanto em Campinas como em todo o estado de São Paulo. Em 1920, são 61,8% de italianos entre os imigrantes em Campinas e 48,1% em São Paulo. Em 1940, os percentuais são de 48,9% e 28%, respectivamente, confirmando-se assim as expressivas participações desses imigrantes no município de Campinas.

Os principais estudos sobre imigrantes no estado de São Paulo demonstram a importância do amplo contingente de trabalhadores italianos e descendentes que se dirigiram principalmente para as fazendas e, depois, para as atividades urbanas.[8] Muitos deles pertenceram originalmente ao meio rural, mas se deslocaram para a capital do estado após o fim das obrigações contratuais como

[7] Os livros de matrículas da Hospedaria registram as entradas de imigrantes desde 1882 até 1927 e também estão disponíveis no CMU. Esses registros e as listas de embarque e desembarque são os principais registros da presença de imigrantes.

[8] Trata-se, principalmente, das obras de HALL, Michael M. *The origins of mass immigration in Brazil 1871-1914.* Columbia University [s. n.], 1969. Tese (Doutorado); STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. N.6, 1984, p. 80-120; ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente: os italianos em São Paulo (1870-1920).* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930).* São Paulo: Hucitec, 1991; HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; e DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

colonos nas fazendas de café. Decerto, esse movimento de busca por melhores oportunidades econômicas esteve intimamente ligado ao impulso de industrialização na cidade de São Paulo ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.[9]

Ainda assim, a elevada proporção de italianos em Campinas – como mostram os Censos de 1920 e de 1940 – revela a significativa presença daqueles que, após o fim dos contratos nas fazendas de café da região, optaram por permanecer no município. Ainda que seja claro o papel de coadjuvante da capital de São Paulo nesse amplo processo, os dados encontrados nos censos oficiais apontam Campinas como uma localidade atrativa e cujo desenvolvimento da época também ofereceu expressivas oportunidades econômicas aos seus habitantes.

O alto percentual de alemães no Censo de 1872 não se manteve ao longo dos anos. A presença desse grupo de imigrantes declinou drasticamente em 1920, com 3,6% em Campinas e 2,6% em toda a província. Em 1940, o percentual de Campinas declinou para 3,4%, mas a presença dos teutos em todo o estado cresceu para 4,4%. Os maiores percentuais de alemães em Campinas, em comparação aos de São Paulo até 1920, indicam que as mesmas condições de atração baseadas no desenvolvimento econômico crescente e melhores oportunidades fizeram com que parte deles escolhesse viver em Campinas.

O recenseamento de 1872 mostra a importante presença de portugueses em toda a província de São Paulo. Porém, o número de lusitanos declinou significativamente em 1920, tanto em Campinas (18,1%) quanto no estado de São Paulo (20,1%). Os percentuais são maiores no Censo de 1940, tanto em Campinas (23,8%) como no estado (20,4%). Os portugueses formaram uma colônia expressiva em Campinas, mantenedora de uma das maiores instituições de saúde do interior paulista. Os dados mostram, também, que os lusos que chegaram após a Primeira Guerra Mundial consideraram Campinas como destino atraente para viver e trabalhar.[10]

---

[9] Dentre as várias obras que analisam a industrialização em São Paulo cita-se CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1981. Cap. 2, p. 121-40, onde o autor discute as conclusões gerais de DEAN, Warren. *A industrialização em São Paulo*. São Paulo: DIFEL / EDUSP, 1971, p. 91-128.

[10] O Hospital da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas foi inaugurado em 1879. Sobre este hospital ver: CAMILLO, Ema E. R. Camillo e ABRAHÃO, Fernando A. *De médico para médico: o ideal do Hospital Vera Cruz*. Buscando a atualização no conhecimento médico e a qualidade no servir à comunidade. Campinas: Fundação Roberto Rocha Brito, 2001, p. 31-33.

Depois dos elevados percentuais registrados no recenseamento de 1872, o grupo formado por outras nacionalidades reunidas atingiu 16,5% em Campinas (queda de 13,5 pontos percentuais) e 29,2% (aumento de 1,3 ponto percentual) em todo o estado. Em 1940, porém, os percentuais cresceram para 23,9% em Campinas e 47,2% em todo o território paulista. Nesse caso, há que se destacar a diversidade de nacionalidades que chegaram em decorrência das proibições pontuais dos governos italiano e espanhol nos primeiros anos de 1900 e, certamente, depois do fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Desde então, até 1927, quando o subsídio do tesouro público à imigração foi encerrado, a diversidade de etnias que vieram para São Paulo ainda foi expressiva.

1.2. Nacionalidade, sexo e idade dos inventariados e os vínculos com os inventariantes

Conforme exposto anteriormente, a amostra de 1870 a 1940 é composta de 1.008 inventários. Em 46 deles, observa-se mais de um inventariado. São casos incomuns perante as leis civis. Tais processos judiciais foram produzidos, geralmente, depois da morte do segundo cônjuge e por iniciativa própria da família. Há, também, casos de irmãos ou de pais e filhos cujas partilhas de bens foram processadas de maneira conjunta. Assim, a amostra usada identifica um total de 1.054 indivíduos.

Também foi mencionado na Introdução desta tese a omissão de declaração de nacionalidade do inventariado, que chega a 70% da amostra. Para superar esse problema, buscaram-se informações em outras fontes para atenuar essa deficiência[11] e o resultado, contudo, foi parcial, com alguns inventariados permanecendo sem a informação de origem nacional. O obstáculo foi contornado adotando-se o critério de identificação das nacionalidades dos inventariados por meio da análise dos nomes de família ou sobrenomes. Esse critério baseia-se na chamada nacionalidade de sangue, *jus sanguinis*, presente nas legislações da Itália e da Alemanha, por exemplo, e que confere aos descendentes de emigrantes, nascidos fora do seu país de origem, as mesmas nacionalidades de seus

Consta que o Hospital Vera Cruz foi criado em 1943, após uma cisão entre médicos e diretores do Hospital Beneficência Portuguesa.

[11] Registros de nascimentos, de casamentos e de óbitos (1891 a 1921); de Alistamentos Eleitorais (1905 e 1914), de Firmas e Empresas (1892 a 1932), de Indústrias e Profissões (1890 a 1930) e de Condutores de Veículos (década de 1920). Das séries documentais listadas apenas os registros de Indústrias e Profissões e de Condutores de Veículos pertencem ao Arquivo Público Municipal de Campinas. As demais séries estão sob a guarda do Centro de Memória – Unicamp.

ascendentes. Dessa maneira, quando se deparou com um inventariado sem declaração de nacionalidade, mas com sobrenome de origem italiana, incluiu-se o indivíduo no total de italianos e descendentes da amostra.[12] O mesmo critério foi adotado para inventariados com sobrenomes de origem teuta, que foram considerados alemães e descendentes.

Para os casos de inventários com mais de um inventariado, geralmente elaborados após a morte do segundo cônjuge, sem declaração de nacionalidades, foram adotados os mesmos critérios de inferência dos sobrenomes. Ainda assim, restaram 454 indivíduos sem registros de nacionalidades. Decidiu-se considerar a todos como brasileiros. A amostra acusou participações de 617 brasileiros e de 437 estrangeiros e descendentes. A Tabela 1.3 resume as proporções de brasileiros e estrangeiros de cada período.

Tabela 1.3 – Inventariados brasileiros e estrangeiros, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Brasileiros	172	86,4	164	64,1	281	46,9	617
Estrangeiros e descendentes	27	13,6	92	35,9	318	53,1	437
Totais	199	100,0	256	100,0	599	100,0	1.054

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Estrangeiros e descendentes: alemã, suíço-alemã, austríaca, italiana, portuguesa, espanhola, dinamarquesa, francesa, suíço-francesa, holandesa, leta, lituana, russa, sírio-libanesa, norte-americana, britânica ou irlandesa.

Os dados da tabela apontam para o crescimento significativo dos percentuais de imigrantes e seus descendentes. Nota-se, no período 1870-1890, a grande proporção de 86,4% de nacionais contra 13,6% de estrangeiros. No período seguinte, os estrangeiros constituem 35,9% dos registros, contra 64,1% de brasileiros. Em 1920-1940, observa-se o elevado percentual de estrangeiros, tendência certamente motivada pelo crescimento natural desta população e de seus descendentes, especialmente de italianos, como se observará no exame das nacionalidades estrangeiras.

A análise dos dados baseados na amostra de inventários sustenta a conclusão sobre os dados censitários de que, em razão de seu antigo e progressivo desenvolvimento desde o ciclo econômico do açúcar, Campinas foi uma das localidades do Oeste paulista que mais atraiu imigrantes.

[12] Esta tese considera a mobilidade social como um campo de estudos que se baseia no conjunto de trocas econômicas e sociais ocorridas durante a vida de uma pessoa ou de gerações de uma mesma família.

As participações de estrangeiros estão baseadas nos grupos de italianos, alemães, portugueses e o que reúne nacionalidades diversas e pouco representadas: espanhola, sírio-libanesa, norte-americana, irlandesa, britânica, dinamarquesa, leta, lituana, russa, holandesa, francesa e suíço-francesa.[13]

Observa-se o resultado alcançado pelos grupos de italianos e de alemães. Juntos, representam mais de 74% dos inventariados estrangeiros. A participação da colônia italiana e de seus descendentes chega a 223 indivíduos no período como um todo, os alemães somam 101, os portugueses, 50 e o grupo de outras nacionalidades, 63. Os dados estão sistematizados na Tabela 1.4.

Tabela 1.4 – Nacionalidades de inventariados estrangeiros, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Italiana	3	11,1	46	50,0	174	54,7	223
Alemã	14	51,9	28	30,4	59	18,6	101
Portuguesa	3	11,1	9	9,8	38	11,9	50
Outras nacionalidades	7	25,9	9	9,8	47	14,8	63
Totais	27	100,0	92	100,0	318	100,0	437

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras nacionalidades: espanhola, francesa, suíço-francesa, dinamarquesa, leta, lituana, holandesa, russa e sírio-libanesa.

Os percentuais de italianos crescem a cada período, ao contrário dos percentuais de alemães. Os primeiros partem de 11,1% em 1870-1890 e já no período seguinte alcançam a metade dos casos de estrangeiros e descendentes. A superioridade numérica italiana se mantém no período 1920-1940, com 54,7% do total.

Oriundos de movimentos migratórios mais antigos, como confirma seu elevado percentual de 51,9% de inventariados em 1870-1890, os alemães perdem expressão nos períodos seguintes, alcançando 30,4% em 1895-1915 e 18,6% em 1920-1940. Ainda assim, mantêm-se como a segunda maior colônia da amostra.

A participação de portugueses parece subestimada, principalmente no período 1870-1890. Os dados censitários de 1872 mostram essa colônia como das mais numerosas de São Paulo e de Campinas. Contudo, apenas três portugueses (11,1%) foram captados pela amostra no período. Nos anos 1895-1915, os

[13] O termo suíço-francês foi usado por HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio. In: DAVATZ, Thomaz. *Memória de um colono no Brasil: 1850.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1980, p. 38-39.

portugueses passam para 9,8% e para 11,9% no período 1920-1940. O grupo de outras nacionalidades parte de 25,9% na etapa inicial, alcançando 9,8% em 1895-1915 e fechando com 14,8% em 1920-1940.

Além de mapear as nacionalidades dos inventariados, os resultados desta análise corroboram o potencial da amostra de inventários, na medida em que as participações das populações recenseadas e da própria amostra apresentam mais semelhanças que diferenças. No caso dos italianos, as participações censitárias e amostrais são baixas no primeiro período e crescem significativamente nos intervalos seguintes. Os alemães partem de expressiva participação no primeiro período e decrescem nos períodos posteriores. O mesmo acontece com os percentuais do grupo de outras nacionalidades. As diferenças maiores entre censos e a amostra de inventários estão relacionadas aos portugueses, como se ressalvou anteriormente.

Os inventariados do sexo masculino são maioria e representam 56,9% do total da amostra. Ao sexo feminino compreende os demais 43,1%.

O problema de omissão de dados e de falta de padronização das informações foi observado, também, para as idades dos inventariados. Cerca de 70% dos inventários não apresentam tais informações. Embora seja impossível inferir idades das pessoas, entre os demais 30% dos registros obtiveram-se os seguintes resultados: de 1 a 30 anos de idade, 11,7% dos casos; de 31 a 60 anos de idade, 45,4%; e de 61 anos de idade em diante, 42,9% das entradas. Esse resultado mostra o equilíbrio nas proporções de partilhas de inventariados em idades economicamente ativas e os mais idosos.

Os possíveis vínculos entre inventariados e as pessoas encarregadas pelos juízes a darem andamento nas partilhas são diversos. A maior parte dos apontamentos refere-se aos cônjuges, mas foram observadas ocorrências de filhos e filhas, irmãos e irmãs e também de genros. O inventariante pode ter sido substituído durante o processo e, nesses raros casos, é comum ter ocorrido o seu falecimento. Na análise, considera-se o executor da partilha de bens, que é o final do processo, como o inventariante.

A Tabela 1.5 revela as proporções dos vínculos entre inventariantes e inventariados do amplo período.

Tabela 1.5 – Vínculos entre inventariantes e inventariados, Campinas, 1870-1940, em número e %

	No.	%
Esposas	391	38,8
Maridos	234	23,2
Filhos e filhas	179	17,8
Pais e mães	37	3,7
Irmãos e irmãs	30	3,0
Formais (indicados pelos juízes)	58	5,8
Outros	79	7,7
Totais	1.008	100,0

Fonte: Inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros: avôs / avós, cunhados / cunhadas, enteados, genros, sobrinhos, netos / netas e primos.

Como cônjuges ou filhos e filhas, os inventariantes representam quase 80% dos vínculos encontrados. Nota-se pequeno número de inventários com laços de parentesco próximos, como pais e mães, 3,7% dos registros; irmãos e irmãs 3%; e outros parentes como genros, com 7,7%. Os inventariantes formais – nomeados pelos juízes na ausência de familiares capazes de exercerem as atividades de inventariantes – correspondem a 5,8% dos casos.

1.3. Ocupações ou profissões dos inventariados

As ocupações dos inventariados revelam outras características da sociedade do Oeste paulista. Todavia, como no caso das nacionalidades, aqui também os dados são escassos no conjunto dos inventários. Foi preciso recorrer às séries documentais citadas anteriormente para completarem-se as informações. Esgotadas as possibilidades de identificação documental das ocupações, tentou-se inferi-las por análises dos bens descritos nos orçamentos, como descrito na Introdução desta tese.

Nos registros de mulheres, excetuando-se os raros casos de ocupações claramente femininas, como parteiras ou professoras, optou-se por ligá-las às ocupações dos chefes da família, ou seja, no caso da inventariada cuja lista de bens conste uma fazenda de café produtiva, esta mulher não é considerada dona de casa, doméstica ou "do lar", mas sim produtora agrícola, da mesma maneira que seu marido ou seu pai, uma vez que essa ocupação familiar proporcionou a acumulação da riqueza partilhada. Concluindo, ao tratar-se de definir as ocupações econômicas por análises de listas de bens, o inventário assume sua verdadeira essência de instrumento de direito de transmissão de propriedades.

Também foram encontrados indivíduos cujas declarações examinadas apresentam ocupações secundárias ou duplas atividades empresariais. Esses casos ocorrem, principalmente, com produtores rurais que também investiram seu capital excedente, lucros da atividade principal, em ações ou cotas de capital social de empreendimentos, tais como ferrovias, indústrias e bancos. Há registros de proprietários e investidores que também eram comerciantes e de comerciantes que auferiam rendas como produtores rurais. De maneira geral, algumas delas foram deduzidas durante a análise dos bens inventariados, como no caso de Francisca Andrade Nogueira, esposa de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, cujos bens permitem inclui-la como produtora rural e no grupo proprietária e investidora.[14] Há ocorrências definidas com base em mais de uma fonte documental, como a do italiano Braz Bellinfanti, comerciante, mas cuja lista de bens inclui um estabelecimento industrial de transformação de alimentos.[15]

Além dos grupos de produtores rurais, de proprietários e investidores e de comerciantes, as demais ocupações identificadas permitem reunir o grupo de industriais, artesãos e prestadores de serviços, e de ocupações de perfil urbano, mas de pequena expressão, que foram agrupadas sob a denominação de ocupações diversas. Trata-se de profissionais liberais como médicos, dentistas, construtores, jornalistas, contabilistas, advogados, de funcionários públicos como professores, escrivães, inspetores, bem como ferroviários, operários, comerciários, administradores de fazendas, entre outros.

Ao todo são 839 declarações e identificações de ocupações baseadas na amostra de inventários, distribuídas em cinco grandes grupos e um grupo abarcando 233 ocorrências cujas ocupações não foram declaradas e identificadas pelos critérios adotados neste estudo.

No conjunto do período, os produtores rurais são majoritários, com 280 casos. Os proprietários e investidores participam com 242, os comerciantes com 141, os industriais, artesãos e prestadores de serviços com 97, e o grupo de ocupações diversas com 79. O grupo de atividades não declaradas e não identificadas por análise de bens corresponde a 233 registros. Esses números mostram que, mesmo durante os momentos de crise da economia cafeeira,

[14] TJC, 1º Ofício, n.13097, 1915.
[15] TJC, 3º Ofício, n.7829, 1905. Licenças comerciais da Câmara Municipal de Campinas, 1878 e 1879. FERREIRA, Carlos E SILVA, Hypolito da (orgs.). *Almanach Popular para 1878*. Campinas: Typ. Gazeta de Campinas, s.d.

inclusive da primeira década do governo do presidente Getúlio Vargas, a produção rural ainda foi a ocupação econômica indicada na maior parte dos inventariados. A Tabela 1.6 resume a participação de cada um deles ao longo do período.

Tabela 1.6 – Ocupações ou profissões de inventariados, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	69	33,5	57	21,2	154	25,8	280
Proprietário e investidor	53	25,7	76	28,3	113	18,9	242
Comerciante	33	16,0	45	16,7	63	10,6	141
Industrial, artesão e prestador de serviços	17	8,3	38	14,1	42	7,0	97
Ocupações diversas	7	3,4	17	6,4	55	9,2	79
Ocupações sem declaração e identificação	27	13,1	36	13,4	170	28,5	233
Totais	206	100,0	269	100,0	597	100,0	1.072

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: médico, dentista, construtor, professor, inspetor, agente de correios, bombeiro, porteiro, médico legista, escrivão, escriturário, jornalista, editor, advogado, procurador municipal, contabilista, ferroviário, operário, barbeiro, jardineiro, parteira, comerciário, chofer de praça ou taxista, administrador de propriedades rurais, religioso e militar.

A maior importância de produtores rurais (33,5%) no período 1870-1890 sugere que grande parte dos inventariados acumulou riquezas na produção cafeeira e canavieira, esta última mais forte na primeira metade do século XIX. A proporção de proprietários e investidores (25,7%) aponta, conforme a historiografia, para o enriquecimento dos indivíduos que exerciam atividades ligadas ao meio agroexportador, permitindo que esses proprietários diversificassem suas ocupações e vivessem também das rendas geradas pela locação de imóveis, por investimentos de capital (empréstimos a juros, principalmente) e lucros e dividendos de ações e de cotas de empresas de capital misto ou privado, especialmente dos ramos ferroviário, bancário, distribuidor de energia elétrica e transportes, como se verá em detalhe. Os comerciantes desse período constituem 16% das ocorrências e, juntamente com os industriais, artesãos e prestadores de serviços (8,3%), e o grupo de ocupações diversas (3,4%), assinalam para diversificações dos mercados de trabalho e de consumo.

Verifica-se queda de importância dos produtores rurais (21,2%) no período 1895-1915, mesmo que mantidos o café e os cereais, especialmente milho, arroz e feijão, como produtos preferenciais. A superioridade passa para o grupo de proprietários e investidores, com 28,3% dos casos. As diversificações de mercado assinaladas no período anterior parecem ampliadas neste, com os comerciantes

somando 16,7%, os industriais, artesãos e prestadores de serviços, 14,1%, e as ocupações diversas com 6,4%.

Os produtores rurais e os proprietários e investidores mantêm altas proporções no período 1920-1940, com 25,8% e 18,9%, respectivamente. Os comerciantes alcançam 10,6% e os industriais, artesãos e prestadores de serviços, 7%, ambos os grupos perdem importância no período. O grupo de ocupações diversas tem seu percentual elevado para 9,2% – principalmente médicos, dentistas e professores.

Um ponto deste panorama de ocupações e profissões é intrigante. Os percentuais dos produtores rurais decrescem do primeiro para o último período, sugerindo predominância das atividades urbanas. Todavia, as principais atividades desse meio, como comércios, indústrias, oficinas e serviços, perdem importância. Por que essas ocupações pouco se destacaram em Campinas justamente no período de maior concentração de população urbana em relação à rural? Uma das respostas possivelmente está na atração exercida pelo município de São Paulo junto a esses profissionais especializados e capitalizados, como indica, inclusive, o baixo crescimento populacional do período, com declínio entre 1934 e 1940. De qualquer maneira, as análises específicas das atividades econômicas oferecem mais resultados.

1.3.1. Produtores rurais

Os produtores rurais formam o grupo ocupacional mais numeroso na amostra de inventários, como registra a Tabela 1.6. Suas produções agrícolas foram agregadas em quatro categorias: a cafeicultura; a cafeicultura combinada com milho, cana, feijão, batata, frutas, entre outras lavouras; as culturas variadas, combinadas ou não com outros gêneros; e os casos não identificados.

No total, são 82 casos de cafeiculturas, 68 de cafezais combinados com outros gêneros. As duas categorias reúnem 150 cafeicultores de 280 produtores. A categoria de produtores de outras culturas soma 26 casos, e os inventários sem declaração e sem identificação de lavoura na análise dos bens, 104. A Tabela 1.7 revela as proporções das categorias em cada período.

Tabela 1.7 – Produtores rurais por tipos de lavouras, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Café	30	43,5	22	38,6	30	19,5	82
Café com outras culturas	20	29,0	18	31,6	30	19,5	68
Outras culturas, combinadas ou não	6	8,7	5	8,8	15	9,7	26
Sem identificação da cultura	13	18,8	12	21,0	79	51,3	104
Totais	69	100,0	57	100,0	154	100,0	280

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras culturas: algodão, batata, milho, feijão, arroz, diversas frutas, hortaliça e eucalipto.

No período 1870-1890, a soma das participações dos cafeicultores supera 72% do total, sendo 43,5% apenas de café e 29% do café combinado com outros gêneros, entre eles, milho, feijão ou arroz (15 casos) e café com cana-de-açúcar e milho (5 casos). As outras lavouras somam 8,7%, sendo a maioria composta por roças de milho, feijão e arroz (4 casos). Há 1 ocorrência de cana-de-açúcar com milho e feijão e 1 de hortaliças.

As crises da economia cafeeira da virada do século XIX para o XX poderiam concorrer para alterar a supremacia da cafeicultura entre os produtores rurais do Oeste paulista. Todavia, a soma das participações dos cafeicultores no período 1895-1915 resulta em 70,2% do total, sendo que os cafezais alcançam significativos 38,6% e os cafezais combinados com outros gêneros, 31,6%. Entre as lavouras compartilhadas, sobressaem as de café com milho, feijão ou arroz (16 registros) e as de café com cana-de-açúcar, milho e arroz (2). As outras culturas chegam a 8,8% do total, sendo maioria as roças com milho, feijão e batata (3). Há 1 lavoura de cana-de-açúcar com milho e feijão e 1 de eucalipto.

No período final, de 1920-1940, a participação geral dos cafeicultores declinou para apenas 39%, quase a metade dos percentuais somados do período anterior. É interessante o número idêntico de lavouras com café apenas e com pés de café combinados com outros gêneros. Destas últimas, a maioria equivale a café com milho, feijão, arroz e batata (26 casos) e café com cana-de-açúcar, milho e feijão (4). As outras culturas combinadas participam com 9,7% do total, sendo de milho, feijão e arroz (7), de algodão e milho (3), de frutas e hortaliças (3) e de cana-de-açúcar e milho (2). Destaca-se nesse período o alto percentual de lavouras não declaradas e não identificadas.

Ainda que a proporção das culturas sem identificação represente mais da metade dos casos, os inventários desse período indicam tendência de

diversificação da produção agrícola da região. Essa transformação pode ser observada pela participação dos inventários com lavouras de café excluindo-se as lavouras não declaradas, conforme a Figura 1.1.

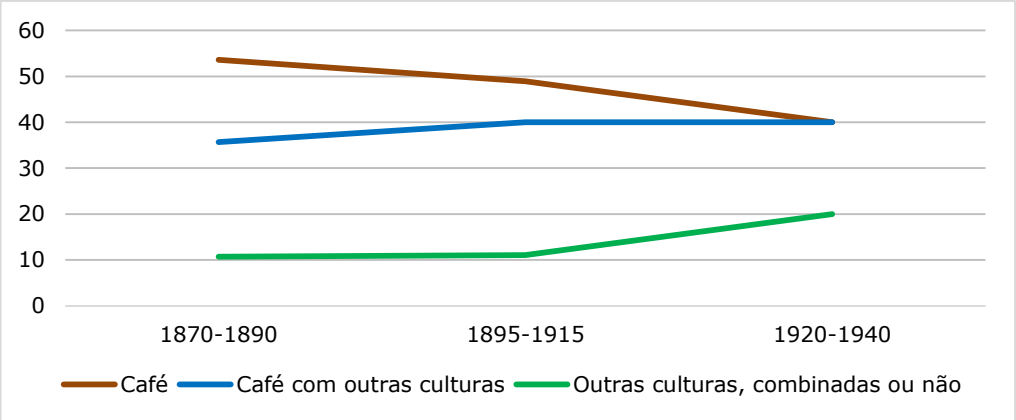


Figura 1.1 – Proporções das lavouras em Campinas segundo os inventários, 1870-1940, em %
Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras culturas: algodão, batata, milho, feijão, arroz, eucalipto, diversas frutas e hortaliças.

Esses dados são coerentes com evidências do avanço da cafeicultura para novas áreas produtivas, as "novas fronteiras agrícolas" do Oeste paulista. Como resultado da expansão da cafeicultura para o interior, algumas áreas de terras de produção mais antiga foram valorizadas por loteamentos dirigidos a pequenos e médios produtores rurais, que cultivavam gêneros voltados ao abastecimento alimentar das cidades, tais como cereais, tubérculos, frutas e hortaliças.[16]

A Figura 1.1 mostra a queda do número de propriedades que apenas produziam café e o crescimento da diversificação da produção agrícola. Ainda que o crescimento do número de lavouras sem declaração nos inventários impeça uma melhor conclusão – pois parte das fazendas podem ter produzido café, apenas –, os demais dados corroboram a diversificação da produção agrícola observada na literatura.

1.3.2. Proprietários e investidores

Os proprietários e investidores formam o segundo grupo de atividades econômicas mais frequentes em Campinas, como mostra a Tabela 1.6. Trata-se de indivíduos de difícil identificação pelos registros oficiais, pois não era praxe

[16] VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930).* São Paulo: Ed. HUCITEC, 1991, p. 239.

denominar alguém como investidor ou rentista.[17] Aqui, o critério adotado considera proprietário e investidor o inventariado cujo arrolamento de bens registra três imóveis ou mais. Também são incluídos os indivíduos que viveram de rendimentos provenientes de empréstimos de capital e de lucros aplicados em ações de empresas.

Há duas categorias nesse grupo econômico. Os que indicam ter nessa atividade a sua ocupação principal e os que faziam dela uma forma secundária de originar rendimentos, geralmente atrelada à produção de café. Esse é o caso de alguns cafeicultores identificados também como capitalistas, como mostra os inventários de Francisca de Paula Andrade, baronesa de Monte-Mor, e de Carlos Egydio de Souza Aranha.[18]

Os proprietários e investidores como ocupação principal somam 220 dos 242 registros, enquanto os casos como ocupação secundária reúnem os 22 restantes. A Tabela 1.8 apresenta o resumo desse grupo.

Tabela 1.8 – Proprietários e investidores, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Atividade principal	45	84,9	68	89,5	107	94,7	220
Atividade secundária	8	15,1	8	10,5	6	5,3	22
Totais	53	100,0	76	100,0	113	100,0	242

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Nota-se a tendência de aumento percentual de inventariantes que declaram atividades do inventariado como principal, ao contrário dos casos declarados como secundários, que decrescem ao longo do tempo. Os dados indicam, de modo geral, que os proprietários e investidores baseavam seus negócios na cidade.[19]

---

[17] Alguns casos foram identificados nas listas de profissões publicadas nos almanaques. Por exemplo, em FERREIRA, Carlos e SILVA, Hypolito da (org.). *Almanach popular de Campinas para 1879*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1878, há uma lista de proprietários "com mais de um imóvel", como frisam os organizadores. Os nomes compõem um conjunto de listas reunidas sob o título de "Lavradores, capitalistas, proprietários etc.", p. 65-85. Segue esta linha editorial os almanaques organizados por LISBOA, José Maria. *Almanak de Campinas para 1871.* Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870 *e Almanak de Campinas para 1873*, páginas 26-37 e 21-32, respectivamente. Há poucas alterações dos nomes nas edições de BARCELLOS, Henrique de. *Almanach do Correio de Campinas para 1886.* Campinas: Typ. a vapor do Correio de Campinas, s.d. e na edição de CARDONA, Francisco e ROCHA, José (orgs.). *Almanach de Campinas (litterário e estatístico)* para 1892. Typ. Cardona, s.d.

[18] TJC, 4º Ofício, n.4738, 1880 e n.4890, 1885.

[19] A participação relativa da população urbana do município de Campinas – incluindo seus distritos – superou a rural no intervalo de 1918 a 1934. O Recenseamento da Prefeitura de Campinas, de 1918 registrou 43,9% de urbanos e 56,2% de rurais. O Censo Escolar do Estado de São Paulo,

1.3.3. Comerciantes

O grupo de comerciantes é o terceiro mais importante na amostra de inventários, com 141 casos. Seus ramos de atuação são variados e de grande expressão. Por essa razão, foram utilizadas cinco categorias definidas segundo os tipos de atividades econômicas. A área de alimentação agrega estabelecimentos de secos e molhados, açougues, vendas de víveres e ovos, bem como atacadistas de café, açúcar, cereais, algodão, fumo e bebidas. A área de tecidos e vestuário reúne lojas de tecidos ou fazendas, roupas, sapatos e armarinhos. Identificam-se, ainda, as categorias de ferragens, móveis e ferramentas; de farmácias, boticas e drogarias; e a de outros negócios, que compreende comércios de pouca expressão, como de lenha e madeira, de combustíveis e derivados, de fogos de artifício e de livros e revistas.

Com 66 ocorrências no total, sobressaem os comércios da área de alimentos e bebidas. As lojas de tecidos e vestuário somam 18, os estabelecimentos para venda de ferragens, móveis e ferramentas, 13, as farmácias e boticas, 6, e os outros negócios, 3. São 35 casos sem declaração e identificação do comércio. A distribuição das categorias por períodos pode ser conferida na Tabela 1.9.

Tabela 1.9 – Comerciantes por categorias de negócios, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Alimentos e bebidas	10	30,3	23	51,1	33	52,4	66
Tecidos e vestuário	5	15,2	6	13,3	7	11,1	18
Móveis, utensílios e ferramentas	1	3,0	6	13,3	6	9,5	13
Farmácias, boticas e drogarias	2	6,1	1	2,2	3	4,8	6
Outros negócios	0	0,0	1	2,2	2	3,2	3
Negócios sem identificação	15	45,5	8	17,8	12	19,0	35
Totais	33	100,0	45	100,0	63	100,0	141

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros negócios: combustíveis, lenhas e madeiras, livros e revistas.

Em 1870-1890, a categoria mais expressiva é a de alimentos e bebidas, com 30,3% do total, sendo 4 estabelecimentos de secos e molhados, 4 atacadistas de açúcar, café e algodão e 2 açougues. Os estabelecimentos de tecidos e vestuário participam com 15,2%. Há 2 casos de farmácias e boticas (6,1%) e apenas 1 de móveis, utensílios da casa e ferramentas (3%).

realizado em 1934 registrou 51,9% de urbanos a 48,1% de rurais. BAENINGER. *Espaço e tempo em Campinas,* p. 35 e 42.

A categoria de alimentos e bebidas continua majoritária no período 1895-1915, com 51,1% do total, sendo 17 estabelecimentos de secos e molhados, 4 açougues e 2 atacadistas de alimentos e bebidas. As lojas de vestuário e tecidos somam 13,3%, mesmo percentual das lojas de móveis, utensílios domésticos e ferramentas. Foram identificados, ainda, 1 farmácia ou botica (2,2%) e 1 comércio de madeiras (2,2%).

Em 1920-1940, o percentual da categoria de alimentos e bebidas atinge 52,4% do total, sendo 27 armazéns de secos e molhados, 5 atacadistas de alimentos e bebidas e 1 açougue e venda de víveres e ovos. As lojas de vestuários e tecidos somam 11,1%, os estabelecimentos de móveis e utensílios do lar e ferramentas, 9,5%, as farmácias e boticas, 4,8%. A categoria de outros negócios soma 3,2%, com 1 posto de combustíveis e derivados e 1 banca de livros e revistas.

No grupo de comerciantes destacam-se os proprietários de armazéns de secos e molhados, com percentuais elevados e crescentes no conjunto do período. As demais categorias indicam tendências ora positivas ora negativas, não apresentando um padrão definido. Embora as diferentes tendências dificultem a análise das categorias, os tipos de comércio sugerem a diversificação da oferta disponível na época, inclusive de alimentos e bebidas, móveis e utensílios domésticos (mobília austríaca e porcelana inglesa, por exemplo) e vasta gama de produtos ligados à moda, como tecidos finos, roupas, sapatos e joias, antes dirigidos aos mais ricos e que passam a ser consumidos por outros estratos da sociedade.[20]

1.3.4. Industriais, artesãos e prestadores de serviços

Dada a diversidade das atividades envolvidas, o grupo de industriais, artesãos e prestadores de serviços foi distribuído em 6 categorias, totalizando 97 inventários. As atividades ligadas às áreas da construção civil – serralheiros, marceneiros, carpinteiros, oleiros e industriais de material de construção – são maioria, com 26 registros. As indústrias de transformação de alimentos e bebidas – torrefações de café, refinarias de açúcar, padarias e fábricas de cerveja, vinhos e licores – somam 19 casos, mesmo número de estabelecimentos de hospedagem

[20] ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Morar e viver na cidade. Campinas (1850-1900)*. São Paulo: Ed. Alameda, 2010, p. 45, 48-49.

e alimentação – hotéis, restaurantes e bares. As manufaturas de metal e mecânica – caldeirarias, funilarias, produção e montagem de máquinas agrícolas, fundições de ferro e ourivesarias – somam 7 casos. O grupo de manufaturas diversas – curtumes, selarias, sapatarias, chapéus, tecidos de algodão, colas e adubos, fogos de artifício, instrumentos musicais e materiais de escritório – aparecem em 15 registros e o grupo de serviços diversos – telefonia, tinturaria, transporte e funerária –, em outros 7. Há 4 casos sem identificação. A Tabela 1.10 sintetiza os resultados de cada período.

Tabela 1.10 – Industriais, artesãos e prestadores de serviços, por áreas de atuação, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Manufaturas de construção civil	9	52,9	10	26,3	7	16,7	26
Manufaturas de alimentos e bebidas	1	5,9	8	21,1	10	23,8	19
Serviços de alimentação e hospedagem	4	23,5	7	18,4	8	19,1	19
Manufaturas de metal e mecânica	0	0,0	3	7,9	4	9,5	7
Outras manufaturas e oficinas	0	0,0	7	18,4	8	19,1	15
Outros serviços	2	11,8	1	2,6	4	9,5	7
Sem declaração e identificação	1	5,9	2	5,3	1	2,3	4
Totais	17	100,0	38	100,0	42	100,0	97

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras manufaturas e oficinas: de colas, adubos, tecidos de algodão, chapéus, fogos de artifício, instrumentos musicais, materiais de escritório e alfaiatarias. Outros serviços: telefonia, tinturaria, transportes e funerária.

No período 1870-1890, a maioria das ocupações faz parte da área de manufaturas da construção civil, com 52,9%, sendo 4 serralheiros, 2 oleiros, 2 carpinteiros e 1 marmorista. Os serviços de alimentação e hospedagem somam 23,5%, sendo 2 bares e 2 hotéis e restaurantes. Os outros serviços participam com 11,8%, sendo 1 tintureiro e 1 casa funerária. Ainda com pouca expressão na amostra de inventários, a indústria de alimentos e bebidas aparece em 1 inventário (5,9%). Não há, no período, casos de manufaturas de metal e mecânica.

As atividades ligadas à área da construção civil continuam predominantes no período 1895-1915, com 26,3% do total, sendo 5 carpinteiros, 3 serralheiros e 2 oleiros. As manufaturas de transformação de alimentos e bebidas assumem maior importância e atingem 21,1%, sendo 4 fábricas de bebidas, 2 padarias e 2 refinarias de açúcar. Os proprietários de hotéis, restaurantes e bares totalizam 18,4%. Surgem, na época, as primeiras manufaturas e oficinas de metal e mecânica na amostra de inventários, com 7,9%, sendo 1 fundição de ferro, 1 caldeiraria ou funilaria e 1 ourivesaria. As outras manufaturas e oficinas somam

18,4%, sendo 2 alfaiates, 2 seleiros, 1 sapateiro, 1 relojoeiro e 1 industrial de material de escritório. Apenas o caso de 1 transportador preenche o grupo de outros serviços (2,6%).

Nos anos 1920-1940, os fabricantes de alimentos e bebidas superam os da área da construção civil, com 23,8% contra 16,7%, respectivamente. Na área da construção civil, registram-se 3 serralheiros, 2 marceneiros, 1 oleiro e 1 industrial de materiais de construção. Na área de alimentos e bebidas, anotam-se 4 padarias, 3 fábricas de cerveja, 2 refinos de açúcar e 1 torrefação de café. Os empresários de hotéis, restaurantes e bares continuam com alto percentual de 19,1%, sendo 6 bares e restaurantes e 2 hotéis e restaurantes. A área de manufaturas de metal e mecânica continua sua tendência de crescimento e atinge 9,5%, sendo 2 produtores e montadores de máquinas agrícolas, 1 caldeiraria e 1 ourivesaria. O grupo de outras manufaturas e oficinas, com 19,1%, reúne 2 alfaiates e 1 caso cada de fabricante de colas, adubos, chapéus, tecidos de algodão, fogos de artifício e de instrumentos musicais; com 9,5% do total, o grupo de outros prestadores de serviços é formado por 2 empresários de telefonia, 1 de transportes e 1 casa funerária.

A principal categoria desse grupo – a da construção civil – está ligada ao processo de urbanização. Esses profissionais projetaram e executaram as principais obras da cidade, como as estações ferroviárias da Companhia Paulista, da Companhia Mogiana, o saneamento de águas e esgotos, calçamentos de ruas e abertura de avenidas, além, é claro, de novos prédios residenciais e comerciais. Com o aumento da população, da riqueza e a importância política crescente, outros prédios públicos e a iniciativa privada careciam ainda mais desses profissionais especializados.[21]

Outra categoria marcante reúne fundições e empresas voltadas para a produção de peças e montagem de equipamentos para modernização da atividade agrícola. São os casos da Companhia Mac Hardy e da Companhia Lidgerwood, estrangeiras, e das nacionais, de origem familiar alemã, Fundição Faber e Fundição Bierrembach. O surgimento de empresas na indústria metal e mecânica em Campinas é claro indício de modernização produtiva do café e do potencial de

[21] Alguns exemplos são os hospitais da Santa Casa de Misericórdia e da Real Sociedade de Beneficência Portuguesa, da década de 1870, a Matriz Nova, atual Catedral Metropolitana de Campinas, da década de 1880 (inauguração) e a Cadeia Nova, da década de 1890.

transferência de parte do capital agroexportador para investimentos na base manufatureira ou industrial.[22]

O destaque das indústrias de transformação de alimentos e bebidas na amostra de inventários corrobora os resultados obtidos por pesquisas baseadas em almanaques e jornais, em que se observa a importância dessas indústrias em Campinas, inclusive como característica da fase inicial de industrialização das cidades do interior paulista.[23]

1.3.5. Ocupações diversas

A pequena expressão numérica de profissionais liberais, funcionários públicos, operários, ferroviários e congêneres do total da amostra (79 casos) levou a reuni-los em um único grupo de análise. Esses profissionais foram classificados em 7 categorias, das quais os professores e inspetores de alunos somam 11 registros, os engenheiros ou construtores, 10, os operários e ferroviários, 10, os médicos e dentistas, 9, os militares e religiosos, 5. A categoria denominada de outras funções reúne 24 casos de pequeno número e grande diversidade, como escrivão, jornalista, advogado, contabilista, bombeiro, médico-legista, procurador municipal, administrador de propriedade rural, comerciário, barbeiro, entre outros. Há 10 exemplos de servidores públicos sem funções declaradas e identificadas. A Tabela 1.11 apresenta a distribuição de cada período.

Tabela 1.11 – Ocupações diversas, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Professores e inspetores escolares	1	16,7	2	11,8	8	14,3	11
Engenheiros ou construtores	1	16,7	4	23,5	5	8,9	10
Operários e Ferroviários	0	0,0	0	0,0	10	17,9	10
Médicos e dentistas	2	33,3	1	5,9	6	10,7	9
Militares e religiosos	0	0,0	2	11,8	3	5,4	5
Outras funções	1	16,7	7	41,2	16	28,6	24
Sem declaração e identificação	1	16,7	1	5,9	8	14,3	10
Totais	6	100,0	17	100,0	56	100,0	79

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras funções: agente de correios, bombeiro, porteiro, médico legista, escrivão, escriturário, jornalista, editor, advogado, procurador municipal, contabilista, administrador de propriedade rural, carroceiro, comerciário, jardineiro, barbeiro e parteira.

[22] CAMILLO, Ema E. Rodrigues. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 15-18.
[23] SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1991, p. 43-53.

Encontram-se apenas 6 registros no período 1870-1890, com destaque para 2 médicos, 1 professor, 1 construtor e 1 administrador de propriedade rural. No período seguinte, identificam-se 2 professores, 4 construtores, 1 dentista, 2 militares e, no grupo outras funções verificam-se 7 inventariados, sendo 3 condutores de veículos e 1 entrada cada de advogado, contabilista, escrivão e procurador municipal.

Os operários e ferroviários assumem a supremacia do grupo no período 1920-1940, com 10 casos (17,9%). Os professores e inspetores de alunos somam 8 (14,3%), os médicos e dentistas, 6 (10,7%), os construtores e engenheiros, 5 (8,9%) e os militares e religiosos, 3 (5,4%). No grupo de outras funções identificam-se 16 inventariados (28,6%), com 5 escriturários ou escrivães, 2 jornalistas e 1 caso cada um de editor, contabilista, médico-legista, chofer, comerciário, administrador de propriedade rural, jardineiro, barbeiro e parteira.

Algumas obras ficcionais da literatura brasileira do fim do século XIX e início do XX oferecem relatos do cotidiano rural e urbano do Brasil da época. Nelas seus autores apresentam personagens que, na condição de filhos da elite rural, abraçaram a oportunidade de estudar em universidades europeias, bem como de São Paulo, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, formando-se advogados, médicos e engenheiros, em geral. Pode-se supor que tenham havido casos desse tipo em Campinas na época deste estudo. Todavia, a amostra captou apenas 1 caso de cafeicultor que também exercia advocacia.[24] Supõem-se que a primazia da ocupação agroexportadora sobre as demais ocupações pode ser uma das razões para o pequeno número de profissionais liberais retratados pela amostra de inventários.

De qualquer maneira, algumas ocupações deste grupo apresentam percentuais crescentes, que acompanham o processo de urbanização de Campinas. Este é o caso, por exemplo, de engenheiros e construtores, médicos, advogados e de editores e jornalistas. Alguns personagens de projeção nacional nasceram ou trabalharam em Campinas. Os engenheiros Antônio Francisco de Paula Souza, Francisco de Paula Ramos de Azevedo e Francisco Prestes Maia, o médico Ricardo Gumbleton Daunt, os jornalistas Henrique de Barcellos, José Maria Lisboa e Júlio de Mesquita, bem como os advogados e políticos Manoel Ferraz de

[24] TJC, 3º Ofício, n.7895, 1910.

Campos Salles, Francisco Glicério e os empresários José Paulino Nogueira e Bento Quirino dos Santos.

Outros pontos merecem atenção no grupo de ocupações diversas. Primeiro, o crescimento de maiores oportunidades econômicas baseadas na venda da força de trabalho. Segundo, os casos de ferroviários no último período, quando as empresas ferroviárias, sobretudo as Companhias Mogiana, Paulista e Carril Agrícola Funilense eram as maiores empregadoras da região. Assim, o número significativo de registros confirma a importância do trabalho ferroviário em Campinas, bem como a ampliação de atividades e o crescimento geral do mercado de trabalho.

1.4. Considerações finais

O panorama apresentado da sociedade de Campinas entre 1870 e 1940 mostrou, primeiramente, o crescimento populacional e a participação dos estrangeiros na formação dessa população. Foram identificados contingentes significativos de alemães e de portugueses no Censo de 1872, inclusive com um percentual de alemães em Campinas maior de que o da própria província. Por sua vez, os italianos foram os estrangeiros mais frequentes nos Censos de 1920 e 1940, inclusive com os percentuais do município maiores que os verificados para o estado de São Paulo.

A amostra de inventários acompanha as tendências populacionais de estrangeiros, com alemães superando os demais grupos de europeus no período 1870-1890 e os italianos sobrepujando a metade do total de todos os imigrantes nos períodos 1895-1915 e 1920-1940.

A análise dos grupos ocupacionais e de suas diversas categorias é, por sua vez, importante para que se comparem o que é retratado na historiografia com a realidade de uma amostra de inventários judiciais. Há casos de convergências e contradições entre a literatura e as fontes aqui tratadas. No que tange aos produtores rurais, verifica-se nos inventários um maior número de fazendas de café, as monoculturas, com mais da metade das lavouras identificadas em 1870-1890. Contudo, nos períodos posteriores, a cafeicultura declina e perde espaço para as lavouras de gêneros alimentícios voltados ao abastecimento do mercado local e regional. Dessa forma, os números de produtores rurais impressionam ainda mais no período 1920-1940, quando a industrialização já avançava, pois eles

foram fundamentais para o abastecimento da cidade em franca urbanização, assim como ocorreu em São Paulo.

Também os números cada vez maiores de indivíduos pertencentes aos grupos de proprietários e investidores, de profissionais liberais e servidores públicos e de ocupações diversas confirmam o variado mercado urbano que se desenhou ao longo dos anos.

A maior parte dos comerciantes concentrou-se no ramo de alimentos e bebidas – atacado e varejo –, com destaque para os proprietários de armazéns de secos e molhados. Porém, a variedade das demais categorias também indica um mercado urbano que se amplia e diversifica.

Esse mercado pode ser observado do ponto de vista dos industriais, artesãos e prestadores de serviços. Os empresários da construção civil certamente aproveitaram as oportunidades da urbanização crescente. As fundições e montadoras de equipamentos aplicados na atividade agrícola tornaram-se pioneiras da indústria metal e mecânica. Por sua vez, demonstrou-se, também, que as indústrias de transformação de alimentos e bebidas foram importantes na fase inicial de industrialização de Campinas.

Capítulo 2 – As ocupações segundo as nacionalidades dos inventariados

Este capítulo analisa as ocupações e profissões em Campinas de acordo com os grupos de nacionalidades encontradas nos inventários do período de 1870 a 1940. Interessa-nos comparar os perfis econômicos desses grupos com os apresentados pela literatura histórica que trata do trabalho de brasileiros e de imigrantes no período referido.

De modo geral, os autores divergem sobre as possibilidades de mobilidade social na economia cafeeira paulista.[1] A utilização do trabalho em propriedades rurais e empresas urbanas do fim do século XIX em diante ainda representa um importante campo de análise da história social e econômica.

Além dos brasileiros, três grupos de inventariados estrangeiros foram definidos: italianos, alemães e o grupo das outras nacionalidades. Esse último conjunto é composto por indivíduos de várias origens nacionais, cujos grupos totalizam pequenos números: portugueses, espanhóis, norte-americanos, britânicos ou irlandeses, franceses ou suíço-franceses, russos, letos, lituanos, dinamarqueses, holandeses e sírio-libaneses.

As ocupações seguem a classificação adotada no Capítulo 1: produtores rurais, proprietários e investidores, comerciantes, industriais, artesãos e prestadores de serviços e o grupo de ocupações diversas e pouco numerosas, que reúne profissionais liberais (médicos, dentistas, construtores, jornalistas, contabilistas, advogados), funcionários públicos (professores, escrivães, inspetores), bem como ferroviários, operários, comerciários, administradores de fazendas, entre outros.

A identificação da ocupação de cada indivíduo dos inventários resultou em 1.072 registros. Nos casos em que o inventariado desenvolvia uma ocupação secundária, por exemplo, um cafeicultor que também obtinha rendimentos como proprietário; ou um construtor que também mantinha uma olaria, decidiu-se totalizar as duas entradas, e não apenas a da ocupação principal. Assim, explica-

[1] Um balanço da historiografia da imigração para São Paulo pode ser apreciado em FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré / EDESP, 1991. Segundo o autor, a produção acadêmica da mobilidade social dos imigrantes europeus divide-se nas óticas dos *pessimistas* e dos *otimistas*. A sequência do capítulo apresenta alguns autores em detalhe.

se o maior número de ocupações em relação ao de inventariados. Dos registros identificados, 628 (58,6%) foram de brasileiros, 228 (21,3%) de italianos, 102 (9,5%) de alemães e 114 (10,6%) de outras nacionalidades. A Figura 2.1 ilustra os registros de ocupações desses grupos de nacionalidades, ao longo dos períodos.

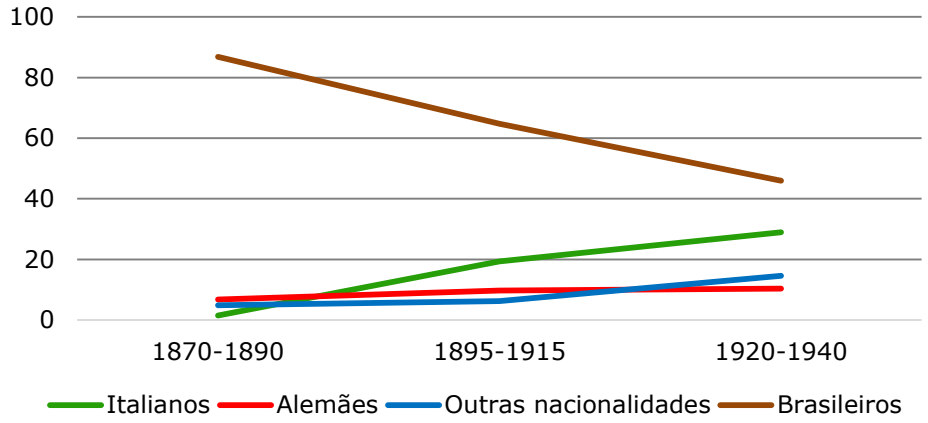


Figura 2.1 – Ocupações por nacionalidades, Campinas, 1870-1940, em %
Fonte: Inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras nacionalidades: espanhóis, norte-americanos, britânicos ou irlandeses, franceses ou suíço-franceses, russos, letos, lituanos, dinamarqueses, holandeses e sírio-libaneses.

O gráfico aponta elevação das participações dos estrangeiros e o declínio relativo dos registros dos brasileiros. Nota-se, também, entre os estrangeiros, o crescimento mais acentuado da participação de italianos. A seguir, serão delineadas as características ocupacionais dos italianos, dos demais estrangeiros e dos brasileiros.

2.1. Italianos

Na obra em que analisa a historiografia da grande imigração europeia para a província e o estado de São Paulo no período em estudo, Boris Fausto classificou os estudiosos em duas correntes. Uma abarca autores que interpretam os casos de sucesso alcançados por alguns imigrantes como exceções de uma sociedade com pouca mobilidade social ascendente. A outra identifica aqueles que explicam os casos de sucesso como emblemáticos de uma base social que, em geral, conviveu com oportunidades de aquisição de propriedades e alcançou relativo bem-estar.[2]

A partir de meados da década de 1880, quando o governo paulista passou a subsidiar a contratação de mão de obra europeia com pagamento das passagens

[2] FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré / EDESP, 1991, p.16-32.

desde a Europa, toda a propaganda foi direcionada aos camponeses italianos, sobretudo aos mais pobres e com família para sustentar. Para os formuladores da política paulista de incentivo à imigração, as famílias seriam preferidas porque tenderiam a permanecer no local de destino, ao contrário da imigração individual, considerada aventureira ou oportunista. Para muitos dos que emigraram, todavia, a realidade contrariou o cenário antes oferecido pelos promotores da imigração subsidiada. Emigrar para o Brasil significou recomeçar a vida em um país com pouca tradição de oferecer oportunidades de ascensão social e econômica.

Nesse contexto, Michael Hall identificou uma estratégia de resistência dos colonos em face das condições de trabalho oferecidas pelos fazendeiros paulistas. Em alguns casos, a decepção dos italianos com os baixos rendimentos e as cláusulas contratuais difíceis de cumprir resultou em abandono ou quebra de contratos de trabalho. Parte desses colonos buscou melhores oportunidades econômicas em outras fazendas e parte se deslocou para a Argentina e os Estados Unidos da América, onde julgavam haver melhores salários. Outros preferiram retornar para a Itália.[3]

Zuleika Alvim e Chiara Vangelista estudaram os percursos dos italianos que se rebelaram contra as condições de trabalho nas fazendas e os resultados de busca por melhores ofertas de trabalho. As autoras notaram que parte desses colonos logo percebeu que vagar por outras fazendas não aprimorava suas condições de vida e o bem-estar de sua família. Nesse momento, os empregos na capital de São Paulo, especialmente os da construção civil, comércio e da indústria nascente, passaram a exercer atração sobre essa mão de obra. Assim, as primeiras décadas do século XX marcam um novo fluxo de imigrantes do interior para a cidade de São Paulo.[4]

Entretanto, o percurso do meio rural para o urbano não foi a única opção de ascensão social para os italianos do início do século XX. Thomas Holloway analisou recenseamentos, estatísticas e relatórios oficiais da época e observou que

---

[3] HALL, Michael M. *The origins of mass immigration in Brazil 1871-1914.* Columbia University [s. n.], 1969. Tese (Doutorado). Ver também STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; e STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. N.6, 1984, p. 80-120.

[4] Os italianos foram mão de obra predominante na indústria paulista até quase 1920. ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente: os italianos em São Paulo (1870-1920).* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 138-48 e 178; e VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930).* São Paulo: Hucitec, 1991, p. 234-43.

imigrantes de primeira geração conseguiram adquirir pequenas e médias propriedades rurais. Na medida em que a produção agroexportadora de café atingia as mais longínquas áreas do interior do estado, transformando terras virgens em vastos cafezais, algumas antigas fazendas foram parceladas e seus lotes vendidos para colonos. Por essa razão, segundo o autor, *o homem paulista comum* conquistou um lugar como proprietário de terra e lavrador independente no Oeste paulista. Esses pequenos e médios produtores agrícolas foram fundamentais no abastecimento alimentar das áreas urbanas, em franco desenvolvimento no período.[5]

Chiara Vangelista chegou a uma conclusão semelhante. Para a autora, o incremento das atividades secundárias e terciárias da economia das cidades tornou necessária a criação de uma agricultura suburbana de abastecimento alimentar, por sua vez ligada ao comércio urbano. Desse modo, o colono que se afastou da grande lavoura cafeeira teria vislumbrado oportunidades de acumulação na produção agrícola voltada para os mercados das cidades.[6]

As conclusões de Holloway e Vangelista divergem das de Warren Dean, que embora tenha notado esse movimento nas antigas áreas cafeeiras, não encontrou indícios significativos de colonos imigrantes atuando como proprietários rurais na região de Rio Claro, a primeira fronteira depois de Campinas em direção ao Oeste paulista. Para Dean, assim como sugeriu Hall, a imigração em massa de trabalhadores rurais acabou por preservar as grandes propriedades, que apenas foram abandonadas pela elite cafeeira local justamente no início do século XX, quando o produto na região já não oferecia lucros tão satisfatórios e os incentivos para a produção de cereais, tubérculos, frutas e hortaliças passaram a ser interessantes.

Esse incentivo para a produção de alimentos foi importante para fazendeiros endividados e para colonos em busca de suas primeiras propriedades. O governo provincial valorizou as terras adquirindo-as, loteando-as em glebas de dois a oito alqueires e repassando-as para novos colonos.[7]

---

[5] HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 220-232.
[6] VANGELISTA. *Os braços da lavoura*, p. 239.
[7] DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 177-181.

De maneira geral, os autores convergem para a caracterização dos colonos italianos como grupos de poucas posses, que trabalhavam com afinco em regime familiar, produziam pouco além do necessário para a subsistência e economizavam os seus pequenos excedentes. Aliadas à sorte de seus membros não contraírem doenças graves, tais características proporcionariam algum progresso financeiro à família e sua consequente mobilidade social ascendente. A maioria dos pequenos proprietários italianos teria começado juntando as economias do trabalho familiar para adquirir um pequeno sítio onde a família poderia ter atendidas as suas necessidades de subsistência e produzir suprimentos para os mercados locais.

Para José Roberto do Amaral Lapa, contudo, a colônia italiana estabelecida em Campinas no final da década de 1860 e início da de 1870 não correspondeu ao perfil camponês, agrícola, geralmente apontado pela literatura. O autor cita propagandas de comerciantes, profissionais liberais, artesãos e de pequenas manufaturas, publicadas nos jornais e almanaques da época, e sustenta que os estrangeiros com algum capital e especialização ocupacional conseguiram ascender e se manter nos setores de mercado urbano, sem passar pelo *indefectível estágio agrícola*.[8] Também podem ser verificadas propagandas de seleiros, sapateiros, alfaiates, tintureiros, açougueiros, construtores e comerciantes, sobretudo de secos e molhados, vestuário e utensílios domésticos, nos periódicos que circulavam por Campinas à época.[9]

De qualquer forma, os italianos pioneiros do Oeste paulista diferenciaram-se daqueles que chegaram durante a grande imigração de 1886 em diante. Esses últimos vieram para trabalhar como colonos nas lavouras de café, puderam se tornar pequenos produtores rurais ou migraram para as cidades para trabalhar como operários nas indústrias, construção civil, comércio e prestação de serviços. Os precursores, por sua vez, tendiam a ser especializados e possuir algum capital próprio, características que ofereciam melhores oportunidades de ascensão social.

---

[8] LAPA, José R. do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros. Campinas: 1850-1900.* São Paulo: EDUSP, 1996, p. 119-120.

[9] LISBOA, José Maria Lisboa (org.). *Almanak de Campinas para 1873*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1872; FERREIRA, Carlos e SILVA, Hypolito da (orgs.). *Almanach Popular para 1878*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, s.d.; Idem. *Almanach Popular para 1879*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1878; BARCELLOS, Henrique de (org.). *Almanach do Correio de Campinas para 1886.* Campinas: Typ. a vapor do Correio de Campinas, s.d.; CARDONA, Francisco e ROCHA, José (orgs.). *Almanach de Campinas (litterario e estatístico) para 1892.* Campinas: Typ Cardona, s.d.

Após 1886, os camponeses, operários e empreendedores urbanos passaram a formar uma colônia de perfil heterogêneo.

A amostra de inventários confirma a presença antiga de italianos. No conjunto dos períodos, todos os grupos de ocupações estão representados. A maior expressão se dá entre os produtores rurais, com 53 inventários. Os comerciantes participam com 38, os industriais, artesãos e prestadores de serviços com 33, os proprietários e investidores com 32 e o grupo de ocupações diversas com 15 inventários. O grupo de ocupações não declaradas e não identificadas soma 57 casos. A Tabela 2.1 resume as ocupações de italianos em cada período.

Tabela 2.1 – Ocupações de inventariados italianos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	0	0,0	5	9,6	48	27,7	53
Comerciante	1	33,3	22	42,3	15	8,7	38
Industrial, artesão e prestador de serviço	1	33,3	13	25,0	19	11,0	33
Proprietário e investidor	0	0,0	2	3,8	30	17,3	32
Ocupações diversas	0	0,0	3	5,7	12	6,9	15
Sem declaração e identificação	1	33,3	7	13,5	49	28,3	57
Totais	3	100,0	52	100,0	173	100,0	228

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: barbeiro, chofer, ferroviário, operário, construtor, jornalista, médico, professor e inspetor de alunos.

No período 1870-1890 foram encontrados três inventários de italianos que possivelmente fizeram parte do grupo de imigrantes pioneiros. É a condição do tintureiro Braz Carello, do comerciante Paulino Giovanetti e do trabalhador sem função declarada e identificada Goffredo Villarmosa.[10] Os dois primeiros casos indicam a presença de italianos com qualificações típicas de ocupações urbanas em Campinas.

As ocupações de italianos se diversificam no período 1895-1915. Agora maioria, os comerciantes constituem 42,3% do total, sendo as principais atividades relacionadas ao comércio de secos e molhados (10 registros), de vestuário e tecidos (5) e de móveis, ferragens e utensílios domésticos (2). Os industriais, artesãos e prestadores de serviços atingem 25%, com destaque para os industriais de bebidas e alimentos (2), carpinteiros (2), sapateiros ou seleiros (2) e prestadores de serviços de alimentação e de hospedagem (5). Os proprietários e investidores somam 3,8% e o grupo de ocupações diversas 5,7%,

[10] TJC, 4º Ofício, n.5163, n.5165 e n.5181, todos de 1890.

com construtores (2) e chofer de praça (1). Não foi possível identificar ocupações em 13,5% dos inventários. A soma dos percentuais das atividades urbanas resulta no total de 76,9%, número que corrobora a observação do período anterior, que aponta a presença de italianos com ocupação profissional especializada e recursos financeiros para investir em Campinas, desde a década de 1870.

Além de reafirmar a maior presença de italianos no meio urbano, a pequena fatia de 9,6% de produtores rurais entre inventariados de 1895-1915 é indicativa de possíveis oportunidades econômicas também para os agricultores e trabalhadores do meio rural. Dos lavradores no período, identificam-se casos de lavouras de café combinadas ao milho, feijão ou arroz (2) e de milho (1). Em 2 casos não foi possível precisar as culturas exploradas.

Em 1920-1940, o grande contingente de trabalhadores italianos que se dirigiram para as fazendas de café nos anos anteriores é capturado na amostra, com uma elevada participação de 27,7% de produtores rurais, sendo relevantes as lavouras de café combinadas com cereais (11 casos), as monoculturas de café (9), as lavouras de cereais, especialmente de milho (9), de cana-de-açúcar (1) e desta combinada com cereais (1).

Nesse período, os comerciantes italianos tiveram uma queda em sua participação e alcançam 8,7% do total. Entre os principais tipos de comércios identificados, estão os secos e molhados (5 anotações), ferragens, móveis e utensílios domésticos (2), vestuário e tecidos (1), livros e revistas (1) e atacadista de algodão (1).

O percentual de industriais, artesãos e prestadores de serviços entre os italianos também apresenta queda e atinge 11% do total. Observa-se maior presença de fabricantes de bebidas e de serralheiros (3 casos cada um). Entre as demais atividades, destacam-se carpinteiros ou marceneiros (2) e os casos de alfaiate, tintureiro, curtidor de couro, industrial de material de construção, proprietário de refinaria de açúcar, fabricante de colas e adubos, de tecidos de algodão e de instrumentos musicais (com 1 registro cada um).

Contudo, se as principais atividades urbanas acusam declínio dos percentuais, as demais crescem como atividades dos italianos. São os casos de proprietários e investidores, com 17,3%, e do grupo de ocupações diversas, com

6,9%, sendo construtores (3), operários e ferroviários (2 casos cada um) e jornalista, médico, professor e inspetor de alunos e barbeiro (1 caso cada um).

Os inventários confirmam, assim, a presença de italianos com ofícios especializados e com capital para investimentos na economia cafeeira desde antes da grande imigração de 1886, atuando em ocupações claramente urbanas.[11] Ainda que ficassem aquém de colônias numerosas e ricas como a alemã e a portuguesa, os italianos pioneiros estabelecidos em Campinas desenvolveram atividades comerciais, industriais e artesanais com destaque na sociedade.

Os italianos precursores também foram registrados nos periódicos, sobretudo os almanaques. No Almanaque de 1873 há pelo menos um caso cada de oleiro, relojoeiro, joalheiro, armeiro, caldeireiro e comerciante italiano. No Almanaque de 1886, o número de italianos aumenta ainda mais, com vários registros de alfaiates (9 de uma lista de 15), comerciantes, carpinteiros, padeiros, sapateiros e pelo menos um registro cada de barbeiro, cervejeiro, cuteleiro, moleiro, armeiro, ferreiro e oleiro.[12]

As ocupações ou profissões eminentemente urbanas e especializadas indicam a diversidade de ocupações dos italianos em Campinas durante a economia cafeeira e antes da imigração em massa. A maioria desse segundo grupo de imigrantes, por outro lado, dispondo de pequeno ou nenhum capital inicial, contando apenas com apoio do trabalho familiar, não pareceu ter sido capaz de tornar-se grande proprietária de terras no Oeste paulista, mesmo após os anos 1920.

2.2. Alemães

A imigração de alemães para o Brasil tem características especiais e a maior parte da literatura trata da região Sul do Brasil, onde eles constituem maioria.[13] Uma rápida comparação dessa corrente migratória com a que se dirigiu para a província e estado de São Paulo revela condições materiais diversas, ou seja, os

---

[11] Indicado por LAPA. *Os cantos e os antros*, p. 119-20, o tema foi abordado por GABRIEL, Maria C. Chiaradia. *Além das fronteiras do colonato: o ajustamento da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. [s.n.]. Dissertação (Mestrado), 1995.

[12] LISBOA (org.). *Almanak de Campinas para 1873*, P. 50-69; e BARCELLOS (org.). *Almanach do Correio de Campinas para 1886*, p. 89-100.

[13] SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 273-314.

alemães sulistas diferenciam-se dos paulistas por chegarem a partir da década de 1820, tornando-se proprietários rurais dos ramos agrícola e pecuário.

Os alemães do Oeste paulista chegaram a partir da segunda metade do século XIX, ainda que haja registro de um ou outro caso anterior à implantação das colônias sob a iniciativa do senador Nicolau Vergueiro na fazenda Ibicaba, então região de Limeira. Os alemães se dividiram entre os de perfil rural, colonos em busca da propriedade como forma legítima de inserção social, e os de perfil urbano, geralmente com aptidões profissionais e dispondo de recursos próprios para investir em estabelecimentos manufatureiros, comerciais, artesanais e educacionais.[14]

Os suíços de língua germânica da colônia Helvetia, em Indaiatuba, região de Campinas, enquadram-se no mais claro exemplo de colonos que começaram reunindo pequenas posses e benfeitorias até se tornarem proprietários rurais. Após a crise que decretou o fim do sistema de parcerias, em 1860, alguns deles assumiram posições de destaque nas fazendas da região, atuando, inclusive, como recrutadores de novos imigrantes para seus patrões.[15]

Os inventários de Campinas confirmam a presença mais antiga e numerosa de alemães na região. No conjunto dos períodos deste estudo, a produção agrícola foi a ocupação predominante entre eles, com 44 de 102 casos. Também são significativos os totais de ocupações urbanas, como as que formam os grupos de proprietários e investidores, com 22 casos; de comerciantes e de industriais, artesãos e prestadores de serviços, ambos com 12; e do grupo que reúne ocupações diversas com 2 casos. Há 10 indivíduos sem ocupações declaradas e identificadas. A Tabela 2.2 mostra os resultados de cada período.

Tabela 2.2 – Ocupações de inventariados alemães, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	4	28,6	7	26,9	33	53,2	44
Proprietário e investidor	3	21,4	7	26,9	12	19,4	22
Comerciante	2	14,3	3	11,5	7	11,3	12

[14] KARASTOJANOV, Andrea Mara S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas.* Campinas: Ed. UNICAMP / CMU, 1999, p. 28-29.

[15] GRININGER, Waldemar. *A imigração suíça em São Paulo.* Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. [s.n.]. Dissertação (Mestrado), 1991, p. 56-60. Com base em documentação oficial e familiar, o autor afirma que os patrões financiavam as viagens destes trabalhadores para a Europa, bem como os gastos com a remessa dos emigrantes diretamente para as suas fazendas.

Industrial, artesão e prestador de serviço	4	28,6	8	30,8	0	0,0	12
Ocupações diversas	0	0,0	0	0,0	2	3,2	2
Sem declaração e identificação	1	7,1	1	3,8	8	12,9	10
Totais	14	100,0	26	100,0	62	100,0	102

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: parteira e ferroviário.

O período 1870-1890 registra maior presença de produtores rurais e de industriais, artesãos e prestadores de serviços, com 28,6% dos inventários para cada grupo. Entre os produtores rurais com lavouras identificadas, há 1 registro cada de café combinado com cana-de-açúcar e milho e de milho com batata. Entre os industriais, artesãos e prestadores de serviços identificam-se carpinteiros e marceneiros (2), fabricante de bebidas (1) e agente funerário (1). Os proprietários e investidores somam 21,4%, os comerciantes 14,3%, sendo 1 de secos e molhados e 1 de botica ou farmácia.

No período seguinte, de 1895-1915, os industriais, artesãos e prestadores de serviços permanecem importantes (30,8%), com destaque para carpinteiros e marceneiros (3), ferreiros, serralheiros e ourives (2) e fabricante de bebidas e industrial de fundição de ferro (1 caso cada um). Os proprietários e investidores participam com 26,9%. O comércio não foi uma atividade econômica tão expressiva entre os alemães e seus 11,5% do total referem-se a açougue, secos e molhados e loja de ferramentas e montarias (1 registro cada). No meio rural, os produtores alcançam 26,9%, com preferência para as lavouras de café combinadas com milho (3 casos), café com eucalipto, café com frutas e apenas café (1 inventário cada um).

Nenhum industrial, artesão ou prestador de serviços alemão aparece na amostra de inventários de 1920-1940, enquanto os produtores rurais chegam a 53,2% do total. São identificadas lavouras de café combinadas com milho e/ou feijão (10), monoculturas de café (5), de eucalipto e de milho (1 caso cada um). Os proprietários e investidores somam 19,4%, enquanto os comerciantes alcançam 11,3%, sendo principais os secos e molhados (3) e móveis e ferragens (2). O grupo de ocupações diversas, com 3,2%, conta com parteira e ferroviário (1 registro cada um).

A presença de alemães nos anúncios dos periódicos de Campinas é mais antiga que a de italianos. Trata-se da colônia com maior proporção de indivíduos especializados e capitalizados. No mais antigo almanaque de Campinas, publicado por José Maria Lisboa em 1871, há registros de médicos, dentistas, comerciantes

de diversos gêneros, negociantes, carpinteiros, serralheiros, fabricantes de bebidas, fundidores de ferro, chapeleiros, boticários, entre profissionais com atividades econômicas especializadas.[16]

Ao mesmo tempo, os dados dos inventários sugerem a transformação desse perfil antes predominantemente urbano para rural ao longo dos anos. É de estranhar, dessa forma, o desaparecimento de industriais, artesãos e prestadores de serviços de origem alemã na amostra. A pouca expressão de profissionais urbanos especializados no período mais recente sugere a hipótese de que as epidemias e as crises de produção e dos preços do café, da virada do século XIX para o XX, podem ter afastado os alemães de Campinas. Alguns integrantes da comunidade se mudaram para cidades vizinhas e não retornaram, enquanto outros preferiram manter-se na zona rural.[17]

2.3. Outras nacionalidades

Um mapa das nacionalidades que chegaram a São Paulo em meados do século XIX para trabalhar nas lavouras de café pode ser encontrado no prefácio do livro de memórias de Thomaz Davatz, o colono suíço que viveu na fazenda Ibicaba do senador Nicolau Vergueiro, em 1850, sob regime de trabalho de parceria. Sérgio Buarque de Holanda, o autor do prefácio, reproduziu um mapa enviado à Assembleia Provincial em 1858, do qual constam os números de trabalhadores presentes nas colônias espalhadas por São Paulo, em operação um ano antes. O mapa lista 249 alemães, 71 suíço-alemães, 91 suíço-franceses, 67 portugueses, 61 belgas, totalizando 539 trabalhadores estrangeiros, além de 69 brasileiros.[18]

Com exceção dos alemães e dos portugueses dessa fase do regime de parceria, as demais nacionalidades citadas no mapa provincial perderam importância ao longo do tempo, ao passo que outras surgiram nos censos e estatísticas oficiais de população. É o caso, em primeiro lugar, dos norte-

---

[16] LISBOA, José Maria (org.). *Almanak de Campinas para 1871.* Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870, p. 26-60.

[17] Um dos casos emblemáticos da migração de alemães de Campinas para cidades próximas foi estudado por RIBEIRO, Arilda Inês M. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas, 1863-1889*. Campinas: Publicações CMU, 1996, p. 151-160. O colégio, dirigido pela alemã Carolina Krug, esposa do francês Hercules Florence, atendeu aos filhos da elite da cidade até 1889, quando foi transferido para Jundiaí (SP). A mudança, segundo a autora, foi causada pela epidemia de febre amarela ocorrida no mesmo ano.

[18] HOLANDA, Sérgio B. Prefácio. In: DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil: 1850.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1980, p. 15-45. Os colonos localizados em Campinas representavam 18,5% do total da Província de São Paulo. As localidades listadas, além de Campinas, são: Limeira, Rio Claro, Pirassununga, Piracicaba, Amparo e Jundiaí, conforme p.38-39.

americanos que emigraram em decorrência da guerra civil de seu país (a Guerra de Secessão, de 1861 a 1865), estabelecendo-se na região fronteiriça de Campinas e Piracicaba; e, em segundo lugar, dos norte-americanos e britânicos, industriais e comerciantes que se fixaram na cidade, no final da década de 1860, visando às oportunidades de negócios para a mecanização da produção cafeeira.[19]

Outras famílias de diferentes nacionalidades emigraram atraídas pelos incentivos governamentais brasileiros, que perduraram em São Paulo até 1927. É o caso do numeroso grupo de espanhóis deslocados para as novas fronteiras agrícolas do interior. Enfim, os movimentos migratórios canalizaram variadas nacionalidades para Campinas e a amostra de inventários corrobora esse amplo processo, revelando a presença de russos, letos, lituanos, holandeses, dinamarqueses e sírio-libaneses, inclusive.

Dos 114 registros de ocupações de inventariados de outras nacionalidades, os portugueses somam 50 casos, os espanhóis 25, os norte-americanos, britânicos ou irlandeses 13, os franceses ou suíço-franceses 12, os sírio-libaneses 5, os dinamarqueses 4, os russos 2, com 1 registro cada um para holandês, leto e lituano.

No geral, os produtores rurais desse grupo variado somam 22 casos, os proprietários e investidores 25, os comerciantes 19, os industriais, artesãos e prestadores de serviços 14, as ocupações diversas 10 casos. Há 24 registros sem declaração e identificação. As ocupações estão detalhadas na Tabela 2.3, com resultados de cada período.

Tabela 2.3 – Ocupações de inventariados de outras nacionalidades, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	3	30,0	2	11,1	17	19,8	22
Proprietário e investidor	2	20,0	7	38,9	16	18,6	25
Comerciante	2	20,0	1	5,6	16	18,6	19
Industrial, artesão e prestador serviço	2	20,0	3	16,7	9	10,5	14
Ocupações diversas	1	10,0	1	5,6	8	9,3	10
Sem declaração e identificação	0	0,0	4	22,2	20	23,3	24
Totais	10	100,0	18	100,0	86	100,0	114

[19] Segundo CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887).* Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 50-60 e p. 107-114, Guilherme van Wleck Lidgerwood fundou a Companhia Lidgerwood em 1868 e o escocês Guilherme Mac Hardy a Companhia Mac Hardy em 1875.

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: construtor, dentista, escriturário, professor, inspetor de alunos, ferroviário e chofer de praça (carroceiro).

Dos 3 produtores rurais de 1870-1890, 1 é português, 1 norte-americano e 1 dinamarquês. Os 2 proprietários e investidores são portugueses. Os 2 comerciantes são franceses. Dos 2 artesãos e prestadores de serviços, 1 é francês e 1 norte-americano. Do grupo de ocupações diversas, o construtor é espanhol.

Dos 2 produtores rurais de 1895-1915, 1 é francês e 1 português. Dos 7 proprietários e investidores, 2 são franceses, 2 norte-americanos, 2 portugueses e 1 espanhol. O comerciante é português. Dos 3 industriais, artesãos ou prestadores de serviços, 1 é espanhol, 1 português e 1 dinamarquês. Do grupo de ocupações diversas o dentista é espanhol. Dos 4 casos sem identificação da ocupação, 3 são portugueses e 1 francês.

Finalmente, dos 17 produtores rurais de 1920-1940, 6 são espanhóis, 3 portugueses, 2 norte-americanos, 2 russos, 2 dinamarqueses, 1 leto e 1 lituano. Dos 16 proprietários e investidores, 12 são portugueses, 2 norte-americanos, 1 espanhol e 1 francês. Dos 16 comerciantes, 4 são portugueses, 5 sírio-libaneses, 4 espanhóis, 2 norte-americanos e 1 francês. Dos 9 industriais, artesãos e prestadores de serviços, 3 são norte-americanos ou britânicos, 2 espanhóis, 3 portugueses e 1 francês. Do grupo de ocupações diversas, 6 são portugueses, 1 francês e 1 espanhol. Dos 20 casos sem declaração e identificação da ocupação, 10 são portugueses, 7 espanhóis, 2 franceses e 1 holandês.

2.3.1. Portugueses

Os objetivos que levaram os portugueses a emigrar podem ser classificados em três tipos: a emigração como carreira, a emigração que visava obter rendimentos complementares e a emigração como reação às situações de crises.[20] O emigrante de carreira atravessou diversas ondas migratórias ao longo dos séculos XVIII e XIX. Eram jovens de sexo masculino, alfabetizados, que partiram apoiados por contatos estabelecidos previamente por familiares ou amigos. Começavam, geralmente, como ajudantes, quando então aprendiam a função, ganhavam a confiança do patrão e tomavam conta do estabelecimento quando este retornava a Portugal. O segundo tipo era constituído de artesãos, indivíduos

[20] LEITE, Joaquim da C. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000.

adultos, por vezes casados, que partiam prontos para desempenhar trabalhos já bem conhecidos. Emigravam em anos de expansão econômica no Brasil, aproveitavam os salários mais elevados nos centros urbanos desenvolvidos e regressavam a Portugal carregando o capital complementar necessário aos seus planos de vida na terra natal. Podiam reemigrar sob novas propostas vantajosas de trabalho. O terceiro tipo era formado por famílias e a decisão de partirem nessa condição geralmente decorria de difícil situação econômica, de quebra da produção agrícola ou de falta de emprego. Essas circunstâncias dificultavam suas possibilidades de regresso.[21]

A atração exercida pelos subsídios brasileiros do século XX levou o governo lusitano a estabelecer diretrizes visando engajar seus emigrantes nos centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Entre as instruções definidas pela Comissão de Emigração Portuguesa, as escolhas pelos trabalhos nos setores comercial e de prestação de serviços eram as mais apropriadas e vantajosas para que, sendo bem-sucedidos no Brasil, enviassem aos familiares em Portugal uma parte dos ganhos auferidos aqui.[22]

Os inventários de Campinas confirmam esse quadro, uma vez que as ocupações urbanas compõem a maior parte das atividades econômicas dos 50 inventariados portugueses da amostra.[23] Dos 3 portugueses do período 1870-1890, 2 são proprietários e investidores e 1 produtor de café e cereais; dos 8 portugueses do período 1895-1915, 2 são proprietários e investidores, 1 comerciante de secos e molhados, 1 padeiro, 1 produtor de café e cereais e 3 sem declaração e identificação da ocupação; e dos 39 portugueses de 1920-1940, 12 são proprietários e investidores, 4 comerciantes de secos e molhados, 4 industriais, artesãos e prestadores de serviços (sendo 1 caso cada de padeiro, dono de restaurante, ferreiro e funerário), 1 escriturário e 1 inspetor de alunos, 4 ferroviários, 3 produtores rurais e 10 casos sem a ocupação identificada.

A amostra de inventariados portugueses está subestimada. Como observado no Capítulo 1, as proporções amostrais dos períodos são inferiores às proporções dos contingentes populacionais verificados nos Censos oficiais de 1872, 1920 e 1940, devido às omissões das declarações de nacionalidades dos inventariados.

---

[21] Idem, p. 193-94.
[22] PASCHKES, Maria L. Almeida. Notas sobre imigrantes portugueses no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista História*, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago./jul., 1990/1991.
[23] Em 13 casos não foi possível identificar as ocupações de portugueses.

Todavia, a pouca importância geral da ocupação rural (5 registros) contra o grande número de ocupações urbanas (32) é consistente com as orientações da Comissão de Emigração portuguesa dirigidas aos lusitanos que vinham para o Brasil. Além disso, os 2 produtores rurais de 1870-1890 e de 1895-1915 podem ser casos de portugueses oriundos do processo mais antigo de imigração, uma suposição justificada pela grande presença de portugueses no Censo de 1872 e pela existência, desde essa época, de uma instituição centenária no município, a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas.[24]

2.3.2. Espanhóis

Os estudos sobre a imigração espanhola no Brasil sustentam a tese geral de que o estado de São Paulo tornou-se um destino importante depois da obstrução das autoridades do governo italiano, em 1902, às subvenções do governo paulista. Assim como ocorreu com os italianos, a propaganda e os incentivos foram dirigidos às famílias camponesas da Espanha.[25] Desse modo, a literatura tende a mostrar famílias espanholas empobrecidas, que vieram trabalhar nas lavouras de café como o novo elemento oprimido na conflituosa relação entre patrão e colono.[26]

O imigrante espanhol também vivenciou o período de monetização crescente das relações de trabalho, sem que aparentemente isso significasse melhorias nas oportunidades econômicas e na mobilidade ascendente. Suas chances de enriquecimento surgiram apenas quando a crise de 1929 praticamente arrasou a economia do café e minou a base das relações de trabalho nas fazendas.[27]

O governo espanhol também criou restrições à emigração subsidiada para o Brasil, em 1910. Todavia, apesar de considerar os maus-tratos e abusos nas fazendas de café do Oeste paulista, a literatura espanhola destaca a motivação financeira. As regiões mais ao sul e ao norte de Madri dependiam dos ganhos

---

[24] A Real Sociedade de Beneficência Portuguesa foi fundada em 1873 e seu hospital inaugurado em 1879. CAMILLO, Ema E. R. e ABRAHÃO, Fernando A. *De médico para médico: o ideal do Hospital Vera Cruz.* Buscando a atualização no conhecimento médico e a qualidade no servir à comunidade. Campinas: Fundação Roberto Rocha Brito / CMU, 2001, p. 32-44.

[25] KLEIN, Herbert S. *La inmigración española en Brasil.* Colombres: Fundación Archivos Indianos, 1996, p. 75-81. SÁNCHEZ ALONSO, Blanca. *Las causas de la inmigración española 1880 – 1930*. Madrid: Alianza editorial, 1995, p. 86. GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda E. O Brasil como país de destino para imigrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 239-271.

[26] MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista História*, São Paulo, n 121, p. 5-26, ago./dez. 1989.

[27] Idem, p. 24-25.

enviados pelos emigrantes aos familiares. O governo espanhol avaliava sistematicamente as listas de depósitos bancários por países receptores de emigrantes, a fim de medir as divisas recebidas do exterior. Assim, a sempre pequena participação de remessas monetárias brasileiras ao longo dos anos foi o motivo principal da proibição da saída de novos emigrantes para o Brasil.[28]

Não obstante, de acordo com os dados dos inventários, os imigrantes espanhóis estabelecidos em Campinas não foram tão empobrecidos como faz crer a literatura. Os casos de comerciantes, industriais, artesãos, prestadores de serviços, profissionais liberais, proprietários e investidores e até de produtores rurais indicam a existência de várias oportunidades econômicas que foram exploradas pelos espanhóis.[29] Um exemplo é o caso do empreiteiro de construção de ferrovias Miguel Antonio Lourenço Matheus, que trabalhava para a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1875. Esse não é o único inventário a contrastar com o perfil de espanhóis empobrecidos do Oeste paulista, pois há os casos de dentista, marmorista e proprietário e investidor no período 1895-1915.[30]

Somente no período 1920-1940, quando o grande contingente de espanhóis parece se assentar, os produtores rurais ganham importância. São 5 produtores de gêneros diversos e 1 cafeicultor. Os comerciantes participam com 2 armazéns de secos e molhados, 1 loja de vestuário e tecidos e 1 de ramos diversos. Os industriais e prestadores de serviços somam 1 registro de padaria e 1 prestador de serviços de telefonia. Há, ainda, 1 inventário de proprietário e investidor e 1 de carroceiro. Desta maneira, a amostra dos inventários parece indicar uma razoável diversidade de ocupações desempenhadas por espanhóis, que diverge do perfil generalizado pela literatura.

2.3.3. Franceses

O processo de imigração de franceses para o Oeste paulista é tão antigo quanto o de alemães, com registros desde as primeiras décadas do século XIX. Seu mais conhecido representante foi Hercules Florence, inventor da fotografia, que passou a viver em Campinas em 1829 ou 1830, após colaborar como ilustrador

---

[28] SÁNCHEZ ALONSO. *Las causas de la inmigración española 1880 – 1930*, p. 84-91. A autora também cita algumas alternativas de como a referida lei teria sido burlada, por exemplo, com a saída de espanhóis pela cidade do Porto, em Portugal.

[29] 7 de 25 inventariados espanhóis não tiveram suas ocupações declaradas.

[30] TJC, 2º Ofício, n.5913, 1915; 3º Ofício, n.7261, 1875; 3º Ofício, n.7823, 1905; 4º Ofício, n.7104, 1915.

da expedição científica liderada pelo russo-alemão Georg Heinrich von Langsdorff, que percorreu o interior das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Amazonas.[31]

As ocupações econômicas ligadas ao comércio, manufaturas, oficinas e prestação de serviços sugerem um perfil urbano dos imigrantes franceses daquela época. Também reunimos a esse grupo os suíço-franceses registrados nos inventários, que parecem ter sido mais propensos às atividades rurais.[32]

Em sua principal obra sobre Campinas, José Roberto do Amaral Lapa identificou uma comunidade de imigrantes franceses no município, em 1860. Segundo o autor, esses imigrantes foram atraídos pelas oportunidades que a acumulação cafeeira proporcionava. Lapa encontrou registros de franceses estabelecidos com comércios de moda, ou seja, de vestuário, tecidos, chapéus e sapatos. Os produtos ofertados por esses estabelecimentos eram quase totalmente importados. A indústria de transformação de alimentos e os serviços de hospedagem também contavam com a presença francesa, assim como a ourivesaria e a fundição.[33] Alguns deles permaneceram ocupando funções de destaque em Campinas por longo tempo, como também observou Ariel do Nascimento.[34]

As ocupações de inventariados franceses da amostra confirmam a especialização de trabalho demonstrada pela historiografia. O perfil geral desse grupo é claramente urbano, pois há apenas 1 registro de produtor rural. Os imigrantes urbanos atuaram como proprietários e investidores, artesãos (ferreiro e ourives), comerciantes e prestadores de serviços, preferindo, nesse caso, os ramos hoteleiro e de alimentação. Há, ainda, 1 caso de professor de língua francesa do ensino público.

---

[31] SILVA, Danuzio G. B. da (org.) *Os diários de Langsdorff*. V.2 São Paulo. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff e Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

[32] Segundo o Censo de 1872, havia 93 franceses em Campinas. BASSANEZI, Maria Silvia B. (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos.* Vol. III – 1872. Campinas: NEPO – UNICAMP, 1998, p. 137.

[33] LAPA, José R. do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: Ed. USP, 1996, p. 283-84.

[34] O autor analisou os franceses judeus que preferiram os comércios da moda aos ramos da alimentação e hotelaria. NASCIMENTO, Ariel Elias do. *A comunidade judaica em Campinas – franceses, russos e poloneses (1870-1930)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. [s.n.]. Dissertação (Mestrado), 2002, p. 62-84.

2.3.4. Norte-americanos, britânicos e irlandeses

Os norte-americanos, britânicos e irlandeses foram reunidos em função da semelhança cultural e linguística. Esses imigrantes vieram para atuar, inicialmente, na construção de ferrovias e na produção e montagem de equipamentos para a mecanização agrícola. Outra parte, composta de norte-americanos agricultores e trabalhadores rurais, vieram ao Brasil após a Guerra de Secessão, para cultivar algodão e aproveitar a demanda de mercado do seu país, cuja produção se encontrava seriamente comprometida pelo conflito armado. Contudo, a retomada da produção norte-americana resultou na decadência da cultura algodoeira paulista e os agricultores passaram a produzir cana-de-açúcar e melancias.[35] No âmbito das ocupações urbanas, a pesquisa de Letícia Aguiar nos registros cartoriais de Santa Bárbara d'Oeste (SP) identificou comerciantes de secos e molhados, de bebidas, carnes e víveres, arados e demais equipamentos agrícolas, além de fabricantes de aguardente, marceneiros, ferreiros e oleiros.[36]

Segundo os inventários de Campinas, o primeiro imigrante desse grupo, um serralheiro falecido em 1870, confirma o processo mais antigo de imigração no município.[37] No geral, os norte-americanos, britânicos e irlandeses estão representados por 4 proprietários e investidores; 3 industriais e artesãos, sendo 2 de produção e montagem de equipamentos agrícolas e 1 tanoeiro; 2 comerciantes, com 1 atacadista de algodão e 1 varejista de secos e molhados; e 3 produtores rurais, sendo 2 de cana-de-açúcar e frutas e 1 de café, cana-de-açúcar e algodão. Aqui, também, a amostra de inventários adotada neste trabalho corrobora os perfis ocupacionais relatados pela historiografia.

---

[35] ZORZETTO, Alessandra F. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio à imigração de pequenos proprietários norte-americanos.* Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. [s.n.]. Dissertação (Mestrado), 2000; SILVA, Célio Antônio A. *Capitalismo e escravidão: a imigração confederada no Brasil.* Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. [s.n.]. Tese (Doutorado), 2011; e GUSSI, Alcides F. *Os norte-americanos (confederados) do Brasil: identidades no contexto transnacional.* Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

[36] AGUIAR, Letícia. *Imigrantes norte-americanos no Brasil: mito e realidade, o caso de Santa Bárbara.* Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP. [s.n.]. Dissertação (Mestrado), 2009, p. 87-89. Os norte-americanos preferiram distritos rurais que mais tarde se tornaram cidades. São os casos de Americana, desmembrada de Campinas, e de Santa Bárbara d'Oeste, de Piracicaba, no início do século XX.

[37] TJC, 3º Ofício, n.6238, 1870.

2.3.5. Sírio-libaneses

Os sírio-libaneses passaram a ser mais presentes no Oeste paulista no final da década de 1900. Segundo Oswaldo Truzzi, esses imigrantes possuíam um perfil mais vinculado às atividades rurais. Porém, ao perceberem que a estrutura agrária concentrada nas grandes lavouras de café e a falta de recursos próprios eram fortes impeditivos para se estabelecerem como proprietários rurais em São Paulo, a maioria deles optou pelo comércio. No geral, tal atividade lhes permitiu aproveitar vantajosas oportunidades mercantis.[38]

Na amostra de inventários, os casos de sírio-libaneses aparecem apenas no período 1920-1940, confirmando a chegada mais recente desses imigrantes em São Paulo. Foi possível identificar 5 comerciantes que atuavam nos ramos de secos e molhados, vestuário e tecidos e lenha.

2.3.6. Dinamarqueses, russos e outros

Entre as menores colônias de imigrantes residentes em Campinas notam-se a dinamarquesa (4 registros), russa (2) e leta, lituana e holandesa (1 caso cada). Segundo a literatura especializada, o perfil que sobressai desses imigrantes é o de pequeno produtor rural. A presença de dinamarqueses e russos foi significativa nos núcleos coloniais da região – sobretudo em Nova Veneza e Nova Odessa –, durante a primeira tentativa governamental de fixar pequenos produtores rurais nos arredores de Campinas, no final do século XIX.[39]

No geral, a amostra de inventários corrobora a especialização rural mostrada em trabalhos anteriores. Dos 9 inventariados, 8 são produtores rurais e apenas 1 dinamarquês atuou como industrial de bebidas e, provavelmente, foi

---

[38] TRUZZI, Oswaldo M. Serra. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 320-21.

[39] As relações entre propriedades e proprietários dos núcleos coloniais serão tratadas no próximo capítulo. BALDINI, Kelly. *Núcleo Colonial Campos Salles – Campinas: um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural – cidades*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. [s.n.]. Dissertação (Mestrado), 2010, p. 152-160. A autora baseia sua dissertação em GADELHA, Regina Maria Gadelha. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. [s.n.]. Tese (Doutorado), 1982. Também é possível identificar ocupações de dinamarqueses e russos na obra de TOLEDO, Francisco Antônio. *Uma história de Sumaré – Da sesmaria à indústria*. São Paulo: IMESP, 1995. Segundo o autor, o Núcleo Colonial Nova Odessa, criado em 1905, e o Núcleo Colonial Nova Veneza, criado em 1910, contaram com presença marcante de russos. Os três núcleos coloniais citados deram origem a municípios da região de Campinas. O núcleo Campos Salles originou o município de Cosmópolis. Nova Odessa e Nova Veneza originaram municípios homônimos.

imigrante mais antigo.[40] As lavouras de cereais, tubérculos e frutas foram preferidas nesse grupo durante todo o período estudado.

2.4. Brasileiros

As ocupações dos brasileiros são variadas e incluem desde os abastados cafeicultores, negociantes, industriais, proprietários e investidores, até os pequenos proprietários rurais e trabalhadores urbanos.

Segundo Maria Lúcia Lamounier, o trabalhador nacional livre do último quarto do século XIX participou ativamente do trabalho rural ao lado dos imigrantes, mas o caráter sazonal da agricultura não lhe oferecia rendimentos certos durante o ano todo. Assim, a construção de ferrovias em direção ao interior de São Paulo e de Minas Gerais, bem como a crescente urbanização das cidades, pôde contar com trabalhadores dispostos a encarar atividade de construção civil para complementar seus rendimentos nos intervalos entre uma colheita e outra.[41]

Os inventariados brasileiros somam 628 ocupações. No geral, as maiores concentrações estão ligadas aos grupos de proprietários e investidores e de produtores rurais, com 162 e 161 casos, respectivamente. Os comerciantes registram 76 casos, os industriais, artesãos e prestadores de serviços 32, e o grupo de ocupações diversas 52 casos. Há 145 registros sem ocupações declaradas e identificadas. A Tabela 2.4 apresenta os dados de cada período.

Tabela 2.4 – Ocupações de inventariados brasileiros, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Proprietário e investidor	48	26,8	59	33,9	55	20,0	162
Produtor rural	62	34,6	43	24,8	56	20,4	161
Comerciante	30	16,8	19	10,9	27	9,8	76
Industrial, artesão e prestador serviço	8	4,4	13	7,5	11	4,0	32
Ocupações diversas	5	2,8	14	8,0	33	12,1	52
Sem declaração e identificação	26	14,6	26	14,9	93	33,7	145
Totais	179	100,0	174	100,0	275	100,0	628

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: administrador de fazenda, chofer (carroceiro), comerciário, ferroviário e jardineiro.

Como se observa no período de 1870-1890, os produtores rurais totalizam 34,6% dos inventários, sendo 29 com monoculturas de café. Das demais lavouras

[40] TJC, 3º Ofício, n.7832, 1905.
[41] LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho livre no Brasil do século XIX.* São Paulo: EDUSP, 2012, p. 225, 266-67.

identificadas, 18 referem-se a café combinado com milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar ou frutas. Há ainda três roças de milho com feijão e uma de hortaliça.[42]

Os proprietários e investidores constituem 26,8% do total e os comerciantes 16,8%, a maioria estabelecimentos de vestuário e tecidos (5). Dos demais comércios identificados nos inventários, 4 são atacadistas de alimentos, algodão e fumo, 3 são varejistas de secos e molhados, 2 de açougues e venda de víveres, 1 farmácia ou botica e 1 loja de ferramentas e montarias.[43]

Os industriais, artesãos e prestadores de serviços do período 1870-1890 alcançam 4,4%, sendo 2 oleiros, 2 serralheiros, 1 marmorista, 1 carpinteiro e 2 proprietários de bar, restaurante ou hotel. O grupo de ocupações diversas atinge 2,8%, com 1 registro cada de dentista, médico, professor, inspetor de alunos e administrador de fazenda.

Os proprietários e investidores são maioria em 1895-1915, com 33,9% do total. Os produtores rurais somam 24,8%, sendo 21 casos de monoculturas de café, 11 lavouras de café combinadas com milho, cana-de-açúcar e frutas. Há ainda 2 roças de milho e 1 de cana.[44] Os comerciantes perdem importância nesse período e atingem 10,9% do total, com 5 secos e molhados, 2 bares ou botequins, 2 açougues e venda de víveres e 1 caso cada um de atacadista de café e algodão, farmácia ou botica, ferramentas e montarias, vestuário e tecidos e de lenha.[45]

O grupo de industriais, artesãos e prestadores de serviços alcança 7,5% do total dos inventários. Das atividades identificadas, 3 são de fabricantes de alimentos, 1 de bebidas e 1 de materiais de escritório. Entre os artesãos, há 2 alfaiates e 1 registro cada um de ferreiro, relojoeiro e sapateiro. Há, também, 1 inventário de prestador de serviço de alimentação e hospedagem.[46] O grupo de ocupações diversas atinge 8%, sendo 2 professores, 2 construtores, 2 carroceiros e 1 registro cada de bombeiro, escrivão, procurador, advogado, guarda-livros, barbeiro, militar e religioso.

O período 1920-1940 acusa declínio do percentual dos produtores rurais, mas ainda assim, com 20,4% do total, eles são maioria. Das lavouras identificadas, 14 são monoculturas de café, 11 de café combinado com milho, feijão, batata,

[42] Há 11 inventários sem declaração e identificação tipo de lavoura.
[43] Há 14 inventários sem declaração e identificação do ramo comercial.
[44] Há 8 inventários sem declaração e identificação do tipo de lavoura.
[45] Há 5 inventários sem declaração e identificação do ramo comercial.
[46] Há 2 inventários sem declaração e identificação do tipo de prestação de serviços

cana-de-açúcar ou eucalipto. Há ainda 2 pomares de frutas e 1 registro cada de algodão com milho e de apenas milho.[47] Os proprietários e investidores atingem 20%. Os comerciantes somam 9,8%, com 10 de secos e molhados, 4 de vestuário e tecidos, 3 farmácias ou boticas, 2 atacadistas de café e algodão e 1 caso cada de açougue e víveres, móveis e utensílios domésticos e ferramentas, combustíveis, e de venda de livros e revistas.[48]

Os industriais, artesãos e prestadores de serviços também tiveram declínio para 4%, com 4 industriais de alimentos, 3 prestadores de serviços de alimentação e hospedagem, 1 de telefonia e 1 caso cada de carpinteiro, oleiro e fabricante de fogos de artifício. No grupo de ocupações diversas, com 12,1%, identificam-se 7 professores, 7 médicos, 2 registros cada de jornalistas, dentistas, construtores, comerciários, religiosos e militares e 1 caso cada de advogado, médico legista, escriturário, ferroviário, porteiro, servidor público geral e jardineiro.

De maneira resumida, os inventários revelam que, excetuando-se os casos sem ocupações declaradas e identificadas, apenas o grupo de ocupações diversas apresenta crescimento constante. Os três grupos majoritários, isto é, de produtores rurais, proprietários e investidores e de comerciantes, sofreram quedas percentualmente significativas do primeiro para o último período.

2.5. Considerações finais

Uma questão pouco enfatizada pela historiografia, mas destacada neste estudo, diz respeito à atuação econômica de italianos antes da grande expansão imigratória de 1886 em diante. Assim como os alemães do processo imigratório mais antigo, esses italianos pioneiros eram profissionalmente especializados, possuíam capital para investimentos e divulgavam seus negócios e profissões na mídia impressa local e regional, principalmente nos jornais e almanaques.

Nos períodos 1895-1915 e 1920-1940, quando a grande imigração italiana refluía, observam-se registros de imigrantes inicialmente pobres, como colonos das fazendas de café, que se tornaram pequenos e médios proprietários rurais, tal como está registrado nos inventários que compuseram a amostra. Há também casos de antigos colonos que se tornaram trabalhadores e empreendedores urbanos de diferentes setores da economia. Dessa forma, do ponto de vista

[47] Há 27 inventários sem declaração e identificação do tipo de lavoura.
[48] Há 4 inventários sem declaração e identificação do ramo comercial.

qualitativo, parece correto afirmar que a colônia italiana de Campinas foi tão heterogênea quanto a da capital de São Paulo e merece ter a sua participação na economia e sociedade aprofundada nos demais capítulos.

Os alemães do processo imigratório mais antigo também possuíam especialização profissional, capital para investir e tiveram grande importância no desenvolvimento do município. Entretanto, a amostra de inventários revela a transformação desse perfil fincado no meio urbano para o de pequenos e médios produtores rurais, sobretudo após as crises de saúde pública e de produção e preços do café do fim do século XIX e início do XX.

As comparações entre os perfis levantados nos inventários e os oferecidos pela literatura sobre as demais nacionalidades confirmam semelhanças, mas apontam também diferenças. Os espanhóis, por exemplo, não exibem claramente a condição de empobrecidos, já que foram identificados casos de indivíduos com profissões e com recursos apreciáveis para investimentos. Os portugueses, por outro lado, confirmam sua maior aptidão para as atividades urbanas, assim como os franceses, suíço-franceses e os sírio-libaneses. O grupo de norte-americanos, britânicos e irlandeses era dividido entre rurais (os norte-americanos sulistas) e urbanos. Os inventários também confirmam esse duplo perfil em Campinas. Os escandinavos, russos, letos e lituanos dedicaram-se eminentemente à produção rural.

Os brasileiros completam o estudo, mostrando que as oportunidades não se abriram apenas para a elite de cafeicultores, proprietários e investidores, mas também para pequenos e médios produtores rurais, comerciantes, profissionais liberais, prestadores de serviços e trabalhadores de diferentes setores econômicos. Essa diversidade entre os brasileiros também revela mercados de consumo e de trabalho bastante dinâmicos em Campinas durante a maior parte da hegemonia da economia cafeeira.

Capítulo 3 – A composição geral da riqueza

A riqueza gerada pela cultura cafeeira, a partir de meados do século XIX, foi decisiva para o desenvolvimento socioeconômico de São Paulo. Suas várias regiões, de norte a sul e de leste a oeste, apresentam aspectos e cadências próprios. Segundo parte da historiografia, o avanço das plantações de café rumo ao interior e a atração exercida pela dinâmica socioeconômica da capital frearam, ainda no fim do século, o ritmo de rápido crescimento que Campinas tomara desde 1870.[1]

Os inventários judiciais revelam algumas características desse movimento.[2] Embora os recenseamentos e levantamentos estatísticos sejam fontes de estudos essenciais sobre o tema, os grandes lapsos de tempo sem informações e os diferentes critérios adotados pelos recenseadores prejudicam o acompanhamento mais detalhado das mudanças. Nesse contexto, os inventários judiciais tornam-se importantes fontes de investigação e análise de formação e distribuição da riqueza, de diversificação econômica e de perfis de grupos sociais que participaram de tais processos.[3]

A análise a seguir considera os bens e direitos arrolados da amostra de inventários de 1870 a 1940 em Campinas. Esses bens foram agregados em quatro grupos: imóveis, ativos financeiros e estoques, escravos e um conjunto de menor expressão monetária, denominado *Outros bens*. Antes da análise dos dados de riqueza, são avaliadas as principais características técnicas dos inventários do

---

[1] Alguns deles: LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros. Campinas: 1850-1900.* São Paulo: EDUSP, 1996; SEMEGHINI Ulysses Cidade. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo.* Campinas: Ed. UNICAMP, 1991. BAENINGER, Rosana, *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas: Publicações CMU / Unicamp, 1996; PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude.* Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969. BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. 26 vol. Campinas [s.n.], 1965-1967.

[2] O presente estudo das riquezas distribui os inventários em três estratos, sendo o da elite formado pelos 20% inventariados mais ricos da amostra, o intermediário composto dos 30% seguintes e o inferior, pelos demais 50% dos inventariados. O inventário pode ser visto como o retrato da situação da riqueza, em geral, após o falecimento do chefe de uma família ou de seu cônjuge. Ainda que possam ter sido elaborados subestimando-se os valores monetários dos bens declarados, o inventário é o principal, se não o único, documento oficial de registro de bens pertencentes a uma família, uma vez que não havia no período estudado exigência de declaração de rendimentos e de bens.

[3] Entre os trabalhos que destacam essas fontes estão: MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da riqueza. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à exportadora capitalista.* São Paulo: HUCITEC, 1990; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: HUCITEC, 2006. MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (sec. XIX)*. Lorena: Stiliano, 1998.

período, tratando das classificações dos bens conforme aparecem nos processos, ou seja, o monte mor ou a riqueza bruta formada por todos os bens do inventário; o Passivo composto de dívidas, tributos e emolumentos judiciais; e o monte menor ou monte partível, isto é, a riqueza líquida destinada aos herdeiros.

3.1. Inventários: riqueza bruta, dívidas, tributos, emolumentos e a riqueza líquida

Além de dados pessoais dos inventariados e seus familiares e herdeiros, a análise deste capítulo concentra-se nas informações sobre descrições, quantidades e valores monetários dos bens registrados nos inventários. Os dados pessoais ou as qualificações pessoais, que permitem obter mais detalhes, por exemplo, sobre as ocupações e nacionalidades, foram extraídos das autuações, petições, declarações de herdeiros, certidões, procurações e dados patrimoniais, sobretudo, do rol de bens e direitos.

O orçamento de um inventário está inserido na parte processual que precede a finalização do processo, conhecida como formal de partilha. Sua estrutura agrega uma lista detalhada dos tipos de bens, tais como imóveis, ativos financeiros, estoques comerciais, escravos, animais, mobília, joias, máquinas, ferramentas, entre outros. A soma dos valores monetários constantes em um orçamento constitui o chamado monte mor ou o montante da *Riqueza bruta* do inventário.

Da riqueza bruta de um inventário é possível calcular os custos dos serviços cartoriais e os tributos e emolumentos determinados pela legislação. A esse montante deu-se na presente pesquisa o nome de *Custas e tributos*. A composição processual dos inventários seguiu padrões definidos pelos dois códigos civis vigentes no período da pesquisa. Dos anos 1870 a 1915, os inventários foram elaborados segundo a Consolidação das Leis Civis, publicada em 1857. Por sua vez, entre 1920 e 1940, os inventários foram elaborados segundo o Código Civil Brasileiro, promulgado em 1916, com vigência iniciada em 1917.[4]

Ainda compõe o orçamento de um inventário, em alguns casos, o montante constituído pelas dívidas contraídas pelo inventariado ou a seu nome, como

[4] CONSOLIDAÇÃO das Leis Civis (Publicação do Governo). Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857. Esse Código passou a vigorar na Província de São Paulo em 1860. Trata-se, segundo especialistas, de uma "adaptação cabocla" das Ordenações Filipinas, que em Portugal vigoraram de 1603 a 1867. CÓDIGO Civil Brasileiro (1916) anotado por Achilles Bevilaqua. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1946.

empréstimos com garantias hipotecárias ou aquisição de bens, produtos ou serviços ainda não quitados, entre outros. Esse montante será aqui designado de *Dívidas passivas*.

As *Dívidas passivas* e as *Custas e tributos* estão comprovados por recibos, notas fiscais, notas promissórias, declarações, entre outros documentos que são encontrados nos processos dos inventários. O produto da subtração desses dois montantes sobre o total da riqueza bruta do respectivo inventário resulta no Monte partível ou a *Riqueza líquida* que era finalmente distribuída aos herdeiros.

Nos inventários de Campinas foram identificadas dívidas passivas em praticamente metade dos processos, isto é, em 460 inventários dos 1.008 da amostra. Os demais apresentam apenas custas e tributos como valores dedutíveis do monte mor. Verificou-se, também, parcela diminuta de inventários cujo montante da riqueza líquida é o mesmo do total da bruta, ou seja, de onde não foram subtraídos quaisquer custas e tributos. Esses processos somam 72 entradas (7,1% da amostra), sendo 6 deles referentes ao período 1870-1890, 14 do período 1895-1915 e 52 casos relativos ao período 1920-1940. Investigou-se razões pelas quais o juiz teria declinado da cobrança de custas e tributos em alguns processos. Uma hipótese para essa tolerância é de um possível baixo valor declarado dos patrimônios. Entretanto, a análise dos inventários não confirma estritamente a suposição, já que se identificaram processos que receberam esses benefícios espalhados pelos estratos, inclusive entre os mais ricos. Ainda assim, o maior conjunto se encontra nos estratos da base da amostra de inventariados, com 51 dos 72 casos.

A partir dos procedimentos anteriores, reuniram-se os percentuais de dívidas e de custas e tributos dos três períodos estudados.[5] No período 1870-1890, os passivos representam 43,3% da riqueza bruta, no período seguinte, 26,1%, e no período 1920-1940, 30,6% do total da riqueza. No geral, os percentuais relativos às dívidas patrimoniais da amostra – sobretudo empréstimos com garantias hipotecárias, despesas com estabelecimentos comerciais e de serviços – apresentam tendência de crescimento do primeiro para o segundo período, mas de queda deste para 1920-1940. Os percentuais de custas e tributos apresentam,

[5] Os valores monetários tratados em todas as tabelas são os escriturais presentes nos processos. Naturalmente, houve desvalorização monetária ao longo do período, mas a análise se concentrou nas proporções do patrimônio na hierarquização da riqueza de cada período, o que diminui o efeito da inflação sobre os valores declarados.

por sua vez, declínio do período 1870-1890 para o seguinte, e de crescimento deste para o de 1920-1940. A Tabela 3.1 permite observar os percentuais dos passivos e a formação participativa dos montantes ao longo do estudo.

Tabela 3.1 – Composição de passivos na amostra de inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Geral	43,3	26,1	30,6
Dívidas	84,1	90,5	82,1
Custas e tributos	15,9	9,5	17,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

O período 1870-1890 reúne 191 inventários. Em 121 deles foram encontradas declarações de valores e descrições de dívidas, as quais representam 84,1% do total. As custas e os tributos constituem 15,9% do passivo total. Identificaram-se casos corriqueiros de dívidas, como pagamentos de honorários médicos, de despesas com boticas ou farmácias, armazéns de secos e molhados, lojas de ferragens, ferramentas e tintas e de armarinhos e vestuário, ou a quitação de empréstimos com garantias hipotecárias, ou valores despendidos durante o processo, pelo inventariante, na compra de roupas, sapatos, material escolar e outras despesas familiares.[6]

Há também ocorrências curiosas, como pagamentos de salários a dois escravos. Em consulta aos periódicos da época, há indícios de grande demanda por trabalhos domésticos para os quais se remuneravam os proprietários que dispunham de escravos para esse fim.[7] Também parece incomum à época a execução da penhora da produção canavieira e o pagamento da *importação de capados*.[8]

Dos 246 inventários do período 1895-1915, 135 discriminam suas dívidas, as quais representam 90,5% do total. Os demais 9,5% são custas e tributos. Alguns casos triviais de passivos desse período são os pagamentos de escovas de dente e novelos de lã do comércio de M. Leich, de produtos farmacêuticos das boticas de Almeida Salles & Cia e de Carlos Biörnberg, de honorários médicos, de produtos de armarinhos, tecidos e moda dos estabelecimentos de Aguiar, Paiva &

[6] TJC, 3º Ofício, n.7381, 1880; 3º Ofício, n.7461, 1885; 4º Ofício, n.5180, 1890.
[7] Um exemplo pode ser visto no anuncio "Precisa-se de uma boa cozinheira, livre ou escrava..." Gazeta de Campinas, 6 de janeiro de 1874, p.3.
[8] TJC, 3º Ofício, n.7264, 1875; 2º Ofício, n.5563, 1870; 3º Ofício, n.7382, 1880.

Cia; Severino, Irmão & Oliveira e de Charles Levy & Cia, entre outros.[9] Saltam a vista, também, as quitações realizadas junto ao estabelecimento comercial Casa Arens, por *maquinismos* para o café, instalados em propriedades rurais, junto à relojoaria e ourivesaria de José Gerin pelo relógio de marca *Roskopf*, ao ateliê da modista Umbelina D'Oliveira por lenços de seda e demais peças de roupas, assim como pagamentos feitos para a Papelaria Casa ao Livro Azul, por bonecas – uma delas de cor negra, inclusive –, bandeirinhas, porta tralhas, caixa de brinquedos e cartões de visita.[10]

Dos 571 inventários do período 1920-1940, 203 registram valores e descrições de dívidas, chegando a 82,1% do total. Os 17,9% restantes procedem de custas e tributos. Algumas dívidas prosaicas deste período são, por exemplo, resultantes da aquisição de acessórios para automóveis da casa Rocha & Barros, de flores da floricultura de Strassburg & Oswald, de serviços de carpintaria prestados por Francisco Siqueira, de artigos para eletricidade da Casa Lucarelli, de *plafoniers*, lustres e ferragens da Casa Bianchi, de serviços de telefonia prestados por Eleutério Rodrigues, de serviços prestados pela serraria de Avelino de Souza & Cia, entre outras despesas.[11]

Uma parte da amostra de inventários apresenta passivos maiores que os das suas respectivas riquezas brutas, dando origem, portanto, a inventários com valores negativos. Foram 37 casos (3,7%) desse tipo entre os 1.008 inventários do período de 1870 a 1940. Desse pequeno universo, verificam-se 13 registros (6,8%) dos 191 inventários de 1870-1890, 9 (3,7%) dos 246 documentos de 1895-1915 e, do período em que se presumia encontrar maior número de inventários negativos – de 1920-1940 –, são 15 (2,6%) dentre os 571 processos.[12]

É importante dar atenção aos inventários negativos, pois eles são indicadores de declínio na escala social. Em geral, os estudos dão pouca importância às distinções entre riqueza bruta ou riqueza líquida dos inventários, constatando-se uma preferência maior para o uso do agregado de riqueza bruta nos trabalhos históricos. Na presente pesquisa, porém, considerou-se que a

[9] TJC, 1º Ofício, n.6117, 1895; 4º Ofício, n.5763, 1900; 2º Ofício, n.5787, 1905.
[10] TJC, 3º Ofício, n.7704, 1895; 2º Ofício, n.5675, 1895.
[11] TJC, 3º Ofício, n.8039, 1920; 3º Ofício, n.320, 1930; 3º Ofício, n.8181, 1925.
[12] Expectativa formada pela crise econômica mundial de 1929, que afetou os produtores brasileiros de café e cujas consequências poderiam ter solapado boa parte da riqueza local.

riqueza líquida é uma categoria mais adequada e precisa para a análise da mobilidade social e da hierarquia da riqueza.

O uso da riqueza bruta foi adotado por Zélia Cardoso de Mello em seu já citado livro sobre as transformações da riqueza na cidade de São Paulo, entre os anos de 1845 e 1895. Ao argumentar que mudanças nas formações de riquezas indicam o fortalecimento de estratos sociais que, por seu maior poder econômico, estavam à frente do processo de diversificação crescente da economia paulistana, a autora não considerou as dívidas geradas nesse processo de desenvolvimento econômico. Ainda que uma dívida pessoal possa ser insignificante no cômputo geral da riqueza de uma região, há casos históricos de fortunas prejudicadas por passivos gerados durante disputas e divergências entre sócios ou por desastrosas administrações dos bens, incluindo seus empreendimentos e investimentos malsucedidos. Afinal, se os bens constituem indicador de riqueza de uma família, serão esses mesmos bens usados na partilha formal para o pagamento das possíveis dívidas.[13]

Já ao estudar a riqueza dos paulistanos na primeira metade do século XIX, Maria Lucília Viveiros Araújo identificou trabalhos que adotam valores brutos ou líquidos na análise de inventários. Embora a autora tenha se preocupado com a metodologia aplicada por vários autores, ela não aprofundou a questão de qual dos agregados melhor exprimiria as relações de riqueza de uma sociedade.[14] Contudo, Araújo optou por utilizar o montante bruto e em alguns casos o valor bruto *ajustado*, este nos inventários que se arrastaram por anos e em que foram percebidas grandes diferenças dos valores monetários entre o momento no qual os bens foram avaliados e quando foram efetivamente partilhados. Isso significa que, no caso da venda de um imóvel durante o processo jurídico, a autora considerou o valor derradeiro, e não mais o valor que compôs o montante bruto original. Na referência que faz aos inventários negativos encontrados na sua amostra (10,3% do total), a autora apenas os insere no número que apresentou problemas para a análise.[15]

Também no caso de Campinas é possível avaliar o tempo médio de duração dos processos do início até a finalização. Conforme a Tabela 3.2, no geral, os

[13] MELLO. *São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da riqueza*, p. 26-27.
[14] ARAÚJO. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos,* p. 71-79.
[15] Idem, p. 66.

processos resolvidos em até 12 meses representam 73,3% do total da amostra, tendo em vista que 12,1% precisaram de um ano ou mais e 2,1% necessitaram de pelo menos cinco anos. Do total, 12,5% não possuem quitação da partilha.[16]

Tabela 3.2 – Tempo médio de quitação das partilhas dos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940	Totais
Até 12 meses	76,4	68,3	74,4	73,3
Mais de 12 meses	16,8	13,4	10,0	12,1
Mais de cinco anos	2,1	3,7	1,4	2,1
Sem quitação de partilha	4,7	14,6	14,2	12,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Os percentuais de solução das partilhas em até 12 meses são estáveis, em torno dos 70%, em todos os períodos. Os números de inventários da amostra que levaram de um a cinco anos a serem solucionados declinam ao longo do tempo, iniciando com 16,8% no período 1870-1890, passando a 13,4% em 1895-1915 e finalizando com 10% em 1920-1940. A tendência de queda também pode ser observada nos percentuais referentes aos casos de solução com tempo superior a cinco anos da data de abertura, com 2,1% dos casos em 1870-1890, 3,7% no período intermediário e apenas 1,4% no período 1920-1940. Nesse exame, outro crescimento percentual coube aos processos sem data de finalização das partilhas, cujos percentuais atingiram 4,7% do total no período 1870-1890, 14,6% em 1895-1915 e 14,2% no período 1920-1940. Conclui-se que, no amplo espectro de 1870 a 1940, praticamente três entre quatro inventários judiciais de Campinas foram finalizados em até um ano da sua data de abertura.

A historiadora Kátia de Queirós Mattoso também verificou os prazos processuais em sua amostra de inventários, mas seu trabalho não discutiu a questão das diferenças de resultados no uso de valores brutos e líquidos na formação dos segmentos sociais que definiram a hierarquia socioeconômica de Salvador, capital da Bahia, durante a maior parte do século XIX. A autora afirma ter considerado apenas o valor bruto, mesmo apontando a importância das dívidas passivas como uma das causas de o inventário ser exigido pelo poder judiciário.[17]

[16] Processos sem quitação de partilha são considerados incompletos.
[17] MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 608.

João Luís Ribeiro Fragoso, por sua vez, estudou a busca de *status* empreendida pela elite mercantil da cidade do Rio de Janeiro no período que compreende as três décadas finais da fase colonial e quase todo o Primeiro Reinado (1790-1830). Segundo ele, a riqueza dessa elite teve origem na acumulação do capital agroexportador, o qual foi paulatinamente direcionado para as empresas rurais que, no entender do autor, passaram a ser vistas como estratégia para aumentar o *status* socioeconômico já proeminente da elite carioca, inclusive em relação às demais regiões do país. O autor faz clara opção pelo uso dos montantes brutos na sua hierarquização econômica por faixas de fortuna.[18]

Também Cláudia Martinez privilegiou os valores brutos na hierarquização social de indivíduos residentes na região do Vale do Paraopeba, em Minas Gerais. Sua amostra consistiu em 761 processos do período de 1840 a 1914, dos quais a autora levantou dados sobre a riqueza, os lares e seu mobiliário e utensílios domésticos, posições socioeconômicas das famílias, sistemas de trabalho, localidade e contexto regional, processos artesanais e de tecnologia industrial, costumes e hábitos, relações de gêneros e de alimentação. Para a autora, os inventários revelam empobrecimento vinculado ao desaparecimento da escravaria e à migração da população local para regiões mais prósperas, inclusive, de outros estados.[19]

Da mesma forma, Luciana Suarez Lopes selecionou inventários de famílias que cobriram ao menos duas gerações de indivíduos (pais e filhos), que viveram nas localidades de Ribeirão Preto e São Simão, região noroeste de São Paulo, durante a segunda metade do século XIX. Os dados analisados pela autora confirmam que houve aumento considerável da riqueza local no período e que esse incremento foi promovido pela cultura cafeeira. Sua conclusão foi obtida, como os demais autores citados, comparando-se os valores brutos dos inventários.[20]

Esses casos ilustram o maior número de autores que têm optado pelos valores brutos dos inventários, sem porém terem examinado em detalhe as

---

[18] FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 42.

[19] MARTINEZ, Cláudia Eliane P. M. *Cinzas do passado: riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba, MG (1840-1914)*. São Paulo: [s. n.], 2006, pp. 63-126-256. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

[20] LOPES, Luciana Suarez. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. In: *História e Economia. Revista interdisciplinar*. Vol. 4, n. 1, 1º sem. 2008, (133-156), p. 140-141.

consequências dessa preferência. É certo que a escolha dos valores brutos resulta em diferenças na hierarquização da riqueza de uma sociedade, em comparação aos valores líquidos. Por exemplo, se a população de uma localidade sofreu com o endividamento decorrente de crises econômicas (como aconteceu após a crise mundial de 1929), é possível que as dívidas dos inventários dessa localidade, nos períodos das crises, tenham afetado sensivelmente as riquezas familiares, diminuindo os valores líquidos das partilhas ou até mesmo as solapando totalmente, em casos extremos. Em vista dessa possibilidade, como ignorar os passivos de um inventário se o produto da subtração das dívidas sobre o valor bruto resulta na riqueza efetiva do inventariado e no valor destinado à partilha?

A utilização do valor líquido na hierarquização dos inventários baseia-se na premissa de que a riqueza de uma família deve ser considerada após a subtração das custas, tributos e dívidas passivas, mesmo que essas dívidas pudessem ser quitadas, posteriormente, pelos herdeiros. Podemos considerar a possibilidade de uma família superar, com créditos futuros, a adversidade de um passivo que a colocou em um grupo social inferior no momento da execução da partilha dos bens, mas ponderar dessa maneira implica que deveríamos seguir os herdeiros até o momento da quitação das dívidas. A única maneira de confirmar a possível quitação de uma dívida familiar seria localizar e acompanhar os inventários dos herdeiros e verificar tal possibilidade. Todavia, apesar de plausível, esta é uma possibilidade que foi descartada nesta tese por requerer muito tempo adicional e um outro tipo de pesquisa com ênfase em diferentes gerações de inventariados.

Uma autora que utilizou os valores líquidos da riqueza foi Dora Paiva da Costa, que estudou inventários de Campinas para o período em que a localidade ainda se denominava Vila de São Carlos. A autora utilizou partilhas de 1795 a 1850 para descrever as heranças e as estratégias de distribuição dos bens de algumas famílias. Os valores líquidos das riquezas foram utilizados por Costa para escalonar os indivíduos e suas famílias nos segmentos sociais e definir os casos de passagem (acumulação ou declínio) de riquezas de pai para filho. Somente assim, conhecendo a parte da herança que coube a um determinado indivíduo, a autora pôde comparar o valor recebido com o que ele acumulou até sua morte.[21]

[21] COSTA, Dora Isabel Paiva. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, 1795 – 1850*. Niterói, RJ: [s. n.], 1997, p. 89-90. Tese (Doutorado) – Centro de Estudos Gerais, Dep. História – Universidade Federal Fluminense.

Renato Leite Marcondes também empregou os valores líquidos de uma amostra de 187 inventários dos anos de 1830 a 1879, a fim de estudar a concentração de riquezas no município de Lorena, no Vale do Paraíba paulista.[22] O autor aborda diversas questões metodológicas, tal como as diferenças de valores de custas e tributos nos inventários. Na análise historiográfica, Marcondes observou uma nova tendência de se considerar a evolução da composição dos patrimônios no decorrer do tempo e não mais apreciar valores monetários comparáveis no período. Essa vertente tem nítida expressão no estudo da formação da riqueza pelos valores líquidos, que inclui as dívidas passivas como componentes importantes dos estudos.[23]

Nos inventários de Campinas, é possível que a adoção do montante bruto em vez do montante líquido acarrete distorções nos resultados. Por exemplo, na hipótese de os inventários com valores negativos do período 1870-1890 terem sido utilizados apenas com os valores brutos, 6 famílias permaneceriam no estrato social intermediário, mesmo que seus patrimônios líquidos fossem equivalentes ao padrão verificado no segmento inferior da amostra. Outras 6 famílias continuariam na elite, ainda que suas riquezas líquidas se assemelhassem aos níveis do estrato intermediário.

Considerando os valores brutos dos inventários negativos do período 1895-1915, 8 famílias se manteriam no estrato médio, quando suas riquezas líquidas indicam pertencerem ao estrato inferior, 5 permaneceriam na elite, mesmo com suas riquezas líquidas no grupo intermediário e, por fim, 1 família não declinaria da elite diretamente para o segmento inferior, no referido período.

Para finalizar, se os inventários com saldos negativos do período 1920-1940 fossem analisados pelos valores brutos, 7 famílias não decairiam do segmento intermediário para o inferior, outras 4 não desceriam da elite para o intermediário, e 6 permaneceriam na elite, mesmo com suas riquezas líquidas indicando serem, de fato, do estrato inferior de riqueza.

---

[22] MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira*, p. 304-310.

[23] Alguns trabalhos dessa linha citados por Marcondes incluem: ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: uma manutenção da diferença em Taubaté (1680-1979)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro. OLIVEIRA, Lélio Luís de. *As transferências da riqueza em Franca no século XIX*. Franca, SP: [s.n.], 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Franca (SP).

Assim, apesar de seu pequeno número – 37 ocorrências entre os 1.008 da amostra –, a consideração dos inventários negativos pelos valores líquidos adiciona precisão à análise da evolução da riqueza entre os inventariados de Campinas.

3.2. A composição da riqueza: uma primeira aproximação

Na amostra de 1.008 inventários, os percentuais de passivos constituídos de dívidas, custas cartoriais e tributos variam ao longo do período 1870-1940, com resultados equivalentes na riqueza líquida. A Tabela 3.3 apresenta as proporções de passivos e de riqueza líquida encontradas nos inventários pesquisados.

Tabela 3.3 – Passivos e riqueza líquida na amostra de inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Riqueza bruta	100,0	100,0	100,0
Passivos	16,3	10,2	13,6
Riqueza líquida	83,7	89,8	86,4

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Passivos compõem-se de valores de emolumentos, tributos e dívidas.

Os passivos partem de 16,3% no período 1870-1890, perdem cerca de 6 pontos percentuais no período intermediário, mas aumentam posteriormente durante os anos de 1920-1940, ainda que alcançando um percentual (13,6%) inferior ao inicial. De forma correspondente, a riqueza líquida partível apresenta percentual de 83,7% no período inicial, aumenta para 89,8% no intervalo de 1895-1915 e declina para 86,4% no período 1920-1940.

O aumento proporcional da riqueza líquida na sociedade de Campinas, tal como expressa pelos inventários, demonstra a contínua expansão da economia local, mesmo durante as sucessivas crises da cultura cafeeira, do último decênio do século XIX em diante, atravessando a crise mundial do final dos anos 1920 e, evidentemente, passando pela crise da década de 1930. Mesmo com a paulatina transferência da produção cafeeira para as novas *fronteiras agrícolas*, o rastro de riqueza deixado por ela em Campinas (ferrovias, urbanização da cidade, indústrias, comércio e serviços) serviu de base para a diversificação e a continuidade do crescimento econômico.

3.3. A composição dos bens na formação das riquezas

A análise da composição da riqueza que realizamos aqui leva em consideração quatro grupos de bens levantados junto aos orçamentos dos inventários: os imóveis, os ativos financeiros e estoques, os escravos e um agregado formado por outros tipos de bens.

O primeiro grupo reúne bens imobiliários urbanos e rurais. O imóvel urbano é formado por casa, casa e quintal, galpão, prédio e demais edifícios de uso residencial ou comercial, bem como terrenos identificados com nome e número de logradouros situados no perímetro urbano do município.[24] O imóvel rural muitas vezes possui indicação de produção, mas não possui localização espacial precisa e cada imóvel tende a receber do escrivão, a seu critério pessoal, o título de fazenda, sítio ou chácara, nomes que permitem classificá-los como da área rural do município.

O grupo de ativos financeiros e estoques inclui créditos a receber, ações e quotas de capital social de empresas e seus rendimentos (dividendos, aplicações, debêntures) e estoques de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestadores de serviços, bem como valores monetários pagos por safras agrícolas colhidas e armazenadas ou ainda por colher.[25]

Os escravos formam grupo distinto e bem conhecido.[26]

O último grupo reúne bens de pouco valor monetário e pequena representatividade na amostra. Esses bens se distinguem por três categorias: de móveis e joias; de animais de corte e para tração de máquinas e veículos; e a de armas, ferramentas e maquinário profissional, entre outros. A Tabela 3.4 resume os percentuais de cada grupo de bens em cada período.

Tabela 3.4 – Composição da riqueza por grupos de bens, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Imóveis	45,5	52,2	64,6
Ativos financeiros e estoques	33,6	44,2	34,0
Escravos	16,9	0,0	0,0
Outros bens	4,0	3,6	1,4

[24] Os inventariantes declaravam a localização dos imóveis urbanos citando seu endereço completo.
[25] Neste caso, os documentos anexados aos inventários mostram que alguns produtos de colheitas já estavam comprometidos comercialmente antes mesmo de serem colhidos.
[26] Naturalmente, os escravos estão presentes nas primeiras quatro séries quinquenais que formam o período 1870-1890, ou seja, 1870, 1875, 1880 e 1885. Assim, como todos os grupos de bens, os escravos irão receber adiante exame aprofundado.

Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros bens: mobiliário, joias, máquinas, ferramentas, animais para corte ou tração, armas, veículos etc.

No intervalo inicial de 1870-1890, os imóveis representam 45,5% do total, os ativos financeiros e estoques, 33,6%, os escravos, 16,9%, e os outros bens, 4%. No período 1895-1915, quando os escravos deixam de fazer parte do total do estoque de riqueza, há significativo aumento no grupo de imóveis, que atinge 52,2% do total, e no de ativos financeiros e estoques, que alcança 44,2% Os outros bens diminuem seu peso em relação ao período anterior, registrando 3,6% do total. Aparentemente, os recursos antes destinados à aquisição de cativos deslocaram-se para os ativos financeiros e estoques e os bens imóveis.

Esses dados se aproximam dos encontrados por Zélia Cardoso de Mello para o município de São Paulo. Na capital, os inventários pesquisados pela autora indicam que os grandes proprietários de escravos alocaram o capital antes destinado à manutenção desses plantéis em investimentos urbanos, tais como imóveis para aluguéis e ações ou quotas de capital social de indústrias e empresas de crédito e prestação de serviços, sobretudo de transportes e iluminação.[27] Em Campinas, os inventários sugerem que o capital da escravaria se transferiu relativamente com mais intensidade para o grupo de ativos financeiros e estoques (sobretudo ações ou quotas de capital social de empresas dos ramos bancário, ferroviário, industrial e comercial) e, em seguida, para o grupo de bens imóveis, no período 1895-1915.

Já o período 1920-1940 revela uma maior preferência dos inventariados pelos bens imóveis, que teve um aumento excepcional para 64,6% do total da composição da riqueza da amostra. O grupo de ativos financeiros e estoques, por sua vez, declinou em importância em relação ao período anterior e alcançou 34% do total da riqueza. O grupo de outros bens atinge 1,4% do total.

O expressivo aumento da participação dos bens imóveis e o declínio do percentual dos bens chamados de ativos financeiros e estoques no período 1920-1940 indicam uma maior propensão dos proprietários em adquirir bens de raiz, que podem ser considerados investimentos mais seguros se comparados com aqueles em que se deposita confiança em administrações de empresas. É possível

[27] MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da riqueza*, p. 125-147.

que essas mudanças se relacionem com os perfis socioeconômicos dos inventariados e, por essa razão, cada grupo de bens será analisado em detalhes.

3.3.1. Imóveis

Os inventários analisados registram 2.610 imóveis entre 1870 e 1940, dos quais 2.197 urbanos e 413 rurais. A Tabela 3.5 reproduz as participações relativas ao número de imóveis de cada categoria (urbano e rural) e dos valores correspondentes, em cada período.

Tabela 3.5 – Imóveis urbanos e rurais nos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Urbanos	79,2	54,0	88,3	70,8	83,4	73,0
Rurais	20,8	46,0	11,7	29,2	16,6	27,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

No período 1870-1890, os inventários da amostra registram 413 imóveis, sendo 79,2% urbanos e 20,8% rurais. Obviamente nem todas as famílias possuíam imóveis e em alguns casos esses bens não foram inventariados, por omissão de declaração do inventariante e, sobretudo, quando sua venda ocorreu pouco antes da morte do inventariado. Os imóveis urbanos do período concentram 54% do valor total, ao passo que os rurais representam 46%. Essa relação indica que as propriedades rurais tinham, como era de se esperar, um valor unitário muito maior do que os localizados na área urbana. Dos 191 inventários desse período, 121 registram imóveis urbanos e 68 imóveis rurais. Entre os inventários com imóveis urbanos, verifica-se a média de 2,7 unidades por espólio. A média de imóveis rurais é de 1,3 unidade por espólio.

Há registros de 783 imóveis na amostra de 1895-1915. As unidades urbanas subiram para 88,3% do total e as rurais declinaram para 11,7% do total. No período examinado, o conjunto dos imóveis urbanos presentes nos inventários concentra 70,8% do valor, enquanto o conjunto de imóveis rurais representa 29,2%. Esses percentuais reforçam a possibilidade de que a acumulação e a concentração da riqueza na área urbana estivessem aumentando rapidamente, como foi notado antes. Dos 246 inventários desse período, 174 registram imóveis urbanos e 53 deles imóveis rurais. Entre os inventários que listam propriedades urbanas, observa-se a média de 4 unidades por espólio. A média de imóveis rurais

é de 1,7 unidade por inventário. O aumento da média de propriedades urbanas nesse segundo período pode indicar uma maior concentração da riqueza com a urbanização da cidade.[28]

Os inventários de 1920-1940 registram 1.414 imóveis, sendo 83,4% urbanos e 16,6% rurais. O grupo dos imóveis urbanos registrados nos inventários do período concentra 73% do valor total, enquanto o grupo de imóveis rurais representa 27%. Dos 571 inventários da amostra, 391 listam propriedades urbanas e 150 propriedades rurais. Entre os inventários com imóveis urbanos, observa-se a média de 3 propriedades por inventário, enquanto a média de imóveis rurais é de 1,6 propriedade por inventário. No período, prosseguiu a tendência anterior de aumento do valor dos imóveis urbanos no total da riqueza acumulada. Esses resultados reafirmam a alta probabilidade de que se estava vivenciando uma crescente urbanização de Campinas. De fato, os recenseamentos gerais de 1900 e 1920 indicam uma maior proporção de habitantes rurais em relação aos urbanos. Porém, já em 1934 a população urbana atingiu 52% e a rural 48% do total de 132.819 habitantes de Campinas.[29]

Por sua vez, o aumento do número de imóveis rurais entre 1895-1915 e 1920-1940 pode estar relacionado com a fragmentação das antigas propriedades cafeeiras. Entre as principais causas desse resultado estão as partilhas, que dividiram antigas e grandes propriedades entre as gerações de herdeiros de uma família e o loteamento de fazendas em pequenas propriedades rurais vendidas aos imigrantes, como foram os casos dos Núcleos Coloniais Campos Salles, Nova Odessa e Nova Veneza, os três fundados sobre antigos cafezais da região de Campinas, entre 1897 e 1910.[30]

---

[28] Alguns estudos sobre Campinas afirmam que os primeiros planos diretores de urbanização foram elaborados e iniciados já no fim do século XIX, avançando pelas primeiras décadas do XX. Eles se atrelavam às consequências das epidemias de febre amarela (de 1889 a 1900). SILVA, Kleber Pinto. *A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde e da urbanização em Campinas, SP*. Campinas: Publicações CMU / Unicamp, 1996, p. 52-68; BADARÓ, Ricardo. *Campinas, o despontar da modernidade.* Campinas: Publicações CMU / Unicamp, 1996, p. 30-49; e LAPA. *A cidade: os cantos e os antros*, p. 259-274.

[29] BAENINGER, Rosana, *Espaço e tempo em Campinas*, p. 42.

[30] GADELHA. Regina Maria D. Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. [s.n.]. Tese (Doutorado), 1982.

3.3.2. Ativos financeiros e estoques

Os ativos financeiros e estoques são o segundo grupo de bens em importância nos inventários. Uma categoria de bens é formada por depósitos bancários, empréstimos efetivados com garantia hipotecária e papel moeda entesourado resultante de rendimentos ou lucros com produção a agrícola, aluguéis, pecúlios, seguros de vida ou de vendas de bens anteriormente declarados nos inventários. A segunda categoria reúne ações ou quotas de capital social de empresas comerciais, bancárias, industriais e prestadoras de serviços, dos setores público e privado. A terceira categoria abarca os estoques de estabelecimentos comerciais, industriais e de produtos agrícolas colhidos e armazenados ou a colher.

Dos 1.008 inventários da amostra, há descrições de ativos financeiros e estoques em 555 deles. Os depósitos bancários e empréstimos a receber representam, em todos os períodos, mais da metade do total, embora apresentem tendência de declínio ao longo do tempo. As ações e quotas de capital social de empresas não tiveram o mesmo peso inicial dos depósitos e empréstimos, mas apresentam crescimento ao longo dos anos. Os estoques comerciais e agrícolas tiveram menor importância relativa que as demais categorias comparadas, mantendo-se relativamente estáveis no período (ver a Tabela 3.6).

Tabela 3.6 – Ativos financeiros e estoques nos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Proporções na amostra	33,6	44,2	34,0
Depósitos e empréstimos	69,7	64,7	51,8
Ações e quotas de empresas	17,4	24,3	34,9
Estoques mercantis	12,9	11,0	13,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Dos 191 inventários do período 1870-1890, foram encontrados ativos financeiros e estoques em 130 deles. Nesses, os depósitos e empréstimos concentram 69,7% do total, as ações de capital de empresas, 17,4%, e os estoques comerciais e agrícolas, 12,9% do total da categoria.

No período 1895-1915, verificam-se registros de ativos financeiros e estoques em 165 dos 246 processos. Os empréstimos e depósitos predominam com 64,7%. As ações de capital de empresas somam 24,3% e os estoques diversos, 11% do total. O aumento de quase 7 pontos percentuais no total de ações ou quotas de capital de empresas em relação ao período anterior parece

indicar um aumento do número de empreendedores industriais, comerciais e prestadores de serviços na economia.

Nos 571 inventários dos anos de 1920-1940, há 260 registros de ativos financeiros e estoques. Os empréstimos e depósitos declinaram em quase 13 pontos percentuais, atingindo 51,8% do total. Ao contrário, o percentual de ações de empresas subiu mais de 10 pontos em relação ao período anterior e chegou a 34,9% do total da categoria. Os estoques diversos, com tendência positiva, contribuíram com os demais 13,3%. As participações crescentes das ações de capital ou quotas de empresas e dos estoques comerciais e agrícolas indicam que a economia de Campinas continuava diversificando-se e ampliando suas oportunidades de investimentos para os detentores de maior riqueza.

3.3.3. Escravos

Podemos verificar as deploráveis condições de patrimônio humano de senhorios não apenas nos inventários, mas em vários tipos de ações judiciais que permitiram peticionar, em juízo de direito, a liberdade definitiva de alguns escravos, individualmente.[31] Há também séries de documentos fiscais e notariais cobrindo longos períodos. Uma delas refere-se aos registros de impostos de *meia sisa*, para cada transação comercial (compra e venda) de escravos, na província de São Paulo. Outra reúne as escrituras do 1º Cartório declarando empréstimos dando como garantia escravos.[32]

Os escravos foram computados nos inventários das séries quinquenais que compõem a amostra do período, ou seja, 1870, 1875, 1880 e 1885.[33] A Tabela 3.7 sintetiza o papel que os escravos assumiram na composição da riqueza da época estudada.

---

[31] Os verbetes das ações judiciais relativas às leis de 1871 e 1885, que permitiram a libertação de escravos por meio de pecúlios, entre outros, bem como as estatísticas dos casos de Campinas, estão em ABRAHAO, Fernando A. *As Ações de liberdade de escravos em Campinas*. Campinas: Publicações CMU. Coleção Instrumentos de Pesquisa, v.1, 1992.

[32] Os registros de pagamentos de impostos de meia sisa fazem parte do arquivo da Coletoria de Rendas de Campinas. As coletorias de rendas foram repartições arrecadadoras criadas no período da Regência, em 1834 e eram subordinadas às Tesourarias da Fazenda das províncias. No período desta pesquisa havia Coletorias na capital, em Santos e Campinas. As escrituras hipotecárias estão registradas nos livros do 1º Cartório de Notas de Campinas. Ambos os arquivos são disponibilizados pelo Centro de Memória - Unicamp. Ver mais em: ABRAHÃO, Fernando A. Os balancetes da Coletoria de Rendas de Campinas. *Boletim do Centro de Memória - Unicamp*, Campinas, v. 2, 1990, p. 24-28.

[33] Cabe lembrar que, das cinco séries quinquenais que compõem o período 1870-1890, apenas a de 1890 não contabilizou escravos, em razão do fim da escravidão no Brasil, em 1888.

Tabela 3.7 – Escravos nos inventários, Campinas, 1870 a 1885, número de indivíduos e participação na riqueza em %

	1870		1875		1880		1885	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
Plantéis	550	27,7	269	23,8	246	18,2	259	14,7

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: os percentuais das colunas "valor" correspondem às participações percentuais do valor monetário dos escravos nos totais das riquezas declaradas no conjunto de inventários de cada ano.

Os inventários pesquisados no ano de 1870 registram um total de 550 escravos. Dos 33 inventários desse ano, 22 deles (66,7%) possuíam escravos, com os fazendeiros mais abastados mantendo plantéis para trabalhos domésticos e, fundamentalmente, para as lavouras. Os escravos encontrados em 1870 representam 27,7% da riqueza total do referido ano. Os 22 inventários com plantéis possuíam uma média de 25 escravos por espólio.

Na série seguinte, há um declínio substancial no número de escravos nos inventários pesquisados, de 550 em 1870 para 269 em 1875. O percentual do valor dos escravos no total da riqueza também declina, embora bem menos do que no caso do número absoluto, para 23,8% em 1875. A menor queda do valor parece significar que os preços dos escravos estavam subindo no período. Havia 17 inventários (52%) com escravos de um total de 33 de 1875, com uma média de quase 16 escravos por espólio, configurando uma queda significativa de quase 10 escravos por plantel entre 1870 e 1875.

Em 1880 o número de escravos continuou caindo, mas agora com uma queda maior no valor dos cativos – para 18,2% – no total da riqueza inventariada. Também houve declínio no número de senhores de escravos (15 entre 35 inventários, ou 43%), com uma média estável de 16 escravos por inventário.

Os inventários de 1885 registram 259 escravos, que participam com 14,7% da riqueza, ou seja, o menor percentual na série em relação à riqueza total. Claramente, as diferentes formas de riqueza não-escrava estavam ganhando expressão e reduzindo o peso relativo dos escravos nos investimentos dos proprietários. Os 15 inventários com escravos de um total de 32 espólios (46,9%) possuíam em média 17 cativos, um número similar aos dos anos próximos. Portanto, pelo menos no número médio de escravos dos inventariados de Campinas, não ocorreu uma redução da propriedade mesmo diante da rápida desagregação do sistema escravista na época.

Comparando os dados da participação dos cativos na formação da riqueza de Campinas com os encontrados por Zélia Cardoso de Mello para a capital de São Paulo, observam-se características distintas. Em 1870, os escravos de Campinas representam mais de 27% da composição da riqueza local, ao passo que na capital o percentual não passava de 18%. Em 1875, a participação dos cativos em Campinas declinou para 23,8%, enquanto na capital o percentual foi de 15%. A queda em São Paulo é ainda maior em 1880 e 1885, chegando a 5% do total da riqueza. Já em Campinas, os escravos continuam mantendo um peso relativamente mais elevado, de 18% e 15% naqueles dois anos, como vimos.[34]

Esses dados são consistentes com a importância da produção agrícola cafeeira de Campinas na época, que era mais intensiva no uso do trabalho escravo.

3.3.4. Outros bens

O último grupo de bens analisado agrega bens de baixo valor encontrado nos inventários. Conforme a Tabela 3.4 (página 84), a participação desse grupo na composição da riqueza de Campinas apresenta tendência ao declínio, iniciando com 4% no período 1870-1890 e atingindo 1,4% nos anos 1920-1940.

A diversidade e a pouca importância em termos de valor da maioria deles levaram a categorizá-los por suas similaridades. Pode-se utilizar a classificação adotada por Ernani da Silva Bruno no seu fichário de equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira.[35] Bruno identificou mobiliário, alfaias, vestuário e joias, também encontrados nos inventários de Campinas da época, e os reuniu sob o título de Objetos.[36] Armas, veículos e equipamentos de transportes, maquinário, ferramentas e objetos de uso profissional foram agrupados com o nome de Equipamentos.[37] Uma terceira categoria de bens foi composta por animais destinados à tração de veículos e moendas ou para alimentação (leite e carne), os Animais.

No período 1870-1890, os objetos concentram 52,5% do total do grupo, enquanto os equipamentos somam 9,1% e os animais 38,4%. Posteriormente, em 1895-1915, os objetos perdem importância relativa e atingem 45,1% do total,

---

[34] MELLO. *São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da riqueza*, p.81-85.
[35] *Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira: fichário de Ernani da Silva Bruno*. Coordenadora-geral da coleção Marlene Milan Acayaba. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000. V. 1. Alimentação, V. 2. Construção, V. 3. Costumes, V. 4. Objetos e V. 5. Equipamentos.
[36] *Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira*, V. 4. Objetos.
[37] *Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira*, V. 5. Equipamentos.

enquanto os equipamentos e os animais aumentam suas participações para 12,2% e 42,7%, respectivamente. Nota-se, no período 1920-1940, estabilidade no percentual de objetos, com 45,3%, mas a tendência antes crescente da categoria animais se inverte e cai para 31,8% do total. Os equipamentos registram aumento acima dos 10 pontos percentuais e atingem 22,9%. A Tabela 3.8 mostra que as categorias objetos e animais são mais expressivas.

Tabela 3.8 – Outros bens nos inventários, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Geral	4,0	3,6	1,4
Objetos	52,5	45,1	45,3
Equipamentos	9,1	12,2	22,9
Animais	38,4	42,7	31,8
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Assim como nos demais grupos, o de Outros bens, em especial a categoria equipamentos (máquinas, ferramentas e automóveis), indica o perfil de uma cidade em rápido processo de urbanização e de industrialização desde a segunda década do século XX.

3.4. Considerações finais

A análise mostrou a importância das principais informações sobre os ativos presentes nos inventários *post mortem* relacionados à formação e distribuição de riquezas, ou seja, os montantes brutos e o líquido partível. Um aspecto importante é que as dívidas de um inventário são relevantes para a definição da posição social do inventariado e de sua família e, com isso, para a distribuição da riqueza.

Constatou-se que a queda dos percentuais de passivos compostos de dívidas, custas e tributos contribuíram para o aumento proporcional da riqueza líquida partilhada ao longo do tempo, revelando a contínua expansão da economia local, mesmo durante as crises do final do século XIX até a década de 1930.

A análise dos grupos dos bens revela detalhes dessa transformação. Os imóveis foram o principal foco de investimento dos proprietários, com percentuais de 45% a 64% da riqueza total. Agregados em duas categorias, urbanos e rurais, verificou-se que, proporcionalmente, o número de imóveis urbanos cresceu mais de 4 pontos percentuais do primeiro para o último período, mas seu peso na

riqueza total foi ainda maior – crescendo em 19 pontos percentuais – no mesmo intervalo. Voltaremos com mais detalhe ao tema no capítulo seguinte.

Na análise do grupo de bens formados por ativos financeiros e estoques, destacou-se a categoria de ações ou quotas de capital social de empresas. O aumento de 17,5 pontos percentuais do primeiro para o último período sugere um crescimento do número de industriais, comerciantes e prestadores de serviços. Os depósitos bancários e empréstimos garantidos por hipotecas apresentaram resultado inverso, ao passo que os estoques mantiveram percentuais estáveis ao longo dos períodos.

Finalmente, a análise dos escravos nos inventários mostrou que o seu número se manteve relativamente estável após 1875, com uma participação no total da riqueza na véspera da abolição, significativamente superior ao observado na capital de São Paulo.

Capítulo 4 – A distribuição da riqueza por estratos de inventariados

Este capítulo analisa a formação e a distribuição da riqueza registrada nos inventários de Campinas de acordo com os estratos de inventariados. Utilizaremos uma classificação que define três grupos básicos: a elite composta pelos 20% mais ricos proprietários, o segmento intermediário formado pelos 20% a 50% mais ricos e o grupo inferior formado pelos 50% dos inventariados restantes.

Com essa classificação será possível analisar um aspecto complementar à acumulação de bens em Campinas – a forma e a desigualdade com que essas propriedades foram distribuídas entre os diferentes grupos de inventariados. Após uma análise das tendências gerais da distribuição da riqueza entre 1870 e 1940, trataremos cada um dos estratos separadamente, avaliando sua evolução ao longo do período.

4.1. A concentração da riqueza nos estratos

A riqueza de Campinas não teve origem e tampouco se esgotou com o auge e após o declínio da produção e do comércio exportador de café, mas tal período é considerado emblemático de sua história. A literatura em geral destaca o papel do município na expansão cafeeira. Para Wilson Cano, por exemplo, o primeiro grande impulso da economia cafeeira paulista em direção ao Oeste paulista ocorreu no período inicial deste estudo. Segundo o autor, desde o início da década de 1870 até 1885, a produção paulista saltou de 16% para 40% da produção nacional.[1]

Em um dos mais importantes estudos da produção cafeeira paulista, Sérgio Milliet dividiu São Paulo em sete regiões econômicas. Campinas foi inserida na região denominada Central. O autor mostra que a produção cafeeira dessa região atingiu 29% da produção paulista de 1886 – a maior entre todas as outras regiões. Porém sua produção declinou para 12,6% em 1920 e para apenas 1,7% em 1935.[2]

Particularmente em Campinas, a produção de café já havia atingido 325 mil sacas em 1872, passou para 375 mil em 1886, decresceu para a média de 250 mil no triênio de 1896-1898 e tornou a subir para 300 mil sacas em 1905,

---

[1] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1981, p. 31.

[2] MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios. Contribuição para o estudo da História econômica e social do Brasil*. 4ed. São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 19-28.

permanecendo nesse patamar até 1915. Houve retração na década seguinte, mas a média anual de 270 mil sacas continuou até 1930.[3] A queda na produção foi maior após 1924, quando a antiga Vila de Americana foi emancipada e deixou de fazer parte do município de Campinas.[4]

Com base nos autores citados, pode-se concluir que a produção cafeeira de Campinas representou 9,3% da produção nacional em 1872, 6,5% em 1886, 4,3% no triênio 1896-1898 e 2,5% em 1905. À primeira vista, uma queda de 6,8 pontos percentuais na participação nacional indica considerável declínio. Todavia, levando-se em conta os mesmos dados, a queda absoluta da produção local não foi tão significativa, já que a média se manteve na faixa de 270 mil a 300 mil sacas anuais até os anos finais do presente estudo. A estabilidade da produção em sacas permitiu a preservação da riqueza cafeeira durante esse período, ainda que perdesse espaço frente a outras regiões produtoras mais dinâmicas. Ao mesmo tempo, surgiam outras culturas agrícolas voltadas ao mercado interno e novas atividades urbanas, na indústria, no comércio e nos serviços. A diversidade das atividades vista anteriormente é coerente com essa descrição. A questão que trataremos agora é como se distribuiu socialmente essas diferentes formas de riqueza, em períodos distintos da história econômica de Campinas.

Segundo os inventários, os indivíduos da elite concentram quase 90% do total da riqueza líquida no período aqui estudado. No topo dessa elite, os inventários dos 5% mais ricos concentram bem mais da metade da riqueza, atingindo significativos 76,3% no período 1895-1915. Os inventários dos estratos intermediário e inferior participam com percentuais em torno de 10% e de 2%, respectivamente. A Tabela 4.1 apresenta os percentuais de cada período, podendo-se avaliar a distribuição da riqueza ao longo do tempo.

Tabela 4.1 – A distribuição da riqueza por estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
20% mais ricos	88,9	93,7	87,9
20%-50% mais ricos	11,2	5,2	9,6
50% menos ricos	-0,1	1,1	2,5

[3] SEMEGHINI, Ulysses C. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991, p. 55-59. O autor usa a arroba como unidade métrica de produção de café, que equivale a cerca de 15kg. Para comparar com os dados nominais de Delfim Netto, dados em sacas (60kg), optamos por converter arrobas para sacas. DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 25-33-52.

[4] Ulysses Semeghini alerta para os dados de Campinas incluírem Americana, mesmo depois de sua emancipação, em 1924. Idem, p. 59.

Totais	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	55,2	76,3	57,7

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

No período 1870-1890, a elite concentrou 88,9% do total da riqueza, enquanto os 5% mais ricos se apropriaram de 55,2% da riqueza. Este foi, a princípio, o estrato social que possuía as melhores e maiores áreas cultiváveis e grande quantidade de mão de obra para produzir o café em Campinas. A ampla concentração da riqueza nas mãos da elite resulta, obviamente, na menor representação de famílias pelos demais estratos. Os espólios do estrato intermediário participam com 11,2% do total e os 50% menos ricos, contando com importantes inventários negativos nesse período, obtêm uma riqueza líquida negativa de 0,1%.[5]

Os inventários do período 1895-1915 revelam a maior concentração de riquezas observada em Campinas em todo o período estudado. A elite detém 93,7% e, desse percentual, 76,3% encontram-se nas mãos dos 5% mais ricos.[6] O grupo intermediário participa com apenas 5,2%, percentual ainda menor que aquele do período anterior, e a metade menos rica dos inventariados com os demais 1,1% da riqueza líquida.

Nos inventários do período 1920-1940, os 20% mais ricos concentram 87,9% da riqueza líquida, percentual praticamente idêntico ao do primeiro período. O topo dessa elite concentrou 57,7%, com queda de 18,6 pontos percentuais em relação ao período anterior, mas mantendo-se 2,5 pontos acima do percentual do primeiro período. Os proprietários intermediários chegam a 9,6%, que refletem uma queda de 1,6 ponto percentual em relação à figura inicial. Por fim, os menos ricos ficaram com apenas 2,5% da riqueza líquida de 1920-1940, ainda assim uma melhoria em relação às décadas anteriores.

De uma forma geral, portanto, a elite de Campinas apresenta altos percentuais de concentração da riqueza, beirando os 90% em todos os períodos,

[5] Os inventários significativos desse estrato pertencem às famílias Alves de Assumpção, Campos, Souza Aranha e Alvares de Lima. Esses 4 de 12 inventários negativos estariam em estratos superiores não fosse o percentual médio de 160% de dívidas sobre suas riquezas brutas. TJC, 3º Ofício, n.7248, 1875; 4º Ofício, n.4694, 1875; 1º Ofício, n.5385, 1885; 3º Ofício, n.7590, 1890.

[6] A seleção amostral aleatória captou, em 1915, os inventários de Bento Quirino dos Santos e da esposa de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, Francisca de Andrade Nogueira. Trata-se de duas das maiores fortunas de Campinas em todo o período estudado. Essa característica elevou a concentração da riqueza da elite no período 1895-1915. Vamos analisar ambos os inventários em detalhe, adiante.

sobretudo no intervalo 1895-1915, quando esse segmento ainda colhia os frutos dos investimentos governamentais na atração de imigrantes europeus para as lavouras de café e que também beneficiava as atividades urbanas. O estrato intermediário oscila em torno de 10% e suas participações nos dois últimos períodos não são superiores à do primeiro, quando atinge 11,2%. A visão da desigualdade da economia cafeeira de Campinas se completa com a participação dos inventariados da base. Mesmo apresentando tendência de crescimento, tal segmento não obtém participação superior a 2,5% do total da riqueza líquida nas décadas 1920-1940.

4.1.1. A riqueza na elite

Segundo os dados dos inventários, os bens imóveis constituíram uma parcela próxima à metade da riqueza total da elite durante o período analisado. Concorrendo em importância, os ativos financeiros e estoques tiveram um peso quase tão grande quanto e, em um período específico, até maior que os imóveis na composição da riqueza do grupo, logo após a abolição. A Tabela 4.2 mostra os resultados de cada período.

Tabela 4.2 – Composição da riqueza entre os 20% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Imóveis	42,3	43,3	50,6
Ativos financeiros / estoques	37,2	55,1	48,0
Escravos	17,5	-	-
Outros bens	3,0	1,6	1,4
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros bens: mobiliário, máquinas, ferramentas, animais para alimentação ou tração, armas, veículos etc.

Enquanto no período 1870-1890 a maior parte da riqueza da elite estava aplicada em imóveis, com 42,3% do total, nos anos 1895-1915 desponta nova tendência de investimentos entre as famílias da elite. Nesse último período, os ativos financeiros e estoques ganham proeminência, com 55.1% do total da riqueza contra 43,3% dos imóveis. Destacam-se, em particular, ações e quotas de capital social de empresas. Aparentemente, a elite econômica deslocou preferencialmente seus investimentos após a abolição para ativos mais líquidos, possibilidade essa criada pelo rápido desenvolvimento do mercado de ações ocorrido na época.

Os imóveis voltam a predominar no período 1920-1940, com 50,6% do total, enquanto os ativos financeiros e estoques declinam para 48%, indicando que a diversidade da economia urbana também abriu possibilidades de investimentos tradicionais em imóveis. O aumento constatado no grupo de ativos financeiros e estoques é significativo e se assemelha ao observado por Zélia Cardoso de Mello sobre a formação da riqueza no município de São Paulo. A autora também verificou, em sua amostra de inventários, uma tendência ao maior investimento em ativos financeiros, ainda que para a capital esse resultado tenha ocorrido antes, na virada do século XIX para o XX.[7]

A análise da elite superior, formada pelos 5% mais ricos, oferece mais detalhes sobre os investimentos desse grupo. Os imóveis também se destacam na composição da riqueza, mas o crescimento desta na forma de ativos financeiros e estoques foi ainda maior do que no caso anterior, como pode ser visto na Tabela 4.3.

Tabela 4.3 – Composição da riqueza entre os 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Imóveis	40,8	43,1	45,7
Ativos Financeiros / estoques	38,2	55,6	52,9
Escravos	18,4	-	-
Outros Bens	2,5	1,3	1,4
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros bens: mobiliário, máquinas, ferramentas, animais para alimentação ou tração, armas, veículos etc.

O aumento dos investimentos em ativos financeiros e estoques pelos 5% mais ricos é expressivo e manifestou-se com a diversificação de investimentos entre os grandes cafeicultores que adquiriram ações de empresas de diversos ramos, como Companhia Campineira de Luz e Força, Companhia de Gás de Campinas e Companhia Campineira de Águas e Esgotos; de empresas ferroviárias como Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Companhia Carril Agrícola Funilense, Companhia Ramal Férreo Campineiro, Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro e Companhia Araraquarense de Estradas de Ferro; de bancos como Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e Banco Comercial do Estado de São Paulo; de fundidoras,

[7] MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da riqueza. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à exportadora capitalista.* São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 149-51.

manufatureiras e comerciais de metal e mecânica como Companhia Mac Hardy Manufatureira e Importadora, Pedro Anderson Comercial e Industrial e Lidgerwood Manufacturing & Company,[8] além de grande número de empresas manufatureiras e comerciais, locais e regionais, como a Indústria Nacional de Lápis A. O. Maia & Companhia e a Sociedade Anônima Indústria Seda Nacional (de capital italiano, inaugurada em 1923).

Se, em tese, considerar-se a aquisição de imóveis como investimento patrimonial de perfil conservador, pode-se supor que os indivíduos do topo da elite revelaram um perfil conservador no primeiro período, com a já notada participação maior de imóveis na formação da sua riqueza, mas nos anos seguintes houve uma mudança em perfil para investimentos mais característicos de uma economia diversificada, inclusive em termos financeiros.

4.1.2. A riqueza nos grupos intermediário e inferior

Os imóveis tiveram uma participação proeminente na riqueza do estrato intermediário dos inventariados por todo o período analisado. O peso relativo dos escravos desse segmento foi menor do que na elite, mas também houve diversificação dos investimentos para ativos financeiros após a abolição, embora com menor intensidade do que no grupo anterior (Tabela 4.4).

Tabela 4.4 – Composição da riqueza entre os 20%-50% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Imóveis	46,2	51,8	72,7
Ativos financeiros / estoques	34,3	45,8	25,8
Escravos	16,0	-	-
Outros bens	3,6	2,4	1,5
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros bens: mobiliário, máquinas, ferramentas, animais para alimentação ou tração, armas, veículos etc.

No período 1870-1890, os imóveis predominam entre os inventariados, concentrando 46,2% do total. Os ativos financeiros e estoques alcançam 34,3%, os escravos, 16% e, note-se, esse último grupo de bens foi menor na composição da riqueza desse segmento do que na elite.

[8] Ver CAMILLO, Ema E. Rodrigues. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887).* Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 110. Consta que a Cia. Mac Hardy Manufatureira e Importadora foi uma das primeiras sociedades anônimas do estado de São Paulo, criada em 18 de janeiro de 1891.

Sem a escravidão, o período 1895-1915 revela transferência um pouco mais balanceada do capital antes destinado a esse tipo de propriedade para os imóveis e os ativos financeiros e estoques. A importância dos imóveis alcança 51,8% do total, enquanto o percentual dos ativos financeiros sobe para 45,8%, com expansão de 11,5 pontos percentuais. Os outros bens somam 2,4%.

No período 1920-1940, porém, verifica-se significativa inversão de tendência entre os ativos financeiros e estoques, cuja participação declina para 25,8%. O peso dos imóveis na riqueza do grupo intermediário salta mais de 20 pontos percentuais e atinge 72,7%.

Desta forma, os investimentos dos indivíduos do estrato intermediário apresentam um caráter mais conservador, sobretudo no último período, quando os imóveis representam mais de 70% de sua riqueza.

Também os inventários dos 50% menos ricos registram percentuais elevados para os bens imobiliários. Mesmo assim, vê-se que esses indivíduos também investiram em ativos financeiros e estoques ao longo do período, mesmo que em proporção menor do que nos outros estratos. Tal fato indica que a diversificação das formas de acumulação de riqueza não se restringiu a indivíduos e famílias da elite, atingindo os estratos inferiores dos proprietários de riqueza. Da mesma forma, os investimentos em escravos foram equivalentes aos dos outros grupos na composição da riqueza da metade menos rica dos inventariados (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 – Composição da riqueza entre os 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Imóveis	48,0	61,6	70,6
Ativos financeiros / estoques	29,4	31,7	28,3
Escravos	17,2	-	-
Outros bens	5,4	6,7	1,1
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros bens: mobiliário, máquinas, ferramentas, animais para alimentação ou tração, armas, veículos etc.

Especificamente, a amostra de inventários do período 1870-1890 indica uma maior expressão dos imóveis, com 48% do total da riqueza dos 50% menos ricos. Os ativos financeiros e estoques, menos importantes, somam 29,4%, enquanto os escravos chegam a 17,2% do total. Apesar de se identificar casos de escravos listados em inventários com elevadas dívidas – de indivíduos de estratos

superiores que declinaram na escala social – há registros de inventariados com poucas posses que possuíam cativos. Ou seja, a escravidão estava disseminada por todos os estratos da amostra de inventários.

Sem o percentual relativo à propriedade de escravos, o período 1895-1915 observa um aumento significativo dos imóveis na riqueza da metade menos rica dos inventariados, com 61,6%, um crescimento superior a 13 pontos percentuais em relação ao registrado nos anos anteriores. Os ativos financeiros e estoques tornaram-se também uma importante forma de acumulação de riqueza para esse grupo, com 31,7% do total, configurando acréscimo de 2,3 pontos percentuais.

A distribuição dos ativos do período 1920-1940 confirma a tendência de crescimento da importância relativa dos imóveis, que somaram 70,6% do valor total. Os ativos financeiros e estoques tiveram pequeno declínio, para 28,3%.

Comparando os indivíduos dos estratos estudados, percebe-se que a aquisição de imóveis pelos indivíduos menos ricos não guarda semelhança com a dos demais grupos, já que entre eles a casa de morada era, geralmente, o único bem disponível para partilha.

Vejamos agora a distribuição de cada ativo da riqueza de acordo com os estratos de inventariados. Esta é uma forma de avaliar mais diretamente o grau de desigualdade em Campinas no período estudado.

4.2. Imóveis

O levantamento dos imóveis nos inventários de Campinas registra 413 unidades no período 1870-1890. O total chegou a 783 unidades no período de 1895-1915 e no último período foram 1.414 unidades. A distribuição dos imóveis pelos segmentos sociais revela concentração crescente nas mãos da elite. A Tabela 4.6 apresenta os resultados de cada período.

Tabela 4.6 – Distribuição dos imóveis por estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	Unidades	Valores	Unidades	Valores	Unidades	Valores
20% mais ricos	41,9	79,0	48,7	87,7	52,4	78,4
20%-50% mais ricos	30,3	14,8	29,6	8,6	26,0	14,3
50% menos ricos	27,8	6,2	21,7	3,7	21,6	7,3
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	15,3	51,6	28,5	56,5	22,7	44,6

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Em 1870-1890, os 20% mais ricos concentraram 41,9% das unidades e 79% do total monetário e os 5% mais ricos 15,3% das unidades e 51,6% da riqueza com imóveis em Campinas. O grupo intermediário apropriou 30,3% das unidades e 14,8% do valor dos imóveis, enquanto o da metade menos rica ficou com 27,8% das unidades e apenas 6,2% do total.

A propriedade de imóveis da elite subiu ainda mais em 1895-1915, com 48,7% das unidades e 87,7% do valor total; os 5% mais ricos também expandiram para 28,5% das unidades e 56,5% do valor total. Em contrapartida, tanto o segmento intermediário, com 29,6%% das unidades e 8,6% do valor, quanto o inferior, com 21,7% das unidades e apenas 3,7% do valor total, tiveram queda em suas participações na propriedade de imóveis.

A tendência de concentração foi revertida entre 1920 e 1940, quando houve queda relativa dos mais ricos (por exemplo, 52,4% das unidades e 78,4% do valor entre dos 20% mais ricos) e aumento dos grupos intermediários e dos 50% menos ricos no total da riqueza em imóveis (26% das unidades e 14,3% do valor e 21,6% das unidades e 7,3% do valor, respectivamente).

Um fato que chama a atenção nos inventários de Campinas é o surgimento de um maior número de pequenas e médias propriedades rurais nos inventários dos grupos intermediários e dos menos ricos após 1920. Uma possível causa foi a política combinada de criação de núcleos coloniais que acompanhou a fragmentação das grandes propriedades, como veremos a seguir.

4.2.1. A distribuição na elite

De modo geral, as proporções de unidades imobiliárias urbanas entre os 20% mais ricos aumentam ao longo do tempo, assim como a participação relativa no valor da riqueza. Em contrapartida, tanto as unidades quanto os valores dos imóveis rurais declinam no mesmo período. Os resultados são parecidos para os 5% mais ricos (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 – Imóveis urbanos e rurais entre os 20% mais ricos e os 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
20% mais ricos	Unidades	Valores	Unidades	Valores	Unidades	Valores
Urbanos	75,1	43,6	85,0	49,3	90,8	70,4
Rurais	24,9	56,4	15,0	50,7	9,2	29,6
Totais	100,0	100	100,0	100	100,0	100,0
5% mais ricos						

Urbanos	57,1	43,7	83,8	52,0	90,7	65,1
Rurais	42,8	56,3	16,2	48,0	9,3	34,9
Totais	100,0	100	100,0	100	100,0	100

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Observa-se um crescimento vigoroso de unidades e valores dos imóveis urbanos ao longo do tempo: 75,1% das unidades de 1870-1890 correspondem a 43,6% do valor total, 85% dos imóveis registrados em 1895-1915 valem 49,3% do total e, no período 1920-1940, 90,8% das unidades valem 70,4% do total. Por sua vez, os menores números de unidades rurais possuem elevados percentuais de valores. Todavia, fica clara a tendência de queda de importância desses bens no estoque da riqueza da elite.

4.2.2. A distribuição nos estratos intermediário e inferior

Os estratos intermediários e inferiores apresentam maior concentração de unidades e valores de imóveis urbanos do período 1870-1890 para o 1895-1915, mas a tendência se inverte no período 1920-1940, com os percentuais indicando interesse renovado por imóveis rurais. Vistos por esse ângulo geral, os resultados de ambos os grupos parecem significar pouca coisa, mas as dinâmicas participativas das categorias de imóveis indicam mudanças de perfis ao longo do tempo. A Tabela 4.8 resume os dados de cada período.

Tabela 4.8 – Imóveis urbanos e rurais entre os 20%-50% mais ricos e os 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
20%-50% mais ricos	Unidades	Valores	Unidades	Valores	Unidades	Valores
Urbanos	80,8	53,8	92,7	88,4	77,7	77,0
Rurais	19,2	46,2	7,3	11,6	22,3	23,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
50% menos ricos						
Urbanos	83,5	64,5	89,4	74,7	72,2	71,7
Rurais	16,5	35,5	10,6	25,3	27,8	28,3
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

A questão indicada pelos resultados da tabela acima pode contrariar a ideia de inventariados dos estratos intermediários e inferiores cada vez mais presentes no meio urbano. Nota-se, todavia, um declínio da participação relativa de unidades e valores de imóveis urbanos no período 1920-1940. Por sua vez, os percentuais de imóveis rurais têm comportamentos diferenciados, ou seja, perdem importância nos períodos 1870-1890 e 1895-1915, consequência, talvez, de movimentos dos

estratos econômicos dominantes por aumentos constantes das suas áreas plantadas.[9] Dessa forma, o possível aumento de compra e venda de propriedades rurais, sobretudo de venda de terras de inventariados dos estratos intermediários e inferiores explicaria a baixa participação desses imóveis nos dois períodos (e a maior participação deles nos inventários da elite, como se viu).

Os resultados também indicam impulso da opção por imóveis rurais no período 1920-1940. Verifica-se, assim, maior peso do perfil rural em relação ao urbano. Isto se deve à possibilidade de aquisição de pequenas propriedades rurais, em especial, após o impulso político-econômico dado pelo governo de São Paulo com a implantação dos núcleos coloniais ao redor de Campinas, entre 1897 e 1910. Assim, faz sentido supor que as maiores oportunidades de aquisição de pequenos sítios e chácaras tenham refletido no maior número desses imóveis nos inventários de 1920-1940, fazendo com que pequenos agricultores adentrassem os grupos intermediários e inferiores de inventariados, o que não aconteceu com tanto empenho com os trabalhadores da cidade.

4.2.3. Os Núcleos Coloniais nos inventários

Alguns casos observados nos inventários referem-se às propriedades originárias de antigas fazendas transformadas em núcleos coloniais estabelecidos com apoio governamental. Um elemento da política de valorização do café foi promover a policultura, de modo que, ao adquirirem pequenas propriedades no entorno das cidades, os produtores agrícolas passariam a abastecê-las com gêneros alimentícios de primeira necessidade, evitando, assim, os aumentos constantes na importação desses gêneros. Também era importante conter o avanço de plantio de novos cafeeiros, que gerava enormes custos de compra e estocagem do produto pelo governo. A baixa oferta de terras produtivas para a implantação do projeto de núcleos coloniais foi contornada pelo governo provincial com a aquisição de áreas pouco produtivas de fazendas de café, cujos proprietários passavam por problemas econômicos e até por insolvências. Feitas as compras das áreas de terras, promovia-se a divisão em lotes de até oito alqueires. O passo

[9] CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, p. 42-43, a plantação de novos cafezais foi coibida pelos governos Campos Salles e Rodrigues Alves (1898-1902 e 1902-1906), com tributos de Rs.2:000$000 (2 contos de réis) por novo alqueire de café plantado. Essa imposição pode ter concorrido para que os grandes cafeicultores adquirissem propriedades menos valorizadas, mas produtivas.

final foi facilitar as vendas desses lotes rurais aos colonos de qualquer nacionalidade.[10]

A análise dos inventários de Campinas sugere que essa diretriz governamental obteve sucesso, uma vez que é significativa a quantidade de propriedades em núcleos coloniais que foram declaradas pelos inventariantes, sobretudo os da metade menos rica dos inventariados. Trata-se de propriedades do Núcleo Colonial Campos Salles, fundado em 1897, sobre as terras da Companhia Agrícola Funilense e da família Nogueira, que deu origem à cidade de Cosmópolis, antigo distrito de Campinas. Em menor número, há ocorrências referentes ao Núcleo Colonial Nova Odessa, fundado em 1905, e ao Núcleo Colonial Nova Veneza, fundado em 1910, ambos também próximos a Campinas e constituídos sobre terras de fazendas particulares, que deram origem às cidades de Nova Odessa e Sumaré, respectivamente.[11]

Entre os inventariados do estrato dos 50% menos ricos, de 1920-1940, com propriedades no Núcleo Colonial Campos Salles, encontram-se vários indivíduos de origem europeia: Oscar Paulo Homing, com propriedade de 8 alqueires; Ana Lenz, com 6 alqueires; João Ortmann, com 7 alqueires; Martha Sievert e Germano Krepski, ambos sem áreas declaradas (alemães); Affonso Cattozzi, sem área declarada; Emiglio Balloni, com 5 alqueires; e Luiza Diazzi, com 2 alqueires (italianos); Hans Sorensen e sua esposa, Margareth Sorensen; e Sover Moller Panlsen, ambos sem áreas e produções agrícolas declaradas (dinamarqueses). Já no Núcleo Colonial Nova Veneza aparecem os nacionais: Olympia Garcia, sem área declarada, e Silvino Pereira da Silva, com 4 alqueires.[12]

Entre os espólios dos proprietários do segmento entre 20 e 50% mais ricos, registram-se os casos da alemã Ottilia Hegert, com 7 alqueires, sem produção declarada, em 1915, e da brasileira Nicolina Lopes, com 6 alqueires produzindo frutas, em 1925, ambas do Núcleo Campos Salles. No Núcleo de Nova Odessa, há

---

[10] GADELHA, Regina Maria D´Aquino Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo.* São Paulo: [s. n.], 1982. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

[11] BALDINI, Kelly. *Núcleo Colonial Campos Salles / Campinas: um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural – cidades*. Campinas: [s. n.], 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, p. 135.

[12] TJC, 1º Ofício, n.10753, 1920; 1º Ofício, n.10806, 1920; 1º Ofício, n.11506, 1930; 2º Ofício, n.962, 1920; 2º Ofício, n.1062, 1940; 3º Ofício, n.6381, 1935; 3º Ofício, n.8045, 1920; 3º Ofício, n.8056, 1920; 3º Ofício, n.8496, 1940; 4º Ofício, n.362, 1920; 4º Ofício, n.379, 1920; 5º Ofício, n.37, 1935.

o inventário da italiana Lavinia Pedroni, proprietária de 3 lotes, sendo um de 4 alqueires e dois de 8 alqueires, todos produzindo cana-de-açúcar e cereais, em 1920.[13]

Também entre os 20% mais ricos há 2 inventários que declaram propriedades em núcleos coloniais. Um deles é do italiano Pedro Gallani, com 7 alqueires no Núcleo Campos Salles, produzindo café, em 1930.[14] Gallani era antigo serralheiro na cidade e, pelas propagandas nos almanaques e jornais da cidade, sua fortuna parecia ter advindo desse ofício, não da produção agrícola. O outro caso é do brasileiro Herculano Ferreira, cujo inventário registrou um lote no Núcleo Colonial Riachuelo, em Araras (SP), sem declarações de área ocupada e do tipo de produção agrícola.[15]

4.3. Ativos financeiros e estoques

Os valores que compõem os ativos financeiros e estoques encontrados nos inventários foram agregados em três categorias. A categoria de depósitos e empréstimos concentra depósitos bancários, dinheiro entesourado e empréstimos concedidos sob garantias hipotecárias; a categoria de ações e quotas de empresas reúne títulos de capitais sociais de empresas, bem como seus dividendos; e a terceira categoria, estoques diversos, engloba também os estoques comerciais, industriais e de safras agrícolas. A Tabela 4.9 mostra os percentuais de cada estrato social, em cada período.

Tabela 4.9 – Distribuição dos ativos financeiros e estoques por estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
20% mais ricos	82,9	87,5	90,6
20%-50% mais ricos	11,0	10,4	5,1
50% menos ricos	6,1	2,1	4,3
Totais	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	49,4	60,8	67,9

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

A comparação dos percentuais dos estratos de inventariados ao longo dos períodos estudados revela uma concentração crescente desse grupo de bens nas

[13] TJC, 3º Ofício, n.7976, 1915; 3º Ofício, n.8165, 1925; 4º Ofício, n.366, 1920.
[14] TJC, 4º Ofício, n.2012, 1930.
[15] TJC, 4º Ofício, n.1981, 1930. Não há referências sobre esse núcleo colonial na literatura.

mãos da elite dos 20% mais ricos, em detrimento dos estratos intermediários e dos 50% menos ricos.

4.3.1. A distribuição na elite

Conforme apresentado na Tabela 4.9, os percentuais de ativos financeiros e estoques registram crescimento substancial entre os mais ricos, partindo de 82,9% em 1870-1890 e alcançando 90,6% nos anos de 1920-1940. Os 5% mais ricos têm um crescimento relativo ainda maior, saindo de 49,4% no início da série e chegando a 67,9% em 1920-1940. A análise das três subdivisões dessa categoria de ativos ao longo do tempo mostra maior interesse dos inventariados por lucros com empréstimos financeiros, seguido por dividendos com ações ou quotas de capital social de empresas e, por último, por estoques diversos (Tabela 4.10).

Tabela 4.10 – Ativos financeiros e estoques entre os 20% mais ricos e os 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em %

20% mais ricos	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Depósitos e empréstimos	70,3	63,6	51,0
Ações ou quotas de empresas	16,4	24,7	34,8
Estoques diversos	13,3	11,7	14,2
Totais	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos			
Depósitos e empréstimos	74,6	65,0	47,3
Ações ou quotas de empresas	16,4	25,6	40,7
Estoques diversos	9,0	9,3	12,0
Totais	100,0	100,0	67,9

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Apesar de percentuais expressivos, observa-se o declínio do interesse dos inventariados da elite de Campinas por lucros com depósitos bancários e empréstimos financeiros ao longo do período estudado (por exemplo, de 70,3% em 1870-1890 para 51% em 1920-1940, entre os 20% mais ricos). Em contrapartida, nota-se a maior importância dada aos dividendos com ações ou quotas de capital social de empresas no mesmo período, alcançando 34,8% entre os 20% mais ricos e 40,7% no topo dessa elite, em 1920-1940. Os percentuais de estoques diversos oscilam entre 12% a 14% entre os 20% mais ricos e entre 9% e 12% no topo dessa elite.

Assim como ocorreu com o grupo de bens imóveis, o conjunto de ativos financeiros e estoques concentrou-se entre os mais ricos, como era de esperar. Nota-se uma tendência de aproximação entre os percentuais das categorias de

depósitos e empréstimos e de ações ou quotas de capital de empresas. Também se vê a maior importância dos estoques diversos ao longo do tempo.

4.3.2. A distribuição nos estratos intermediário e inferior

Os percentuais gerais dos ativos financeiros e estoques nos estratos intermediários e inferiores são pequenos e com tendência de declínio durante o estudo (ver Tabela 4.9). No caso dos 20% a 50% mais ricos, houve oscilação entre 10% a 11% entre 1870-1890 e 1895-1915, mas há declínio para 5,1% no período final. No estrato dos 50% menos ricos, a pouca importância começa com 6,1% no período inicial e encerra com 4,3% no período 1920-1940. A Tabela 4.11 apresenta os dados das categorias.

Tabela 4.11 – Ativos financeiros e estoques entre os 20%-50% mais ricos e os 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em %

20%-50% mais ricos	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Depósitos e empréstimos	84,1	70,3	74,3
Ações ou quotas de empresas	4,8	25,1	18,5
Estoques diversos	11,1	4,6	7,2
Totais	100,0	100,0	100,0
50% menos ricos			
Depósitos e empréstimos	73,2	66,5	77,2
Ações ou quotas de empresas	15,3	23,6	20,6
Estoques diversos	11,5	9,9	2,2
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

A principal forma de riqueza financeira no estrato intermediário foram os depósitos e empréstimos, com 84,1% no período 1870-1890, depois oscilando de 70,3% a 74,3% nos anos 1895-1915 e 1920-1940. As ações ou quotas de capital social de empresas tendem ao aumento percentual: começam com 4,8%, passam para 25,1% no período seguinte e refluem para 18,5% nos anos finais. Como última opção estão os estoques diversos, que iniciam com 11,1% no primeiro período e variam de 4,6% a 7,2% ao longo do estudo.

Entre os 50% menos ricos, os depósitos e empréstimos representam 73,2% da riqueza financeira no período 1870-1890, depois atingem 66,5% nos anos 1895-1915 e fecham com 77,2% no período 1920-1940. Como segunda opção, as ações ou quotas de capital social de empresas iniciam com 15,3% e oscilam entre 23,6% e 20,6% nas últimas décadas deste estudo. Para finalizar, os estoques

diversos variam de 11,5% a 9,9% em 1870-1890 e 1895-1915 e atingem apenas 2,2% no período 1920-1940.

Assim como ocorreu com o grupo de bens imóveis, o conjunto dos ativos financeiros e estoques concentrou-se entre os mais ricos. A preferência por depósitos e empréstimos predominou entre todos os estratos de inventariados, mas apresenta tendência de declínio ao longo do tempo nas elites e no estrato intermediário, ao contrário do estrato inferior onde seus percentuais aumentam. Com algumas oscilações, as categorias de ações ou quotas de capital social de empresas e de estoques diversos apresentam percentuais em alta nas elites e entre os 20% a 50% mais ricos, apontando para a diversidade econômica de Campinas, com o surgimento de oportunidades de investimentos em diferentes empresas do setor urbano. Por sua vez, mesmo no grupo da metade menos rica vê-se indivíduos que adquiriam ações ou cotas de capital de empresas e possuíam estoques diversos.

4.4. Escravos: a distribuição por estratos

A análise da propriedade dos escravos se baseia, como vimos anteriormente, nos inventários dos anos de 1870, 1875, 1880 e 1885. São 550 cativos em 1870, 269 em 1875, 246 em 1880 e 259 em 1885, totalizando 1.324 escravos. A Tabela 4.12 apresenta os números e os valores dos escravos distribuídos pelos estratos.

Tabela 4.12 – Distribuição de escravos por estratos de inventariados. Relações entre número de indivíduos e valores monetários, Campinas: 1870-1885, em %

	1870		1875		1880		1885	
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor
20% mais ricos	81,5	85,9	75,5	81,3	71,1	70,5	76,4	77,1
20%-50% mais ricos	15,2	11,7	10,0	8,9	25,6	27,7	7,3	9,0
50% menos ricos	3,3	2,5	14,5	9,8	3,3	1,8	16,3	13,8
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	53,5	56,4	55,8	58,4	38,3	37,1	52,8	52,6

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

A elite dos 20% mais ricos concentrava 81,5% dos cativos e 85,9% do valor total de escravos no início do período, declinando nos anos seguintes até atingir 71,1% dos cativos e 70,5% do valor total em 1880. Curiosamente, nota-se uma oscilação positiva no ano de 1885 (76,4% dos cativos e 77,1% do valor total), justamente quando a abolição estava próxima. Além dos expressivos percentuais

de propriedade de escravos entre os 5% mais ricos, observa-se a mesma tendência da elite ampla.

O grupo dos 20% a 50% mais ricos controlava o segundo maior valor de escravos em 1870 e 1880. Porém, em 1885, sua participação ficou abaixo (7% dos cativos e 9% do valor total) daquela detida pelos indivíduos do estrato inferior, que chegaram a possuir 16,3% dos indivíduos e 13,8% da riqueza imobilizada em escravos em Campinas naquele ano. Esses resultados foram influenciados pelos inventários que abrigavam grandes fortunas – e muitos escravos – que tiveram uma redução na escala social. Porém, ainda que não sejam levados em conta os inventários com riqueza líquida negativa da elite,[16] outros inventariados dos grupos intermediário e menos ricos também possuíam escravos, possivelmente mais empregados em atividades urbanas do que na agricultura cafeeira.

4.5. Outros bens: a distribuição por estratos

O capítulo anterior mostrou que o grupo formado pela reunião de bens diversos, entre eles móveis, joias, ferramentas, maquinário e veículos, foi pouco significativo na composição da riqueza de Campinas entre 1870 e 1940. Tal como esperado, a elite também concentra a maior parte desses bens, superando a casa dos 80% na maior parte do estudo. Essa concentração é crescente, superando 10 pontos percentuais do primeiro para o último período. O topo da elite, os 5% mais ricos, corrobora o resultado. No estrato intermediário, o percentual declina no segundo período e mantém-se no final. O estrato inferior tem participação estável do primeiro para o segundo período, mas declina no final. A Tabela 4.13 resume a distribuição para cada período.

Tabela 4.13 – Distribuição de outros bens por estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
20% mais ricos	76,6	80,5	86,8
20%-50% mais ricos	13,8	9,5	9,6
50% menos ricos	9,6	10,0	3,6
Totais	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	43,1	50,8	59,6

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

[16] São os casos, por exemplo, dos inventários TJC, 4º Ofício, n.4694, 1875 e TJC, 1º Ofício, n.5385, 1885.

A característica desse grupo de bens é a pouca minúcia dos escreventes em relacionar alguns itens que antes eram descritos detalhadamente nos inventários. Os exemplos mais claros são móveis, utensílios domésticos e joias. Quando um inventário mais recente apresenta registros de outros bens, trata-se geralmente de veículos, ferramentas ou maquinário especial, e não de objetos do interior da residência ou de uso pessoal de membros da família.

Apesar de pouca relevância no cômputo geral do estudo, há importantes trabalhos que se apoiam nesses itens, sobretudo os de cultura material. Geralmente, os estudos dessa linha tomam como obras de referência os fichários elaborados por Ernani da Silva Bruno, como já explicitado no capítulo anterior.[17] Dessa maneira, seguindo o padrão do autor, identificam-se três categoriais de bens: os Objetos reúnem mobiliário, alfaias, vestuário e joias; os Equipamentos agrupam armas, veículos, maquinário, ferramentas de uso profissional. Há, ainda, uma categoria de Animais, utilizados em tração de veículos e moendas e para alimentação. A Tabela 4.14 resume os resultados de cada estrato em cada período.

Tabela 4.14 – Tipos de outros bens entre os estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em %

20% mais ricos	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Objetos	51,5	35,7	48,3
Animais	39,2	55,2	28,5
Equipamentos	9,3	9,1	23,2
Totais	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos			
Objetos	47,1	39,9	43,1
Animais	47,4	53,0	34,7
Equipamentos	5,5	7,1	22,2
Totais	100,0	100,0	100,0
20%-50% mais ricos			
Objetos	60,8	33,3	37,2
Animais	32,0	51,7	38,6
Equipamentos	7,2	15,0	25,2
Totais	100,0	100,0	100,0
50% menos ricos			
Objetos	56,7	49,8	37,3
Animais	33,3	35,6	37,1
Equipamentos	10,0	14,6	25,6
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

[17] *Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira: fichário de Ernani da Silva Bruno*. Coordenadora-geral da coleção Marlene Milan Acayaba. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000. V. 1. Alimentação, V. 2. Construção, V. 3. Costumes, V. 4. Objetos e V. 5. Equipamentos.

As categorias de objetos e de animais alternam-se como predominantes em todos os grupos de inventariados e em todos os períodos, mas também é claro o vigoroso crescimento percentual da categoria equipamentos no período 1920-1940, em todos os estratos. Uma explicação para essa transformação pode advir da necessidade de melhorar o desempenho produtivo com a mecanização da agricultura, que se desenvolveu nas décadas mais recentes.

4.6. Considerações finais

A distribuição da riqueza nos inventários de Campinas revelou que o estrato dos 20% mais ricos – a elite – concentrou de 88% a 90% dos bens e dos direitos, ao passo que os estratos intermediário e inferior dividiram os demais 10% a 12% do total, ao longo dos três períodos deste estudo. Diante dessas proporções, fica claro que a riqueza gerada pela economia cafeeira concentrou-se em relativamente pouquíssimas famílias.

A análise da formação geral das riquezas de cada segmento ajudou a compreender as razões para a alta concentração de bens pela elite. Nota-se, por exemplo, que durante o período escravista a elite preferiu compor seu patrimônio com a aquisição de imóveis e de ativos financeiros e estoques. Os escravos não foram grande parte desse portfólio. Ainda que o comércio de cativos em Campinas tenha sido movimentado na época final da escravidão, os dados mostram que tal patrimônio estava longe de ser o mais expressivo entre as alternativas de posse de riqueza.

Por sua vez, os ativos financeiros e estoques sempre se aproximaram aos imóveis como forma de riqueza, chegando mesmo a superá-los nos anos 1920-1940. Tem-se, então, um marco da transformação dessa sociedade agrária para uma sociedade urbana. É nesse processo que se deu o surgimento de empresas ferroviárias, de distribuição de gás e energia elétrica, de telefonia, indústrias de metal e mecânica, comércio de maquinário agrícola, entre outras.

Mesmo com uma economia dinâmica, as possibilidades de mobilidade social ascendente para os indivíduos dos grupos subalternos da sociedade parecem ter sido bastante restritas. Todavia, é interessante notar como os inventários analisados revelam a existência de oportunidades econômicas também para os menos ricos, registrando a presença de estabelecimentos de vários ramos, ainda que menores e mais modestos.

Também fica claro que os imóveis foram os bens preferidos no estrato intermediário durante quase todo o período analisado, e no estrato inferior durante os anos 1870 até 1940. Esses indivíduos também possuíam escravos, em número muito menor e para trabalhos domésticos ou no comércio. Sua maior característica, contudo, foi alterar seu perfil para atividades mais rurais nos anos 1920-1940. Essa transformação certamente teve relação com as oportunidades de aquisição de pequenas propriedades rurais para a produção de gêneros que abasteciam a cidade, que decorreu do avanço das fronteiras do café para o interior de São Paulo e da divisão de antigas e grandes fazendas em núcleos coloniais.

Mas quem eram essas pessoas? Quais os resultados das estratégias de que se valeram os imigrantes para entrar, circular e permanecer em uma sociedade cuja elite concentrava 90% da riqueza? Esse é o mote dos capítulos seguintes, que estudarão as proporções das nacionalidades e das ocupações na distribuição da riqueza.

Capítulo 5 – As nacionalidades na hierarquia da riqueza

Neste capítulo aborda-se a distribuição dos inventariados de acordo com suas nacionalidades e bens. Mantêm-se o critério de classificação das riquezas líquidas de cada período segundo os estratos utilizados até agora.

As nacionalidades estrangeiras com maior número de inventariados são a italiana e a alemã. A colônia portuguesa é subestimada devido aos casos de omissão de registros de origem. Por essa razão, os lusos foram reunidos aos indivíduos de outras nacionalidades importantes no contexto socioeconômico da região, mas pouco representadas na amostra de inventários. Entre eles estão os espanhóis, os franceses, os norte-americanos, britânicos e os sírio-libaneses.

O período de 1870 a 1940 abrange a chegada de imigrantes europeus profissionais especializados e estabelecidos com capital próprio, a fase da imigração em massa de europeus, sobretudo italianos, para as lavouras de café e, por fim, os anos de impulso inicial à industrialização em Campinas.

5.1. Os estratos de inventariados e as nacionalidades

Os alemães e os italianos oriundos da imigração em massa têm sido mais estudados pela historiografia, se comparados aos italianos pioneiros e aos portugueses de modo geral. Apesar da expressiva importância dos lusos na economia do Oeste paulista, é difícil agregar suas participações individuais tomando como base os inventários, sobretudo pelo desinteresse de escreventes e autoridades da época na identificação dos indivíduos por suas nacionalidades. Nem mesmo o critério de análise de sobrenomes, que nos auxiliou na definição de parte das nacionalidades dos inventariados, pode ser utilizado no caso de portugueses, pois a similaridade da língua torna impossível distingui-los dos brasileiros. Tal limitação impediu o aprofundamento da pesquisa sobre esse grupo de imigrantes.[1]

[1] A importância da colônia lusitana no Oeste paulista pode ser medida pela trajetória de uma das principais instituições hospitalares do interior paulista, a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas, fundada em 1873. Seu hospital foi inaugurado em 1879. Houve uma segunda entidade de portugueses, a Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, fundada em 1904 e seu hospital – O Sagrado Coração de Jesus – inaugurado no início dos anos de 1920. Esta foi encampada pela Beneficência na década de 1960. Conforme: *Paratodos, folheto do Patrimônio Cultural de Campinas*, n. 20, Prefeitura de Campinas, dezembro de 2010. Ver também CAMILLO, Ema E. R. e ABRAHÃO, Fernando A. *De médico para médico: o ideal do Hospital Vera Cruz. Buscando a atualização no conhecimento médico e a qualidade no servir à comunidade.* Campinas: Fundação Roberto Rocha Brito / CMU, 2001, p. 32-44.

O estudo dos italianos é relativamente mais fácil. De acordo com o Censo de 1872, os italianos formavam a quarta colônia mais populosa da província de São Paulo, com 7,2% dos habitantes estrangeiros.[2] Em Campinas, eles compunham apenas a sexta colônia, com 6% da população.[3] Ainda que sua expressão seja pequena nessa época, há razões para afirmar que alguns italianos pioneiros alcançaram os estratos mais ricos da sociedade antes que o contingente de italianos da imigração em massa (a partir de 1886) estivesse estabelecido, como atestam os demais censos.[4]

Neste estudo, o critério de identificação dos grupos de nacionalidades a partir dos inventários considerou os descendentes de imigrantes como estrangeiros da mesma origem de seus pais ou avós, ou seja, se os pais e avós de um inventariado eram italianos, seus filhos também foram considerados estrangeiros.[5] Adotamos também os inventários com mais de um inventariado, geralmente duplas formadas por cônjuges. Apesar de incomuns nos códigos de leis civis, foram encontrados 46 inventariados nessa condição, no total de 1.008 inventários da amostra. Assim, o universo dessa análise é composto de 1.054 inventariados, sendo 617 brasileiros e 437 estrangeiros.[6] A Tabela 5.1 apresenta a distribuição dos grupos de inventariados pelos segmentos sociais.

Tabela 5.1 – Nacionalidades dos inventariados por estratos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	20% mais ricos		5% mais ricos		20-50% mais ricos		50% menos ricos	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Brasileiros	132	65,3	41	75,9	175	56,1	310	57,4
Estrangeiros	70	34,7	13	24,1	137	43,9	230	42,6
Totais	202	100,0	54	100,0	312	100,0	540	100,0

Fonte: Inventários TJSP–Campinas.

[2] Segundo o Censo de 1872, os percentuais de estrangeiros em São Paulo eram: portugueses, 41,5%, alemães e austríacos, 23,5%; africanos livres, 13,3%; italianos, 7,2%, franceses e franco-suíços, 6,7%, norte-americanos, ingleses e irlandeses, 5,3% e outras nacionalidades, 2,6%. BASSANEZI, Maria Sílvia B. (Org.). *São Paulo do Passado: dados demográficos. 1872 – III.* Campinas: [s.n.]. Núcleo de Estudos da População (NEPO) – UNICAMP, 1998, p. 501.

[3] Os percentuais de estrangeiros em Campinas, de acordo com o Censo de 1872, são: portugueses, 39,1%, alemães e austríacos, 25%, franceses e franco-suíços, 11,3%, norte-americanos, ingleses e irlandeses, 8,1%, africanos livres, 6,5%, italianos, 6% e outras nacionalidades, 4,1%. Idem, p. 505.

[4] Segundo o Censo de 1920, a colônia italiana somou 48,1% do total de estrangeiros de São Paulo e 61,8% dos estrangeiros residentes em Campinas. No censo de 1940 os italianos totalizaram 28% da população estrangeira paulista, enquanto em Campinas estes alcançaram 48,9%. Vide a Tabela 1.2., na página 35.

[5] Lembremos que essa é a essência do *jus sanguinis*, conforme observado em capítulo anterior.

[6] As nacionalidades identificadas são: alemã, italiana, portuguesa, espanhola, francesa, suíço-francesa, norte-americana, britânica, irlandesa, sírio-libanesa, dinamarquesa, russa, holandesa, leta e lituana.

Os 20% mais ricos reúnem 202 inventariados, sendo 65,3% brasileiros e 34,7% estrangeiros, enquanto os 5% mais ricos são formados por 54 inventariados, dos quais 75,9% são brasileiros e 24,1% estrangeiros. O segmento intermediário agrupa 312 inventariados, sendo 56,1% brasileiros e 43,9% estrangeiros. Já a metade menos rica agrega 540 inventariados, dos quais 57,4% são brasileiros e 42,6% estrangeiros.

Nota-se, portanto, que os brasileiros predominam em todos os segmentos, mas com especial destaque entre as elites, enquanto os estrangeiros e seus descendentes têm aumentada sua participação nos estratos intermediário e dos menos ricos. Os pequenos percentuais de estrangeiros entre os mais ricos parecem indicar que a mobilidade social ascendente foi limitada em Campinas.

O trabalho familiar parece ter sido uma das estratégias mais eficazes para a ascensão dos imigrantes. Se as famílias italianas constituíam um perfil de trabalhadores desejado pelos cafeicultores, esse tipo de trabalho familiar foi uma das poucas, senão a única oportunidade econômica para acumulação de recursos para a compra de terra, abertura de negócios urbanos ou simplesmente a aquisição de imóveis residenciais. Contudo, a estratégia de trabalho familiar não foi suficiente para inseri-los e mantê-los nos estratos mais ricos. Também foi necessário ter aptidões e bons relacionamentos.

A análise prossegue pelos principais estratos tratando, primeiramente, das participações de cada grupo de nacionalidades dos inventariados. Depois, são abordadas algumas condições gerais da mobilidade na escala social. Ao final, avaliam-se as tendências relativas aos grupos de nacionalidades ao longo dos períodos, enfatizando seus perfis econômicos.

5.2. As nacionalidades da elite

De maneira geral, a literatura sobre a economia cafeeira retrata a existência de uma elite de brasileiros tradicionalmente engajados na economia agroexportadora. Qualquer que fosse a ideologia política ou o interesse econômico, a elite social soube aproveitar as oportunidades econômicas que se abriram com a diversificação econômica e as diferentes formas de intervenção do governo, trazidas com o café.[7] Ao longo do período 1870-1940, há 202 inventariados

[7] Referências genealógicas e biográficas sobre famílias da elite então presentes nas obras de: PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, município do império: fundação e constituição, usos familiares,*

situados entre os 20% mais ricos, sendo 132 brasileiros, 22 italianos, 19 alemães e 29 de outras nacionalidades. A Tabela 5.2 revela os números e proporções de cada período.

Tabela 5.2 – Nacionalidades dos 20% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	Número	%	Número	%	Número	%	Número
Brasileiros	34	87,2	37	75,5	61	53,5	132
Italianos	0	0,0	4	8,2	18	15,8	22
Alemães	4	10,3	3	6,1	12	10,5	19
Outras nacionalidades	1	2,5	5	10,2	23	20,2	29
Totais	39	100,0	49	100,0	114	100,0	202

Fonte: Inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras nacionalidades: portuguesa, francesa, suíço-francesa, espanhola, dinamarquesa, sírio-libanesa, norte-americana e britânica.

Dos 39 inventariados de 1870-1890, a absoluta maioria era composta por brasileiros (87,2%), vindo depois alemães (10,3%) e 1 português, do grupo de outras nacionalidades (2,5%). É interessante observar que não foram encontrados registros de italianos no período.

Os 37 de 49 inventariados do período 1895-1915 mostram um declínio da participação dos brasileiros (75,5%). Desta vez, os italianos aparecem nos registros dos mais ricos com 4 indivíduos (8,2%), com os alemães somando 3 (6,1%) e o grupo de outras nacionalidades 5 indivíduos (10,2%).

A tendência de queda relativa da participação dos brasileiros entre os mais ricos continua em 1920-1940, com os inventariados brasileiros perfazendo 53,5% do total. Os italianos continuaram elevando sua participação, chegando a 18 inventários (15,8%), da mesma forma que aconteceu com os alemães, com 12 (10,5%), e os indivíduos do grupo de outras nacionalidades, com 23 inventários (20,2%). Nesse período, a população de estrangeiros dos inventários aumenta devido à consideração de imigrantes de 1ª geração e seguintes.[8] A crescente presença de estrangeiros e de seus descendentes entre os 20% mais ricos indica a existência de oportunidades econômicas que se abriram principalmente para os

engenhos e fazendas. São Paulo: IMESP, 1983; Idem. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969; de, AMARAL, Leopoldo. *A cidade de Campinas em 1901*. Campinas: Tipografia a vapor da Casa ao Livro Azul, 1900; e, BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. 26 vol. Campinas, 1965-1967.

[8] O fluxo imigratório decresceu após o fim dos subsídios governamentais, em 1927. O número de inventários de filhos dos imigrantes mais antigos aumentou naturalmente no período.

mais especializados e capitalizados. Outra causa pode estar ligada às uniões matrimoniais com brasileiros. Alguns pesquisadores abordam essa questão.

Uma análise dos registros de casamentos em Rio Claro no período de 1860 a 1930 revelou a pouca frequência de matrimônios entre brasileiros e estrangeiros e entre indivíduos de nacionalidades diferentes até as duas primeiras décadas do século XX. Fatores culturais e econômicos contribuíram para este resultado, ou seja, durante o processo de imigração familiar em massa, as melhores oportunidades econômicas estavam atreladas à necessidade de famílias mais numerosas e hábeis para o trabalho. Assim, seria mais fácil para um estrangeiro casar-se com membros da comunidade étnica e com planos de vida parecidos. Após 1920, porém, parece ter havido maior integração social e aumento do número de casamentos entre indivíduos de distintas nacionalidades.[9]

A análise de ao menos um estrangeiro entre inventariados e inventariantes com vínculos conjugais somam 13 casos, sendo 10 entre brasileiros e estrangeiros ou descendentes e 3 entre ambos diferentes estrangeiros. Não são todos os inventários que informam as datas de casamento de seus protagonistas, mas identificamos 1 caso de casamento anterior a 1870, 2 no período 1870-1890, 6 no período 1895-1915 e 4 no período 1920-1940. Assim, o maior número de casos nos anos mais recentes da pesquisa sugere a elite de Campinas com tendência semelhante à encontrada por Oswaldo Truzzi em Rio Claro, também no Oeste paulista.[10]

Alguns casos que ilustram os casamentos envolvendo estrangeiros ou descendentes são os de Ana Engler, filha do médico e botânico alemão Carlos Engler, casada com Antônio Corrêa Barbosa; de Maria Angélica de Vasconcelos com Amador Bueno Machado Florence, primogênito do inventor e ilustrador francês Hercules Florence[11]; de Esmeralda Fragoso com o sueco naturalizado norte-americano Pedro Anderson; e do italiano Angelo Belluomini com Barbara Schatsmann, descendente de alemães.[12]

---

[9] TRUZZI, Oswaldo M. Serra. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). In: *Revista Brasileira de Estudos da População*. Rio de Janeiro, v.29, n.1, p. 169-189, jan./jun. 2012. O autor também utilizou a análise de sobrenomes para identificar descendentes de italianos e confirma, inclusive, a dificuldade de identificação de espanhóis e de portugueses por análise de sobrenomes.

[10] Idem, p. 184.

[11] LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat, v.8, 1905, p. 529. TJC, 3º Ofício, n.7150, 1870; 4º Ofício, n.5183, 1890.

[12] TJC, 3º Ofício, n.8181, 1925; 4º Ofício, n.1988, 1930.

O número de casamentos entre nacionalidades indica que a elite de Campinas compartilhou sua posição social e riqueza com estrangeiros, desde que tivessem também alcançado riqueza substancial e sucesso em suas ocupações econômicas e de seus parentes próximos. A literatura ajuda a aprofundar um pouco mais essa questão.

A construção de laços matrimoniais como estratégia de distanciamento das elites em relação a indivíduos ou grupos familiares estranhos é tema de pesquisa de Carlos Bacellar, que trata da província de São Paulo no período da proeminência economia do açúcar, entre 1765 a 1855. A escolha dos cônjuges mais apropriados para os filhos da elite cumpria o objetivo de estruturar uma rede de relações familiares complementares às relações de cunho econômico e político. Assim, quanto mais amplas e sólidas as relações estabelecidas entre as famílias, mais próximas elas estariam do sucesso político e econômico.[13]

Maria Helena Trigo também adotou esse argumento ao afirmar que casar bem os filhos era fundamental para estabelecer alianças com outras famílias do mesmo segmento social, fosse para ter acesso a crédito ou para conquistar influencia e espaço nos meios políticos. Os grupos familiares que vivenciaram os primórdios do enriquecimento paulista formaram um circuito social privilegiado na formação de atitudes e interiorização da distinção: o gosto natural, aquele que vem do berço, em contraposição ao que a maioria dos membros da elite considerava "verniz" cultural, oriundo de ascensão social tardia e, portanto, mais características dos imigrantes.[14]

Parte dessas uniões matrimoniais ocorreu entre indivíduos de parentesco próximo, configurando a existência de casamentos consanguíneos nas elites. Eni Mesquita Samara identificou tal característica cultural na elite paulista do século XIX e a justificativa pela tradição secular dos mais ricos em estabelecer contratos prévios de casamentos entre suas famílias. Os estratos tradicionais e economicamente dominantes reuniam vários interesses e criavam-se, por isso, círculos limitados de famílias, sendo comuns as uniões matrimoniais de parentes

---

[13] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho no Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Publicações CMU – Unicamp, 1997, p. 77-88 e 92.

[14] TRIGO, Maria Helena Bueno. *Os paulistas de 400 anos – ser e parecer.* São Paulo: Anablume, 2001.

próximos. Essas uniões consanguíneas tinham como finalidade preservar suas fortunas frente ao fracionamento das heranças nas partilhas judiciais.[15]

A análise dos sobrenomes nos inventários de Campinas indica que, mesmo com o passar dos anos, as uniões matrimoniais entre os mais ricos não constituíam apenas em resquícios culturais do estrato economicamente dominante, mas continuaram existindo durante as primeiras décadas do século XX. Alguns sobrenomes brasileiros são frequentes na amostra de inventários da elite, como Souza Barros, Souza Aranha, Souza Sampaio, Souza Queiroz, Souza Campos, Andrade Nogueira, Andrade de Resende, Andrade Soares, Camargo Andrade, Camargo Penteado, Camargo Ferraz, Bueno de Camargo, Bueno Nogueira, Teixeira Nogueira, Almeida Nogueira, Leite Penteado, Moraes Salles e Quirino dos Santos. Ainda assim, apenas uma pesquisa mais aprofundada pode apontar, com segurança, as proporções de uniões conjugais consanguíneas entre os brasileiros da elite.

Se os casamentos podem ser vistos como uma estratégia de inserção ou permanência de famílias na elite, as dívidas constituem um fator determinante para o descenso na pirâmide social. A definição escolhida neste estudo dos três estratos de inventariados, como argumentado anteriormente, baseia-se nos valores líquidos das partilhas. Na maioria dos casos as dívidas dos inventariados da elite não foram suficientes para os rebaixarem na escala social. Ainda assim há casos com dívidas superiores a 60% do total bruto que tiveram um impacto grande sobre a riqueza efetiva dos indivíduos. Para ilustrar esses casos, podem-se observar os inventários de Bernardo Alves Teixeira, Catarina Zanaga e Isabel Barbosa de Oliveira Vieira.[16]

As famílias alemãs da elite no período 1870-1890 são oriundas da fase inicial do processo imigratório e sua participação estável ao longo do tempo na economia de Campinas é notada nos censos oficiais e nos periódicos da cidade. Também entre eles, geralmente, seus capitais, especializações profissionais e relações matrimoniais com os brasileiros da elite resultaram na entrada nos grupos sociais mais ricos. É o caso da família Krug, primeiramente com o inventário de Jorge Guilherme Henrique Krug, comerciante e boticário, em 1875, e com o inventário

[15] SAMARA, Eni Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História,* v.8, n.15, p. 91-105, set. 1987 / fev. 1988, p. 93.
[16] TJC, 1º Ofício, n.12228, 1935; 1º Ofício, n.14830, 1940; 3º Ofício, n.7906, 1910.

de seu pai, João Henrique Krug, marceneiro e investidor, em 1880. Outro filho de João Henrique não entrou na amostra de inventários, mas ao falecer, em 1889, manteve o nome da família na elite com sua riqueza. Trata-se de Francisco Henrique Krug, marceneiro e comerciante.[17]

A participação de alemães recrudesceu no período 1895-1915, quando alguns deles mudaram-se para outras cidades, entre elas Jundiaí (SP), reagindo às péssimas condições resultantes das epidemias de febre amarela (de 1889 a 1900) em Campinas, como também pelas crises de produção e preços do café, que marcam todo o período.[18] Entre as famílias alemãs que permanecem em Campinas estão os Bierrembach, com mostra o inventário de João Herculano Bueno Bierrembach, falecido em 1910 e representante da terceira geração da família. O patriarca João Bierrembach chegou a Campinas no início da década de 1850 e fundou a fábrica de chapéus que dirigiu até 1855, ano de sua morte. Seus dois filhos João Antonio e João refundaram a empresa em 1857, sob o nome de Fábrica de Chapéus Bierrembach & Irmão. Os filhos também investiram na Fábrica de Descaroçar e Enfardar Algodão de Bierrembach & Irmão (1865) e na Fundição de Ferro e Bronze, Oficina de Máquinas para a Lavoura e Fábrica de Carros e Trolys de Bierrembach & Irmão (1870). O terceiro filho do patriarca, João Miguel, criou a Fundição Bierrembach em 1880.[19]

Os alemães voltam à cena com maior número no período 1920-1940. Entre eles, sobressaem as famílias Müller, com o investidor Francisco Frederico Guilherme Müller, em 1920, e com a produtora rural Albertina, esposa de Herman Theo Müller, em 1930; Amgarten e von Zuben, com Bernardina Amgarten, em 1920, e seu marido Nicolau von Zuben, em 1925; e Mundt, com a proprietária Carolina Augusta, esposa de Jorge Mundt, em 1935.[20]

---

[17] TJC, 1º Ofício, n.4907, 1880; 3º Ofício, n.7549, 1889; 4º Ofício, n.4693, 1875.

[18] SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro e NOVAES, José. *A febre-amarela em Campinas: 1889-1900.* Campinas: Publicações CMU – Unicamp, 1996; RIBEIRO, Arilda I. M. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889*. Campinas: Publicações CMU – Unicamp, 1996, p. 151-59; e KARASTOJANOV, Andrea M. S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas.* Campinas: Ed. UNICAMP / CMU, 1999, p. 249-62.

[19] TJC, 3º Oficio, 7908. Não pertencem à amostra os inventários de João Antonio (TJC, 4º Ofício, 4807, de 1882) e o de João (TJC, 3º Ofício, 7539, de 1889). Ver também: CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887).* Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 27-43.

[20] TJC, 2º Ofício, n.6002, 1920; 2º Ofício, n.6135, 1925; 3º Ofício, n.8055, 1920; 3º Ofício, n.8303, 1930; 3º Ofício, n.8408, 1935.

Apesar da inexistência de casos registrados na amostra de 1870-1890, a participação de italianos entre os 20% dos inventariados mais ricos foi crescente nos anos seguintes. Os primeiros italianos da elite surgem no período 1895-1915 apresentando as mesmas qualidades observadas entre os alemães, ou seja, aptidões, capital para iniciar atividades econômicas e laços matrimoniais com brasileiros. Esses são os casos dos comerciantes Leonardo Cattani (casado com a brasileira Joanna Baptista); Joanna Venere, esposa de Bartholomeu Venere; Carmela Salerno, esposa de Saverio Spadafora; e Paschoal Alberti.[21]

O aumento do número de italianos na amostra do período 1920-1940 certamente reflete as presenças dos pioneiros e dos oriundos do processo de imigração mais recente. São os casos, entre outros, do comerciante Xisto Giambastiani, do serralheiro Pedro Gallani, do alfaiate Fiori Grandinetti (casado com Clotilde, que não manteve seu nome de brasileira), do industrial e construtor Horácio Tulli e do industrial de bebidas Ângelo Belluomini, sócio proprietário de uma das mais importantes cervejarias de São Paulo do final do século XIX, a Cervejaria Guarany.[22]

O grupo de outras nacionalidades apresenta, em 1870-1890, apenas o português Claudino Rodrigues Neves, proprietário.[23] Entre os indivíduos do período seguinte, destacam-se o dinamarquês Carlos Biörnberg, industrial de bebidas; o norte-americano Willian Collier e o francês Augusto Maillard, proprietários.[24]

Os lusos têm maior presença no período 1920-1940 e são representados pelo prestador de serviços funerários Francisco Serra e pelo proprietário Manoel Freire.[25] Dos norte-americanos, destacam-se o industrial Pedro Abrahão Anderson e o atacadista de algodão Charles Colombo Fenley.[26] Entre os espanhóis, citam-se Celestina Rodriguez y Martinez, esposa de Olympio Rodriguez, empresários de telefonia; e Rosaria Ramirez Marull, esposa de João Marull Xiberta, comerciantes.[27]

---

[21] TJC, 2º Ofício, n.5746, 1900; 2º Ofício, n.5784, 1905; 4º Ofício, n.6684, 1910; 4º Ofício, n.7106, 1915.
[22] TJC, 4º Ofício, n.380, 1920; 4º Ofício, n.1988, 1930; 4º Ofício, n.2012, 1930; 5º Ofício, n.105, 1935; 5º Ofício, n.1456, 1940. Ema E. R. Camillo. Op. Cit., p. 135-137.
[23] TJC, 4º Ofício, n.4697, 1875.
[24] TJC, 1º Ofício, n.7424, 1910; 3º Ofício, n.7832, 1905; 4º Ofício, n.7116, 1915.
[25] TJC, 4º Ofício, n.3249, 1935; 4º Ofício, n.4315, 1940.
[26] TJC, 1º Ofício, n.14184, 1935; 3º Ofício, n.8308, 1930.
[27] TJC, 4º Ofício, n.416, 1920; 5º Ofício, n.89, 1935.

Entre os sírio-libaneses, encontram-se Rabany Marum, esposa de Abdala Marum, comerciantes.[28]

Os percentuais dos 5% mais ricos – circunscritos à grande elite – ampliam a superioridade proporcional de brasileiros, com 41 inventariados (76%) do total de 54. Os italianos somam 5 casos, os alemães, 4, mesmo número do grupo de outras nacionalidades (sendo 3 norte-americanos e 1 espanhol), conforme mostra a Tabela 5.3.

Tabela 5.3 – Nacionalidades dos 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	Número	%	Número	%	Número	%	Número
Brasileiros	9	81,8	13	86,7	19	67,9	41
Italianos	0	0,0	2	13,3	3	10,7	5
Alemães	2	18,2	0	0,0	2	7,1	4
Outras nacionalidades	0	0,0	0	0,0	4	14,3	4
Totais	11	100,0	15	100,0	28	100,0	54

Fonte: Inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras nacionalidades: norte-americana ou britânica e espanhola.

Mesmo a menor proporção de estrangeiros desse estrato é indicativa de casos de oportunidades econômicas exploradas com base na especialização profissional, na disposição de capital para estabelecer negócios e nas relações matrimoniais com famílias tradicionais do Oeste paulista. Apenas 3 registros de casamentos entre inventariados e inventariantes de nacionalidades diferentes foram identificados nesse estrato.

5.3. As nacionalidades do estrato intermediário

Os estrangeiros e seus descendentes são mais presentes nos segmentos intermediários e menos ricos, como mencionado antes. Entre os 20% a 50% mais ricos, dos 312 inventariados entres 1870 a 1940, 175 são brasileiros, 68 italianos, 34 alemães e 35 de outras nacionalidades. (Tabela 5.4).

Tabela 5.4 – Nacionalidades dos 20%-50% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	Número	%	Número	%	Número	%	Número
Brasileiros	48	84,2	48	62,3	79	44,4	175
Italianos	0	0,0	15	19,5	53	29,8	68
Alemães	3	5,3	11	14,3	20	11,2	34
Outras nacionalidades	6	10,5	3	3,9	26	14,6	35

[28] TJC, 1º Ofício, n.11051, 1925.

Totais	57	100,0	77	100,0	178	100,0	312

Fonte: Inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras nacionalidades: portuguesa, espanhola, dinamarquesa, sírio-libanesa, norte-americana ou britânica, russa, francesa ou franco-suíça.

Os brasileiros constituem a maioria de 84,2% no período 1870-1890, com 48 de 57 inventariados. Os alemães somam 3 ocorrências (5,3%) e o grupo de outras nacionalidades, 6 (10,5%). Da mesma forma que ocorreu no caso dos 20% mais ricos, também no estrato intermediário não houve qualquer caso de italianos inventariados entre 1870-1890.

No período seguinte, 1895-1915, a participação dos brasileiros declina 22 pontos percentuais e seus 48 inventariados alcançam 62,2% do total de 77 inventários. Entre os estrangeiros, os italianos aparecem pela primeira vez na amostra somando 15 casos (19,5%) e superando o número de alemães, com 11 (14,3%), e o grupo de outras nacionalidades, com 3 (3,9%). A distribuição das nacionalidades é ainda mais diversificada no período 1920-1940, em que brasileiros somam 79 de 178 inventariados (44,4%), os italianos, 53 (29,8%), os alemães, 20 (11,2%) e o grupo de outras nacionalidades, 26 (14,6%).

Entre os brasileiros, há famílias no estrato intermediário que também aparecem entre os 20% mais ricos. Esse é o caso dos Camargo Andrade, Camargo Penteado, Pupo Nogueira, Bueno de Camargo, entre outras. Esse resultado sugere um possível declínio na escala social de membros de famílias tradicionalmente situadas na elite econômica. Na análise das datas de autuação dos inventários e dos valores das riquezas orçadas nas partilhas, observam-se indícios de declínio causados pela dispersão natural da transmissão dos bens para os descendentes.[29] Por outro lado, também encontram-se casos de endividamentos capazes de reduzir a posição social de parte dessas famílias. Entre os inventariados com dívidas superiores a 60% do valor nominal bruto de suas propriedades, estão os cafeicultores Paula Joaquina de Camargo Nogueira, Francisco Bueno dos Santos, Francisco de Paula Souza Campos e Francisco Antonio de Souza Salles.[30]

No estrato intermediário, a amostra também registra 13 casamentos entre inventariados e inventariantes de nacionalidades diferentes, sendo 11 entre brasileiros e estrangeiros e 2 entre estrangeiros de diferentes etnias. De acordo

[29] Como concluem Carlos Bacellar e Eni Mesquita Samara, já citados, foi para retardar esse processo de divisão judicial de riquezas que parte da elite paulista adotou relações matrimoniais de consanguinidade.

[30] TJC, 2º Ofício, n.5569, 1875; 3º Ofício, n.7394, 1880; 3º Ofício, n. 8307, 1930; 4º Ofício, n.4740, 1880.

com as datas dos registros nos inventários, do total de casamentos, 2 são anteriores a 1870, 4 ocorreram no período 1870-1890, 4 em 1895-1915 e 3 no período 1920-1940. Os casos ilustrativos são de Anna Carolina de Vasconcelos, casada com Antônio Hercules Florence, oitavo filho do francês Hercules Florence; do italiano Afonso Massaroto com Alice Cesarino; da alemã ou suíço-alemã Bertha Gradvohl com Carlos Theodoro de Siqueira e Silva; e da alemã ou suíço-alemã Julia Richter com o italiano Luiz Monzani.[31] Os 13 casos, mas em universo maior de 77 inventários, indica a baixa integração social por matrimônios entre diferentes nacionalidades também no estrato intermediário.

As relações matrimoniais mais numerosas tendem a confirmar um processo mais amplo de interação, o que não ocorreu entre os inventariados e inventariantes mais ricos de Campinas.[32] No entanto, é preciso observar o padrão dos 50% menos ricos para avaliar de maneira mais segura o comportamento geral da amostra.

Os italianos se caracterizam pelo crescimento constante e claramente superior aos demais estrangeiros na participação do estrato intermediário, pois partem de uma presença nula e alcançam, nos períodos seguintes, 19,5% e 29,8% de participação no total no grupo. Não se percebe esse mesmo resultado entre os demais estrangeiros. Outra característica dos italianos é a tendência por ocupações urbanas. No período 1895-1915, há sobrenomes que também são encontrados nas atas de fundação e dos primeiros anos de funcionamento do antigo *Circolo Italiani Uniti*[33]. São os casos, entre outros, do construtor Adolpho Massagli, dos comerciantes Alexandre Sbraglia, Victorio Milani e Braz Bellinfante, do proprietário Felicio Christofani, do seleiro João Perrin e do marceneiro José Ceccarelli. Entre os poucos produtores rurais, destacam-se José de Lucca e João Tedeschi.[34]

A lista de italianos é extensa nos anos 1920-1940 e há outros inventariados que também aparecem nas atas da referida entidade da colônia italiana. Nesse período, no entanto, nota-se elevação do número de produtores rurais, aparentemente refletindo a entrada de imigrantes para o trabalho nas lavouras de

[31] TJC, 2º Ofício, n.5915, 1915; 3º Ofício, n.320, 1930; 3º Ofício, n.7133, 1870; 5º Ofício, n.1437, 1940.
[32] TRUZZI, Oswaldo M. Serra. Padrões de nupcialidade..., p. 180.
[33] Atual Casa de Saúde Campinas, entidade original fundada em 1881.
[34] TJC, 1º Ofício, n.7418, 1910; 1º Ofício, n.7712, 1915; 2º Ofício, n.5679, 1895; 2º Ofício, n.5681, 1895; 2º Ofício, n.5747, 1900; 3º Ofício, n.7829, 1905; 4º Ofício, n.6681, 1910; 4º Ofício, n.7109, 1915; 4º Ofício, n.7111, 1915.

café. Nesse caso, a amostra de inventários confirma as oportunidades econômicas dos contratados inicialmente como colonos e de seus filhos. Entre os casos encontrados que se enquadram nessa situação estão os de Antonio Pantano, Antonio Andretta, Jeronymo Stecca, Giacomo Pavan e do casal Rosa Giordan e Angelo Grosso.[35] Entre os italianos com habilidades ligadas ao meio urbano, destacam-se o construtor Afonso Massarotto; os comerciantes Thereza Funari Volpe e Caetano Volpe; os fabricantes de chapéus Maria Settangelli e João Ciuccio; Maria Barsotti Graziani, esposa do médico Palieux Graziani; e do mecânico Luiz Monzani.[36]

Os alemães e suíço-alemães se distinguem pelo crescimento nas suas participações relativas do primeiro para o segundo período e pelo declínio do percentual deste para o último período. Esse resultado é observado também em relação aos perfis econômicos urbano e rural. O período 1870-1890 registra os casos do produtor rural Roberto Armbrust, do marceneiro Jacob Kretti e de Ana Maria Wiebech, esposa do prestador de serviços funerários Guilherme Wiebech.[37] No período 1895-1915 encontram-se os casos dos comerciantes Eduardo Forster e Carlos Rittner, de Francisca Exel Kobner, esposa do industrial de bebidas Misael Kobner, bem como dos proprietários rurais Guilherme e Anna Reiser e Otilia Hergert, esposa de Max Hergert.[38] O período de 1920-1940 indica leve superioridade de produtores rurais, entre os quais, Luiza Baumgartner, esposa de Jacob Baumgartner; Frederico Homann; e Guilhermina Haeitmann, esposa de Guilherme Haeitmann. Entre os alemães de perfil urbano, estão o comerciante Adolpho Rabe e os proprietários Henrique Mayer e a viúva Anna Schmutzler.[39]

O grupo de outras nacionalidades se diferencia dos demais pelo declínio da participação relativa até 1895-1915, acompanhada de crescimento percentual em 1920-1940. No início, este grupo reúne 2 franceses e 1 registro cada de dinamarquês, norte-americano ou britânico, espanhol e português. No período intermediário são 2 portugueses e 1 francês. O período 1920-1940 confirma a

[35] TJC, 2º Ofício, n.6000, 1920; 4º Ofício, n.1012, 1925; 4º Ofício, n.3251, 1935; 5º Ofício, n.104, 1935; 5º Ofício, n.1453, 1940.
[36] TJC, 1º Ofício, n.7933, 1920; 1º Ofício, n.8567, 1925; 3º Ofício, n.320, 1930; 3º Ofício, n.6387, 1935; 5º Ofício, n.1437, 1940.
[37] TJC, 1º Ofício, n.4497, 1875; 3º Ofício, n.7258, 1875; 3º Ofício, n.7598, 1890.
[38] TJC, 1º Ofício, n.7425, 1910; 2º Ofício, n.5920, 1915; 3º Ofício, n.7976, 1915; 4º Ofício, n.6682, 1910; 4º Ofício, n.7103, 1915.
[39] TJC, 1º Ofício, 14823, 1940; 2º Ofício, n.5999, 1920; 2º Ofício, n.6145, 1925; 2º Ofício, n.6272, 1930; 3º Ofício, n.8185, 1925; 4º Ofício, n.420, 1920.

diversidade étnica no estrato, com 16 portugueses, 3 espanhóis, 2 franceses, 2 russos, 2 sírio-libaneses e 1 norte-americano ou britânico.

Na apreciação do conjunto dos três períodos analisados, algumas nacionalidades tendem a exibir um perfil econômico urbano. São os portugueses, representados pelos ferroviários Manoel Gonçalves e Francisco de Oliveira; os franceses ou suíço-franceses, com o ferreiro Jorge Closel; e os sírio-libaneses, com os comerciantes José Elias Dahur e Said Dahur. Os norte-americanos circulam pelos meios rural e urbano, como exemplificam os casos do produtor rural Alexandre Fenley e do comerciante Alberto Bratfisch. O perfil exclusivamente rural fica por conta dos russos Leon Naligastky e Eva Kugel e do dinamarquês Carlos Magnussem.[40]

Em resumo, o estrato intermediário da riqueza em Campinas tendeu a apresentar maior participação das colônias estrangeiras. Os italianos não aparecem no período inicial, mas seus percentuais crescem significativamente nas décadas seguintes, superando os de colônias mais antigas e anteriormente mais numerosas, como a alemã. Por seu turno, o aumento de casos de outras nacionalidades entre 1920-1940 revela a maior diversidade étnica de trabalhadores urbanos e rurais na economia cafeeira do Oeste paulista.

5.4. As nacionalidades do estrato inferior

Na avaliação das participações relativas, os estrangeiros e seus descendentes estão representados entre os 50% menos ricos como no estrato intermediário. Dos 540 inventariados da amostra, 310 são de brasileiros, 133 de italianos, 48 de alemães e 49 de outras nacionalidades, conforme a Tabela 5.5.

Tabela 5.5 – Nacionalidades dos 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	Número	%	Número	%	Número	%	Número
Brasileiros	90	87,4	79	60,3	141	46,1	310
Italianos	3	2,9	27	20,6	103	33,7	133
Alemães	7	6,8	14	10,7	27	8,8	48
Outras nacionalidades	3	2,9	11	8,4	35	11,4	49
Totais	103	100,0	131	100,0	306	100,0	540

[40] TJC, 1º Ofício, n.5737, 1890; 2º Ofício, n.6530, 1940; 3º Ofício, n.7391, 1880; 3º Ofício, n.7591, 1890; 3º Ofício, n.8482, 1940; 3º Ofício, n.8486, 1940; 4º Ofício, n.4322, 1940; 4º Ofício, n.4331, 1940; 5º Ofício, n.106, 1935.

Fonte: Inventários TJSP–Campinas. Nota: Outras nacionalidades: portuguesa, espanhola, holandesa, russa, leta, lituana, sírio-libanesa, norte-americana, britânica, irlandesas, francesa e franco-suíça.

A presença de brasileiros foi superior no período entre 1870 e 1890, com 90 do total de 103 inventariados (87,4%). Os alemães somam 7 ocorrências (6,8%), os italianos, 3 (2,9%), valor idêntico ao do grupo de outras nacionalidades. No período seguinte, de 1895-1915, os 79 inventariados brasileiros, do total de 131, implicam declínio de 27,1 pontos percentuais (60,3%), com os italianos somando 27 casos (20,6%) e superando a maior participação anterior dos alemães, com 14 (10,7%). O grupo de outras nacionalidades reúne 11 inventariados (8,4%). Os anos 1920-1940 apresentam distribuição ainda mais variada. Os brasileiros tiveram declínio relativo maior, com 141 de 306 inventariados (46,1%), enquanto todos os estrangeiros – exceto os alemães – tiveram aumento: os italianos somam 103 (33,7%), os alemães, 27 (8,8%) e o grupo de outras nacionalidades, 35 (11,4%).

Encontram-se também entre os menos ricos sobrenomes brasileiros presentes nas listas dos estratos superiores. Como foi observado antes, a dispersão da riqueza por meio das partilhas judiciais é uma causa natural de descenso na escala social e era comum, como já vimos, que as famílias da elite arranjassem casamentos a fim de manterem suas fortunas. No entanto, a avaliação das datas de autuação dos inventários e dos valores dos orçamentos das partilhas revela parte significativa de casos de descenso social devido a endividamentos.

No total da amostra de 1870-1890, são 20 inventários com dívidas superiores a 60% de seus valores monetários brutos. Destes, 17 são de brasileiros, sendo 10 deles negativos, ou seja, com passivos superiores aos ativos brutos. Entre eles, estão os produtores rurais Antonia Alves de Assumpção, esposa de Francisco Manoel Alves de Assumpção, Martim Egydio de Souza Aranha, além do comerciante Antonio Francisco do Amaral Gurgel.[41] Entre os estrangeiros, apresentam as mesmas características os inventários do italiano Braz Carello, tintureiro, do alemão Benedicto Wick (sem ocupação declarada) e do francês ou suíço-francês João Camillo Giraud, hoteleiro.[42]

[41] TJC, 1º Ofício, n.5385, 1885; 3º Ofício, n.7248, 1875; 4º Ofício, n.5184, 1890.
[42] TJC, 4º Ofício, n.4694, 1875; 4º Ofício, n.4698, 1875; 4º Ofício, n.5163, 1890.

Em 1895-1915, há 21 inventários com dívidas superiores a 60% de seus ativos brutos. Os brasileiros somam 13 casos, sendo 4 deles negativos, como os produtores rurais Joaquim Ferraz da Rocha Camargo e Maria Ferreira Leite, esposa de Francisco dos Santos Rocha, e do proprietário Eliseu Leite de Barros.[43] Dos 8 inventários de estrangeiros, 4 são de italianos, entre eles, os comerciantes Angelo Daladeo e José Zanini; 3 alemães, como a comerciante Carolina Bertha Müller, esposa de Frederico Müller; e 1 português do grupo de outras nacionalidades, o comerciante Luiz Martins Leal.[44]

As crises econômicas das primeiras décadas século XX não resultaram em um maior número de endividamentos nos inventários em 1920-1940. São 23 inventários com dívidas superiores a 60% do total bruto no período. Os brasileiros somam 9 ocorrências, sendo 3 de inventários negativos, dos produtores rurais Maria Carolina de Arruda Barros e Antonio do Valle e Mello, e de José Maria Ribeiro (sem ocupação declarada).[45] O número de estrangeiros aumentou para 14, sendo 10 italianos, 3 alemães e 1 espanhol. Dos italianos, 7 têm dívidas superiores à riqueza bruta. Há nesses inventários equilíbrio de atividades urbana e rural, como exemplificam os casos do industrial de bebidas Orestes Franceschini, do jornalista Orlando Carpino e da produtora rural Helena Perissinotto, esposa de Francisco Perissinotto. Dos alemães ou suíço-alemães, os inventários dos produtores rurais Bruno von Der Leyen e José von Zuben são negativos.[46]

Os casamentos entre inventariados e inventariantes brasileiros e estrangeiros e entre estrangeiros de diferentes nacionalidades somam 11 casos no período, sendo 10 entre brasileiros e estrangeiros e apenas 1 entre um sírio-libanês e uma italiana. Não houve maior número de matrimônios de diferentes nacionalidades entre os 50% menos ricos, ou seja, a maior parte da população de inventariados e inventariantes nesse grupo escolheu cônjuges da mesma nacionalidade pelo menos até 1940, enquanto o estudo de Oswaldo Truzzi aponta para a tendência de aumento de casos de casamentos ditos exogâmicos, a partir de 1920.[47] Para ilustrar, os casos de casamentos entre diferentes etnias, citam-se

[43] TJC, 1º Ofício, n.6630, 1900; 4º Ofício, n.6122, 1905; 4º Ofício, n.6674, 1910.
[44] TJC, 2º Ofício, n.5743, 1900; 3º Ofício, n.7700, 1895; 4º Ofício, n.6687, 1910; 4º Ofício, n.7124, 1915.
[45] TJC, 1º Ofício, n.8562, 1925; 2º Ofício, n.6265, 1930; 4º Ofício, n.7644, 1920.
[46] TJC, 1º Ofício, n.12203, 1935; 2º Ofício, n.5996, 1920; 2º Ofício, n.6415, 1935; 3º Ofício, n.8180, 1925; 3º Ofício, n.8186, 1925; 5º Ofício, n.1445, 1940.
[47] TRUZZI. *Revista Brasileira de Estudos da População,* p. 184-185.

os casos de Anezia de Queiroz Ferreira com Cornélio O'Connor de Camargo Daunt, oitavo filho do médico irlandês Ricardo Gumbleton Daunt; Ana Luiza de Camargo com o italiano Nazareno Gatti; Manoel Luiz de Souza com a alemã Vitalina Hoffmann; e do sírio-libanês Calixto Elias com a italiana Elisa Geraldi.[48]

Com relação às nacionalidades, os italianos apresentam percentuais crescentes, sobretudo nos períodos posteriores à imigração em massa. O perfil inicial desse grupo é urbano, sugerindo as oportunidades econômicas aproveitadas pelos pioneiros, como nos casos do comerciante Paulino Giovanetti e do tintureiro Braz Carello. Tal característica se mantém no período seguinte, como mostram, entre outros, os casos dos comerciantes Antonio Fiorante e João Nista, do oleiro Luiz Morelli e do construtor José Scalise.[49]

Os colonos das lavouras de café do Oeste paulista estão representados principalmente entre os inventariados italianos do período 1920-1940. Destacam-se, entre outros, Emiglio Balloni, Felicio Seleghini, Miguel Capovilla, José Meneghel, Victorio Favaro e Amabile Fantin. Os trabalhadores urbanos do período são os operários Ferdinando Peccin, João Boscolo e os ferroviários Hermenegildo Forti e Sebastião Del Arco.[50]

O percentual de participação de alemães aumentou entre 1870-1890 e 1895-1915, mas declina em seguida. No primeiro período é possível encontrar alemães de perfil rural como Clara Schäfer, esposa de Guilherme Schäfer, e Benedicto Dose; bem como de perfil urbano, como o comerciante João Bollinger. No período seguinte, destacam-se os marceneiros Francisco Mayer e João Laubenstein e a produtora rural Barbara Baumgartner. Já em 1920-1940, os alemães de perfil rural predominam, como ilustram os casos de Oscar Paulo Homing, Nicolau Zemp e Guilherme Frederico Quitzau.[51]

Os percentuais do grupo de inventariados de outras nacionalidades também são crescentes. No período inicial, há os inventários do norte-americano José Lea,

---

[48] TJC, 1º Ofício, n.14868, 1940; 2º Ofício, n.1076, 1940; 4º Ofício, n.993, 1925; 4º Ofício, n.5478, 1895.

[49] TJC, 1º Ofício, n.7422, 1910; 1º Ofício, n.13106, 1915; 3º Ofício, n.7690, 1895; 4º Ofício, n.5163, 1890; 4º Ofício, n.5181, 1890; 4º Ofício, n.6677, 1910.

[50] TJC, 1º Ofício, n.9481, 1940; 1º Ofício, n.13739, 1930; 2º Ofício, n.961, 1920; 3º Ofício, n.8489, 1940; 3º Ofício, n.8649, 1940; 4º Ofício, n.362, 1920; 4º Ofício, n.3250, 1935; 4º Ofício, n.4309, 1940; 4º Ofício, n.7632, 1930; 5º Ofício, n.1234, 1940.

[51] TJC, 3º Ofício n.7263, 1875; 3º Ofício, n.7384, 1880; 3º Ofício, n.7578, 1890; 3º Ofício, n.7820, 1905; 3º Ofício, n.7979, 1915; 4º Ofício, n.379, 1920; 4º Ofício, n.4312, 1940; 4º Ofício, n.7107, 1915; 5º Ofício, n.111, 1935.

serralheiro, do português José da Silva Prata, proprietário, e do francês ou suíço-francês João Camillo Giraud, hoteleiro.[52] Em 1895-1915, são 11 inventariados, sendo 6 portugueses, 2 franceses, 2 espanhóis e 1 irlandês. O perfil econômico urbano pode ser destacado pelos inventários do português Luiz Martins Leal, comerciante, e do espanhol Olegário Ortiz, dentista.[53]

No período final, o grupo de outras nacionalidades é formado por 12 portugueses, 10 espanhóis, 4 franceses ou suíço-franceses, 2 norte-americanos ou britânicos, 2 sírio-libaneses, 2 dinamarqueses, 1 holandês, 1 leto e 1 lituano. Os portugueses elevam a proporção do perfil urbano do grupo, por exemplo, com os casos dos ferroviários José Lopes Serra e José de Freitas. O leto, o lituano e os dinamarqueses, por sua vez, reforçam o perfil rural, com os casos de Sover Moller Panlsen, Frederico Klava e Carlos Breedis.[54]

Em síntese, a imigração em massa elevou significativamente a participação de italianos e de outros estrangeiros também entre os inventariados menos ricos. A colônia alemã manteve tendência positiva do primeiro para o segundo período, embora tenha declinado nas últimas décadas. No grupo de outras nacionalidades, a tendência é crescente ao longo dos períodos. Assim como verificado nas análises dos outros grupos de inventariados, neste também se pode notar a diversidade étnica de trabalhadores urbanos e rurais no período final da economia cafeeira do Oeste paulista.

5.5. Considerações finais

Ao analisar a situação das principais nacionalidades de inventariados no Oeste paulista parece plausível dizer que, de modo geral, para pertencer aos estratos mais ricos era essencial dispor de bons relacionamentos, acordos matrimoniais vantajosos e habilidades profissionais de destaque. E um caminho para a mobilidade social ascendente foi notada entre os trabalhadores rurais e urbanos estrangeiros: o trabalho familiar foi fundamental para acumular recursos e propriedades. Os resultados mostram a inserção crescente de estrangeiros e de seus descendentes em todos os estratos de inventariados, com algumas diferenças que podem ser melhor observadas na Figura 5.1.

---

[52] TJC, 3º Ofício, n.6238, 1870; 3º Ofício, n.7249, 1875; 4º Ofício, n.4898, 1885.
[53] TJC, 3º Ofício, n.7823, 1905; 4º Ofício, n.6687, 1910.
[54] TJC, 1º Ofício, n.10806, 1920; 2º Ofício, n.1071, 1940; 3º Ofício, n.6304, 1925; 3º Ofício, n.8174, 1925; 4º Ofício, n.3221, 1935.

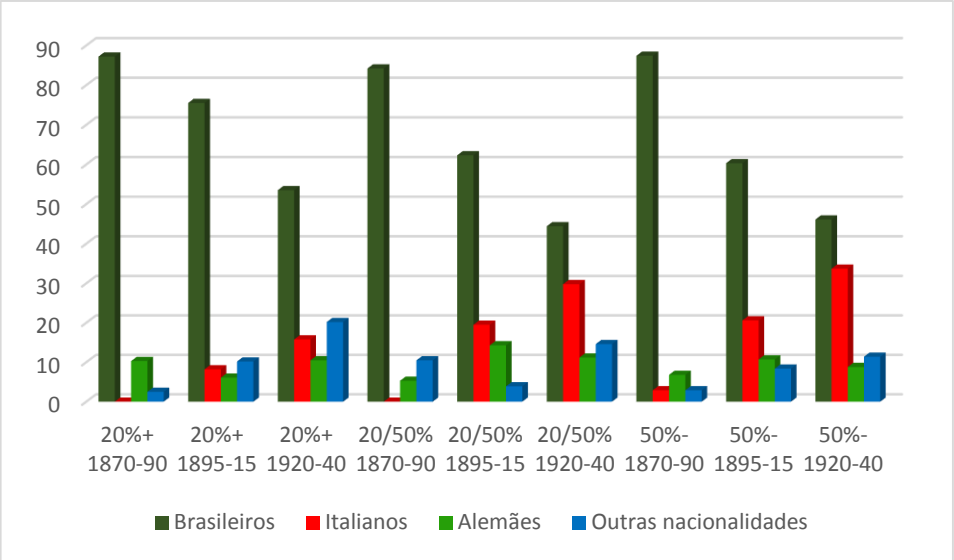


Figura 5.1 – Participações das nacionalidades nos estratos de inventariados, Campinas, 1870-1940, em %
Fonte: TJSP – Campinas. Nota: Outras nacionalidades: portuguesa, espanhola, holandesa, russa, leta, lituana, sírio-libanesa, norte-americana, britânica, irlandesa, francesa e franco-suíça.

Na elite, a presença relativa de alemães foi superior no período inicial, mas perdeu importância nos períodos seguintes. Essa tendência contrasta com os percentuais de italianos e de imigrantes de outras nacionalidades, que tiveram notável expansão em todas as décadas. Nota-se, também, que, mesmo verificando uma maior proporção de italianos entre a população estrangeira de Campinas nos Censos de 1920 e 1940,[55] a presença de italianos entre os 20% mais ricos não superou a de outras nacionalidades, o que ocorreu amplamente nos estratos seguintes. Esse resultado sugere a maior dificuldade de italianos de chegarem ao topo da acumulação de riqueza durante o período estudado.

A característica inicial dos inventários entre os 20% a 50% mais ricos é a maior presença de indivíduos de outras nacionalidades e de alemães, mas estes foram logo superados pelos italianos. Entre os 50% menos ricos, ocorreu praticamente o mesmo fenômeno, com a diferença de que os alemães são mais numerosos no período inicial em relação aos indivíduos de outras nacionalidades e aos italianos. Em ambos os estratos, as maiores proporções de inventariados italianos nos períodos recentes corroboram os resultados encontrados nos Censos de 1920 e 1940.

[55] Segundo Censo de 1920, 61,8% do total da população estrangeira de Campinas era italiana. Esta participação diminui para 48,9% no Censo de 1940.

Capítulo 6 – As ocupações na hierarquia da riqueza

Neste capítulo, analisa-se a distribuição das ocupações econômicas identificadas nos inventários de Campinas entre 1870-1940, de acordo com os grupos definidos anteriormente. Particularmente importante será a discussão da literatura relacionada com o fluxo e a inserção de trabalhadores, inclusive os profissionais e investidores, na economia cafeeira. Nas primeiras décadas, a expectativa é encontrar um expressivo número de lavradores em todos os estratos de inventariados, ainda que outras categorias de trabalhadores tenham surgido ou crescido com o impulso que a cidade recebeu com a chegada das ferrovias após 1872.

A população de Campinas cresceu rapidamente e com ela as atividades urbanas, inclusive em novos segmentos da indústria, com novas ocupações além das artesanais. Examinam-se, também, as pequenas propriedades rurais fornecedoras de alimentos, sobretudo aquelas situadas nos núcleos coloniais das antigas zonas fronteiriças do município, que se expandem a partir dessa época.

6.1. As ocupações de inventariados na economia cafeeira

A historiografia em geral considera a hipótese de que, desde o início da imigração de europeus para o Oeste paulista, em meados do século XIX, os estrangeiros que acumularam economias com o trabalho nas lavouras tinham como um de seus ideais a busca de oportunidades econômicas nas cidades, após o fim de seus contratos nas fazendas. Porém, esse refluxo de indivíduos do campo para as cidades não foi apenas consequência de sua ascensão econômica, como também da saturação do mercado de trabalho e dos baixos salários pagos nas fazendas, sobretudo após a primeira crise da economia cafeeira, na virada do século XIX para o XX.[1]

De fato, quem pôde acumular algum capital e levar recursos para a cidade tendeu a trabalhar atividades ligadas ao comércio, manufatura e oficinas artesanais ou em prestação de serviços, aproveitando as oportunidades abertas

[1] BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1977. p. 115-117. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1981. p. 47-50, 126-127. HALL, Michael M. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914.* Thesis (Ph.D.) – Columbia University, 1969. p. 165-168.

com o início da industrialização. Àqueles que não acumularam capital para se estabelecer, restava reforçar o contingente de mão de obra urbana assalariada.

O fato de ser a capital política e econômica do estado e de estar mais próximo do Porto de Santos foi decisivo para que o município de São Paulo recebesse os maiores investimentos governamentais. Campinas, por sua vez, continuou atraindo população e investimentos, sobretudo depois de se tornar um importante entroncamento ferroviário a partir de 1872, de receber enorme contingente de trabalhadores imigrantes após 1886 e de passar, poucos anos depois, por uma rápida diversificação da produção rural voltada ao abastecimento alimentar de sua área urbana e arredores.[2]

Sem dúvida, uma das mais profícuas ações políticas do governo paulista para disseminar as pequenas propriedades rurais na região de Campinas foi a implantação dos núcleos coloniais Campos Salles, no antigo distrito do Funil, atual Cosmópolis, e os de Nova Veneza e de Nova Odessa, na região então conhecida como Quilombo e adiante, onde hoje estão situadas as cidades de Sumaré e de Nova Odessa.[3] Além desses casos ao norte de Campinas, houve outros também expressivos ao sul, no antigo distrito que deu origem ao município de Valinhos e adiante. Por sua vez, essa região também sofreu influências de chacareiros e sitiantes do município vizinho de Jundiaí, onde as pequenas propriedades rurais passaram a coexistir com as grandes fazendas de café desde 1890, uma época marcada pela intensificação da imigração europeia, sobretudo de italianos. Os documentos notariais de Jundiaí mostram que as grandes propriedades da região também sofreram com as crises de produção e de preços de mercado cafeeiro do início do século e que a forte geada em 1918 foi decisiva para a diversificação da produção agrícola dos pequenos produtores.[4]

---

[2] CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo,* p. 47-67, aponta as citadas características como fundamentais para o desenvolvimento industrial de São Paulo no início do século XX. Também é interessante ver a comparação das trajetórias industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro, cf. VERSIANI, Flávio. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*, n. 13, v. 4, p. 77-96, outubro/dezembro 1993.

[3] Ver GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920)*: contribuição ao estudo da colonização em São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. BALDINI, Kelly. *Núcleo Colonial Campos Salles / Campinas: um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural – cidades*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2010. p. 135.

[4] FILIPPINI, Elizabeth. *À sombra dos cafezais*: sitiantes e chacareiros, 1890-1920. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. A região evoluiu para o atual Circuito das Frutas do Estado de São Paulo, que compreende os atuais municípios de Jundiaí, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Indaiatuba. Um dos

Como observado anteriormente, a amostra de 1.008 inventários judiciais identificou 1.054 inventariados. Esse número superior de pessoas sobre o de processos tem relação, em geral, com casos de cônjuges cujos bens foram inventariados somente após o falecimento do segundo indivíduo.[5] Da qualificação desses inventariados foi extraída uma lista com 1.072 ocupações. Esse número superior de ocupações frente ao de inventariados resulta do desempenho de ocupações extras, definidas aqui como secundárias. Esses casos ocorreram com produtores rurais, sobretudo cafeicultores, que investiram seus lucros em ativos diversos como ações e cotas de capital social de empresas, imóveis para aluguel e empréstimos garantidos por hipotecas, entre outros.

Presume-se que as ocupações oriundas da diversificação das atividades rurais tenham se tornado principais entre algumas famílias após cerca de duas ou três gerações, como indicam os casos das famílias Souza Aranha, Souza Campos e Quirino dos Santos.

O caso de Bento Quirino dos Santos é um exemplo digno de registro. Ele foi o oitavo e último filho de Joaquim Quirino dos Santos e Manoela Joaquina de Oliveira Santos, fazendeiros desde a época canavieira. Nasceu em abril de 1837 e faleceu em dezembro de 1914, tendo começado a trabalhar no comércio de ferragens e utensílios domésticos de seu irmão Antônio, de quem passou a ser sócio na empresa Santos & Irmão. Posteriormente, Bento Quirino tornou-se sócio de uma das maiores casas comissárias de Santos, a Teles, Neto & Companhia, foi abolicionista e republicano e participou da primeira convenção republicana do Brasil, a Convenção de Itu, em 1873. Foi, nos primeiros anos do novo regime, delegado de polícia, juiz de paz e vereador, colaborando para a fundação de entidades beneficentes, assistenciais, hospitalares e educacionais em Campinas e região.

Bento Quirino dos Santos presidiu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Companhia Campineira de Águas e Esgotos e a Companhia Campineira de

casos emblemáticos de colonos italianos das lavouras de café da região que se tornaram pequenos produtores rurais em Valinhos, depois em Rocinha (atual município de Vinhedo) e em Louveira (atual município que faz fronteira com Jundiaí), foi estudado por ABRAHÃO, Fernando A. *Tradição de família*: a história da Rede Frango Assado de Restaurantes. São Paulo: Prêmio Editorial, 2004; e ABRAHÃO, Fernando A. Imigração e propriedade rural no Circuito das Frutas [SP]. *Labor & Engenho*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 48-50, 2007.

[5] Na legislação mais antiga, previram-se multas para espólios de casais inventariados somente depois da morte do segundo cônjuge.

Iluminação a Gás. Sua riqueza foi distribuída conforme condições testamentais. Seu sócio José Paulino Nogueira também foi seu testamenteiro e inventariante. A maior parte da riqueza de Bento Quirino compunha-se de ativos financeiros, entre os quais apólices da dívida pública do estado de São Paulo, letras da Câmara Municipal de Campinas, créditos garantidos por hipotecas e ações e quotas de capital social de diversas empresas. Suas 4.000 ações da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, por exemplo, valiam quase mil contos de réis na época e o posicionava entre os maiores acionistas da empresa. Bento Quirino também possuía numerosas ações da Cia. Iniciadora Predial de São Paulo, da Cia. Paulista de Seguros, do Banco Comercial do Estado de São Paulo, da S.A. Usina Esther, além de cotas de capital social do jornal Comércio de São Paulo e do Mercado de Campinas.[6]

O testamento, o inventário de bens e a história pessoal de Bento Quirino dos Santos constituem um caso emblemático de uma família que originalmente acumulou riquezas com a produção agroexportadora (o açúcar e o café) e, posteriormente, continuou a enriquecer com atividades decorrentes da diversificação econômica propiciada pelo desenvolvimento das primeiras atividades. Por sua vez, a antiga atividade agroexportadora passou a ser um apêndice lucrativo do conjunto de atividades comerciais e industriais.

Voltando às centenas de casos da amostra de inventários, optou-se por reunir as ocupações econômicas extraídas dos inventários em seis grupos. O grupo de produtores rurais é formado por agricultores de lavouras de exportação como a cana-de-açúcar e o café, bem como por agricultores de alimentos inseridos no sistema de abastecimento das cidades, sobretudo os produtores de cereais, tubérculos, frutas e hortaliças.[7]

O grupo de proprietários e investidores agrega os donos de imóveis que obtinham rendas com aluguéis, além de investidores de ações de empresas públicas e privadas – sobretudo bancos, ferrovias e empresas de energia – e de ativos financeiros, empréstimos garantidos por hipotecas.

---

[6] TJC, 3º Ofício, n.11832, 1915.

[7] Nota-se que a atividade pecuária foi, durante muito tempo, apêndice da atividade agrícola, na qual a criação de animais servia para manter um plantel destinado a tracionar veículos e maquinarias, bem como para o abastecimento local de carnes e leite. A criação de animais para as indústrias alimentícias passou a ser incentivada cerca de uma década depois do período deste estudo, na década de 1950, com a instalação do Frigorífico Swift no município de Campinas.

O grupo de comerciantes reúne donos de estabelecimentos de diversos ramos, como os de alimentação e bebidas (secos e molhados, açougues, vendas de víveres e ovos e atacadistas de café, açúcar, cereais, fumo e bebidas), de tecidos e vestimenta (lojas de roupas, sapatos e armarinhos), de ferramentas, móveis e utensílios domésticos, de farmácias, boticas e drogarias, além de estabelecimentos para venda de combustíveis, madeira, livros, entre outros.

O grupo de industriais, artesãos e prestadores de serviços é composto de empreendedores de manufaturas de construção civil (olarias, marmorarias, carpintarias, serralherias e materiais de construção), de transformação de alimentos (refinarias de açúcar, torrefações de café, padarias, fábricas de bebidas), de metal e mecânica (fundições, caldeirarias, funilarias e produção e montagem de máquinas agrícolas), manufaturas diversas baseadas no couro, tecidos, instrumentos musicais, fogos de artifício, colas, adubos e materiais de escritório, além de serviços de hospedagem e alimentação (hotéis, bares e restaurantes), e de serviços diversos como telefonia, funerária, tinturaria e transportes de pequenas cargas e pessoas.

O grupo de inventariados com ocupações diversas é formado por profissionais liberais (médicos, dentistas, engenheiros, construtores, jornalistas, contabilistas e advogados), por funcionários públicos (professores, inspetores, escrivães, médicos legistas, procuradores, bombeiros), além de ferroviários, operários, barbeiros, jardineiros, parteiras, comerciários, administradores de fazendas, carroceiros ou choferes, religiosos e militares. Há ocorrências de ocupações não declaradas, reunidas em grupo distinto.

Antes da análise dos dados, vale observar algumas características da formação dos mercados de trabalho urbano e rural em Campinas. É certo que os subsídios governamentais dados à imigração de europeus desde o início da década de 1880 foram fundamentais para a colocação de colonos nos imensos cafezais plantados durante a expansão da fronteira agrícola para o Oeste paulista. Todavia, a acomodação dos trabalhadores imigrantes teve uma etapa decisiva. Para evitar o desabastecimento de trabalho nas fazendas, os fazendeiros pressionaram o governo para que este mantivesse os subsídios públicos pelo tempo necessário de se criar excedentes de mão de obra, uma saturação do mercado de trabalho capaz de sustentar o controle dos fazendeiros sobre seus empregados. Essa política de atração de trabalhadores assalariados permaneceu por 30 anos, até o início da

Primeira Guerra Mundial, em 1914, quando cerca de 900 mil imigrantes entraram em São Paulo.[8]

Esse número de imigrantes foi tão expressivo que favoreceu aos interesses dos fazendeiros e, também, contribuiu para a formação de um mercado de trabalhadores do meio urbano. Há referências de que uma parte desses imigrantes não passou pelo estágio rural e dirigiu-se desde o início para as indústrias da capital, de tal forma que, já na virada do século XIX para o XX, cerca de 60% dos operários da cidade de São Paulo eram estrangeiros.[9]

Campinas foi também parte desse fenômeno. Os dados colhidos nesta pesquisa mostram que profissionais especializados e capitalizados foram atraídos por melhores oportunidades econômicas na capital. No entanto, há indicações de que algumas atividades localizadas em Campinas não declinaram, e até cresceram. Contribuíram para isso as empresas com atuação regional e provincial sediadas em Campinas, como a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro – a maior empregadora de operários da região durante décadas – e as empresas de abastecimento de água e tratamento de esgotos, de abastecimento energético e as unidades de abastecimento alimentar. Há razões para crer que foi atendendo aos operários de grandes empresas que pequenos e médios negócios continuaram a dar impulso ao crescimento da economia local.[10]

As 1.072 ocupações dos inventariados da amostra estão distribuídas entre 280 produtores rurais, 242 proprietários e investidores, 141 comerciantes, 97 industriais, artesãos e prestadores de serviços, 79 indivíduos de ocupações diversas e 233 registros de ocupações não declaradas e não identificadas pela análise dos bens. A Tabela 6.1 apresenta os números e os percentuais de cada estrato social.

Tabela 6.1 – Ocupações de inventariados entre os estratos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	20%+ricos		5%+ricos		20-50%+ricos		50%-ricos		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	79	32,5	33	45,8	81	25,6	120	23,4	280
Proprietário e investidor	81	33,3	22	30,6	89	28,1	72	14,1	242

[8] STOLCKE, Verena; HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, p. 80-120, setembro de 1983. p. 106-107.
[9] VERSIANI, Flávio Rabelo. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*, n. 13, v. 4, [77:96], outubro/dezembro 1993, p. 82.
[10] MARTINS, Valter. *Mercados urbanos, transformações na cidade*: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908. Campinas: Ed. Unicamp, 2010. p. 187-213.

Comerciante	43	17,7	5	6,9	56	17,7	42	8,2	141
Industrial, artesão e serviços	27	11,1	9	12,5	28	8,8	42	8,2	97
Ocupações diversas	12	4,9	3	4,2	29	9,2	38	7,4	79
Sem declaração e identificação	1	0,5	0	0,0	34	10,6	198	38,7	233
Totais	243	100,0	72	100,0	317	100,0	512	100,0	1.072

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: médico, dentista, construtor, advogado, contabilista, servidor público, ferroviário, operário, barbeiro, jardineiro, parteira, comerciário, carroceiro, administrador de fazenda, religioso e militar. A coluna Elite 5% não soma com as demais, pois é apenas informativa.

Na elite formada pelos 20% mais ricos, os produtores rurais e os proprietários e investidores têm percentuais próximos ao terço do total da amostra, com 32,5% e 33,3%, respectivamente. Em posições intermediárias, os comerciantes somam 17,7%, os industriais, artesãos e prestadores de serviços, 11,1%. Abaixo situa-se o grupo de inventariados de ocupações diversas, com 4,9%, e o único inventário do grupo de casos sem ocupações declaradas.

Os produtores rurais são mais importantes entre os 5% mais ricos, somando 45,8% do total da sua amostra. Os proprietários e investidores alcançam 30,6% e os industriais, artesãos e prestadores de serviços, 12,5%. O grupo de comerciantes não é tão expressivo entre os mais ricos da elite, assim como os inventariados cujas ocupações não foram declaradas e identificadas (6,9% e 4,2%, respectivamente).

No estrato intermediário dos 20% a 50% mais ricos, os produtores rurais somam 25,8% e os proprietários e investidores, 28,1%. Também os industriais, artesãos e prestadores de serviços, com 8,8%, perdem importância nesse segmento em relação à elite. Por sua vez, o grupo de comerciantes é numeroso e atinge percentual idêntico aos comerciantes dos 20% mais ricos (17,7%). O grupo de ocupações diversas tem percentual elevado de 9,2%, assim como o grupo de inventariados sem ocupações identificadas, com 10,6%.

A metade menos rica aparece com 23,4% do seu total como produtores rurais. Os demais grupos também apresentam percentuais menores do que os do estrato intermediário. São 14,1% de proprietários e investidores, 8,2% de comerciantes, o mesmo percentual de industriais, artesãos e prestadores de serviços e 7,4% do grupo de ocupações diversas. Nesse estrato, o percentual de ocupações não declaradas e sem possibilidade de identificação é alto e atinge 38,7% do total.

6.1.1. As ocupações da elite

A amostra de inventários dos 20% mais ricos é formada por 202 documentos, que registram 243 ocupações. Dos 41 inventariados que apresentam mais de uma ocupação, são numerosos os casos de produtores rurais que também auferiam rendimentos como proprietários e investidores (19), bem como de produtores rurais atuando como industriais (6), de industriais como comerciantes (7) e de industriais como proprietários e investidores (3). Por esses resultados, nota-se o grupo de agroexportadores atuando em atividades dos setores financeiro e industrial da economia. A mesma tendência pode ser percebida nas combinações de atividades comerciais, industriais e de investimentos.

A Tabela 6.1 demonstra a importância da administração de propriedades, investimentos financeiros e da produção rural como ocupações mais presentes entre os inventariados da elite – ambas somando 160 de 243 ocorrências. Os demais grupos têm sua importância relativamente menor. Na Tabela 6.2, por sua vez, observam-se os resultados da distribuição das ocupações da elite em cada período.

Tabela 6.2 – Ocupações entre os 20% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	23	47,9	23	37,1	33	24,8	79
Proprietário e investidor	12	25,0	23	37,1	46	34,6	81
Comerciante	5	10,4	9	14,5	29	21,8	43
Industrial, artesão, prestador serviços	6	12,5	6	9,7	15	11,3	27
Ocupações diversas	2	4,2	1	1,6	9	6,8	12
Sem declaração e identificação	0	0,0	0	0,0	1	0,7	1
Totais	48	100,0	62	100,0	133	100,0	243

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: médico, construtor, militar, servidor público e parteira.

Os percentuais de produtores rurais mostram tendência de queda, com 47,9% em 1870-1890, 37,1% no período seguinte e com menos de 25% do total em 1920-1940. Dos 23 produtores do período inicial, 11 são cafeicultores, 10 apresentam cafezais combinados com lavouras de milho, feijão, arroz, batata, cana-de-açúcar e algodão e em 2 casos não foi possível identificar as lavouras. Dos 23 produtores do período 1895-1915, 14 cultivaram exclusivamente café, 7 diversificaram as propriedades com lavouras de café combinadas e em 2 casos não foi possível identificar as lavouras. Dos 33 agricultores do período 1920-1940, 12

são cafeicultores, 14 são cafeicultores e lavradores de demais gêneros e 7 roças não foram declaradas. Tais resultados reforçam o perfil agroexportador da elite, mas apontam também para o interesse em lavouras de alimentos, que podiam ser menos lucrativas que o café, mas que atendiam mercados locais também expressivos e dinâmicos. A preocupação com a diversificação de culturas e o atendimento do mercado interno não foram pontuais e podem ser observadas em inventários anteriores aos do apogeu cafeeiro. O aumento populacional advindo da inserção de imigrantes no mercado de trabalho, após 1886, ampliou significativamente o interesse nas lavouras de abastecimento alimentar durante o período final deste estudo.

Os percentuais do grupo de proprietários e investidores crescem de 25% no primeiro período para 37,1% entre 1895-1915, com um pequeno declínio para 34,6% em 1920-1940.

Os resultados do grupo de comerciantes acompanham a tendência geral de crescimento dessa ocupação. Os inventários com essa atividade partem de 10,4% do total no período 1870-1890, alcançam 12,5% no período seguinte e somam 21,8% em 1920-1940. Dos 5 casos iniciais, 1 é atacadista de alimentos (secos e molhados), 1 farmacêutico ou boticário e em 3 não foi possível especificar os ramos. Observa-se, no período 1895-1915, maior variedade da atividade comercial. Dos 9 registros, 3 são da área de alimentos e bebidas (secos e molhados, atacado de vinhos e carnes, víveres e ovos) 1 de botica ou farmácia, 1 de vestimentas e tecidos, 2 de utensílios domésticos e móveis, além de 2 estabelecimentos comerciais sem declaração e identificação. Dos 29 casos de 1920-1940, 20 são da área de alimentos e bebidas (16 varejistas e 2 atacadistas de secos e molhados, além de 2 atacadistas de café e açúcar), 3 de tecidos e vestimentas, 2 de farmácias ou boticas, 2 de móveis e utensílios domésticos, 1 de madeira e em 1 não existe especificação da atividade.

Os industriais, artesãos e prestadores de serviços apresentam uma participação estável ao longo do tempo. Esse grupo atingiu 12,5% do total em 1870-1890, caindo para 9,7% no período seguinte mas subindo novamente para 11,3% do total em 1920-1940. Dos 6 registros de 1870-1890, 4 são manufaturas da área de construção civil (olarias e carpintarias), 1 da área de alimentos e bebidas e 1 prestador de serviços de hospedagem. Dos 6 casos de 1895-1915, há 1 manufatura de bebidas, 1 de metal e mecânica, 2 manufaturas diversas (selas

e chapéus), 1 prestador de serviços de alimentação e hospedagem e 1 empreendedor industrial e comercial. Dos 15 inventariados de 1920-1940, 5 são manufaturas de alimentos e bebidas (torrefação de café, refinaria de açúcar, fábrica de bebidas e padarias), 4 da construção civil (2 olarias e 2 serralherias), 2 de metal e mecânica (montagem de equipamentos agrícolas), 1 manufatura diversa (colas, adubos e tecidos de algodão), além de 1 prestador de serviços de vestimentas, 1 de telefonia e 1 de serviços funerários.

O grupo de ocupações diversas apresenta tendência irregular, iniciando com 4,2% em 1870-1890, atingindo 1,6% no período seguinte e chegando em 1920-1940 com 6,8%. Os 2 casos do período inicial são de médico e servidor público. Apenas 1 militar representa o grupo no período 1895-1915. Dos 9 casos do período 1920-1940, 4 são médicos, 2 engenheiros ou construtores, além de 1 registro cada um de servidor público, militar e parteira.

O estrato superior da elite, os 5% mais ricos, reafirma a ascendência de produtores rurais e de proprietários e investidores, com 55 de 72 casos. Os 54 inventários listam 72 ocupações e, dos 18 registros de inventariados identificados com ocupações secundárias, são mais numerosos os produtores rurais que recebiam rendimentos também como proprietários e investidores (12), os produtores rurais como industriais (3) e os industriais como comerciantes (3). Os valores da amostra confirmam as mesmas tendências de diversificação das oportunidades econômicas, observadas entre os 20% mais ricos, conforme a Tabela 6.3.

Tabela 6.3 – Ocupações entre os 5% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	9	56,3	10	47,6	14	40,0	33
Proprietário e investidor	5	31,3	6	28,6	11	31,4	22
Comerciante	2	12,5	4	19,0	0	0,0	6
Industrial, artesão, prestador serviços	0	0,0	1	4,8	7	20,0	8
Ocupações diversas	0	0,0	0	0,0	3	8,6	3
Totais	16	100,0	21	100,0	35	100,0	72

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: médico, construtor e militar.

A superioridade da posição dos produtores rurais é demonstrada pelos 56,3% em 1870-1890, 47,6% entre 1895-1915 e 40% em 1920-1940. Dos 9 casos iniciais, 5 são cafeicultores e 4 produziam café combinado com lavouras de milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar e algodão. Dos 10 registros de 1895-1915, 7

são cafeicultores, 2 lavradores de café e de lavouras da base alimentar citada e 1 não declarou o tipo da roça. Dos 14 casos de 1920-1940, 6 são cafeicultores, 6 lavradores de café com outras lavouras e em 2 não foi possível identificar as lavouras. Por esses casos é possível dizer que mesmo durante as maiores crises da economia cafeeira, a produção rural não deixou de ser a principal ocupação entre os mais ricos.

Os percentuais do grupo de proprietários e investidores revelam tendência estável em torno de 30% dos totais de cada período.

A trajetória do grupo de comerciantes é diferente da observada entre os 20% mais ricos. Os percentuais sobem de 12,5% no período 1870-1890 para 19% em 1895-1915 e caem a zero entre 1920-1940, sugerindo que essa ocupação não mais interessou aos mais ricos. Os 2 casos iniciais são de comércio atacadista de alimentos e bebidas e de medicamentos. Dos 4 inventários do período intermediário, 2 são da área de alimentos e bebidas, 1 de medicamentos e 1 de móveis e utensílios domésticos.

O grupo de industriais, artesãos e prestadores de serviços aparece apenas no período 1895-1915, com apenas 1 empresário dos ramos de transportes, abastecimento, energia, comunicação e crédito financeiro (Bento Quirino dos Santos, já citado). O grupo atinge 20% do total em 1920-1940. Dos 7 inventariados, 2 possuíam manufaturas da área de construção civil, 2 de metal e mecânica, 1 de colas, adubos e tecidos de algodão, além de 1 prestador de serviços de telefonia e 1 de vestimentas.

Resumidamente, além da maior proporção de produtores de café e de proprietários e investidores entre os mais ricos, os dados indicam uma queda do número de comerciantes e o aumento de industriais, artesãos e prestadores de serviços. Em outras palavras, as participações comparadas desses dois grupos revelam que as riquezas desse último grupo superaram as de comerciantes em 1920-1940, momento de impulso da economia industrial no Oeste paulista.

6.1.2. As ocupações do estrato intermediário

Os 303 inventários dos 20% a 50% mais ricos registram 317 ocupações de inventariados. Dos 14 registros de ocupações secundárias, são mais numerosos os produtores rurais que também foram advogado, militar, religioso e ferroviário (4 casos), de industriais, artesãos ou prestadores de serviços que também foram

comerciantes (3) e de comerciantes atuando em mais de um ramo dessa atividade (2). Os resultados indicam que médicos, dentistas, engenheiros, advogados, prestadores de serviços diversos, servidores públicos e comerciantes tendem a caracterizar o perfil econômico desse estrato, ao longo do tempo.

De acordo com a amostra, os produtores rurais somam 81 casos, os proprietários e investidores, 89, os comerciantes, 56, os industriais, artesãos e prestadores de serviços, 28, mesmo número de registros de ocupações diversas (profissionais liberais, servidores públicos e trabalhadores diversos). Há ainda 35 inventariados sem ocupações declaradas e identificadas (Tabela 6.4).

Tabela 6.4 – Ocupações entre os 20%-50% mais ricos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	23	39,0	13	15,9	45	25,6	81
Proprietário e investidor	16	27,1	30	36,6	43	24,4	89
Comerciante	13	22,0	19	23,2	24	13,6	56
Industrial, artesão, prestador serviços	5	8,5	13	15,9	10	5,7	28
Ocupações diversas	2	3,4	6	7,3	20	11,4	28
Sem declaração e identificação	0	0,0	1	1,2	34	19,3	35
Totais	59	100,0	82	100,0	176	100,0	317

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: administrador de fazendas, religioso, ferroviário, operário, construtor, advogado, escrivão, professor, militar, médico, contador, jornalista, inspetor de alunos e médico legista.

Os percentuais do grupo de produtores rurais partem de expressivos 39% do total de 1870-1890, declinam bruscamente para 15,9% no período seguinte e sobem para 25,6% no período final. Das 23 ocorrências de 1870-1890, 12 foram cafeicultores, 3 combinaram seus cafezais com lavouras de milho, arroz, feijão, batata, cana-de-açúcar e frutas, 3 produziram cana, cereais e frutas, além de constarem 5 casos sem identificação das lavouras. Dos 13 registros de 1895-1915, 4 foram cafeicultores, 4 combinaram cafezais com lavouras como as já citadas, 2 produziram cana, cereais e frutas, além de 3 inventários sem identificação das roças. Das 45 ocorrências de 1920-1940, apenas 9 foram cafeicultores, 8 combinaram cafezais com outras lavouras, 8 produziram cereais, tubérculos, algodão e frutas, além de 20 casos sem declaração das plantações. Os resultados mostram a queda da produção cafeeira e a diversificação, sobretudo, para a produção de alimentos. Os dados apontam, também, para o aumento das pequenas e médias propriedades rurais após a implantação de núcleos coloniais na região, no final do século XIX e início do XX. Dessa maneira, a amostra de

inventários corrobora que foi possível a uma parte dos lavradores comuns, nesse período, adquirir propriedades menos valorizadas, com produtos voltados para o mercado urbano.

Os percentuais do grupo de proprietários e investidores partem de 27,1% em 1870-1890, atingem 36,6% no período seguinte, mas voltam ao patamar inicial em 1920-1940, com 24,4%.

O grupo de comerciantes tem participação estável do primeiro para o segundo período, com 22% e 23,2%, respectivamente. Porém, o valor declina para 13,6% entre 1920-1940. Dos 13 registros iniciais, 5 foram da área de alimentos e bebidas (açougues, secos e molhados a atacado e a varejo), 2 de vestimentas e tecidos, 1 de medicamentos, além de 5 casos sem os ramos declarados. Dos 19 inventários de 1895-1915, 12 foram da área de alimentos e bebidas, 2 de vestuário e tecidos, 1 de móveis e utensílios domésticos e 2 casos de comércios diversos (ferramentas e madeira), além de 2 registros sem os ramos especificados. Dos 24 casos de 1920-1940, 9 foram da área de alimentos e bebidas, 4 de móveis e utensílios domésticos, 2 de vestimentas e tecidos, 1 de medicamentos, 1 de combustíveis, além de 7 sem declaração e identificação.

Os industriais, artesãos e prestadores de serviços começam com 8,5% do total de 1870-1890, sobem para 15,9% no período seguinte e depois declinam para 5,7% em 1920-1940. Dos 5 casos iniciais, 2 foram da área de construção civil, 2 foram prestadores de serviços de alimentação e hospedagem e 1 de serviços funerários. Dos 13 inventariados de 1895-1915, 3 foram da área da construção civil, 3 da área de alimentos e bebidas, 1 da área de metal e mecânica, 2 artesãos diversos (1 seleiro e 1 curtidor de couros), 1 prestador de serviços de alimentação e hospedagem, 1 de serviços funerários e 2 de serviços diversos (vestimentas e estábulo). Dos 10 casos finais, 2 foram da área de construção civil, 1 da área de metal e mecânica, 2 manufaturas diversas (1 de formas e flores para chapéus e 1 de instrumentos musicais), além de 4 prestadores de serviços de hospedagem e alimentação e 1 de serviços telefônicos.

O grupo de ocupações diversas apresenta tendência crescente. Seu percentual inicial é de 3,4% do total, chega a 7,3% no período 1895-1915 e atinge 11,4% em 1920-1940. No período 1870-1890, identificam-se 1 construtor e 1 administrador de fazendas. Dos 6 registros do período seguinte, 2 foram advogados, 1 construtor, 1 escrivão, 1 professora e 1 militar. Em 1920-1940, 4

foram servidores públicos, 4 professores, 2 médicos, 2 construtores, 2 escrivães, 2 ferroviários (um deles também produtor de milho e mandioca), além de 1 entrada cada um de contador, jornalista, inspetor de alunos e médico legista.

Quase todos os grupos de ocupações apresentam tendência de queda relativa ao longo do tempo. No entanto, antes de observarem percentuais em declínio entre 1920-1940, os grupos de proprietários e investidores, de comerciantes e de industriais, artesãos e prestadores de serviços vinham de percentuais crescentes entre 1870-1890 e 1895-1915. Uma possível explicação para essa queda é a saída desses profissionais para centros com maiores oportunidades econômicas, sobretudo a capital paulista, confirmando o refluxo de trabalhadores e profissionais especializados do interior para a capital apontado na literatura.[11]

Os resultados para os produtores rurais sugerem uma dinâmica social diferente da observada no caso das ocupações urbanas citadas acima. Os percentuais caíram em 1895-1915, quando revertem nas décadas 1920-1940. Existem documentos que corroboram a disseminação de pequenas e médias propriedades rurais com os núcleos coloniais, justamente no período 1920-1940, quando as primeiras gerações de proprietários desses lotes passaram a figurar na amostra de inventários.

O aumento proporcional de casos de ocupações diversas, sobretudo de médicos, engenheiros, advogados, dentistas e demais profissionais liberais, de professores e professoras, escrivães, procuradores e outros servidores públicos, bem como de ferroviários e operários, também é indicativo da diversificação econômica de Campinas nas primeiras décadas do século XX.

6.1.3. As ocupações do estrato inferior

Os 503 inventários do estrato dos 50% menos ricos da amostra registram 512 ocupações de inventariados. São apenas 8 entradas com registros de ocupações secundárias. Destacam-se produtores rurais que também receberam rendimentos como proprietários e investidores (2) e comerciantes também como industriais, artesãos e prestadores de serviços (2). Nesse estrato, a tendência de

[11] BEIGUELMAN. *A formação do povo no complexo cafeeiro*, p. 115-117. CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, p. 47-50, 126-127. HALL. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914*, p. 165-168.

quase todos os grupos de ocupações foi de declínio e o alto percentual de inventariados sem ocupações declaradas indica pouco cuidado no registro de informações no processo judicial, prevalecendo o interesse tributário na transmissão das propriedades. No conjunto do período, os produtores rurais somam 120 ocorrências, os proprietários e investidores 72, os comerciantes 42, mesmo número de industriais, artesãos e prestadores de serviços, o grupo de ocupações diversas 38 e o grupo de ocupações sem declaração e identificação, 198 (Tabela 6.5).

Tabela 6.5 – Ocupações entre os 50% menos ricos, Campinas, 1870-1940, em número e %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940		Totais
	No.	%	No.	%	No.	%	No.
Produtor rural	23	23,5	21	17,1	76	26,1	120
Proprietário e investidor	25	25,5	21	17,1	26	8,9	72
Comerciante	15	15,3	16	13,0	11	3,9	42
Industrial, artesão, prestador serviços	6	6,1	19	15,4	17	5,8	42
Ocupações diversas	2	2,0	10	8,1	26	8,9	38
Sem declaração e identificação	27	27,6	36	29,3	135	46,4	198
Totais	98	100,0	123	100,0	291	100,0	512

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Ocupações diversas: administrador de fazenda, carroceiro, comerciário, jardineiro, ferroviário e operário.

Os percentuais de produtores rurais declinam de 23,5% para 17,1% em 1895-1915, subindo para 26,1% em 1920-1940. Dos 23 registros de 1870-1890, 9 são cafeicultores, 3 agricultores combinaram cafezais com lavouras de milho, arroz, feijão e frutas, 2 cultivavam milho e hortaliça e 9 não tiveram as roças definidas. Dos 21 casos do período seguinte, 6 são cafeicultores, 4 combinaram café com cereais da base acima citada, 3 produziam cereais, tubérculos e cana-de-açúcar e em 8 casos não se tem a roça especificada. Em 1920-1940, 9 são cafeicultores, 12 combinaram café com cereais, frutas e eucalipto, 3 produziram cereais e tubérculos, e em 52 não foi possível identificar as culturas. O aumento do número de inventários nesse último período deve-se aos casos de pequenos produtores rurais, sobretudo de gêneros para o mercado interno.

Os resultados do grupo de proprietários e investidores têm tendência de declínio: partem de 25,5%, alcançam 17,1% em 1895-1915 e atingem 8,9% do total em 1920-1940.

O grupo de comerciantes também apresenta tendência de queda relativa entre os 50% menos ricos. Em 1870-1890, eles são 15,3% do total, passam para

13% em 1895-1915 e caem para apenas 3,9% em 1920-1940. Entre os 15 registros do período inicial, 4 são da área de alimentos e bebidas, 3 da área de vestuário e tecidos, 1 de ferramentas e montarias e em 7 não foi possível identificar o ramo comercial do inventariado. Em 1895-1915, 8 são da área de alimentos e bebidas, 3 da área de vestuário e tecidos, 1 de ferramentas e montarias e há 4 estabelecimentos comerciais sem os ramos identificados. Já em 1920-1940, 5 são da área de alimentos e bebidas, 2 de vestuário e tecidos, 1 de lenha e 3 sem os ramos comerciais declarados.

Os industriais, artesãos e prestadores de serviços tiveram crescimento do primeiro para o segundo período, mas declinam no terceiro (6,1%, 15,4% e 5,8%, respectivamente). Dos 6 registros de 1870-1890, 4 são da área de construção civil, 1 prestador de serviços de vestimentas e 1 de hospedagem. Entre os 19 inventários de 1895-1915, 6 são da construção civil, 2 da área metal e mecânica, 1 de alimentos e bebidas, 1 de lápis e material de escritório, 7 são prestadores de serviços de hospedagem e alimentação, 1 de vestimentas e 1 empresário não teve a atividade declarada. Os artesãos, manufatureiros e prestadores de serviços participam com 5,8% do total. Dos 17 casos de 1920-1940, 3 são da área de alimentos e bebidas, 2 da construção civil, 2 de metal e mecânica, 1 de fogos de artifício, além de 6 prestadores de serviços de alimentação, 2 de vestuário e tecidos e 1 sem declaração e identificação.

Os grupos de ocupações diversas e de ocupações sem declaração e identificação são os únicos a apresentar tendência crescente ao longo das décadas. No caso das ocupações diversas, eles partem de 2% em 1870-1890, atingem 8,1% no período seguinte e chegam a 8,9% em 1920-1940. Os 2 registros do período inicial são de 1 professor e 1 dentista. Dos 10 casos de 1895-1915, 3 são construtores, 3 condutores de veículos e 1 registro cada de dentista, procurador municipal, professor e agente dos Correios. Dos 26 casos de 1920-1940, 6 são ferroviários, 4 professores, 2 casos cada de jornalistas, operários, serventuários e servidores públicos, além de 1 registro cada um de bombeiro, porteiro, construtor, carroceiro, administrador de fazendas, comerciário, jardineiro e barbeiro.

As quedas percentuais de produtores rurais, de proprietários e investidores, de comerciantes e de industriais, artesãos e prestadores de serviços e as contrapartidas de aumentos percentuais de inventariados de ocupações diversas ou sem identificação parecem sintomáticas de um estrato social em processo de

diversificação, sobretudo de assalariados e de funcionários públicos, que passaram a fazer parte do seleto grupo de proprietários de bens.

6.2. Considerações finais

A análise das ocupações da amostra de inventários confirma a presença majoritária da elite de Campinas na produção cafeeira, bem como nas diversas oportunidades econômicas surgidas a partir de investimentos do capital agrícola em empresas industriais, comerciais e de créditos financeiros desde 1870. Entre os 5% mais ricos, os percentuais de produtores rurais e de proprietários e investidores são ainda maiores, reforçando o perfil agroexportador da elite econômica. Mesmo assim, nota-se o interesse das grandes propriedades nas lavouras de alimentos, talvez menos lucrativas que o café, mas também constituindo uma opção rentável de cultivo devido à expansão da demanda dos núcleos urbanos. Por sua vez, os resultados mostram que a inserção de colonos imigrantes no mercado de trabalho, após 1886, ampliou significativamente a presença de lavouras para o abastecimento local, sobretudo no período final deste estudo.

Por volta de ¼ das ocupações dos inventariados dos segmentos intermediários e inferiores era de produtores rurais, uma proporção inferior portanto ao observado entre os mais ricos (em torno de 33%). Contudo, os números desses segmentos apresentam uma tendência diferente da observada na elite, ou seja, se na elite a queda da participação dos produtores rurais é constante, entre os demais estratos ocorre um aumento dos produtores rurais, decorrente da difusão de pequenas e médias propriedades agrícolas, a partir da fundação dos Núcleos Coloniais Campos Salles, Nova Veneza e Nova Odessa, na virada do século XIX até o fim da década de 1910. Os primeiros inventariados com propriedades registradas nessas colônias aparecem justamente no período 1920-1940, quando as primeiras gerações de proprietários desses lotes começam a ser registradas nos inventários de Campinas.

Um declínio relativo também ocorre entre os comerciantes e os industriais, artesãos e prestadores de serviços. No caso dos comerciantes, observa-se estabilidade nas primeiras décadas, para declinarem nas décadas 1920-1940. No caso dos industriais, artesãos e prestadores de serviços, a diferença é que os percentuais vinham em ascensão antes de declinarem no último período. É possível

que tais resultados indiquem as mudanças de profissionais especializados e capitalizados para São Paulo, com um refluxo de mão de obra e de investimentos do interior do estado para a capital.

Por sua vez, entre os grupos intermediários e inferiores houve aumento na presença de profissionais urbanos, sobretudo em ocupações relacionadas com serviços públicos, profissionais liberais, operários e ferroviários. Estes grupos, portanto, assumiram um perfil mais urbano do que rural, diferenciando-se da elite também por essa razão.

Capítulo 7 – A riqueza na transição da economia cafeeira para a industrial

Neste capítulo, faremos uma comparação direta da evolução da riqueza entre as nacionalidades, distribuídas em três grupos: brasileiros, italianos e uma categoria reunindo os demais estrangeiros.[1] Analisaremos a magnitude da riqueza de cada grupo ao longo das décadas entre 1870 e 1940 e sua composição entre diferentes ativos imobiliários, financeiros e estoques, escravos e outros bens.

Destacam-se os italianos entre os imigrantes europeus devido a sua importância na acumulação de capital no período estudado. Além dos italianos que chegaram a partir de meados da década de 1880, também são importantes os pioneiros com seus casos significativos de mobilidade ascendente antes da imigração em massa. Há registros que mostram a atuação dos pioneiros em manufaturas de transformação de alimentos, de bebidas, materiais para construção e em diversas atividades comerciais, prestadores de serviços, como médicos, professores, entre outras. Por outro lado, outras nacionalidades estrangeiras tiveram importância no período anterior à grande imigração e, sobretudo, a partir de 1920.

7.1. As riquezas entre as nacionalidades de inventariados

Comparam-se, inicialmente, na Tabela 7.1 as participações relativas dos três grupos de nacionalidades, segundo o total de suas riquezas líquidas.

Tabela 7.1 – Distribuição da riqueza entre as nacionalidades de inventariados, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890	1895-1915	1920-1940
Brasileiros	83,9	91,3	60,0
Italianos	0,1	4,8	12,1
Outros estrangeiros	16,0	3,9	27,9
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros estrangeiros: alemã, francesa, espanhola, portuguesa, sírio-libanesa, norte-americana, britânica ou irlandesa, lituana, leta, russa, dinamarquesa e holandesa.

A participação dos brasileiros começa com 83,9% do total da riqueza do período 1870-1890, sobe para 91,3% no período seguinte, mas declina acentuadamente para 60% em 1920-1940. Já no segundo período os italianos

[1] As demais nacionalidades estrangeiras são: alemã, francesa, suíça, espanhola, portuguesa, sírio-libanesa, norte-americana, britânica ou irlandesa, lituana, leta, russa, dinamarquesa e holandesa.

ocupam uma posição de destaque (4,8%), depois de uma participação quase nula (0,1%) em 1870-1890. Mas é depois de 1920 que os italianos passam a ter um grande peso individual na acumulação de riqueza, com 12,1% do total dos ativos inventariados em Campinas. Por sua vez, os demais estrangeiros atingiram uma participação muito expressiva já em 1870-1890, com 16% do total da riqueza. Esse alto percentual demonstra a importância dos imigrantes que chegaram antes da grande imigração em Campinas. A sua importância relativa cai em seguida (3,9% em 1895-1915), mas nas próximas décadas os imigrantes não italianos chegam a sua maior proporção no conjunto do período, com 27,9% da riqueza acumulada em Campinas entre 1920 e 1940).

O expressivo resultado do grupo de outros estrangeiros no período 1870-1890 deveu-se aos alemães, portugueses, suíços e franceses, em que parece ter havido influência das epidemias que assolaram Campinas na época e que aumentaram desproporcionalmente a incidência de óbitos entre a população imigrante do município. O declínio abrupto para 3,9% no período intermediário tem explicação, justamente, no deslocamento de famílias de imigrantes para outras localidades em fuga das epidemias, como foi mencionado anteriormente.[2] Por outro lado, uma das razões para o aumento de registros de italianos e de outros estrangeiros no período 1920-1940 foi a expectativa de vida da população, que nesses anos era próxima aos 40 anos de idade.[3] Dessa maneira, os imigrantes que chegaram até 1900 com 20 anos, por exemplo, começaram a participar, naturalmente, dos registros de inventariados de Campinas no período.

O percentual do grupo de italianos parte de quase zero e atinge mais de 12% da riqueza no período final deste estudo. Trata-se do único grupo de inventariados a crescer continuamente, assim como ocorreu com sua população em Campinas. Os recenseamentos de 1920 e de 1940, por exemplo, registram 61,8% e 48,9% de italianos, respectivamente, entre a população estrangeira em Campinas.[4] Apesar de possuir o maior contingente populacional, a inserção

---

[2] As consequências socioeconômicas das epidemias de febre amarela e de tracoma são tratadas por TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Imigração e epidemias no estado de São Paulo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (2), p. 265-283, jul./out. 1996; e por RIBEIRO, Maria Alice R. *História sem fim... inventário da saúde pública, São Paulo*: 1880-1930. São Paulo: Ed. Unesp, 1993. p. 182.

[3] ANSILIERO, Graziela. Censo 2010: primeiros resultados e implicações para a Previdência Social. *Informe da Previdência Social*, v. 23, n. 5, maio de 2011. p. 8.

[4] BASSANEZI, Maria Silvia B. (Org.). *São Paulo do passado*: dados demográficos (1836-1920). Campinas: Núcleo de Estudos de População – Universidade Estadual de Campinas, 1999. v. VI – 1920; e Recenseamento de 1940, Série regional São Paulo, parte XVII, tomo I.

econômica dos italianos foi menos significativa entre os inventariados em geral, o que indica restrições à sua mobilidade, como observado por Michael Hall e Verena Stolcke.[5]

Os primeiros registros censitários de italianos em Campinas aparecem no Recenseamento de 1872, com 118 indivíduos.[6] Porém, é certo que eles já viviam no município desde o início da década de 1860, conforme revelam os registros dos arquivos da Câmara Municipal e da Cúria Metropolitana, bem como dos jornais, almanaques e estudos acadêmicos. Apesar de constituir nessa época uma pequena colônia, as fontes documentais registram a importância de alguns desses pioneiros na economia.

7.2. Os primeiros italianos em Campinas

Consideram-se pioneiros os italianos que viveram em Campinas antes da imigração em massa ocorrida a partir de meados da década de 1880. Toma-se como marco o período que antecede a fundação do *Circolo Italiani Uniti*, em abril de 1881. As fontes citadas permitem a elaboração de uma lista com nomes e ocupações de mais de 220 indivíduos.[7] A amostra de inventários captou alguns deles, mas boa parte deixou de ser registrada devido ao número reduzido de casos e intervalo quinquenal das séries amostrais. Para conseguir analisar o maior número de inventários de italianos que chegaram antes da grande imigração, optou-se por cruzar os nomes da lista de pioneiros com os inventários registrados no banco de dados do Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas. Os inventários encontrados foram analisados e seus dados foram incorporados, nesta seção, ao grupo de italianos da amostra.

O decano da colônia italiana em Campinas foi Rocco de Marco, que chegou à cidade no início da década de 1860 para mascatear. Em 1866, casado com Theodora Dias da Cruz, de família tradicional e abastada, de Marco obteve da Câmara Municipal uma licença para estabelecer seu comércio varejista de alimentos.[8] Anos depois, o comércio a retalhos transformou-se em atacadista e

---

[5] STOLCKE, Verena; HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, p. 80-120, set. 1983.

[6] PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude.* Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969. p. 150. BASSANEZI (Org.). *São Paulo do passado*, p. 501.

[7] A lista utilizada aqui foi originalmente elaborada pelo pesquisador Gilberto Gatti, sendo depois revisada e complementada com as fontes notariais e do *Circolo Italiani Uniti*. Ver Anexo 1.

[8] Licenças comerciais concedidas em 1866. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

diversificou suas atividades para uma casa de câmbio onde se efetuavam câmbios e remessas de capital para a Itália, geralmente economias de salários e pequenas rendas de colonos. Nesse ramo, de Marco também foi agente do Banco *Comerciale Italo-brasiliano*, do *Brasilianisch Bank* e de diversas Companhias de Navegação para transporte de imigrantes.[9] Rocco e Theodora formaram uma das maiores fortunas de sua época. Ele foi um dos fundadores, em 1881, do *Circolo Italiani Uniti*, entidade assistencialista e cultural, permanecendo como seu presidente de honra e principal benemérito até sua morte em 1919.[10] Naquele momento, ele já era viúvo e sua filha, Francisca, casada com Mário Gatti, médico que finalizava a instalação do Hospital da colônia italiana, a atual Casa de Saúde Campinas.

O inventário de Rocco de Marco não pertence à amostra por ser de 1919. Porém, se for comparada sua riqueza líquida com as encontradas na amostra de 1920 (a mais próxima do ano de abertura de seu inventário), sua fortuna posiciona-o no estrato dos 5% mais ricos. Cerca de 90% do total de seu espólio compunham-se de ativos financeiros, de ações das Companhias Mogiana de Estradas de Ferro e Campineira de Águas e Esgotos, de cotas de capital social de suas empresas, uma sociedade com a administradora do Mercado Municipal (Nogueira & Irmão) e a comercial varejista e atacadista Roque de Marco & Cia., além de dinheiro depositado em bancos e de apólices das dívidas do Reino da Itália. Os demais 10% eram constituídos de imóveis (6 urbanos). Seus passivos necessitaram de 4% da riqueza bruta para serem quitados.[11]

Outros italianos que viveram desde meados da década de 1860 em Campinas são os marceneiros Nicolau Germano e os irmãos Luiz e Pompeu de Tullio. Germano, inclusive, parece ter precedido aos de Tullio, pois era estabelecido no antigo largo da Matriz Nova com uma pequena oficina quando convidou Luiz para trabalhar consigo em 1863. Os irmãos de Tullio adquiriram a marcenaria de Germano em 1874 e, pouco depois, sediados em amplo galpão da rua do Rosário, 54, empregavam 18 operários.[12]

---

[9] Licenças comerciais concedidas em 1878 e 1879. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas; e *Almanach de Campinas para 1908*. Campinas: [s.n.], 1907.

[10] Rocco de Marco assina a ata de fundação do *Circolo Italiani Uniti*, em 17 de abril de 1881. A reunião de 4 de junho de 1885 o proclamou presidente honorário e vitalício. Livro de Atas das Assembleias Gerais. Arquivo da Casa de Saúde Campinas.

[11] TJC, 3º Ofício, n.8033, 1919.

[12] CAMILLO, Ema Elisabete R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887).* Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 83-84; e FERREIRA, Carlos; SILVA, Hypolito da (Org.).

Não se localizou o inventário de Nicolau Germano, mas o de Pompeu data de 1929 e o de Luiz, de 1931. Ambos os inventários não entraram na amostra (de 1930) utilizada neste trabalho. Todavia, se confrontados os totais líquidos de suas riquezas com as de 1930, suas fortunas os colocam no segmento dos 20% mais ricos dos inventariados. Ambos morreram com idades próximas a 80 anos. A fortuna de Luiz era formada por 59,4% do valor total em imóveis (9 urbanos) e 40,6% em ativos financeiros (letras, debêntures, ações e dinheiro depositado em banco). A riqueza de Pompeu era constituída por 86,3% do total em imóveis (13 urbanos) e 13,7% em ativos financeiros (empréstimos garantidos por hipotecas e ações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro). O espólio de Pompeu não deixou dívidas e os passivos de Luiz precisaram de 7,6% do total bruto para serem quitados.[13]

Próspero Bellinfanti foi um italiano com ofício que viveu em Campinas desde 1870, conforme a propaganda de sua oficina de funilaria e caldeiraria situada na antiga rua da Ponte, encontrada no *Almanak de Campinas para 1871*. A sua presença é confirmada, ainda, no *Almanak da Província de São Paulo para 1873*.[14] O inventário de Bellinfanti é de 1896 e também não compõe a amostra. Porém, a comparação de sua riqueza líquida com as da série amostral de 1895 posiciona-o entre os 20% a 50% mais ricos inventariados. Mais de 90% de sua riqueza provinha de imóveis (18 urbanos e 2 rurais), 8% de ativos financeiros (ações de empresas e dinheiro em banco) e 2% de outros bens (ouro, prata e mobília). Os recursos de Próspero quitaram 9,4% de dívidas (sobretudo com fornecedores).[15]

Seu irmão Braz Bellinfanti parece ter seguido um caminho parecido. No *Almanach Popular de Campinas para 1878* consta o anúncio de seu estabelecimento na rua Sacramento, para a venda de fogões, cristais e artigos americanos. Braz diversificou suas atividades e obteve da Câmara Municipal, em 1879, licença para estabelecer um negócio de secos e molhados. Seu inventário foi iniciado em 1905 e faz parte da amostra. Assim como o irmão, Braz pertenceu ao grupo dos 20% a 50% inventariados mais ricos, com riqueza formada por ativos

Almanaque Popular para 1878. Campinas: Typ. Gazeta de Campinas, [s.d.]. Neste, inclusive, Luiz de Tullio aparece também como professor de música, atendendo ao largo da Matriz Nova.

[13] TJC, 3º Ofício, n.8342, 1929; 2º Ofício, n.6237, 1931.

[14] LISBOA, José Maria (Org.). *Almanak de Campinas para 1871*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870; e LUNÉ, Antonio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da (Org.). *Almanak da Provincia de São Paulo para 1873.* Edição Fac-Similar. São Paulo: IMESP, 1985.

[15] TJC, 2º ofício, n.5686, 1896.

financeiros (capital social das suas empresas) e estoques. Suas dívidas com fornecedores representavam 13,4% de sua fortuna bruta.[16]

Especialista em conserto de armas, José Zupi viveu na cidade desde o início da década de 1870, como revela o anúncio de sua oficina no *Almanak de Campinas para 1873*. Datado de 1896, seu inventário não está na amostra, mas a comparação de sua riqueza líquida com as da série amostral de 1895 o situa no estrato intermediário dos 20% a 50% mais ricos. A riqueza de Zupi foi constituída por 84,9% do valor total em imóveis (6 urbanos), 14,4% em ativos financeiros e 0,7% em outros bens (móveis, utensílios e joias). Seu espólio liquidou 5,1% de dívidas sobre o total bruto.[17]

Um dos fundadores da antiga Cervejaria Guarany, em 1880, Angelo Franceschini fixou residência em Campinas em 1876 para trabalhar na construção da Matriz Nova.[18] Não se localizou seu inventário, mas o de sua mulher e de um de seus filhos. O inventário de Thereza Franceschini data de 1899 e não foi captado pela amostra. A comparação de sua riqueza líquida com a amostra de 1900 também a posiciona no estrato intermediário dos 20% a 50% mais ricos, tendo seus recursos formados por 83,3% do total em imóveis (14 urbanos), 15% em ativos financeiros e 1,7% de outros bens (mobília e joias).[19] O inventário de Orestes Franceschini foi aberto em 1920 e faz parte da amostra. O total líquido de bens o insere no estrato dos 50% menos ricos e sua riqueza tinha 33,8% do valor total em imóveis (2 urbanos) e 66,2% em ativos financeiros (ações das Companhias Paulista e Mogiana de Estradas de Ferro). As dívidas desse espólio somavam, porém, 269,5% do total bruto. Não fosse esse prejuízo, Orestes estaria no estrato intermediário.[20]

Angelo Belluomini chegou em 1879 para atuar em sociedade com Angelo Franceschini na produção e no comércio de bebidas. A sociedade na Cervejaria Guarany perdurou até 1901, quando cada um abriu sua própria fábrica. Angelo

---

[16] Licenças comerciais concedidas em 1879. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas; TJC, 3º Ofício, 7829; e FERREIRA; SILVA (Org.). *Almanaque Popular para 1878*.

[17] LISBOA, José Maria (Org.). *Almanak de Campinas para 1873*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1872; e TJC, 1º Ofício, n.6842, 1896.

[18] CAMILLO. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas*, p. 135-136. Angelo Francheschini aparece nos pagamentos feitos aos trabalhadores da construção da Matriz Nova, de 1876 a 1880, como servente, amassador, prestador de serviços de transportes e fornecedor de animais (provavelmente para serviços de tração em guindastes). Pagamentos aos obreiros da Matriz Nova, 1876 a 1880. Arquivo da Cúria Metropolitana na Catedral de Campinas.

[19] TJC, 1º Ofício, n.6474, 1899.

[20] TJC, 2º Ofício, n.5996, 1920.

Belluomini também diversificou para o comércio varejista e atacadista de secos e molhados.[21] Seu inventário foi autuado em 1930 e compõe a amostra, situando-se no segmento dos 20% mais ricos naquele ano. Sua riqueza era formada por 66% do valor total em imóveis (6 urbanos) e 34% em ativos financeiros (cotas de capital social da empresa A. Belluomini & Filhos). Seus bens quitaram 40,5% de dívidas sobre o total bruto.[22]

O primeiro registro de Francisco Capolupo em Campinas é uma licença obtida junto à Câmara Municipal, em 1878, para estabelecer um comércio de secos e molhados. Capolupo morreu em 1928 e seu inventário não faz parte da amostra. Comparando-se sua riqueza líquida com as descritas na série de 1930, ele encontrava-se entre os 20% mais ricos dos inventariados. Sua fortuna compôs-se de 75% do valor total em imóveis (13 urbanos, 3 deles em Cosmópolis), 24,7% em ativos financeiros (empréstimos e dinheiro em espécie e em banco) e estoques, além de 0,3% em outros bens (mobília e 2 automóveis da marca Ford). Seu espólio pagou 1,5% de dívidas sobre sua riqueza bruta.[23]

Trajetória inicial semelhante foi seguida pelo alfaiate José Cattani, que também obteve da Câmara Municipal, em 1878, licença para atuar no comércio de tecidos. Cattani morreu em 1916 e, igualmente, seu inventário não compõe a amostra. A comparação de sua riqueza líquida com a amostra de 1915 coloca-o entre os 20% a 50% dos inventariados mais ricos. Seu perfil, todavia, apresenta clara preferência por ativos financeiros (ações da Companhia Campineira de Águas e Esgotos e apólices da dívida do município de Espírito Santo do Pinhal), cujos valores atingem 85,9% do total de sua fortuna. Seu único imóvel urbano constituiu 12,7% do total e os demais 1,4% referem-se a móveis e utensílios. Seu espólio não deixou dívidas.[24]

Os ramos de alfaiataria e de comércio de fazendas do final do século XIX tiveram em Antonio Sbraggia outro importante representante. De acordo com o *Almanach Popular de Campinas para 1878*, Sbraggia estabeleceu-se primeiramente na antiga rua São José. No ano seguinte, o imigrante obteve da Câmara Municipal licença para atuar no comércio de tecidos, sendo também

[21] CAMILLO. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas*, p. 135-137.
[22] TJC, 4º Ofício, n.1988, 1930.
[23] Licenças comerciais concedidas em 1878 e 1880. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas; TJC, 4º Ofício, n.1505, 1928.
[24] Licenças comerciais concedidas em 1878. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas; TJC, 4º Ofício, n.7185, 1916.

produtor agrícola. Seu inventário é de 1902 e não pertence à amostra. Se sua riqueza líquida for comparada com as da série de 1900, ele situa-se na elite dos 20% mais ricos. Sua fortuna era formada por 84,4% do valor em imóveis (17 urbanos e 1 rural, este equivalendo a 34,5% da soma de todos os imóveis arrolados) e 15,6% em ativos financeiros (cotas de capital social da firma Sbraggia & Irmão, ações da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, empréstimos efetuados com garantias hipotecárias, depósitos em banco) e estoques de café. Seu espólio quitou 8,4% de dívidas sobre sua riqueza bruta.[25]

Entre os pioneiros estão os italianos trazidos pelo engenheiro Christofano Boninni para as obras da antiga Matriz Nova (atual Catedral Metropolitana de Campinas). Boninni foi contratado em 1876 no calor das malfadadas ações públicas pelas quais a Câmara Municipal buscava superar os sérios problemas estruturais que causaram o desabamento da fachada da igreja, em 1865. Boninni precedeu a Francisco de Paula Ramos de Azevedo, cujo escritório dirigiu a conclusão das obras da Matriz, inaugurada em 1883.[26] Durante os anos em que tocou as obras, de 1876 a 1880, Boninni recrutou trabalhadores especializados diretamente da Itália, como atestam os pagamentos realizados aos operários, arquivados na Catedral.[27]

Muitos dos italianos trazidos por Boninni retornaram à Itália após o final dos trabalhos, mas foram localizados alguns que deixaram patrimônio ao morrer em Campinas. Trata-se do ferreiro e mecânico de carroças Angelo Lembi, dos carpinteiros Giuseppe Barsotti, Maurizio Malfatti e Samuel Carlotti, bem como do entalhador Raphael de Rosa.

Angelo Lembi imigrou em 1876 e viveu até 1898, tornando-se um dos sócios-fundadores do *Circolo Italiani Uniti* em 17 de abril de 1881. Seu inventário não pertence à amostra, mas, se sua riqueza líquida for confrontada com as da série de 1900, verifica-se que ele pertence ao estrato intermediário dos 20% a 50% mais ricos. Sua fortuna constituía-se por 42% do valor total em imóveis (4

[25] FERREIRA; SILVA (Org.). *Almanaque Popular para 1878 e 1879*; Licenças comerciais concedidas em 1879. Arquivo da Câmara Municipal de Campinas; e TJC, 3º Ofício, n.7787, 1902.
[26] LEITE, Ricardo. *Catedral Metropolitana de Campinas*: um templo e sua história. Campinas: Editora Komedi, 2004.
[27] Pagamentos aos obreiros da Matriz Nova, 1876 a 1880. Arquivo da Cúria Metropolitana na Catedral de Campinas. A presença de Christofano Boninni como engenheiro pode ser confirmada, também, em: FERREIRA; SILVA (Org.). *Almanaque Popular para 1879*.

urbanos), 56,2% em ativos financeiros e 1,8% de outros bens (mobília). As dívidas quitadas atingiram 39,9% do total da riqueza bruta.[28]

Giuseppe Barsotti também emigrou em 1876, falecendo em 1913. Se comparada sua riqueza líquida com os inventários de 1915, seus ativos colocam-no entre os 20% a 50% mais ricos, compostos por 81,2% do total em imóveis (2 urbanos), 16,8% em ativos financeiros e 2% de outros bens (mobília e utensílios). Seu espólio liquidou 38,3% de dívidas sobre o total bruto.[29]

Maurizio Malfatti foi sócio fundador e presidente do *Circolo Italiani Uniti*. Depois das obras da Matriz, Malfatti atuou também como construtor, sendo sócio de José Massagli na empresa Massagli & Malfatti, que, entre outras obras, ergueu, em 1888, a ala esquerda e os muros envoltórios do *Circolo Italiani Uniti*, conforme projeto do arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo.[30] Outras obras de expressão de Massagli & Malfatti foram a Hospedaria de Imigrantes de Campinas[31], as reformas para a estadualização do Colégio Culto à Ciência e abertura da avenida Barão de Itapura e o ramal férreo de Cabras. Maurizio morreu em 1917, o que o excluiu da nossa amostra. A comparação de sua riqueza com as da série de 1915 posiciona-o no estrato dos 20% a 50% mais ricos. Seus ativos eram formados por imóveis (2 urbanos). Seu espólio quitou pouco mais de 2% de dívidas sobre sua riqueza bruta.[32]

Samuel Carlotti e Raphael de Rosa também fizeram parte do contingente que veio da Itália para trabalhar nas obras da Matriz. Todavia, não foram encontradas as atividades de ambos até seus falecimentos. Carlotti morreu em 1894 e Raphael de Rosa, em 1924. A comparação dos bens de Carlotti com as riquezas líquidas da série de 1895 posiciona-o no grupo da metade menos rica dos inventariados. Seus bens eram constituídos do único imóvel que lhe serviu de morada e de oficina, tendo seu espólio quitado 29,8% de dívidas. A comparação

---

[28] TJC, 3º Ofício, n.7742, 1898. Ata de fundação do *Circolo Italiani Uniti*, em 17 de abril de 1881. Livro de Atas das Assembleias Gerais: 1881-1884. Arquivo da Casa de Saúde Campinas.

[29] TJC, 3º Ofício, n.7943, 1913.

[30] Nas ações que levaram à construção da sede da entidade, há que destacar a figura de Francisco de Paula Ramos de Azevedo. O projeto de Ramos de Azevedo previa a construção da sede da entidade em módulos. Os módulos do centro e da direita começaram a ser construídos em janeiro de 1885, por L. Botelli & Luraschi, vencedores do "concurso" para a "arte de pedreiro" e por J. Perrim & Rachou, vencedores para a "arte de carpinteiro", conforme a Ata de 4 de janeiro de 1885. Livros de Atas das Assembleias Gerais: 1881-1884 e 1885-1888. Arquivo Casa de Saúde Campinas.

[31] O edifício pertence atualmente ao espólio da antiga Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Está localizado na Vila Industrial.

[32] TJC, 2º Ofício, n.5946, 1917.

da riqueza de Raphael de Rosa com as da amostra de 1925 também coloca-o entre os 50% menos ricos, possuindo um único imóvel de morada, sem dívidas.[33]

Ao tomar as riquezas de italianos pioneiros e as comparar com as dos demais italianos, observam-se os padrões apresentados na Tabela 7.2.

Tabela 7.2 – Distribuição de inventariados italianos segundo o período de imigração, Campinas, 1870-1940, em número e %

	20% mais ricos		20-50% mais ricos		50% menos ricos		Totais	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Italianos pioneiros	6	35,3	7	41,1	3	17,6	17	100,0
Demais italianos	16	7,8	61	29,6	130	63,1	206	100,0
Totais – todos	22	9,9	68	30,5	133	59,6	223	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

O grupo de pioneiros, com ofícios especializados e capitais para iniciar negócios, caracteriza-se pela maior concentração entre os 20% mais ricos (35,3%) e no estrato intermediários dos 20% a 50% mais ricos (41,1%), revelando que mais de ¾ dos inventariados pertenceu à metade mais rica da amostra. Por sua vez, o conjunto de italianos exclusive os pioneiros, e que inclui colonos das fazendas de café e operários, concentrou-se nos estratos da metade menos rica (63,1%) e dos 20% a 50% mais ricos (29,6%). Estes resultados confirmam, portanto, a hipótese de que os italianos pioneiros tendiam a ser imigrantes com recursos monetários e habilidades e que aproveitaram as oportunidades econômicas de uma economia em rápido crescimento. Por essa razão, eles foram bem-sucedidos em relação aos demais, que chegaram depois de 1886 para suprir de mão de obra nos meios rural e urbano.

7.3. A riqueza da elite segundo as nacionalidades

Comparam-se, nesta seção, as riquezas relativas dos três grupos de nacionalidades entre os 5% e os 20% mais ricos dos inventariados. A supremacia da riqueza de brasileiros é significativa em todos os períodos, mas diminui relativamente em razão do aumento crescente de estrangeiros e de seus primeiros descendentes na população geral, como se viu. Os percentuais dos 5% mais ricos indicam as mesmas tendências e a análise geral corrobora a predominância dos nacionais na acumulação de riqueza em Campinas. Além desse predomínio,

[33] Pagamentos aos obreiros da Matriz Nova, 1876 a 1880; TJC, 2º Ofício, n.6121, 1894; 3º Ofício, n.7679, 1924.

verifica-se, também, que a riqueza do grupo de outros estrangeiros foi maior que a do grupo de italianos, apesar deste ter se tornado a maior colônia em Campinas, em 1920-1940. Os dados confirmam, portanto, a participação limitada de italianos nos segmentos mais abastados da sociedade. A Tabela 7.3 resume os resultados de cada período.

Tabela 7.3 – Riqueza líquida segundo nacionalidades de inventariados na elite, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	20% mais ricos	5% mais ricos	20% mais ricos	5% mais ricos	20% mais ricos	5% mais ricos
Brasileiros	84,9	82,7	87,7	90,4	62,4	71,5
Italianos	0,0	0,0	6,0	9,6	8,2	4,1
Outros estrangeiros	15,1	17,3	6,3	0,0	29,4	24,4
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Em 1870-1890, os brasileiros do estrato dos 20% mais ricos concentram 84,9% do valor monetário da riqueza, com o grupo de outros estrangeiros somando 15,1% do total. No topo da elite, a concentração da riqueza nas mãos de brasileiros é inferior em mais de 2 pontos percentuais (82,7%), refletindo ligeiro aumento de riqueza entre os outros estrangeiros (17,3%). Nesse período, os dados ratificam a presença de estrangeiros, a maioria alemães, convivendo com a elite de nacionais, como são os casos das famílias Engler, Krug e Schroder, além dos franceses da família Florence.[34]

As riquezas de brasileiros foram ainda relativamente maiores no período 1895-1915, com 87,7% do total. Os italianos surgem na amostra com 6% e os outros estrangeiros perdem importância, com 6,3%. Entre os 5% mais ricos, os brasileiros alcançam 90,4% do total, os italianos, 9,6% e os outros estrangeiros não estão presentes, reforçando a hipótese geral de que, nesse grupo, os sobreviventes das crises epidêmicas do fim do século XIX e início do XX foram mais afetados.

Os anos 1920-1940 marcam o aumento de importância da riqueza do grupo de outros estrangeiros (29,4%). Agora, além de alemães e franceses, há também sírio-libaneses e norte-americanos. No grupo de italianos, a participação sobre o total da riqueza foi de 8,2%. Os brasileiros somam 62,2%. As tendências são

[34] TJC, 1º Ofício, n.4907, 1880; 3º Ofício, n.7150, 1870; 3º Ofício, n.7459, 1885; 4º Ofício, n.4693, 1875; 4º Ofício, n.5183, 1890.

semelhantes entre os 5% mais ricos, com menor expressão das riquezas de italianos (4,1%) e de outros estrangeiros (24,4%), enquanto os brasileiros concentram 71,5% da riqueza do período.

7.3.1. A composição da riqueza na elite

A formação e a composição de riquezas dos inventariados trazem dados capazes de constituir perfis econômicos dos grupos de nacionalidades que viveram em Campinas no período estudado. Lembre-se que, no primeiro período, a propriedade de escravos constituiu grande parte dessa riqueza e que após a abolição da escravatura, em 1888, houve realinhamentos econômicos que indicam estratégias de ascensão ou de permanência nos estratos superiores de riqueza da sociedade. A Tabela 7.4 resume os resultados de cada período.

Tabela 7.4 – Composição da riqueza segundo nacionalidades de inventariados na elite, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890			1895-1915			1920-1940		
20% mais ricos	Bras.	Ita.	Outros	Bras.	Ita.	Outros	Bras.	Ita.	Outros
Imóveis	41,0	0,0	35,7	42,9	30,7	46,8	49,0	61,6	53,8
Financeiros / Estoques	36,0	0,0	48,0	55,6	67,5	44,3	49,6	37,5	44,7
Escravos	20,0	0,0	6,5	-	-	-	-	-	-
Outros bens	3,0	0,0	9,8	1,6	1,7	8,9	1,4	0,9	1,5
Totais	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos									
Imóveis	38,3	0,0	46,3	44,1	33,0	0,0	46,1	74,8	51,2
Financeiros / Estoques	37,3	0,0	39,1	54,6	66,6	0,0	52,4	24,9	47,5
Escravos	21,6	0,0	13,3	-	-	-	-	-	-
Outros bens	2,8	0,0	1,3	1,3	0,4	0,0	1,5	0,2	1,3
Totais	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Bras.: brasileiros. Ita.: italianos. Outros: outros estrangeiros.

Os imóveis foram preferidos pelos brasileiros apenas no período inicial se comparados aos demais ativos. Nos períodos seguintes, observam-se distinções decorrentes, sobretudo, do fim da propriedade de cativos e os ativos financeiros e estoques foram valorizados. Outra característica dos imóveis da elite está no crescente percentual entre brasileiros, italianos e outros estrangeiros. Os brasileiros de 1870-1890 iniciam com 41% do total de sua riqueza em imóveis, 42,9% no período seguinte e chegam em 1920-1940 com 49% do total. Os percentuais de imóveis de italianos partem de 30,7% em 1895-1915 e encerram com expressivos 61,6% no período final. Os imóveis de outros estrangeiros têm participação de 35,7% em 1870-1890, alcançam 46,8% em 1895-1915 e

culminam com 53,8% do valor de sua riqueza em 1920-1940. As tendências são parecidas entre os 5% mais ricos, com exceção do grupo de outros estrangeiros, cuja preferência por imóveis é mais elevada no período 1870-1890 e pela participação nula no período 1895-1915.

Os ativos financeiros e estoques representam 36% do total da riqueza de brasileiros em 1870-1890, alcançam 55,6% em 1895-1915 e em seguida declinam para 49,6% em 1920-1940. No caso dos italianos, esses ativos representam 67,5% de suas riquezas em 1895-1915 e chegam a 37,5% no período final. No grupo de outros estrangeiros, a participação inicial desses ativos é de 48% do total, mas declina para 44,3% no período intermediário e estabiliza em 44,7% no período 1920-1940. Entre os 5% mais ricos, os percentuais de brasileiros e de italianos seguem os mesmos padrões da elite dos 20% mais ricos. As discrepâncias cabem aos percentuais de outros estrangeiros do período inicial, cuja preferência por ativos financeiros e estoques é menor do que na elite ampla e, também, pelos maiores investimentos em escravaria.

No geral, os ativos financeiros e estoques ganham expressão a partir de 1895-1915. Entre esses ativos encontram-se ações de empresas de transporte ferroviário, geradoras de energia elétrica, de abastecimento e tratamento de águas, bem como títulos de dívidas públicas. Também se sabe da atuação de estrangeiros pioneiros em atividades manufatureiras, comerciais e de prestação de serviços. Os dados indicam que o mercado de trabalho assalariado se expandiu com a entrada em massa de imigrantes, e o consequente aumento de consumo de produtos e serviços contribuiu para esse grupo aumentar sua participação sobre esses ativos.

Quanto ao período da escravidão, a propriedade de cativos não aparece entre italianos, mas é registrada entre outros estrangeiros (6,5% entre os 20% mais ricos e 13,3% entre os 5% mais ricos). A posse de escravos por esses estrangeiros não se destacou pela quantidade, pois há evidência de que poucos estrangeiros possuíam escravos para os auxiliarem nas suas oficinas e comércios, enquanto os brasileiros, em geral, utilizavam cativos sobretudo como mão de obra nas lavouras.

7.3.2. Imóveis urbanos e rurais

A divisão entre imóveis urbanos e rurais ajuda a delinear melhor os perfis econômicos dos três grupos de nacionalidades de inventariados. As propriedades rurais estão descritas nos inventários sob os títulos de fazendas ou sítios e caracterizam-se pelo emprego em atividade agrícola. Além de sedes de atividades econômicas, em muitos casos esses imóveis serviram ainda como residências. Já os imóveis urbanos são identificados pelos nomes de rua e do bairro. Alguns desses imóveis também podem ter sido utilizados duplamente, como estabelecimentos de negócios e residências.[35]

Nas fazendas, muitos colonos viveram em casas pequenas e simples oferecidas pelos fazendeiros. Entretanto, para estabelecer um negócio ou apenas residir na cidade, era necessário alugar ou comprar um imóvel. Assim, a demanda crescente por residências e sedes de empresas e negócios resultou na expansão do setor de construção civil e por consequência, do perímetro urbano. Novos bairros surgiram, casas e terrenos foram valorizados, assim como os imóveis do antigo centro de Campinas.[36]

No estrato dos 20% mais ricos, os imóveis urbanos representam 43,6% e os rurais 56,4% do total dos imóveis inventariados no período 1870-1890. No período seguinte, 1895-1915, a diferença de percentuais dos dois tipos de imóveis foi de 1,4 ponto percentual (49,3% urbanos e 50,7% rurais). A tendência de maior valor de imóveis urbanos nos inventários confirmou-se no período 1920-1940, com 70,4% contra 29,6% dos rurais. As tendências da propriedade de imóveis rurais e urbanos em Campinas podem ser vistas na tabela seguinte.

Tabela 7.5 – Propriedade de imóveis urbanos e rurais segundo nacionalidades de inventariados na elite, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890			1895-1915			1920-1940		
	Urbanos	Rurais		Urbanos	Rurais		Urbanos	Rurais	
20% mais ricos	Valores	Valores	Totais	Valores	Valores	Totais	Valores	Valores	Totais

[35] Como destaca MARINS, Paulo César Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETÚBAL, Maria Alice (Coord.). *Modos de vida dos paulistas*: identidades, famílias e espaços domésticos. São Paulo: CENPEC – IMESP, 2004. v. 2, p. 128-133 (Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes). Nos relatos de viagens de Daniel Kidder por cidades paulistas e fluminenses no século XIX, há registros sobre a utilização dos sobrados pela elite econômica urbana. O pavimento superior era utilizado para morada da família, enquanto o térreo era ocupado por depósitos, cocheiras e, principalmente, por escritórios e lojas. KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*: Rio de Janeiro e província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção: O Brasil visto por estrangeiros.)

[36] BADARÓ, Ricardo. *Campinas, o despontar da modernidade*. Campinas: Publicações CMU – Unicamp, 1996. p. 35-36.

Brasileiros	39,0	61,0	100,0	50,5	49,5	100,0	67,5	32,5	100,0
Italianos	-	-	-	100,0	0,0	100,0	72,6	27,4	100,0
Outros	82,1	17,9	100,0	80,0	20,0	100,0	72,8	27,2	100,0
5% mais ricos									
Brasileiros	35,4	64,6	100,0	50,6	49,4	100,0	62,0	38,0	100,0
Italianos	-	-	-	100,0	0,0	100,0	70,1	29,9	100,0
Outros	72,5	27,5	100,0	-	-	-	66,6	33,4	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Outros: outros estrangeiros.

Entre os brasileiros as unidades urbanas somam 39% e as rurais, 61% do seu total imobiliário. O grupo de outros estrangeiros mantinha 82,1% em imóveis urbanos e 17,9% em rurais. Claramente, os imigrantes possuíam um perfil mais urbano do que os brasileiros, com maior parcela relativa de sua riqueza envolvida com a atividade agrícola de exportação.

Em 1895-1915, os brasileiros mais ricos apresentam um aumento na participação dos imóveis urbanos, que chegaram a 50,5% do valor investido em propriedades imobiliárias. Os italianos surgem na amostra com a totalidade dos seus imóveis localizados na área urbana. No grupo de outros estrangeiros, os imóveis urbanos também predominam, com 80% do valor total.

Há claro aumento relativo da riqueza em imóveis urbanos no período 1920-1940. Entre os brasileiros essas propriedades chegam a 67,5% do total imobiliário. Já os italianos passaram a adquirir também imóveis rurais, que atingem 27,4% do valor total, movimento que também se observa no caso do grupo de outros estrangeiros (27,2%).

No grupo dos 5% mais ricos, os imóveis urbanos atingem 43,7% e os rurais 56,3% do total dos imóveis inventariados período 1870-1890. Em 1895-1915, o percentual de imóveis urbanos superou o de rurais (52% e 48%). A supremacia de valores de imóveis urbanos cristalizou-se em 1920-1940, com 65,1% contra 34,9% dos rurais. Na comparação das nacionalidades, as tendências são parecidas com as do grupo dos 20% mais ricos, ou seja, de brasileiros com perfil pouco mais rural e de outros estrangeiros, inclusive italianos, pouco mais urbanos.

7.3.3. Escravos, ativos financeiros e outros bens

O mesmo tipo de análise pode ser feito em relação à propriedade de escravos, conforme a tabela a seguir.

Tabela 7.6 – Propriedade de escravos segundo nacionalidades de inventariados na elite, Campinas, 1870-1940, em %

	1870	1875	1880	1885
20% mais ricos	Valores	Valores	Valores	Valores
Brasileiros	66,0	98,0	100,0	100,0
Italianos	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros estrangeiros	34,0	2,0	0,0	0,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0
5% mais ricos	1870	1875	1880	1885
Brasileiros	51,8	97,2	100,0	100,0
Italianos	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros estrangeiros	48,2	2,8	0,0	0,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Os brasileiros possuíam 66% do valor dos escravos entre os inventários dos 20% mais ricos em 1870. Já entre os 5% mais ricos, a diferença diminui substancialmente, com os brasileiros chegando a apenas 51% do total. Esses resultados mostram que o emprego de trabalho escravo foi amplamente utilizado por estrangeiros e seus descendentes da elite, particularmente os casados com cônjuges brasileiros atuantes na produção cafeeira, como é o caso do inventário de Ana Engler Correa Barbosa, esposa do fazendeiro Antonio Correa Barbosa, senhores de um plantel de 151 escravos, em 1870.[37]

No entanto, a partir de 1875, os brasileiros (98%) passam a dominar absolutamente a propriedade de escravos, em relação aos estrangeiros (2%). Os poucos escravos mantidos por estrangeiros nessa época eram vinculados aos serviços domésticos ou em ofícios especializados e rentáveis, como é o caso do inventário de Jorge Guilherme Henrique Krug, comerciante e boticário, proprietário de 2 mulheres e 2 homens escravizados, sendo um deles pedreiro.[38] O mesmo padrão é observado entre os 5% mais ricos. Nos anos seguintes, nenhum escravo é registrado nos inventários dos estrangeiros mais ricos em Campinas. Na Tabela seguinte apresentam-se os resultados para os ativos financeiros e estoques.

Tabela 7.7 – Propriedade de ativos financeiros e estoques segundo nacionalidades de inventariados na elite, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	20% mais ricos	5% mais ricos	20% mais ricos	5% mais ricos	20% mais ricos	5% mais ricos
Brasileiros	87,4	86,5	94,6	95,9	65,0	70,1

[37] TJC, 3º Ofício, n.7150, 1870.
[38] TJC, 4º Ofício, n.4693, 1875.

Italianos	0,0	0,0	3,5	4,1	9,4	6,6
Outros estrangeiros	12,6	13,5	1,9	0,0	25,6	23,3
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

O período 1870-1890 mostra que os brasileiros mais ricos detinham 87,4% e os outros estrangeiros, 12,6% do valor dos ativos financeiros e estoques inventariados, padrão seguido pelos 5% mais ricos. Entre os brasileiros, a preferência recai sobre créditos e ações de empresas ferroviárias, como no inventário da cafeicultora Maria Ângela Bueno. Entre os outros estrangeiros, verificam-se registros de empréstimos com garantias hipotecárias, como no inventário do proprietário português Claudino Rodrigues Neves; e de estoques, como no de Luiza Schroeder, industrial e comerciante de bebidas.[39]

Os brasileiros da elite aumentam ainda mais sua participação na propriedade de ativos financeiros e estoques em 1895-1915. Os italianos, agora presentes, participam com 3,5% e os outros estrangeiros com apenas 1,9%. A concentração de ativos financeiros e estoques entre os brasileiros aumentou significativamente no período 1895-1915 devido aos inventários de Bento Quirino dos Santos e da esposa de Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, Francisca de Andrade Nogueira. Para se ter uma noção da importância desses bens nos citados inventários, 99% da fortuna de Bento Quirino, seguramente a maior de Campinas em todo o período estudado, eram compostos de ativos financeiros e estoques, enquanto a participação desse tipo de bens na riqueza de Francisca de Andrade Nogueira foi de 65,5%.[40]

De modo geral, há entre os brasileiros mais ricos registros de todas as categorias de ativos financeiros, como no inventário do proprietário Antonio Benedito de Moraes Teixeira. Entre os poucos italianos e outros estrangeiros, a preferência recaiu sobre estoques e créditos com garantias hipotecárias, como observado nos inventários da comerciante italiana Carmela Spadafora e do proprietário norte-americano Willian Collier.[41]

A distribuição dos ativos financeiros e estoques entre nacionalidades iria mudar substancialmente no período 1920-1940. Entre os mais ricos, a participação dos brasileiros decresceu para 65% do total e, entre os 5% mais ricos, para 70,1%.

[39] TJC, 3º Ofício, n.7549, 1889; 4º Ofício, n.4697, 1875; 4º Ofício, n.4892, 1885.
[40] TJC, 3º Ofício, n.11832, 1915; 1º Ofício, n.13097, 1915.
[41] TJC, 2º Ofício, 5910, 1915; 4º Ofício, n.6684, 1910; 4º Ofício, n.7116, 1915.

A fatia de italianos aumentou nos dois grupos da elite mais rica (9,4% e 6,6%, respectivamente), mas não acompanhou as proporções do grupo de outros estrangeiros, que alcançaram 25,6% entre os 20% mais ricos e 23,3% entre os 5% mais ricos. Nota-se, entre os italianos, a grande incidência de estoques comerciais, como nos inventários do comerciante de secos e molhados Domingos Mascia e do comerciante de ferragens Luiz Montemurro.[42]

O mesmo critério de análise pode ser aplicado ao grupo de outros bens. Esse grupo apresenta percentuais de pouca expressão para a formação das riquezas, mas não se deve desprezá-los, pois algumas categorias são indicativas de fortuna e sucesso individual e, também, de urbanização e crescimento da cidade, como são os casos de automóveis das marcas Hudson, Studebaker, Ford, Buick e Mercedes, arrolados desde 1920.[43]

Tabela 7.8 – Propriedade de outros bens segundo nacionalidades de inventariados na elite, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	20% mais ricos	5% mais ricos	20% mais ricos	5% mais ricos	20% mais ricos	5% mais ricos
Brasileiros	84,2	83,1	94,7	99,2	62,3	72,8
Italianos	0,0	0,0	1,4	0,8	8,0	2,6
Outros estrangeiros	15,8	16,9	3,9	0,0	29,7	24,6
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas

Nota-se, entre 1870-1890, a concentração de 84,2% do valor dos outros bens entre os brasileiros mais ricos, com os outros estrangeiros participando com 15,8%. Padrão semelhante é observado entre os 5% mais ricos, com percentuais de 83,1% para os brasileiros e 16,9% para os outros estrangeiros.

No período de 1895-1915, os brasileiros também aumentam sua participação em outros bens, com 94,7% do valor, com os italianos com 1,4% e os outros estrangeiros sofrendo uma queda relativa para 3,9%. Entre os 5% mais ricos, o percentual de brasileiros atinge 99,2% e o de italianos, apenas 0,8%, enquanto os outros estrangeiros não aparecem na amostra.

Tal como aconteceu com os ativos financeiros, a situação muda entre 1920-1940, com os brasileiros da elite reduzindo sua participação relativa na

[42] TJC, 3º Ofício, n.8417, 1935; 5º Ofício, n.1448, 1940.
[43] TJC, 1º Ofício, n.10464, 1915; 1º Ofício, n.14912, 1940; 2º Ofício, n.6135, 1925; 2º Ofício, n.6146, 1925; 3º Ofício, n.7696, 1895; 3º Ofício, n.8303, 1930.

propriedade de outros bens (62,3% entre os 20% mais ricos). Nota-se o inverso entre os demais, ou seja, os percentuais de italianos sobem para 8% na elite, e os de outros estrangeiros, para 29,7% entre os mais ricos.

7.4. As riquezas dos estratos intermediário e inferior, segundo as nacionalidades

A mesma tendência de declínio relativo da riqueza de brasileiros frente a outras nacionalidades pode ser observada em outros estratos, isto é, entre os 20% a 50% dos inventariados mais ricos e os 50% menos ricos, embora com características distintas. A primeira é o rápido crescimento das riquezas de italianos após o início da grande imigração. No estrato intermediário, os italianos alcançam 14,3% em 1895-1915 e quase 30% no total da riqueza desse segmento em 1920-1940. Na metade menos rica ocorreu o mesmo fenômeno, com os italianos chegando a 36,3% da riqueza total no segmento em 1920-1940 (Tabela 7.9).

A segunda característica se refere aos inventários negativos dos 50% menos ricos, ou seja, dos espólios cujos montantes de dívidas são superiores aos totais das riquezas brutas. Trata-se de indivíduos com prejuízos comerciais ou com empréstimos não honrados, de origens variadas. Tais problemas não foram típicos de um ou outro grupo de nacionalidades, pois há inventários negativos entre italianos, alemães e portugueses, além de brasileiros. A Tabela 7.9 traz a distribuição da riqueza líquida de acordo com as nacionalidades.

Tabela 7.9 – Riqueza líquida segundo nacionalidades de inventariados nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	20-50% + ricos	50% - ricos	20-50% + ricos	50% - ricos	20-50% + ricos	50% - ricos
Brasileiros	87,2	95,4	70,2	54,1	46,1	48,7
Italianos	0,0	0,6	14,3	17,5	28,5	36,3
Outros estrangeiros	12,8	3,9	15,5	28,4	25,4	15,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: outros estrangeiros: alemães, portugueses, espanhóis, norte-americanos, britânicos, irlandeses, sírio-libaneses, franceses, dinamarqueses, russos, holandeses, letos e lituanos.

Com relação ao grupo de 20% a 50% mais ricos, em 1870-1890 a riqueza de brasileiros chegou a 87,2% do total, caindo nos anos seguintes e chegando a 46,1% do total da riqueza líquida em 1920-1940. A queda da participação dos brasileiros ao final do período deveu-se sobretudo ao crescimento do grupo de

italianos, que atingiu 28,5% do total da riqueza neste estrato social intermediário, mas também com um efeito substancial dos outros estrangeiros (25,4% do total da riqueza) em 1920-1940.

A queda da participação relativa dos brasileiros no grupo dos inventariados menos ricos também foi drástica, saindo de 95,4% do total em 1870-1890 para 48,7% em 1920-1940. Nesse estrato social, o crescimento relativo dos italianos foi ainda mais impressionante, atingindo 36,3% da riqueza total em 1920-1940.

Esse resultado para os proprietários estrangeiros é ainda mais importante quando se lembra que as participações de italianos entre os 5% e 20% mais ricos foram inexpressivas. Em outras palavras, a ascensão social de italianos em Campinas deu-se basicamente entre as camadas médias e os menos ricos dos proprietários de riqueza.

7.4.1. As composições das riquezas nos estratos intermediário e inferior

Os imóveis foram os ativos mais importantes para os três grupos de nacionalidades nos dois estratos aqui analisados, com exceção do grupo de brasileiros, que, no período posterior ao fim da escravidão e apenas nele, acumulou ativos financeiros e estoques preferencialmente em relação aos imóveis. Outra característica desses estratos diz respeito à propriedade de escravos, que praticamente deixa de ser opção para os estrangeiros, conforme pode ser constatado na Tabela 7.10.

Tabela 7.10 – Composição de riquezas segundo nacionalidades de inventariados nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890			1895-1915			1920-1940		
20%-50% mais ricos	Bras.	Ita.	Outros	Bras.	Ita.	Outros	Bras.	Ita.	Outros
Imóveis	44,9	0,0	65,0	40,3	69,5	90,0	71,0	72,0	75,1
Financeiros / estoques	34,7	0,0	31,3	58,3	26,2	7,5	28,2	25,3	22,8
Escravos	16,8	0,0	1,8	-	-	-	-	-	-
Outros bens	3,6	0,0	1,9	1,4	4,4	2,5	0,8	2,7	2,1
Totais	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
50% menos ricos									
Imóveis	47,0	92,2	57,9	63,5	50,3	66,7	77,9	74,3	75,7
Financeiros / estoques	29,8	7,8	20,8	30,1	36,9	28,1	20,4	25,3	23,8
Escravos	17,8	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
Outros Bens	5,4	0,0	21,3	6,4	12,8	5,2	1,7	0,4	0,5
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas. Nota: Bras.: brasileiros. Ita.: italianos. Outros: outros estrangeiros.

Considerando os 20% a 50% mais ricos, os imóveis representaram 44,9% da riqueza de brasileiros, enquanto os ativos financeiros e estoques atingiram 34,7%, os escravos, 16,8%, e os outros bens, 3,6%. Entre os outros estrangeiros, os imóveis concentraram 65% do total e os ativos financeiros e estoques, 31,3%, sendo que os escravos foram marginais, com 1,8%, e os outros bens, 1,9%

Os italianos passam a ser registrados no período 1895-1915, com 69,5% da sua riqueza em imóveis, 26,2% em ativos financeiros e estoques e 4,4% em outros bens. A importância dos imóveis é ainda maior entre os outros, com 90% de sua riqueza total, 7,5% em ativos financeiros e estoques e 2,5% em outros bens. Entre os brasileiros, o fim da escravidão inverteu a preferência anterior por imóveis para ativos financeiros e estoques, que passaram a somar 58,3%, enquanto os imóveis registraram 40,3% e os outros bens, 1,4%. Essa singularidade entre os brasileiros é a única discrepância na clara tendência de crescimento da importância dos imóveis para esse estrato social. É possível que o maior crescimento relativo dos ativos financeiros e estoques resultou da conversão do antigo capital escravista para outras atividades econômicas, ao mesmo tempo em que esses ativos tornavam-se mais acessíveis, sobretudo com o surgimento de empresas locais de abastecimento de água e saneamento, telefonia, transportes e abastecimento alimentar.

No período 1920-1940, todas as nacionalidades do grupo intermediário, inclusive os brasileiros, tiveram a maioria de sua riqueza mantida em imóveis. Para os brasileiros, os imóveis representaram 71% do total de suas riquezas, seguido pelos ativos financeiros e estoques, com 28,2%. No grupo de outros estrangeiros, os imóveis somaram 75,1%, os ativos financeiros e estoques, 22,8%, e outros bens, 2,1%. Entre os italianos, os imóveis chegaram a 72% de suas riquezas, com os ativos financeiros e estoques atingindo 25,3% do total. É provável que a crescente urbanização e industrialização em Campinas tenha tornada os investimentos em imóveis uma opção atraente de investimentos para esse segmento intermediário dos inventariados.

Entre os 50% menos ricos, observa-se de antemão a absoluta preferência por imóveis em todos os períodos. Em 1870-1890, os brasileiros tiveram 47% de suas riquezas em imóveis, 29,8% em ativos financeiros e estoques, 17,8% em cativos e 5,4% em outros bens. Os italianos, muitos deles buscando, talvez, seu primeiro patrimônio, concentram 92,2% de sua riqueza em imóveis e 7,8% em

ativos financeiros e estoques. Os outros estrangeiros concentraram 57,9% de seus bens em imóveis, 20,8% em ativos financeiros e estoques e 21,3% em outros bens. Observa-se que os estrangeiros desse estrato não possuíram escravos. Desta forma, parece que a escravidão esteve presente em todos os segmentos de inventariados brasileiros, não se restringindo aos mais ricos, como no caso dos estrangeiros.

Os anos 1895-1915 foram os primeiros sem escravos. Percebe-se, entre os inventariados brasileiros menos ricos, o movimento dos capitais em direção aos imóveis, que registraram 63,5%, mais expressivo que o valor de ativos financeiros e estoques, que somou 30,1%. A riqueza de italianos foi distribuída entre 50,3% do total em imóveis, 36,9% em ativos financeiros e estoques e 12,8% em outros bens. A riqueza do grupo de outros estrangeiros, por sua vez, teve participação ainda maior dos imóveis, com 66,7% do total e os ativos financeiros e estoques com 28,1% e os outros bens com 5,2%.

O período 1920-1940 é caracterizado pela participação elevada e similar entre as nacionalidades dos ativos imobiliários, com 77,9%, 74,3% e 75,7% para brasileiros, italianos e outros estrangeiros, respectivamente. Os inventários de brasileiros ainda registraram 20,4% em ativos financeiros e estoques, e 1,7% em outros bens. Os ativos financeiros e estoques representaram 25,3% entre os italianos e 23,8% entre os outros estrangeiros. Como se nota, os imóveis foram o fundamento da riqueza entre os menos ricos.

7.4.2. Imóveis urbanos e rurais

Em 1870-1890, os imóveis urbanos somam 53,8% e os rurais 46,2% do total monetário de bens imóveis declarados nos inventários do estrato dos 20% a 50% mais ricos. Nos períodos seguintes observam-se percentuais ainda maiores de imóveis urbanos, sendo 88,4% contra 11,6% de rurais em 1895-1915, e 77% contra 23% de rurais no período 1920-1940.

Registram-se, no estrato da metade menos rica de inventariados, 64,5% referentes a imóveis urbanos e 35,5% a rurais sobre o total monetário de imóveis orçados nos inventários do período 1870-1890. Em 1895-1915, o percentual de imóveis urbanos atinge 74,7% e o de rurais 25,3%. Há pouca variação em relação ao período final. Em 1920-1940, os imóveis urbanos representam 71,7% e os

rurais 28,3% do total. A distribuição dos valores por tipos de imóveis e pelos grupos de nacionalidades pode ser vista na Tabela 7.11.

Tabela 7.11 – Propriedade de imóveis rurais e urbanos segundo nacionalidades de inventariados nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890			1895-1915			1920-1940		
	Urbanos	Rurais		Urbanos	Rurais		Urbanos	Rurais	
20%-50% + ricos	Valores	Valores	Totais	Valores	Valores	Totais	Valores	Valores	Totais
Brasileiros	55,5	45,5	100,0	95,1	4,9	100,0	83,1	16,9	100,0
Italianos	-	-	-	87,0	13,0	100,0	72,2	27,8	100,0
Outros	53,2	46,8	100,0	87,2	12,8	100,0	63,3	36,7	100,0
50% menos ricos									
Brasileiros	62,9	37,1	100,0	73,5	26,5	100,0	81,0	19,0	100,0
Italianos	100,0	0,0	100,0	87,9	12,1	100,0	70,2	29,8	100,0
Outros	84,2	15,8	100,0	91,9	8,1	100,0	57,0	43,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

No período 1870-1890, os brasileiros do estrato intermediário mostram uma distribuição equilibrada, com 55,5% de imóveis urbanos, percentual similar ao que se observa com os outros estrangeiros. Já nos anos 1895-1915, há um salto na participação dos imóveis urbanos entre os brasileiros – 95,1% da riqueza imobiliária –, o que é acompanhado tanto pelos italianos (87%) quanto pelos outros estrangeiros (87,2%). A participação dos imóveis urbanos continua elevada em 1920-1940 em todas as nacionalidades.

Há variações entre os 50% menos ricos. Em 1870-1890, os imóveis urbanos dos brasileiros somaram 62,9% do total, 100% para os italianos e 84,2% para os estrangeiros de outras nacionalidades. Já em 1895-1915, ainda que os brasileiros tivessem 73,5% de seus ativos imobiliários em imóveis urbanos e os outros estrangeiros somassem significativos 91,9%, notam-se os primeiros registros de imóveis rurais entre os italianos e consequente declínio do percentual de imóveis urbanos (12,1% e 87,9%, respectivamente). Em 1920-1940, apenas os brasileiros registram aumento do percentual de imóveis urbanos em relação aos rurais (81% a 19%). Nos demais grupos de estrangeiros, os percentuais apontam aumento na preferência por imóveis rurais, sendo 29,8% o de italianos e 43% o de outros estrangeiros. Os resultados revelam a retomada da expressão dos imóveis rurais na acumulação de riqueza em Campinas entre os proprietários estrangeiros menos ricos, contrariamente do que acontece com os seus equivalentes brasileiros.

7.4.3. Escravos, ativos financeiros e outros bens

A distribuição dos escravos entre as nacionalidades dos grupos intermediário e inferior é semelhante ao que vimos anteriormente com relação às elites. A Tabela 7.12) mostra os resultados.

Tabela 7.12 – Propriedade de escravos segundo nacionalidades de inventariados nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em %

	1870	1875	1880	1885
20%-50% mais ricos	Valores	Valores	Valores	Valores
Brasileiros	100,0	95,3	100,0	100,0
Italianos	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros estrangeiros	0,0	4,7	0,0	0,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0
50% menos ricos				
Brasileiros	100,0	100,0	100,0	100,0
Italianos	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros estrangeiros	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Entre os 20% a 50% mais ricos, os brasileiros constituem os únicos proprietários de escravos na maioria dos anos selecionados, exceto 1875 quando um inventariado estrangeiro, não italiano, apresenta 1 escravo em seu inventário. Já entre os 50% menos ricos, apenas brasileiros mantinham escravos nos quatro anos selecionados. Vê-se, portanto, que a posse de escravos era relativamente comum mesmo entre os inventariados menos ricos, embora isso fosse uma característica praticamente exclusiva de proprietários de nacionalidade brasileira.

Igualmente interessante é a distribuição por nacionalidades dos ativos financeiros e estoques entre os estratos intermediário e inferior de inventariados, conforme a Tabela 7.13. Em 1870-1890, mais de 80% desses ativos eram apropriados por brasileiros dos dois grupos, mas nas décadas seguintes houve mudanças substanciais na distribuição das nacionalidades.

Tabela 7.13 – Propriedade de ativos financeiros e estoques segundo as nacionalidades nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	20%-50% + ricos	50% - ricos	20%-50% + ricos	50% - ricos	20%-50% + ricos	50% - ricos
Brasileiros	88,7	84,6	88,7	65,1	53,2	36,1
Italianos	0,0	0,1	6,9	14,1	21,9	37,7
Outros estrangeiros	11,3	15,3	4,4	20,8	24,9	26,2

Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

Primeiro, houve um acentuado declínio da participação dos brasileiros, chegando a 53,2% no grupo intermediário e 36,1% entre os 50% menos ricos em 1920-1940. Ou seja, houve uma clara expansão da riqueza dos estrangeiros situados nesses estratos em relação aos brasileiros, especialmente no caso da metade menos rica.

Entre os brasileiros, a maior parte dos registros nesses estratos refere-se a créditos comerciais, capital social de empresas e estoques mercantis. Exemplos desses ativos entre brasileiros estão nos inventários de Joaquim Theodoro de Britto, açougueiro, de Bernardo Antônio da Silva, comerciante de tecidos, de João Camillo Giraud, hoteleiro, e do alemão Jacob Kretti, marceneiro, com ativos ligados a dívidas de seus clientes e a estoques de seus estabelecimentos. É comum, ainda, encontrar créditos com familiares ou com pessoas ligadas ao convívio social.[44]

Ao longo do século XX, torna-se comum encontrar valores de pecúlios assistenciais e de seguridades, sobretudo em inventários de servidores públicos, como no caso da professora Virginia de Paula Ferraz. Todavia, esses ativos não foram privilégio de brasileiros, pois foram encontrados registros desses casos, por exemplo, no inventário do português Abílio Augusto Pereira Gouveia, escriturário do Instituto Agronômico de Campinas.[45]

A evolução da categoria outros bens entre as nacionalidades de inventariados apresentam padrões distintos. Apenas os outros estrangeiros registraram valores crescentes em ambos os estratos intermediários e os menos ricos (Tabela 7.14).

Tabela 7.14 – Propriedade de outros bens segundo nacionalidades nos estratos intermediário e inferior, Campinas, 1870-1940, em %

	1870-1890		1895-1915		1920-1940	
	20%-50% + ricos	50% - ricos	20%-50% + ricos	50% - ricos	20%-50% + ricos	50% - ricos
Brasileiros	89,2	96,7	54,9	60,6	36,9	64,6
Italianos	0,0	0,0	20,6	20,1	61,0	7,0
Outros estrangeiros	10,8	3,3	24,5	19,3	27,1	28,4
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: inventários TJSP–Campinas.

[44] TJC, 1º Ofício, n.4498, 1875; 3º Ofício, n.7134, 1870; 3º Ofício, n.7258, 1875; 4º Ofício, n.4898, 1895.
[45] TJC, 2º Ofício, n.6147, 1925; 3º Ofício, n.8415, 1935.

O declínio da participação dos brasileiros no grupo de outros bens é desigual em relação ao verificado nos ativos financeiros e estoques, vistos antes. Os brasileiros do grupo dos 20% a 50% mais ricos concentraram 89,2% da riqueza nesses bens em 1870-1890, mas os percentuais declinaram para 36,9% em 1920-1940. Os italianos não aparecem no início do período, mas seus inventários alcançam 20,6% do total em 1895-1915 e encerram com 61% do total de 1920-1940, um desempenho muito superior, portanto, ao observado pelo grupo dos outros estrangeiros (28,4% em 1920-1940).

Já entre os 50% menos ricos, o declínio da participação dos inventariados brasileiros é menor ao longo do tempo: 96,7% em 1870-1890, 60,6% em 1895-1915 e 64,6% em 1920-1940. No caso dos italianos, a participação cai de 20,1% do total em 1895-1915 e chega a 7% em 1920-1940, enquanto a de outros estrangeiros sobe para 28,4% nesse último período.

7.5. Considerações finais

A análise realizada neste capítulo final tratou das participações de brasileiros e de estrangeiros na riqueza medida pelos inventários de Campinas entre os anos de 1870 a 1940. Apesar do crescente contingente populacional, a inserção econômica de italianos foi menor se comparada à do grupo de outros estrangeiros, indicando limitações na acumulação de bens e, consequentemente, de mobilidade social para o que foi maior contingente da grande imigração europeia iniciada em meados da década de 1880. Porém, os italianos pioneiros, isto é, que chegaram a Campinas em anos anteriores à imigração em massa, apresentam resultados diferentes. Suas habilidades profissionais e o capital disponível para investir levaram 76% dos italianos pioneiros identificados aos estratos da elite e intermediário. Paralelamente, os demais italianos integrantes do grupo que incluía os colonos das fazendas de café e os operários urbanos não ultrapassaram a figura de 36,9% do conjunto de italianos, nesses mesmos estratos dos 20% dos inventariados mais ricos e dos 20% a 50% mais ricos. Tais resultados corroboram a hipótese de que os italianos pioneiros viveram uma situação distinta, em termos de mobilidade social, daqueles conterrâneos que chegaram para trabalhar nas fazendas e núcleos urbanos em meio à grande imigração.

A composição da riqueza dos três grupos de nacionalidades também apresenta resultados interessantes. Entre os 20% mais ricos, a distribuição dos

ativos revela a concentração de brasileiros na propriedade de imóveis apenas entre 1870-1890, sendo os bens de raiz preteridos por ativos financeiros e estoques nos períodos seguintes. Caminho inverso percorrem os interesses de outros estrangeiros e de italianos em geral, cujo perfil de distribuição da riqueza foi favorável aos imóveis após a extinção da escravidão.

Entre os 20% a 50% mais ricos, bem como a metade menos rica de inventariados, houve aumento na participação de italianos na riqueza total, indicando serem esses estratos em que se concentrou o maior grupo de imigrantes europeus em Campinas. Já os outros estrangeiros aumentaram sua participação no estrato intermediário, mas declinaram no inferior. Os brasileiros apresentam queda de participação em ambos os estratos, diante da expansão da riqueza dos estrangeiros.

A demanda crescente por residências, lojas, armazéns, escritórios e sedes de empresas e negócios acompanhou a expansão do perímetro urbano da cidade e, desse modo, os imóveis urbanos passaram a ser mais procurados e valorizados. Entre os 20% mais ricos durante o período 1870-1890, os brasileiros apresentam a maior proporção absoluta da riqueza na forma de imóveis rurais, mas essa participação perde expressão ao longo do tempo, diante dos imóveis urbanos. No caso dos italianos e outros estrangeiros na categoria dos 20% mais ricos, constata-se relativo equilíbrio da riqueza distribuída entre imóveis urbanos e rurais.

Os resultados da riqueza imobiliária são diferentes nos estratos intermediário e dos menos ricos. Nas primeiras décadas do período analisado, destacam-se os imóveis urbanos nos três grupos de nacionalidades. No entanto, entre os italianos e os outros estrangeiros, os imóveis rurais aumentam gradualmente sua participação relativa na riqueza imobiliária. O mesmo não acontece com os brasileiros desses estratos, que apresentam perfil mais urbano que rural em todos os períodos analisados.

A observação da acumulação de riqueza em escravos mostra a extrema concentração da propriedade de cativos entre os brasileiros mais ricos. Contudo, identificaram-se alguns plantéis numerosos pertencentes a estrangeiros, particularmente aqueles casados com cônjuges brasileiros atuantes na produção cafeeira. Além disso, verificaram-se registros reveladores de que a propriedade de escravos estava acessível também aos indivíduos com menor riqueza.

Os ativos financeiros e estoques foram inicialmente concentrados entre os inventariados brasileiros, mas os estrangeiros aumentaram sua participação nas décadas seguintes.

A análise dos outros bens menos relevantes traz, infelizmente, uma característica prejudicial para os estudos históricos acerca da formação da riqueza dos inventariados. As descrições de objetos pessoais, das casas e das oficinas, por exemplo, tendem a desaparecer com o passar dos anos. "Faz-se pela rama a descrição dos bens... porque a inclusão repugna à sensibilidade contemporânea", já constatava Alcântara Machado, o pioneiro dos estudos de inventários.[46]

[46] MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. p. 16. (Col. Paulística, v. 13.).

Conclusão

A partir da análise dos inventários *post mortem* de Campinas entre 1870 e 1940 foi possível detectar indícios claros de mobilidade social na economia cafeeira em transição. Os dados levantados mostram uma significativa participação de estrangeiros de várias nacionalidades em diferentes atividades econômicas do município em momentos distintos, mas intensificando-se nas últimas décadas do período investigado.

Nos estudos das ocupações econômicas dos inventariados, as comparações entre a historiografia e as fontes aqui utilizadas revelaram consistências e discrepâncias. Entre os produtores rurais, por exemplo, foi significativa a propriedade de fazendas de café, cujos números superam a metade das lavouras identificadas em 1870-1890. Mas, nos períodos posteriores a cafeicultura declinou e cedeu espaço para as lavouras de gêneros alimentícios – cereais, frutas, tubérculos e hortaliças. Os números de agricultores voltados ao mercado local e regional impressionam ainda mais no período 1920-1940, pois seus produtos variados foram essenciais para o abastecimento da cidade em franca urbanização, assim como ocorrido na capital de São Paulo.

Os percentuais crescentes de proprietários e investidores, de profissionais liberais – médicos, dentistas, contabilistas –, de servidores públicos – professores, inspetores –, e de indivíduos com ocupações diversas – ferroviários, operários, comerciários – apontam para um mercado urbano em processo de ampliação. A maior parte dos comerciantes se concentrou no ramo de alimentos e bebidas, com destaque para os armazéns de secos e molhados, de tecidos e vestuário e de móveis, utensílios e ferramentas, mas a variedade dos ramos comerciais observadas nos períodos mais recentes – combustíveis, lenhas, livros e revistas, por exemplo – também indica um mercado urbano que se alarga e diversifica.

Ao apreciar-se tal mercado com os números referentes aos industriais, artesãos e prestadores de serviços, nota-se que os empresários da construção civil certamente aproveitaram as oportunidades abertas com a urbanização de Campinas, sobretudo com a ampliação da malha viária e do número de prédios públicos e particulares. As primeiras fundições e montadoras de equipamentos empregados na atividade agrícola foram os embriões da indústria de metal e

mecânica. Também foi significativa a expansão das indústrias de transformação de alimentos e de bebidas na fase inicial de industrialização.

Na análise das nacionalidades dos inventariados e de suas ocupações, a comparação entre os perfis extraídos dos documentos e os da literatura especializada apontou diferenças importantes, especialmente nos períodos 1870-1890 e 1895-1915. Os inventariados espanhóis de Campinas, por exemplo, não exibem claramente uma situação geral de pobreza como sustentado pela literatura, já que se identificaram casos de indivíduos com profissões especializadas e recursos financeiros para investimentos. Da mesma forma que os alemães de imigração mais antiga, vários italianos residentes em Campinas antes da imigração subsidiada pelo governo, a partir de 1886, eram profissionalmente especializados e economicamente estabelecidos. São os casos, dentre outros já citados, de Rocco de Marco, comerciante e investidor, dos irmãos Luiz e Pompeo de Tullio, marceneiros, dos irmãos Prospero Bellinfanti, caldeireiro e Braz Bellinfanti, comerciante, de Angelo Francheschini e Angelo Belluomini, industriais de bebidas. Por sua vez, os inventariados do período 1920-1940 aproximam-se dos perfis gerais da historiografia, ou seja, de imigrantes inicialmente pobres que se tornam pequenos e médios proprietários rurais ou trabalhadores urbanos com bens.

As semelhanças entre as informações da documentação analisada e da literatura especializada confirmam a maior aptidão dos portugueses de imigração mais recente para as atividades urbanas, como também dos franceses e dos sírio-libaneses. Os inventários confirmam, ainda, as características rurais dos norte-americanos sulistas e as urbanas dos britânicos e irlandeses, assim como a dedicação dos escandinavos, russos, letos e lituanos às atividades rurais.

À primeira vista, os resultados obtidos parecem confirmar os observados por Warren Dean na seu estudo sobre o Oeste paulista, mais especificamente o município de Rio Claro até 1920, ou seja, de que a imigração em massa acabou por preservar as grandes propriedades, que foram abandonadas pela elite cafeeira justamente no início do século XX, quando os incentivos para a produção de alimentos passaram a ser interessantes. Contudo, esta tese revela, também, a importância dos estrangeiros residentes em Campinas antes do grande movimento imigratório iniciado em 1886. Suas profissões especializadas e seus investimentos contribuíram decisivamente para o crescimento econômico local e regional.

O número expressivo de inventariados brasileiros é uma indicação de que as oportunidades de novos negócios não se abriram apenas aos cafeicultores e aos proprietários e investidores com posses, mas também para pequenos e médios produtores agrícolas, comerciantes, profissionais liberais, prestadores de serviços e trabalhadores de diversas ocupações (ferroviários e operários, entre eles), revelando as possibilidades abertas pelos mercados de consumo e de trabalho em Campinas, durante a maior parte da hegemonia da economia cafeeira.

Identificaram-se estrangeiros que figuraram entre os mais ricos nos diferentes períodos. É provável que para terem acesso aos estratos mais elevados da hierarquia social foi necessário dispor de bons relacionamentos, de acordos matrimoniais vantajosos e de aptidões profissionais. Por sua vez, com perspectivas econômicas mais restritas, os trabalhadores estrangeiros sem tais características estabeleceram relacionamentos e matrimônios entre seu próprio grupo social, o que lhes facilitava a estratégia do trabalho familiar para aumentar sua renda e, eventualmente, adquirir propriedades e ascender socialmente.

Representada por atividades agroexportadoras e por empresas ferroviárias, industriais, comerciais, bancárias e de serviços – tais como a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Companhia Mac Hardy Manufatureira e importadora, a Companhia Lidgerwood Manufacturing, o Banco Comercial do Estado de São Paulo e a S.A. Usina Esther – a riqueza gerada pela cafeicultura desdobrou-se na urbanização e diversificação econômica da cidade de Campinas. A análise dos tipos de bens dos inventários revelou detalhes dessa transformação. Os imóveis, por exemplo, constituíram o principal ativo na composição da riqueza local. Do grupo de bens formado por ativos financeiros e estoques – o segundo em importância na composição da riqueza local –, destacaram-se as ações ou quotas de capital social de empresas, indicando o aumento do número de empresas e empresários urbanos nos períodos mais recentes. Já a análise da propriedade de cativos acusou declínio paulatino entre a riqueza registrada nos inventários, o que provavelmente decorreu do amplo processo político que culminou com a libertação dos escravos em 1888.

A distribuição da riqueza pelos estratos de inventariados – a elite dos 20% mais ricos, o estrato intermediário dos 20%-50% mais ricos e o inferior dos 50% menos ricos – revelou a extrema concentração da riqueza na elite, que apresentou percentuais próximos a 90% do total no período. Diante dessa evidência, pode-se

concluir que, embora aberta a diferentes segmentos sociais, a acumulação da riqueza gerada em Campinas pela economia cafeeira concentrou-se nas mãos de pouquíssimas famílias.

A elite econômica de Campinas atuou na produção cafeeira e em diversas oportunidades de negócios surgidas com os investimentos do capital agrícola em empresas industriais, comerciais e financeiras. Entre os 5% mais ricos, os percentuais de produtores rurais e de proprietários e investidores são ainda maiores, reforçando esse perfil. A atividade cafeeira na elite apresenta duas características marcantes: a queda do número de produtores e o deslocamento das grandes propriedades para as lavouras de alimentos, constituindo uma opção rentável de cultivo devido à expansão da demanda dos núcleos urbanos. Todavia, o número de cafeicultores que permanecem na elite é significativo, inclusive no período de maior incentivo à industrialização.

Os percentuais de inventariados da elite com desempenho em atividades urbanas são crescentes. Entre os comerciantes, destacam-se atacadistas e varejistas de alimentos (café, açúcar e secos e molhados) e de medicamentos; entre os industriais, artesãos e prestadores de serviços são claras as evidências de crescimento das oportunidades econômicas relacionadas com a construção civil, transformação de alimentos, bebidas e a área de metal e mecânica.

A diversidade de lavouras para o abastecimento de mercados urbanos também foi registrada entre os inventariados dos demais estratos. Os números apresentam tendência diferente da observada na elite, ou seja, se na elite a queda da participação dos produtores rurais é constante, entre os 20%-50% mais ricos e a metade menos rica ocorrem aumentos relativos do número de produtores agrícolas. Esse resultado procede da difusão de pequenas e médias propriedades na região de Campinas, especialmente a partir da fundação dos Núcleos Coloniais Campos Salles, Nova Veneza e Nova Odessa, na virada do século XIX para o XX e nos primeiros anos deste.

O declínio relativo do número de inventariados incide entre os profissionais urbanos, sobretudo os comerciantes e os industriais, artesãos e prestadores de serviços que não pertencem à elite de Campinas. É possível que tais resultados indiquem mudanças de profissionais especializados e capitalizados para São Paulo, com um refluxo de mão de obra e de investimentos do interior do estado para a capital. Por outro lado, os estratos intermediário e inferior dos inventariados

registram aumento na presença de profissionais urbanos, sobretudo em ocupações relacionadas com serviços públicos, operários e ferroviários. Os perfis mais urbanos que rurais assumidos por estes grupos são claros diferenciais destes em relação à elite.

O exame detalhado da riqueza mostrou a composição de bens de cada estrato de inventariados de Campinas. Na elite, os ativos financeiros e estoques sempre estiveram próximos aos imóveis em importância, tendo sua origem nos lucros provindos da agricultura de exportação aplicados em empresas dos vários setores da economia cafeeira, bem como em iniciativas voltadas à oferta de crédito com garantias hipotecadas. As ações de capital e outros ativos financeiros chegaram a alcançar um percentual ligeiramente superior ao de imóveis, em 1920-1940. Essa é uma ilustração clara do processo de transformação de uma sociedade agrária para uma outra mais diversificada, com um expressivo núcleo urbano em Campinas.

A riqueza registrada nos inventários mostrou que a inserção econômica de italianos foi relativamente mais limitada quando comparada à de imigrantes de outras nacionalidades, indicando restrições na acumulação de bens e, consequentemente, de ascensão social. Esse não foi o padrão dos italianos residentes em Campinas antes da grande imigração de 1886 em diante, pois suas especializações profissionais os levaram aos estratos mais ricos dos inventariados. Mas os italianos que chegaram com a imigração em massa, em sua maioria colonos das fazendas de café e operários urbanos, concentraram-se nos estratos intermediários e inferior.

Uma parte dos resultados desta tese corrobora os obtidos por Thomas Holloway, que identificou propriedades de imigrantes de primeira geração (da imigração em massa), originárias de loteamentos de antigas fazendas de café, quando os cafezais atingiam as mais distantes áreas do interior do estado, bem como os de Chiara Vangelista, que observou, também, o fluxo de italianos que saíram das fazendas, atraídos por empregos na capital de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX. Porém, se Campinas perdeu um contingente significativo de profissionais urbanos e de trabalhadores rurais, tal fator não foi suficiente para que sua economia declinasse drasticamente. Nesse sentido, o incremento anterior de atividades secundárias e terciárias da economia local, que contou, também, com as atividades e os capitais dos imigrantes pioneiros – e esta tese destaca

especialmente os italianos – permitiu que seu crescimento acompanhasse, ainda que em menor escala, o crescimento da capital do estado.

Fontes documentais e Referências

1. Fontes primárias (1870-1940)

No Centro de Memória – Unicamp

- Fundo Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Campinas (1870-1940)
- Fundo Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas (1870-1902)
- Registro Civil do Estado de São Paulo – Município de Campinas (1891 a 1921)
- Registro Notarial de Firmas e Empresas (1892 a 1932)
- Registros de Eleitores e de Atas de Eleições em Campinas (1905, 1907, 1914 e 1930)

No Arquivo Público do Município de Campinas e na Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

- Registros de Indústrias e Profissões (1890-1930)
- Prontuários de Motoristas e Choferes (década de 1920)
- Licenças comerciais da Câmara Municipal de Campinas (1860-1880)

2. Periódicos: jornais e almanaques

BARCELLOS, Henrique de (org.). *Almanach do Correio de Campinas para 1886.* Campinas: Typ. a vapor do Correio de Campinas, s.d.

CARDONA, Francisco e ROCHA, José (org.). *Almanach de Campinas (litterario e estatístico) para 1892.* Campinas: Typ Cardona, s.d.

CORREIO Popular. Campinas sobe 3 posições e já é 11º maior PIB do País. 13/12/2012. <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2012/12/capa/campinas_e_rmc/16935-campinas-sobe-3-posicoes-e-ja-e-11--maior-pib-do-pais.html>.

FERREIRA, Carlos e SILVA, Hypolito da (orgs.). *Almanach Popular de Campinas para 1878*. Campinas: Typ. Gazeta de Campinas, s.d.

FERREIRA, Carlos e SILVA, Hypolito da (orgs.). *Almanach popular de Campinas para 1879*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1878.

LISBOA, José Maria (org.). *Almanak de Campinas para 1871.* Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870 *e Almanak de Campinas para 1873*,

LISBOA, José Maria (org.). *Almanak de Campinas para 1871*. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870.

LISBOA, José Maria. Almanach litterario da Província de São Paulo para 1878. São Paulo, 1877.

LUNÉ, Antonio José Baptista de; FONSECA, Paulo Delfino da (Org.). *Almanak da Provincia de São Paulo para 1873.* Edição Fac-Similar. São Paulo: IMESP, 1985.

PARATODOS, folheto do Patrimônio Cultural de Campinas, n. 20, Prefeitura de Campinas, dezembro de 2010.

3. Referências

ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Morar e viver na cidade. Campinas (1850-1900)*. São Paulo: Ed. Alameda, 2010.

ABRAHÃO, Fernando Antônio. Os balancetes da Coletoria de Rendas de Campinas. *Boletim do Centro de Memória – Unicamp*, Campinas, v. 2, p. 24-28, 1990.

ABRAHÃO, Fernando Antônio. *As Ações de liberdade de escravos em Campinas*. Campinas: Publicações CMU. Coleção Instrumentos de Pesquisa, vol.1, 1992.

ABRAHÃO, Fernando Antônio. *Tradição de família: a história da Rede Frango Assado de Restaurantes.* São Paulo: Prêmio Editorial, 2004.

ABRAHÃO, Fernando A. Imigração e propriedade rural no Circuito das Frutas [SP]. *Labor & Engenho*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 48-50, 2007.

AGUIAR, Letícia. *Imigrantes norte-americanos no Brasil: mito e realidade, o caso de Santa Bárbara*. Campinas [s.n.], 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: uma manutenção da diferença em Taubaté (1680-1979)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995. Dissertação (Mestrado) – IFCS – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava gente: os italianos em São Paulo (1870-1920).* São Paulo: Brasiliense, 1986.

AMARAL, Leopoldo. *A cidade de Campinas em 1901*. Campinas: Tipografia a vapor da Casa do Livro Azul, 1900.

ANSILIERO, Graziela. Censo 2010: primeiros resultados e implicações para a Previdência Social. *Informe da Previdência Social*, v. 23, n. 5, maio de 2011.

ARAÙJO, Maria Lucília. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho no Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Publicações CMU – Unicamp, 1997.

BADARÓ, Ricardo. *Campinas, o despontar da modernidade.* Campinas: Publicações CMU – Unicamp, 1996.

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas: Publicações CMU – Unicamp, 1996.

BALDINI, Kelly. *Núcleo Colonial Campos Salles – Campinas: um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural – cidades*. Campinas [s.n.], 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*: séculos XV-XVIII. Os jogos das trocas, v.2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. B. e BACELLAR, Carlos de A. Prado. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.1, jan./jun. 2002, p. 113-129

BASSANEZI, Maria S. C. B. et al. Atlas da Imigração internacional em São Paulo: 1850-1950. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B. (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos.* Vol. III – 1872, Vol. V – 1890 e Vol. VI - 1920. Campinas: Núcleo de Estudos de População – UNICAMP, 1998.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos.* São Paulo: Pioneira, 1977.

BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. 26 vol. Campinas, 1965-1967.

CAMARGO, João Francisco. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. *Estudos Econômicos.* 14. São Paulo: IPE-USP, 1981.

CAMILLO, Ema E. Rodrigues. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887).* Campinas: Mercado de Letras, 1998.

CAMILLO, Ema E. Rodrigues e ABRAHÃO, Fernando A. *O ideal Vera Cruz: buscando a atualização no conhecimento médico e a qualidade no servir à comunidade.* Campinas: Fundação Roberto Rocha Brito / CMU, 2001.

CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Souza. *Introdução do trabalho livre em Campinas*. In: PAULA, Carlos Francisco de (Coord.). *Monografia histórica de Campinas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 245-253.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

COLISTETE, Renato P. e LAMOUNIER, Maria L. *The End of Plantation? Coffee and Land Inequality in Early Twentieth Century São Paulo*. 2011. <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/31833/>.

CÓDIGO Civil Brasileiro (1916) anotado por Achilles Bevilaqua. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1946.

CONSOLIDAÇÃO das Leis Civis (Publicação do Governo). Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857.

COSTA, Dora Isabel Paiva. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, 1765 – 1850*. Niterói, RJ: [s.n.], 1997. Tese (Doutorado) – CEG, Dep. História – Universidade Federal Fluminense.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAVATZ, Thomas. *Memória de um colono no Brasil: 1850.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

DEAN, Warren. *A industrialização em São Paulo (1880 a 1945).* São Paulo: DIFEL/USP, 1971.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELFIM NETTO, Antônio*. O problema do café*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1989.

EQUIPAMENTOS, usos e costumes da Casa Brasileira: fichário de Ernani da Silva Bruno. Coordenadora-geral da coleção Marlene Milan Acayaba. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000. V. 1. Alimentação, V. 2. Construção, V. 3. Costumes, V. 4. Objetos e V. 5. Equipamentos.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris (ed.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985, tomo III, vol. 1.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré / EDESP, 1991.

FILIPPINI, Elizabeth. *À sombra dos cafezais*: sitiantes e chacareiros, 1890-1920. São Paulo [s.n.], 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

FONT, Mauricio. Coffee planters, politics, and development in Brazil. *Latin American Research Review*. 22(3), 1987, p. 69-90.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GABRIEL, Maria C. Chiaradia. Além das fronteiras do colonato (o ajustamento da comunidade italiana à sociedade local campineira, durante a grande imigração de 1886 a 1920). Campinas [s.n.], 1995. Dissertação (Mestrado) – IFCH – Universidade Estadual de Campinas.

GADELHA, Regina Maria. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920). Contribuição ao estudo da colonização em São Paulo*. São Paulo [s.n.], 1982. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880*. Campinas [s.n.], 1998. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

GONZÁLEZ MARTINEZ, Elda Evangelina. O Brasil como um destino para imigrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina.* São Paulo: EDUSP, 2000, p. 239-72.

GRININGER, Waldemar. *A imigração suíça em São Paulo.* Campinas [s.n.], 1991. Dissertação (Mestrado) : Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

GUSSI, Alcides Fernando. *Os norte-americanos (confederados) do Brasil: identidades no contexto transnacional.* Campinas: Publicações CMU – Unicamp, 1997.

HALL, Michael M. *The origins of mass immigration in Brazil 1871-1914.* Tese (Doutorado). Columbia University, 1969, mimeo.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1969, tomo II, vol. 3.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: Thomaz Davatz. *Memória de um colono no Brasil: 1850.* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1980, p. 38-39.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KARASTOJANOV, Andrea Mara S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas.* Campinas: Editora da Unicamp / CMU, 1999.

KIDDER, Daniel*. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*: Rio de Janeiro e província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção: O Brasil visto por estrangeiros.)

KLEIN, Herbert S. *La inmigración española en Brasil.* Colombres: Fundación Archivos Indianos, 1996.

KOMISSAROV, Boris N. *Expedição Langsdorff: acervos e fontes históricas*. São Paulo: Editora UNESP, 1994

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la história económica*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1974.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, 2, Abril-junho, 2007: 353-372.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros. Campinas: 1850-1900.* São Paulo: EDUSP, 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930).* Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a imigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 177-200.

LEITE, Ricardo. *Catedral Metropolitana de Campinas: um templo e sua história.* Campinas: Editora Komedi, 2004.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat, v.8, 1905.

LOPES, Luciana Suarez. Café, riqueza e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX. In: *História e Economia. Revista interdisciplinar*. Vol. 4, n. 1, 1º sem. 2008: 133-156.

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. p. 16. (Col. Paulística, v. 13.).

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba (sec. XIX)*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARINS, Paulo César Garcez. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: SETÙBAL, Maria Alice (Coord.). *Modos de vida dos paulistas*: identidades, famílias e espaços domésticos. São Paulo: CENPEC

– Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2, p. 128-133 (Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes).

MARTINEZ, Cláudia Eliane P. M. *Cinzas do passado: riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba, MG (1840-1914)*. São Paulo [s.n.], 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. 2ª ed. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista História*, São Paulo, n 121, p. 5-26, ago./dez. 1989.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas 1800-1850.* Campinas: CMU, 1996.

MARTINS, Valter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992,

MELLO, Zélia M. Cardoso de. *São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da riqueza. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à exportadora capitalista.* São Paulo, Hucitec, 1990.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios. Contribuição para o estudo da História econômica e social do Brasil*. 4ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MOSCA, Gaetano e BOUTHOUL, Gaston. *História das doutrinas políticas desde a antiguidade.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo.* Campinas: CMU / Unicamp, 1998.

NASCIMENTO, Ariel Elias do. *A comunidade judaica em Campinas – franceses, russos e poloneses (1870-1930)*. Campinas [s.n.], 2002. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

OLIVEIRA, Lélio Luís de. *As transferências da riqueza em Franca no século XIX*. Franca, SP: [s.n.], 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP em Franca (SP).

PASCKES, Maria L. N. de Almeida. Notas sobre imigrantes portugueses no Brasil (séculos XIX e XX). *Revista História*, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago./jul., 1990/1991.

PETRONE, Maria Teresa S. Imigração assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1969, tomo II, vol. 3.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1976.

PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude.* Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, município do império: fundação e constituição, usos familiares, engenhos e fazendas*. São Paulo: IMESP, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba, entre 1850 e 1888. In: Revista de História, São Paulo, v.1., n.2, 1950, p.195-218.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas: 1863 – 1889*. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da saúde pública. São Paulo: 1880 – 1930.* São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

SAES, Flávio A. M. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAMARA, Eni Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História,* v.8, n.15, p. 91-105, set. 1987 / fev. 1988, p. 93.

SÁNCHEZ ALONSO. *Las causas de La inmigración española: 1880-1930*. Madrid: Alianza editorial, 1995.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro e NOVAES, José Nogueira. *A febre amarela em Campinas 1889-1900.* Campinas: CMU / Unicamp, 1996.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo.* Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. Em FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 273-314.

SILVA, Célio Antonio A. *Capitalismo e escravidão: a imigração confederada no Brasil.* Campinas [s.n.], 2011. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia – Unicamp.

SILVA, Danuzio G. B. da (org.) *Os diários de Langsdorff*. V.2 São Paulo. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff e Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

SILVA, de Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. v. 1.

SILVA, Kleber Pinto da. *A cidade, uma região, o sistema de saúde: para uma história da saúde e da urbanização em Campinas, SP*. Campinas: Publicações CMU / Unicamp, 1996,

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1981

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850-1980*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOLCKE, Verena e HALL, Michel M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. N.6, 1984, p.80-120.

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. Imigração e epidemias no estado de São Paulo. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. 3 (2), julho/outubro 1996, p. 265-283.

TOLEDO, Francisco Antônio de. *Uma história de Sumaré – Da sesmaria à indústria*. São Paulo: IMESP, 1995.

TRIGO, Maria Helena Bueno. *Os paulistas de 400 anos – ser e parecer.* São Paulo: Anablume, 2001.

TRUZZI, Oswaldo M. Serra. Sírio-libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 315-52.

TRUZZI, Oswaldo M. Serra. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). In: *Revista Brasileira de Estudos da População*. Rio de Janeiro, v.29, n.1, p. 169-189, jan./jun. 2012.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930).* São Paulo: Hucitec, 1991.

VERSIANI, Flávio R. Industrialização: a década de 20 e a depressão. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 14 (1), abril 1984, p. 59-94.

VERSIANI, Flávio R. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Revista de Economia Política*. 13 (4), outubro/dezembro 1993, p. 77-96.

WIENER, Jonathan M. Planter-Merchant conflict in reconstruction Alabama. *Past & Present,* No. 68 (Aug. 1975), pp. 73-94. Oxford University Press on behalf of The Past and Present Society. URL: <http://www.jstor.org/stable/650273>.

WIENER, Jonathan M. Planter persistence and social change: Alabama, 1850-1870. *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 7, No. 2, Social Mobility in past Time

(Autumn, 1976), pp. 235-260 The MIT Press. <http://www.jstor.org/stable/202735>.

WINTERS, Donald L. *Plain Folk* of the Old South Reexamined Economic Democracy in Tennessee. *The Journal of Southern History*, Vol. 53, No. 4 (Nov, 1987), p. 565-586. Southern Historical Association <http://www.jstor.org/stable/2208775>.

ZORZETTO, Alessandra F. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio à imigração de pequenos proprietários norte-americanos*. Campinas, [s.n.], 2000. Dissertação (Mestrado) – IFCH – Unicamp.

4. *Sites* de Internet:

http://cybellef.tripod.com/Engler/cengler/cengler.htm

http://mpra.ub.uni-muenchen.de/31833

http://www.cmu.unicamp.br/arq_historicos

http://www.jstor.org

http://www.memorialdoimigrante.org.br/historico/e3.htm

http://www.randomizer.org/form.htm

http://www.raosoft.com/samplesize.html

http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=medicos_view&codigo=202

http://www.sbu.unicamp.br/

http://www.teses.usp.br/

Anexo 1 – Lista de italianos pioneiros de Campinas e suas ocupações – Ordem alfabética

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
001	ARABIA, RAPHAEL	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Funileiro - oficina de lataria
002	ARGENTO, DOMINGOS	1879	Livro de licenças da Câmara	Barbearia
		1881	Ata de Fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
003	BADUCHI, LORENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
004	BALDINI, LORENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
005	BALETTI, ERNALDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Aprendiz
006	BALETTI, FERDINANDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Aprendiz
007	BARSOTTI, JOSÉ	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
008	BARTOLI, RAFFAELE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
009	BARTOLO, MANUELO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
010	BEDRELLI, SEBASTIANI	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Alfaiate – alfaiataria
011	BELLINFANTE, BRAZ	1878	Almanach Popular de Campinas	Fogões, cristais artigos e americanos – rua Sacramento
		1878	Livro de licenças da Câmara	
		1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
012	BELLINFANTE, PROSPERO	1871	Almanaque de Campinas	Caldeireiro e funileiro – rua da Ponte, 15
		1873	Almanak de Campinas	
		1873	Almanak da Província de São Paulo	
013	BELLUOMINI, ANGELO	1880	Guia Histórico Indústria Nascente Campinas	Dono da Cervejaria Guarany
014	BELLUOMINI, LUIZ	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
015	BERTOLA, JOÃO	1872	Almanak de Campinas	Olaria no bairro de Santa Cruz
016	BERULLI, (?)	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Loja de fazendas
017	BIANCHI, CARLO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
018	BIANCHI, FERDINANDO	1873	Almanak da Província de São Paulo	Ajudante técnico da Cia Mogyana (engenheiro)
019	BIANCHI, LUIZ	1879	Almanach Popular de Campinas	Secos e molhados – rua da Constituição, 31
020	BIANCHINI, CHERUBINO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
021	BIASI, SAMUELE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
022	BONDI, ANGELO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
023	BONELLI, JOSÉ	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
024	BONINI, (?)	1878	Almanach Popular de Campinas	Alfaiate – rua do Rosário
025	BONINI, CHRISTOVAM	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Engenheiro
		1879	Alamanch Popular de Campinas	
026	BOTTINI, J.	1873	Almanak de Campinas	Conferente da Cia. Paulista Estadas de Ferro
027	BORELLI, JOSE	1878	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
028	BORTOLI, MANSUETO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
029	BOSCETTI, GIOVANI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
030	BOZELLI & UGHES	1871	Almanak de Campinas	Loja de fazendas – rua do Rosário, 16
031	BRAGANTE, JACOB	1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
032	BRAGANTE, LUIZ	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
033	BRAGHETA, LUIZ	1879	Guia Histórico Indústria Nascente Campinas	Cervejaria Garibaldi
034	BRANDI, ANTONIO	1873	Almanak da Província de São Paulo	Armazém de secos e molhados e gêneros do país
035	BRISOLLA,	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
036	BRUSCHINI, AMATO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
037	BUCCI, ATTILIO	1881	Ata de fundação do *Circolo Italiani Uniti*	Professor, primeiro presidente, provisório
038	BULQUETTE, FRANCISCO	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Sapateiro
039	CAPETO, FRANCISCO	1873	Almanak da Província de São Paulo	Armazém de molhados, louças etc.
040	CAPOLUPO, FRANCISCO	1878/1880	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
041	CAPUTO, DOMINGOS	1878/1879	Almanach Popular de Campinas	Sapateiro – rua da Ponte, 17
		1878/1879	Livro de licenças da Câmara	
042	CARINA, FERDINANDO	1881	Ata de fundação do *Circolo Italiani Uniti*	Guarda-livros, primeiro secretário eleito.
043	CARLOTTI, GIOVANNI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
044	CARLOTTI, SAMUELE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
045	CASALI, PAULINO	1877/1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
		1879	Almanach Popular de Campinas	Casa de Pasto – rua Constituição, 28
046	CASALLI, LUIGI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Canteiro
047	CASONI, LEOPOLDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
048	CATALANI, GABRIELE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
049	CATANI & SAVAGLIO	1879	Livro de licenças da Câmara	Loja de fazendas
050	CATANI, JOSÉ	1878	Livro de licenças da Câmara	Loja de fazendas

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
051	CATTANEO, BASILIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
052	CATTANI, GIOVANNI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
053	CATTANI, LORENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
054	CHIAFITELLI, ANTONIO	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Alfaiate
055	COLOMBO, PAOLO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
056	COMELLI, PAULINO	1878	Livro de licenças da Câmara	Armazém de Secos e Molhados
057	CONSANI, VINCENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Almoxarife
058	CORAZZA, SALVATORE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
059	COTE, GILBERTO	1873	Almanak da Província de São Paulo	Pintor – rua do Rosário
060	DAVINI, PLACIDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
061	DE MARCO, ROQUE	1863	História Campinas 26ª Ed. (Jolumá Brito)	Chegada a Campinas para mascatear
		1866	Registro da Câmara	Licenças para comerciantes (Livro 46)
		1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Secos e molhados, varejo – rua da Cadeia
		1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Açúcar e aguardente atacado – rua gal. Osório, 49
		1879	Almanach Popular de Campinas	Secos e molhados, atacado – ruas Alegre, 34 e gal. Osório, 51
		1881	Ata de Fundação do *Circolo Italiani Uniti*	Comerciante e capitalista
062	DE ROSA, RAPHAEL	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Entalhador
063	DE SANTI, ANTONIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
064	DE TULIO, LUIZ	1863/8/12	Guia Histórico Indústria Nascente Campinas	Marcenaria - rua São José, 2 e rua Formosa, 49
		1878/1879	Almanach Popular de Campinas	
		1878	Almanach Popular de Campinas	Professor de Música – Largo da Matriz Nova
065	DE TULIO, POMPEO	1874	Guia Histórico Indústria Nascente Campinas	Adquire com Luiz a marcenaria de Nicolau Germano
066	DEL PORTO, JOSÉ PEDRO	1879	Livro de licenças da Câmara	Armarinho e fazendas
		1881/4/17	Ata de fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
067	DENISIO, ANTONIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
068	DENISIO, GIUSEPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
069	DENISIO, TOMASSO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
070	DINI, ABRAMO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
071	DINI, MATTEO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
072	DOMENICALI, GIUSEPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
073	DONAGIA, FERDINANDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
074	DONNICCI, DOMINGOS	1878	Almanach Popular de Campinas	Barbeiro – rua São José
075	DONNICCI, FRANCESCO	1878	Almanach Popular de Campinas	Barbeiro – rua Direita
		1879	Livro de licenças da Câmara	
		1881	Ata de fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
076	ESCAPELLE, (?)	1877	Livro de licenças da Câmara	Sapateiro
077	EURITINI, MIGUEL	1873	Almanak da Província de São Paulo	Funileiro
078	FABBRI, RAFFAELE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente e carroceiro
079	FALLEATO, MANOEL	1879	Livro de licenças da Câmara	Sapateiro
080	FELIPPE, JOÃO	1874/2/3	Gazeta de Campinas	Proprietário, dívida ativa de impostos sobre prédios
081	FENILLI, PASCHOALI	1871	Almanak de Campinas	Padaria Brasileira – rua da Matriz Velha
		1871	Almanak de Campinas	Loja de fazendas – rua da Matriz Nova
082	FERRANTI, GABRIELLI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
083	FERRARI, ANGELO	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Sapateiro – rua gal. Osório, 64
		1879	Almanach Popular de Campinas	
084	FERRARI, ANTONIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
085	FERRARI, FERDINANDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
086	FERRARI, GAETANO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
087	FILIPPI, ALESSANDRO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
088	FILIPPO, AGOSTINO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
089	FIORETTI, GIOVANNI	1873	Almanak de Campinas	Olaria – bairro Santa Cruz
		1873	Almanak da Província de São Paulo	
090	FOSSATI, NATALE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Canteiro
091	FRADIANI, LUIZ	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
092	FRANCESCHINI, PIETRO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
093	FRANCESCHINI, ANGELO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente, amassador, serviços de transportes
		1880	Guia Histórico Indústria Nascente Campinas	Dono da Cervejaria Guarany
094	FRANCESCHINI, SALVATORE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
095	GALETTO, GIOVANNI HOMPER	1879	Livro de licenças da Câmara	Fabricante de cerveja
			Ata de Fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
096	GAMBAUT, LUIGI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Entalhador
097	GATE, GUIDULI	1878	Almanach Popular de Campinas	Alfaiataria – rua do Pórtico
098	GAUDINO, GIACOMO	1866/11/1	História Campinas 5ª Ed. (Jolumá Brito) p. 44	Construtor
		1879/16/3	Correio Paulistano	Construtor, em São Paulo, do Paço da Assembleia
099	GENTIL, ARCHANGELO	1878	Almanach Popular de Campinas	Marcenaria – rua do Góes
100	GERMANO, NICOLAO	1863/8/12	Guia Histórico Indústria Nascente em Campinas	Proprietário de marcenaria
101	GIANBASTIANI, PEDRO	1877/1880	Livro de licenças da Câmara	Relojoaria – rua São José, 10
		1878/1879	Almanach Popular de Campinas	
102	GIANNELLI, ERCOLE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
103	GIGLI, HERCULE	1871/1873	Almanak de Campinas	Confeitaria – rua do Imperador, 2
		1873	Almanak da Província de São Paulo	
104	GIORGETTI, EMÍLIO	1878	Gazeta de Campinas	Professor de música
		1879	Almanach Popular de Campinas	
		1880	A Educação Feminina – (Arilda Ribeiro) p.105	Casamento com Augusta Florence
105	GIORGI, GIOVANNI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente, Amassador e carroças
106	ITALIANO, JOÃO	1873	Almanak de Campinas	Maquinista – rua Formosa, 29
		1873	Almanak da Província de São Paulo	
107	JOSÉ PIERI & JANULLI	1879	Almanach Popular de Campinas	Vinhos e comércio de molhados – rua das flores, 38
108	JULIANI, JOÃO	1880	Livro de licenças da Câmara	Casa de saúde e banhos higiênicos
109	LAMARDI, CRISTOFOLO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
110	LAMARDI, GIUSEPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
111	LANCIA, ERNESTO	1881	3ª Ata do *Circolo Italiani Uniti* (10 de julho)	Médico, primeiro presidente eleito
112	LANDUCCI, VINCENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
113	LAZZARINI, GIOVANNI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
114	LEGNAZOLI, EUGENIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
115	LEMBI, ANGELO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Ferreiro e mecânico de carroças
		1881	Ata de Fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
116	LEMBI, PIETRO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Ferreiro
117	LORENZINI, ADAMO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
		1881	Ata de Fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
118	LUCCHESI, EUGENIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
119	LUCCHESI, SAMUELE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro / servente
120	LUCHETTI, GIUSEPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Transporte de pedras
121	LUPORINI, OLINTO	1879	Livro de licenças da Câmara	Alfaiataria
122	LUPORINI, PIETRO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
123	LURASCHI, JOSÉ	1879	Guia Histórico Indústria Nascente Campinas	Cervejaria Garibaldi
124	MACCABELLI, ALESSANDRO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Canteiro
125	MAGGI, GASPAR	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
126	MAGGI, IGNACIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
127	MAGNANI, GASPARO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
128	MALFATTI, COSME	1878	Almanach Popular de Campinas	Açougue
129	MALFATTI, FREDIANO	1879	Livro de licenças da Câmara	Sapateiro
130	MALFATTI, LUIZ	1879	Licenças da Câmara	Alfaiate
		1882	Ata de fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
131	MALFATTI, MAURIZIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro – construtor
132	MALFATTI, SAMUELE	1881	Ata de fundação *do Circolo Italiani Uniti*	Agrimensor – construtor
133	MANZETTI, GIUSEPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
134	MARABELLE, ALEXANDRE	1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de Secos e Molhados
135	MARACCINI, SEBASTIANO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
136	MARCELLO, DOMINGO	1880	Livro de licenças da Câmara	Botequim
137	MARCHESINI, COSIMO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
138	MASSAGLI, CARLO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
139	MASSAGLI, LUIGI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
140	MATTEI, ALEXANDRE	1871	Almanak de Campinas	Loja de fazendas - rua da Matriz Nova, 76
		1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
141	MENARDI, MIGUEL	1873	Almanak da Província de São Paulo	Lavrador (fazendeiro)
		1874/2/3	Gazeta de Campinas	Proprietário, dívida ativa de imposto sobre prédios
142	MENICHETTI, GIOVANNI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
143	MENICHETTI, NARCISO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
144	MEY, FERDINANDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
145	MEY, FREDIANO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
146	MEY, PIETRO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
147	MICHELI, RINARDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
148	MIFURELLI, PEDRO	1879	Livro de licenças da Câmara	Restaurante e café
149	MORELLI, BERNARDO	1878/1879	Almanaque Popular de Campinas	Engenheiro – agrimensor
150	MORELLI, JOSE	1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
151	MORINI, DOMINGOS	1871	Almanak de Campinas	Loja de fazendas – rua do Comércio
152	MORO, NICCOLAO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Canteiro
153	MURILLI, ANTONIO FRANCISCO	1879	Livro de licenças da Câmara	Barbearia
154	NARDELLI, AUGUSTO	1878	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
155	NATINI, MIGUEL	1871	Almanak de Campinas	Relojoaria e Joalheria – largo da Matriz Nova, 25ª
		1873	Almanak da Província de São Paulo	
		1873	Almanak de Campinas	
156	NICCOLINI, PIETRO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
157	NICOLAU, PEDRO	1878	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
158	NIERI, DANIELE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
159	NOVELLI, CONCEZIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
160	NOVELLO, VALENTINO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
161	PADULA, NICOLAO	1873	Almanak da Província de São Paulo	Armazém de molhados, louças etc.
162	PANO, RAPHAEL	1878/1879	Almanach Popular de Campinas	Armeiro – rua General Osório, 64
163	PARENTE, DELANO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
164	PASCHOALI, VICENTE	1871	Almanak de Campinas	Armazém de gêneros da terra – rua de Baixo, 39
		1870/15/5	Gazeta de Campinas	Venda de redes de balanço, arreios, estribos, esporas etc.
165	PASSERO, MANOEL	1878	Almanach Popular de Campinas	Marmorista - rua da Constituição
166	PECHI, MIGUEL	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Funileiro
167	PEDRASOLI,	1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de Secos e Molhados
168	PEDRASOLI, GIUSEPPE	1878	Livro de licenças da Câmara	Restaurante
169	PEDRO, NICOLAO	1873	Almanak da Província de São Paulo	Armazém de molhados, louças etc.
170	PELASI,	1878	Almanach Popular de Campinas	Armazém de secos e molhados – rua das Flores
171	PELEGRINI, LOURENÇO	1879	Livro de licenças da Câmara	Restaurante
172	PELOSI, LOURENÇO	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de vinhos e molhados – rua São José, 8
		1879	Almanach Popular de Campinas	
		1879	Livro de licenças da Câmara	Restaurante
173	PERA, STEFANO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
174	PERGOLA, FERDINANDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro / Contramestre
175	PERGOLA, GABBRIELLO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
176	PERGOLA, GIUSEPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
177	PEROTTI, BERNARDO	1879	Livro de licenças da Câmara	Imagens e figuras feitas à mão
178	PESETTI, ANTONIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
179	PIERUCETTI, PELLEGRINO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Ajudante de carpinteiro
		1881	Ata de Fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
180	PINTOR, VINCENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Canteiro
181	PISANI, DARIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Apontador
		1881	Ata de Fundação do *Circolo Italiani Uniti*	
182	PIZZONI, CANDIDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
183	POVELLO, BENEDITO	1877/1878	Livro de licenças da Câmara	Restaurante
184	RADICCHIO, DOMENICO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
185	RAMPI, PEDRO	1873	Almanak da Província de São Paulo	Alfaiate e loja de roupas feitas
186	RAO, ARSENIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Canteiro
187	RAO, NICCOLAO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Canteiro

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
188	RAVACHI, ALBERTO	1878	Livro de licenças da Câmara	Depósito de bebidas e licores
189	RICCI, DANIELI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
190	RICCI, EDUARDO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Mestre
191	RICCI, JANUARIO	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de secos e molhados
192	RICCI, PASCHOAL	1878/1879	Livro de licenças da Câmara	Alfaiataria
193	RICHTER, FELIPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Transporte de pedras
194	RUGGERO, LUIGI	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
195	SALTINI, PEDRO	1878/1879	Almanach Popular de Campinas	Confeitaria – rua Direita, 54
		1878	Livro de licenças da Câmara	
196	SALTINI, RAPHAEL	1878/1879	Almanach Popular de Campinas	Casa de Pasto – rua São José, 6c
197	SALVO, TOMMASO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
198	SAMARDI, GIUSEPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
199	SANTIN, ROSPETTO JOSÉ	1879	Livro de licenças da Câmara	Armazém de Secos e Molhados
200	SANTONI, GIUSEPPE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
201	SANTUCCI, FRANCESCO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
202	SANTUCCI, TOMMASO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
203	SARFINI, RAFAEL	1879	Livro de licenças da Câmara	Restaurante
204	SBRAGIA, ADOLPHO	1879	Almanach Popular de Campinas	Secos e molhados – rua da Ponte, 5a
205	SBRAGIA, ANTONIO	1878/1879	Almanach Popular de Campinas	Alfaiate – rua São José, 6b
		1879	Livro de licenças da Câmara	Loja de fazendas
206	SBRAGIA, CARLO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
207	SEMIGNIANI, PAOLO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
208	SESTE, (?)	1878	Almanach Popular de Campinas	Alfaiataria – rua do Pórtico
209	SICILIANO, ANTONIO	1877	Livro de licenças da Câmara	Sapateiro – rua São José, 1c
		1878/1879	Almanach Popular de Campinas	
210	SIMI, ANTONIO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
211	SOFIA, JOÃO	1873	Almanak da Província de São Paulo	Médico
212	SPINELLI, ANGELO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
213	TORBINI, RAFAEL	1878	Livro de licenças da Câmara	Restaurante
214	TORNOTI, FRANCISCO	1879	Almanach Popular de Campinas	Pintor de paisagens e retratista – rua do Góes, 2

#	NOME	PERÍODO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	OCUPAÇÃO
215	TORRINI, ELPINÍCE	1878	Livro de licenças da Câmara	Retratista e pintor de paisagens – rua do Góes, 25
		1879	Almanach Popular de Campinas	
216	TOSSATI, NOBILE	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Canteiro
217	TRENTINI, VICENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
218	VALICCA, PIETRO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
219	VENAGLIA, DOMENICO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
220	VENAGLIA, FREDIANO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
221	VENAGLIA, VINCENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Pedreiro
222	VENTURI, ANACLETO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Carpinteiro
223	VIOLA, VINCENZO	1876/1880	Folha de pagamentos de obreiros da Matriz Nova	Servente
224	ZUPI, JOSE	1873	Almanak de Campinas	Armeiro – rua Lusitana, 16
		1873	Almanak da Província de São Paulo	

Anexo 2 – Lista de inventariados da elite, dos 20% mais ricos, e proporções de suas propriedades (em %) – Ordem cronológica

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1870	3º	7150	Ana Engler Correa Barbosa	55,5	18,4	23,7	2,4	100,0
1870	4º	4662	Maria Felicíssima d'Abreu Soares	33,3	35,0	29,5	2,1	100,0
1870	4º	4660	Maria Custodia de Oliveira Nunes	9,9	85,6	3,5	1,0	100,0
1870	3º	7135	Ana Ferreira de Camargo Andrade	49,6	1,7	43,5	5,2	100,0
1870	4º	4663	Serafim Gomes Moreira	27,3	44,3	27,1	1,3	100,0
1870	1º	4172	Reginalda Delfina de Andrade	55,4	2,0	37,8	4,8	100,0
1870	3º	7146	Maria das Dores Souza	20,9	0,0	67,5	11,7	100,0
1875	3º	7256	Ana Rufina de Almeida	37,4	14,1	44,6	3,9	100,0
1875	4º	4693	Jorge Guilherme Henrique Krug	37,1	59,9	2,9	0,1	100,0
1875	4º	4695	Bernardo Teixeira Pinheiro	73,0	24,2	1,9	0,9	100,0
1875	4º	4692	Benedito Jose dos Santos	16,8	76,1	4,1	3,1	100,0
1875	3º	7245	Maria Angélica de Camargo Barreto	59,7	0,0	36,3	3,9	100,0
1875	3º	7268	Francisco R. de Souza Barros	0,0	2,2	96	1,8	100,0
1875	4º	4697	Claudino Rodrigues Neves	4,2	95,8	0,0	0,0	100,0
1880	4º	4738	Francisca de Paula Andrade	8,6	66,1	24,6	0,8	100,0
1880	3º	7387	Maria M. de Andrade Resende	31,0	67,3	1,3	0,4	100,0
1880	1º	4907	Joao Henrique Krug	32,9	67,1	0,0	0,0	100,0
1880	3º	7400	Luiza Carolina da Silva Sampaio	47,7	2,2	38,3	11,7	100,0
1880	2º	5582	Ana Gertrudes d'Oliveira Rozo	66,0	32,4	0,0	1,5	100,0
1880	3º	7388	Maria das Dores Branco e Silva	55,1	0,9	40,7	3,4	100,0
1880	3º	7382	Escolástica Maria da Conceição	49,7	13,2	30,0	7,0	100,0
1885	4º	4890	Carlos Egydio Souza Aranha	52,6	27,2	15,0	5,3	100,0
1885	3º	7456	Ataliba Graciano Nogueira	59,6	22,0	15,4	3,0	100,0
1885	4º	4892	Maria Ângela Bueno	65,3	20,9	10,7	3,1	100,0
1885	3º	7464	Joaquim Sampaio Góes	67,5	4,5	25,7	2,3	100,0
1885	3º	7459	Luiza Schroder	23,7	39,4	0,0	36,9	100,0
1885	1º	5386	Álvaro Rodrigo de Souza Aranha	79,2	0,0	20,0	0,7	100,0
1890	4º	5162	Maria A. A. Pontes	55,9	41,8	-	2,3	100,0
1890	3º	7579	Ernestina d'Andrade Soares	43,1	54,1	-	2,8	100,0
1890	3º	7583	Izabel Bueno Nogueira	54,1	44,3	-	1,6	100,0
1890	3º	7576	Maria Carolina de Souza Sampaio	38,4	61,1	-	0,5	100,0
1890	3º	7571	Maria Ferreira de Queiros Pinto	14,9	84,1	-	1,0	100,0
1890	3º	7569	Luiza Bastos da Silva	15,0	81,6	-	3,3	100,0
1890	3º	7597	Bento Franco de Godoy Lima	97,1	0,0	-	2,9	100,0
1890	3º	7573	Theodoro Leite Penteado	34,5	64,2	-	1,3	100,0
1890	3º	7594	Luiz Angelo Gonzaga	94,5	0,0	-	5,5	100,0
1890	4º	5171	Antonio Goncalves da Costa	1,0	97,2	-	1,8	100,0
1890	4º	5189	Jacinto Ferreira Zimbres	98,7	0,0	-	1,3	100,0
1890	4º	5183	Maria A. de Vasconcellos Florence	77,5	22,5	-	0,0	100,0
1895	1º	5666	Francisca Coutinho Nogueira	44,4	54,0	-	1,7	100,0
1895	3º	7696	Joaquim Leite da Cunha	65,1	32,5	-	2,4	100,0
1895	2º	5669	Zulmira Egydio de Souza Aranha	25,8	70,4	-	3,8	100,0
1895	4º	5468	Joaquina M de Almeida Resende	26,8	72,9	-	0,3	100,0
1895	4º	5467	Ana Francisca do Prado Rosa	62,1	35,8	-	2,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1895	2º	5675	Antonio C. de Campos Mesquita	96,6	1,9	-	1,5	100,0
1895	3º	7699	Ana Franco de Campos	94,7	0,0	-	5,3	100,0
1895	2º	5670	Candido Augusto da Costa Braga	85,8	13,2	-	1,0	100,0
1895	1º	6120	Abel de Andrade Villares	58,1	39,8	-	2,2	100,0
1895	3º	7704	Ana Luiza de Salles Couto	82,2	14,1	-	3,7	100,0
1900	1º	12867	Maria Perpetua de Oliveira Salles	89,2	8,8	-	2,1	100,0
1900	3º	7778	Antão de Paula Souza	54,8	42,8	-	2,4	100,0
1900	2º	5741	Jose de Souza Campos	51,4	47,3	-	1,2	100,0
1900	3º	7775	Ladislau Leite de Barros, Capitão	7,4	91,7	-	0,9	100,0
1900	3º	7776	Gabriel Rodrigues de Castro	43,3	52,8	-	3,8	100,0
1900	2º	5746	Leonardo Cattani	53,8	45,4	-	0,8	100,0
1905	3º	7818	Francisco de Paula Camargo	52,3	47,3	-	0,4	100,0
1905	2º	5784	Joana Venere	25,6	73,9	-	0,5	100,0
1905	3º	7824	Sylvio Alves Pinto	57,2	40,3	-	2,5	100,0
1905	4º	6109	Antonio Manoel Proença	98,7	1,3	-	0,0	100,0
1905	4º	6110	Damásio de Siqueira Franco	43,4	55,1	-	1,5	100,0
1905	1º	7089	Tercilia Novaes Teixeira	22,6	72,2	-	5,2	100,0
1905	2º	5787	Manuel Assis Vieira Bueno	22,2	74,5	-	3,3	100,0
1905	1º	7088	Izabel Pinto de Carvalho	98,0	0,0	-	2,0	100,0
1905	3º	7821	Ignacia dos Santos Pacheco Lima	0,3	99,7	-	0,0	100,0
1905	3º	7832	Carlos Biornberg	73,9	0,0	-	26,1	100,0
1910	2º	5852	Ana Fausto dos Santos	39,6	59,8	-	0,7	100,0
1910	1º	7427	Jose de Magalhaes Panos	19,0	81,0	-	0,0	100,0
1910	4º	6684	Carmela Salerno Spadafora	40,4	59,2	-	0,4	100,0
1910	3º	7906	Bernardo Alves Teixeira	0,2	95,3	-	4,5	100,0
1910	4º	6678	Waldeck Seiler	49,0	50,7	-	0,3	100,0
1910	4º	6685	Joao Duarte	87,1	12,9	-	0,0	100,0
1910	1º	7424	Augusto Maillard	29,3	70,4	-	0,3	100,0
1910	2º	5846	Maria Ming	84,3	15,0	-	0,7	100,0
1910	3º	7898	Flavio de Moraes Salles	12,3	87,0	-	0,6	100,0
1910	3º	7908	Joao Herculano Bueno Bierrenbach	18,2	81,8	-	0,0	100,0
1915	3º	11832	Bento Quirino dos Santos	0,9	99,0	-	0,1	100,0
1915	1º	13097	Francisca de Andrade Nogueira	33,1	65,5	-	1,4	100,0
1915	1º	9510	Delfina Cândida Ferreira de Andrade	80,7	17,6	-	1,7	100,0
1915	2º	5925	Julio Frank de Arruda	71,0	24,0	-	5,0	100,0
1915	2º	5910	Antonio Benedito de Moraes Teixeira	32,7	67,0	-	0,3	100,0
1915	1º	10464	Fernando Álvaro Bueno	80,0	14,8	-	5,3	100,0
1915	3º	7978	Ernesto Theodoro de Lima	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7113	Joaquim de Souza Villela	6,2	93,7	-	0,1	100,0
1915	1º	7713	Celina Bueno Penteado Pacheco	81,8	16,4	-	1,9	100,0
1915	4º	7106	Paschoal Alberti	3,0	91,6	-	5,3	100,0
1915	4º	7116	Willian Collier	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	2º	5922	Gabriel Camargo Penteado	32,7	67,3	-	0,0	100,0
1915	4º	7104	Antonio Quintões	72,6	26,6	-	0,8	100,0
1920	3º	8044	Jeronymo de Campos Freire	17,4	81,8	-	0,9	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1920	3º	8055	Francisco Frederico Guilherme Muller	8,4	88,7	-	3,0	100,0
1920	2º	5998	Jose Theodoro de Oliveira Andrade	90,3	9,6	-	0,1	100,0
1920	3º	8039	Jose Teixeira Nogueira, Coronel	71,0	26,0	-	3,0	100,0
1920	4º	416	Celestina Rodriguez y Martinez	45,6	51,3	-	3,1	100,0
1920	4º	365	Ana de Campos Ledo	38,0	59,6	-	2,4	100,0
1920	2º	6007	Thomaz Alves	10,6	82,5	-	6,9	100,0
1920	1º	10764	Maria Faria da Rocha Brito	77,0	18,3	-	4,7	100,0
1920	4º	410	Águeda Rodrigues Vaqueiro	80,3	19,3	-	0,4	100,0
1920	1º	10765	Guilhermina Städler	9,5	85,0	-	5,5	100,0
1920	3º	8050	Adelaide Barbosa Duarte	35,1	62,7	-	2,2	100,0
1920	1º	10766	Christiano Quitzau	62,6	32,0	-	5,4	100,0
1920	4º	470	Maria Jesuína de Salles de Abreu	87,8	8,3	-	3,9	100,0
1920	2º	5997	Joao Ferreira de Queiroz	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	4º	380	Xisto Giambastiani	90,2	9,8	-	0,0	100,0
1920	3º	8057	Ponciano Jose Alves Cabral	11,1	88,9	-	0,0	100,0
1920	2º	6002	Bernardina Amgarten	84,2	10,3	-	5,5	100,0
1920	3º	8058	Maria Luiza Barbosa Aranha	50,8	49,2	-	0,0	100,0
1920	2º	6008	Tobias Rabello Leite	84,8	14,9	-	0,3	100,0
1920	2º	5992	Maria Franco de Moraes Salgado	94,1	5,0	-	1,0	100,0
1920	1º	10762	Ana Mayer	89,6	10,4	-	0,0	100,0
1925	3º	8181	Esmeralda Fragoso Anderson	35,1	64,9	-	0,1	100,0
1925	2º	6146	Adelaide Ferreira de Camargo	54,9	39,1	-	6,0	100,0
1925	1º	13570	Wilfrido Duarte de Arruda	0,3	99,7	-	0,0	100,0
1925	3º	8170	Arthur Azurem Costa	8,6	91,4	-	0,0	100,0
1925	3º	8157	Maria Alves Pinto Duarte	82,4	17,6	-	0,0	100,0
1925	2º	6135	Nicolau Von Zuben	26,7	70,8	-	2,6	100,0
1925	1º	11043	Giacomo de Pilla	7,8	92,2	-	0,0	100,0
1925	3º	8173	Carmem Maia	0,0	100	-	0,0	100,0
1925	2º	6134	Maria Bueno de Camargo	8,2	91,5	-	0,3	100,0
1925	1º	11052	Rosa Roso	27,9	66,1	-	6,0	100,0
1925	1º	8559	Manoel Maria de Carvalho	100	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	11050	Francisco Joaquim Henrique da Silva	23,4	73,9	-	2,7	100,0
1925	3º	8176	Joaquim Miguel	99,0	0,0	-	1,0	100,0
1925	1º	11051	Rabany Marum	48,1	51,9	-	0	100,0
1925	1º	8555	Carolina de Camargo Bocault	92,3	7,7	-	0	100,0
1925	2º	6131	Francisca Coutinho d'Avila Simões	31,6	63,2	-	5,2	100,0
1925	2º	6144	Augusto E de Figueiredo	100	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6142	Sylvio Henrique Lebre	30,7	66,3	-	3,0	100,0
1925	4º	1010	Paulina Rother	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8614	Augusta Seiler	82,6	17,4	-	0,0	100,0
1930	3º	8302	Amélia Alves Bueno de Miranda	99,9	0,0	-	0,1	100,0
1930	1º	13748	Gertrudes de Camargo Ferraz	5,3	94,7	-	0,0	100,0
1930	3º	8308	Pedro Abrahao Anderson	68,1	31,0	-	0,9	100,0
1930	3º	8301	Ana Pinto Freire	22,3	73,3	-	4,4	100,0
1930	1º	13751	Honoria Dias	78,4	21,6	-	0,0	100,0
1930	3º	8294	Ludwig Spitzer	9,1	90,9	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1930	2º	6271	Guilhermina A. da Silveira Rezende	39,2	60,8	-	0,0	100,0
1930	3º	8303	Albertina Muller	50,2	39,5	-	10,3	100,0
1930	4º	1981	Herculano Ferreira	68,4	31,6	-	0,0	100,0
1930	4º	1988	Angelo Beluomini	66,0	34,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6268	Cândida Carmella de Brito	42,7	57,3	-	0,0	100,0
1930	3º	8305	Sallie M Lane	100	0,0	-	0,0	100,0
1930	4º	2012	Pedro Gallani	92,1	7,9	-	0,0	100,0
1930	1º	11661	Vicente Canecchio	77,8	16,7	-	5,6	100,0
1930	1º	11660	Maria Francisca de Paula Franca	96,4	3,6	-	0,0	100,0
1930	1º	11657	Francisco Betim Paes Leme	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	12231	Gertrudes de Souza Moraes	26,2	71,9	-	1,9	100,0
1935	3º	8408	Carolina Augusta Mundt	35,6	61,6	-	2,8	100,0
1935	1º	14213	Jose Bonifacio de Camargo	13,2	86,5	-	0,3	100,0
1935	1º	14201	Francisca Silva	6,9	92,6	-	0,4	100,0
1935	2º	6420	Emília Dias Ferreira	48,9	49,8	-	1,3	100,0
1935	5º	105	Fiori Grandinetti	90,8	9,2	-	0,0	100,0
1935	1º	12228	Catarina Zanaga	33,4	65,9	-	0,6	100,0
1935	1º	14184	Charles Colombo Fenley	64,3	35,7	-	0,0	100,0
1935	2º	6404	Anna Ferreira de Miranda	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3262	Manoel Ferreira	87,6	12,4	-	0,0	100,0
1935	3º	8417	Luiz Montemurro	45,5	51,6	-	2,9	100,0
1935	2º	6384	Luiz Gonzaga Monteiro	75,7	24,3	-	0,0	100,0
1935	4º	3249	Manoel Freire	92,7	7,3	-	0,0	100,0
1935	1º	14220	Manoel Troncoso	63,5	36,5	-	0,0	100,0
1935	4º	3268	Ângela Dobri Belocchio	79,8	16,0	-	4,2	100,0
1935	1º	14223	Maria do Carmo Guimaraes Barros	72,0	28,0	-	0,0	100,0
1935	1º	14222	Maria Del Pilar Castanho	63,2	36,8	-	0,0	100,0
1935	2º	6401	Joao Manoel de Lima Monteiro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8402	Maria Fernandes Gomes	49,2	50,8	-	0,0	100,0
1935	3º	8394	Thomaz de Queiroz Junior	22,7	77,3	-	0,0	100,0
1935	3º	6385	Durvalina Trevisan Fenley	43,3	54,5	-	2,2	100,0
1935	2º	6393	Carmella Guerra	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6406	Thereza Righetto Salin	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8412	Francisca Duarte dos Santos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6392	Jose Ferreira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8392	Joao Evangelista de Souza Martins	73,4	25,0	-	1,6	100,0
1935	2º	6409	Maria Luiza das Dores	63,6	35,0	-	1,4	100,0
1935	4º	3244	Clovis de Moraes Bueno	56,4	40,0	-	3,6	100,0
1935	5º	89	Rosaria Ramirez de Marull	73,3	26,7	-	0,0	100,0
1940	4º	4318	Ana Cândida Joly Soares	12,4	87,6	-	0,0	100,0
1940	1º	14912	Vicente de Alvarenga Rangel	38,5	55,8	-	5,7	100,0
1940	2º	6532	Elizabeth Bookwalter Vaughan	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6542	Pedro Raphael da Rocha	99,9	0,1	-	0,0	100,0
1940	1º	14773	Ana Bueno de Almeida Nogueira	96,5	3,5	-	0,0	100,0
1940	5º	1443	Carlos Sampaio Peixoto	95,9	4,1	-	0,0	100,0
1940	5º	1456	Horácio Tulli	100,0	0,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1940	3º	8488	Henrique Castejon	79,1	17,3	-	3,5	100,0
1940	4º	4315	Francisco Serra	75,9	24,1	-	0,0	100,0
1940	3º	8485	Marianna Jose Keiralla	77,4	22,6	-	0,0	100,0
1940	3º	8495	Helena Martins de Camargo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6537	Antonio Mariosa	52,4	47,6	-	0,0	100,0
1940	3º	8497	Antonio Gobbato	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1448	Domingos Mascia	95,6	4,4	-	0,0	100,0
1940	1º	14824	Hermínia Bastos da Silva	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1431	Jose Antonio Góes	83,7	15,2	-	1,2	100,0
1940	3º	8647	Fernando da Cruz Passos	60,8	39,2	-	0,0	100,0
1940	1º	9483	Reynaldo Guilherme Stein	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1435	Jose Ferreira	99,3	0,7	-	0,0	100,0
1940	2º	6534	Clodomiro Franco de Andrade	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8480	Amélia Silveira e Souza	77,4	22,6	-	0,0	100,0
1940	4º	4328	Magdalena Viviani Pretini	79,9	20,1	-	0,0	100,0
1940	1º	14831	Isaura Nogueira	22,5	77,5	-	0,0	100,0
1940	4º	4325	Ana Lopes Rodrigues	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14830	Isabel Barbosa de Oliveira Vieira	96,0	4,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8481	Antonio Galvão Roso	89,5	10,5	-	0,0	100,0
1940	2º	6526	Antônia Caprini Moro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1452	Esther Arruda Petta	89,6	10,4	-	0,0	100,0

Anexo 3 – Lista de inventariados do estrato intermediário, dos 20% a 50% mais ricos, e proporções de seus bens (em %) – Ordem cronológica

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1870	3º	7141	Martiniano Antonio da Silva	47,9	6,1	44,6	1,4	100,0
1870	2º	5563	Ana de Santa Ana Dias da Cruz	68,0	4,4	20,8	6,8	100,0
1870	4º	4661	Barbara Paes de Barros	61,4	13,9	20,6	4,2	100,0
1870	3º	7147	Ana Franco de Campos	34,6	52,7	12,1	0,6	100,0
1870	1º	4137	Maria da Silva Prado	52,1	3,7	42,8	1,3	100,0
1870	3º	7133	Ana C. de Vasconcelos Florence	40,8	16,5	37,7	5,0	100,0
1870	2º	5562	Margarida Angelina das Dores	64,9	17,1	17,7	0,3	100,0
1870	3º	7145	Jose de Camargo Andrade Novaes	43,7	23,2	33,1	0,0	100,0
1870	2º	5561	Maria Joaquina de Siqueira	41,4	20,0	28,6	9,9	100,0
1870	3º	7131	Francisco Alves de Castro	76,1	2,8	0,0	21,2	100,0
1875	3º	7265	Graciana A. de Souza Teixeira	18,1	61,0	11,7	9,2	100,0
1875	2º	5573	Maria Luísa da Natividade	29,4	28,5	40,7	1,3	100,0
1875	3º	7244	Custodia Maria Leite	13,8	57,0	27,2	2,1	100,0
1875	1º	4497	Roberto Armbrust	32,0	59,0	9,0	0,0	100,0
1875	2º	5569	Francisco Antonio de Souza Salles	37,4	0,0	57	5,5	100,0
1875	3º	7270	Francisco Borges de Souza	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
1875	1º	4498	Joaquim Theodoro de Britto	49,7	33,1	13,3	3,9	100,0
1875	3º	7261	Miguel Antonio Lourenco Matheus	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
1875	4º	4698	Ana Gertrudes da Luz	55,1	44,9	0,0	0,0	100,0
1875	3º	7258	Jacob Kretti	65,3	32,0	0,0	2,6	100,0
1880	3º	7392	Floriana Olympia Leite Penteado	18,7	27,5	49,3	4,5	100,0
1880	4º	4740	Francisco de Paula Souza Campos	65,1	5,1	26,7	3,1	100,0
1880	3º	7385	Maria Augusta H. Santarém	0,0	89,5	4,2	6,3	100,0
1880	3º	7381	Benedito Francisco da Rocha	42,3	45,9	0,0	11,9	100,0
1880	3º	7394	Francisco Bueno dos Santos	47,4	9,1	40,7	2,9	100,0
1880	3º	7391	Jorge Closel	100	0,0	0,0	0,0	100,0
1880	4º	4730	Joao de Freitas Andrade	43,9	56,1	0,0	0,0	100,0
1880	3º	7389	Jose Francisco de Paula Guedes	25,4	0,8	66,1	7,6	100,0
1880	3º	7396	Petronia Alves de Oliveira	24,7	75,3	0,0	0,0	100,0
1880	1º	4906	Elisa Balbina Leite	55,5	7,5	32,9	4,1	100,0
1885	4º	4886	Maria Angélica Almeida	49,8	45,7	3,2	1,4	100,0
1885	3º	7470	Manoel da Rocha Ribeiro	44,7	52,0	0,0	3,4	100,0
1885	3º	7471	Maria Augusta Teixeira	53,3	7,1	27,4	12,3	100,0
1885	4º	4895	Antônia Zimbres de Sampaio	54,2	45,2	0,0	0,5	100,0
1885	4º	4885	Francisco de Paula Cardoso	67,2	3,0	28,8	1,0	100,0
1885	3º	7465	Antônia Maria de Jesus	72,5	24,7	0,0	2,8	100,0
1885	3º	7461	Gertrudes Eliza da Silva Prado	0,0	95,2	4,8	0,0	100,0
1885	3º	7468	Maria Luiza de Nazareth	19,8	74,7	4,4	1,1	100,0
1885	3º	7467	Joao Manoel Leite	81,2	18,8	0,0	0,0	100,0
1885	3º	7462	Antonio Soares de Mello	47,9	52,1	0,0	0,0	100,0
1890	3º	7598	Ana Maria Wibech	98,8	0,0	-	1,2	100,0
1890	4º	5172	Alberto Eduardo Assimerd	24,7	75,3	-	0	100,0
1890	4º	5177	Jose Joaquim de Arruda	98,1	0,0	-	1,9	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1890	4º	5628	Gertrudes E. de Almeida Nogueira	78,6	18,2	-	3,3	100,0
1890	3º	7591	Alexandre Fenley	49,8	23,0	-	27,3	100,0
1890	3º	7582	Joaquim Lopes Coelho	82,4	15,5	-	2,1	100,0
1890	1º	5733	Jacintha Angélica de Moraes	97,4	0,0	-	2,6	100,0
1890	1º	5731	Francisca Leite de Freitas	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1890	4º	5174	Samuel Alípio Fragoso	79,3	19,4	-	1,3	100,0
1890	1º	5737	Carlos Magnussem	35,9	60,6	-	3,6	100,0
1890	3º	7586	Joao Vieira da Silva Campão	60,7	33,6	-	5,7	100,0
1890	3º	7588	Izabel Ferraz Teixeira Leite	0,0	90,5	-	9,5	100,0
1890	3º	7572	Joaquim Carlos Duarte	0,0	98,4	-	1,6	100,0
1890	3º	7587	João de Guimarães Bahia	91,0	9,0	-	0,0	100,0
1890	3º	7568	Luiz do Valle Mello	0,0	98,8	-	1,2	100,0
1890	4º	5176	Gertrudes Mauricio	85,0	3,5	-	11,5	100,0
1890	3º	7585	Jose Pereira Padilha	90,9	8,5	-	0,6	100,0
1895	1º	6115	Braulia Ludgera de Queiroz Souza	0,0	97,3	-	2,7	100,0
1895	2º	5682	Victoria Angelina de Barros	6,3	93,3	-	0,4	100,0
1895	1º	6125	Bento Evangelista Ferreira	97,7	2,3	-	0,0	100,0
1895	4º	5477	Antônia B. de Souza Aroucha	48,5	51,5	-	0,0	100,0
1895	3º	7692	Maria Salomé do Amaral Cardoso	20,8	79,2	-	0,0	100,0
1895	2º	5681	Adolpho Massagli	41,5	57,8	-	0,6	100,0
1895	1º	6117	Francisca Amália Quirino dos Santos	0,0	97,4	-	2,6	100,0
1895	2º	5668	Jose Cyrino Almeida	53,8	42,5	-	3,7	100,0
1895	3º	7688	Gertrudes Celestina Barboza	34,4	65,6	-	0,0	100,0
1895	3º	7695	Joao Cavalheiro Leite	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1895	4º	5470	Vicente Garcia Pinheiro	62,8	37,2	-	0,0	100,0
1895	2º	5679	Alexandre Sbragglia	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1895	3º	7703	Maria das Dores Nunes	91,3	0,0	-	8,7	100,0
1895	4º	5471	Maria Franco do Carmo	31,3	68,7	-	0,0	100,0
1895	2º	5674	Francisco de Paula Leite Ferraz	73,9	25,9	-	0,3	100,0
1895	2º	5678	Justiniano de Souza Barbosa	0,0	92,3	-	7,7	100,0
1900	3º	7771	Thereza de Carvalho Nunes	98,3	0,0	-	1,7	100,0
1900	3º	7773	Joaquim Barreto	18,8	80,7	-	0,5	100,0
1900	4º	5768	Joaquim Correa Dias	15,9	83,0	-	1,1	100,0
1900	1º	6631	Jose Rodrigues Martins da Cunha	0,0	98,5	-	1,5	100,0
1900	4º	5761	Antonio Ignácio dos Santos	66,3	32,4	-	1,3	100,0
1900	2º	5745	Francisca de Paula Camargo	93,8	5,4	-	0,9	100,0
1900	4º	5762	Malvina de Souza Leite	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1900	4º	5767	Francisco Alves D'Oliveira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1900	4º	5760	Joanna Leopoldina de Lima	97,4	0,0	-	2,6	100,0
1900	2º	5747	Josephina Ceccarelli	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1905	3º	7826	Antonio Carlos de Moraes Salles e Ana de Moraes Salles	19,6	77,1	-	3,2	100,0
1905	1º	7092	Joaquina M. de Andrade Prado e Raimundo A. dos Santos, Capitão	95,8	1,4	-	2,8	100,0
1905	2º	5791	Guilherme Wiebech	96,9	1,6	-	1,5	100,0
1905	3º	7833	Joao Salgado Junior	85,1	14,9	-	0,0	100,0
1905	2º	5794	Carolina Alves de Souza Paes	52,7	47,0	-	0,4	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1905	2º	5797	Biagio Gini	33,3	42,2	-	24,4	100,0
1905	2º	5796	Thereza Andrade Leite	90,3	9,0	-	0,7	100,0
1905	3º	7830	Maria Carlota Correa de Mello	57,7	41,6	-	0,8	100,0
1905	4º	6123	Maria Joanna Gerolamo	99,4	0,0	-	0,6	100,0
1905	3º	7829	Braz Bellinfante	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1905	3º	7828	Itala Grecco Marcovecchio	32,7	67,3	-	0,0	100,0
1905	2º	5795	Raymundo Rodrigues dos Santos	0,0	96,1	-	3,9	100,0
1905	4º	6117	Jose Correa Guedes	34,6	58,3	-	7,1	100,0
1905	4º	6113	Ana Ambrosina	93,0	0,0	-	7,0	100,0
1905	1º	7091	Virgilio de Paula Pedroso	58,0	38,7	-	3,3	100,0
1910	3º	7910	Jose Bento Pupo Nogueira	9,6	89,8	-	0,6	100,0
1910	1º	7425	Eduardo Forster	45,5	53,5	-	1,0	100,0
1910	3º	7895	Antonio Carlos do Amaral Lapa Filho	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1910	4º	6680	Justo Baungartner	50,3	40,1	-	9,6	100,0
1910	1º	7418	Felício Christofani	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	4º	6686	Leticia Bassora	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	4º	6681	Joao Perrin	99,4	0,0	-	0,6	100,0
1910	4º	6676	Gertrudes Barreto	76,4	23,6	-	0,0	100,0
1910	3º	7907	Marcelino Neger	77,8	22,2	-	0,0	100,0
1910	2º	5853	Clovis Bueno Penteado	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1910	3º	7901	Francisco Teixeira de Camargo	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1910	3º	7905	Josepha Sigrist	79,6	0,0	-	20,4	100,0
1910	2º	5854	Benedita de Camargo	15,1	84,9	-	0,0	100,0
1910	1º	7426	Angelo Padula	67,4	32,1	-	0,5	100,0
1910	4º	6682	Carlos Rittner	99,5	0,0	-	0,5	100,0
1915	4º	7101	Eliza Flora de Camargo	41,7	58,3	-	0,0	100,0
1915	1º	13122	Mario Augusto da Silva	47,3	49,3	-	3,4	100,0
1915	1º	7714	Avelina Rivera Marcília	26,6	70,9	-	2,5	100,0
1915	2º	5915	Berta Gradvohl de Siqueira e Silva	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7117	Adelino Simões Menino	23,7	75,4	-	0,9	100,0
1915	2º	5919	Dorothea Hoff	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7103	Francisca Exel Kobner	98,6	0,0	-	1,4	100,0
1915	3º	7975	Porfirio Leite de Oliveira	95,5	0,0	-	4,5	100,0
1915	1º	7712	Victorio Milani	98,1	1,9	-	0,0	100,0
1915	2º	5920	Guilherme Reiser e Anna Reiser	93,8	0,0	-	6,2	100,0
1915	4º	7114	Ana Cândida de Moraes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	1º	7708	Gecolina Nigro	78,4	0,0	-	21,6	100,0
1915	2º	5911	Luiz de Oliveira Prata	85,9	13	-	1,1	100,0
1915	3º	7976	Ottilia Herget	79,3	5,6	-	15,1	100,0
1915	1º	13107	Joao Xavier de Moraes	97,3	2,7	-	0,0	100,0
1915	3º	7980	Theodora Maria de Camargo	80,4	19	-	0,6	100,0
1915	4º	7109	Jose de Lucca	75,7	0,0	-	24,3	100,0
1915	4º	7111	Joao Batista Tedeschi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	4º	369	Jose Jorge Nogueira	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	3º	8053	Francisco Serra da Costa	95,2	3,8	-	0,9	100,0
1920	4º	368	Herculano de Camargo Penteado	65,4	32,0	-	2,6	100,0
1920	4º	7639	Philomena de Andrade Salles	38,6	57,4	-	4,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1920	4º	420	Luiza Baungartner	79,8	18,3	-	1,8	100,0
1920	2º	5987	Joao Zumstein e Carolina Z. Gasser	18,5	74,2	-	7,3	100,0
1920	1º	10801	Jose Ferraz da Cunha	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	5999	Adolpho Rabe	0,0	98,3	-	1,7	100,0
1920	1º	7933	Margarida Settangelli	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	8052	Abílio Augusto Pereira Gouvêa	42,2	57,8	-	0,0	100,0
1920	1º	10793	Leonor Pontes de Carvalho	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	10804	Francisco de Carvalho Barros	57,6	42,4	-	0,0	100,0
1920	4º	378	Francisco Kraicheck	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	4º	7643	Manoel da Rosa Martins	95,4	0,0	-	4,7	100,0
1920	2º	6000	Antonio Pântano	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	6001	Bento Domingues de Carvalho	98,4	0,0	-	1,6	100,0
1920	1º	7940	Anielo Piconi	69,1	0,0	-	30,9	100,0
1920	4º	417	Joao André de Camargo	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	3º	8040	Maria Brisque von Ah	38,3	53,3	-	8,4	100,0
1920	2º	5988	Jose Villagelin Junior	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	1º	7936	Braz de Camillo	30,0	70,0	-	0,0	100,0
1920	4º	364	Francisco Henrique Marques	29,4	70,6	-	0,0	100,0
1920	4º	418	Catharina Grappen Braundt	33,0	65,3	-	1,7	100,0
1920	2º	5989	Maria do Carmo Nery e Mons. Joao Batista Correa Nery	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	4º	405	Giuseppe Soldeira	98,8	0,0	-	1,2	100,0
1920	4º	366	Lavínia Pedroni	94,5	0,0	-	5,5	100,0
1920	4º	409	Casimiro Durieu	100	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	8041	Maria das Dores Leal de Queiroz	94,0	2,9	-	3,1	100,0
1920	2º	5986	Jeronymo de Simoni	87,0	0,0	-	13,0	100,0
1920	4º	7645	Alberto Mora	61,5	5,4	-	33,1	100,0
1920	4º	408	Manoel Augusto Ferraz	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	1007	Justina de Jesus	99,3	0,7	-	0,0	100,0
1925	4º	1000	Guilhermina Serafina Mauricio	80,4	19,6	-	0,0	100,0
1925	3º	8160	Minervina Alves Caldas	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	8309	Zulmira Leite Penteado	17,9	82,1	-	0,0	100,0
1925	1º	8567	Thereza Funari Volpe	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	1º	13562	Manoel Godoy Barretto	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8615	Camillo Dondon	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8613	Arthur Pereira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	11040	Antonio Francisco Pessoa	47,7	43,5	-	8,8	100,0
1925	3º	8151	Antonio Joao Ferreira	67,8	32,2	-	0,0	100,0
1925	4º	1006	Jose de Oliveira Parnahyba	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6145	Ana H. Schmutzler	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	999	Guilhermina Scheffer	97,7	0,0	-	2,3	100,0
1925	3º	8150	Antonio Pires de Camargo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8166	Paulina Rosa de Moraes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	998	Francisca Amélia de Paula	9,2	90,8	-	0,0	100,0
1925	3º	8165	Nicolina Lopes	75,5	0,0	-	24,6	100,0
1925	2º	6147	Virginia de Paula Ferraz	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8183	Guilherme Orlandi	0,0	100,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1925	2º	6150	Luiz de Moura e Margarida Alves de Moura	98,9	1,1	-	0,0	100,0
1925	1º	8561	Antonio Astorino	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8148	Antonio de Felippo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	1012	Rosa Giordan	64,0	36	-	0,0	100,0
1925	4º	987	Affonso de Souza Campos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6136	Laudelina de Oliveira Prata	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6148	Joao Fructuoso	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	6303	Joao Marques da Graça	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8185	Frederico Homann	67,8	1,7	-	30,5	100,0
1925	1º	13542	Antônia Kupper	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8560	Henrique dos Santos Varanda	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8163	Orlando Panattoni	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6279	Virginia Martinelli Roversi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	4º	2082	Carolina Amélia Moreira Couto	67,3	31,7	-	1,0	100,0
1930	4º	2033	Emilio Rodrigues Mendes	98,5	1,5	-	0,0	100,0
1930	3º	8299	Domingos Russo e Joana Thomaz Russo	97,6	0,0	-	2,4	100,0
1930	1º	13772	Luzia de Pilla	87,1	12,9	-	0,0	100,0
1930	4º	2018	Elias Lobo Neto	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	1º	11659	Jose Antonio de Mello	64,3	35,7	-	0,0	100,0
1930	2º	6263	Maria da Piedade Cabral	95,3	0,0	-	4,7	100,0
1930	4º	1935	Maria Babler	92,4	0,0	-	7,7	100,0
1930	1º	11662	David Marzinotti	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	3º	8296	Jose Gomes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6272	Guilhermina Haeitmann	95,0	0,0	-	5,1	100,0
1930	4º	2087	Arthur Maia	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	3º	8307	Paula Joaquina de Camargo Nogueira	27,8	70,8	-	1,4	100,0
1930	4º	2034	Maria Joaquina Barboza	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	4º	2088	Ana Taub	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6266	Jose Ungaretti	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6277	Paschoal Ardito	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6274	Jose Joao de Miranda	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	3º	320	Afonso Massaroto	41,3	58,7	-	0,0	100,0
1930	3º	319	Jose Cimino Bonanno	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	3º	8293	Maria Clara da Silva	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6276	Manoel Alves Ferreira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	3º	8298	Galdina do Nascimento	94,9	0,0	-	5,1	100,0
1935	4º	3267	Elias Romero	98,7	1,3	-	0,0	100,0
1935	4º	3256	Irene Gerolamo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3251	Jeronymo Stecca	80,6	19,4	-	0,0	100,0
1935	2º	6407	Romulo Romolini	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	90	Elisa Ferreira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8396	Nicolau Marcilio e Francisca Emygdia Marcilio	91,7	8,3	-	0,0	100,0
1935	3º	8415	Ernesto Ricci Junior	0,0	96,8	-	3,2	100,0
1935	3º	6386	Serafino Bragaglia	22,7	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3263	Miguel Olmos	62,4	37,6	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1935	3º	8399	Maria Trevissan Gozzo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	12221	Maria Amélia de Moraes Cruz	84,9	15,1	-	0,0	100,0
1935	5º	96	Leôncio Duarte Rezende e Francisca Navarro Rezende	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	106	Jose Elias Dahur e Said Dahur	74,0	23,1	-	2,9	100,0
1935	4º	3240	Francisco Mascoli	75,9	24,1	-	0,0	100,0
1935	5º	104	Giacomo Pavan	85,3	6,6	-	8,1	100,0
1935	3º	8401	Maria da Gloria Veiga	91,5	8,5	-	0,0	100,0
1935	1º	14191	Domingos Alves Dias	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	88	Luiz Mendes dos Santos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8390	Jose Lanza	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3257	Maria Joaquina de Mattos	0,0	97,0	-	3,0	100,0
1935	3º	8414	David Mendes	64,8	35,2	-	0,0	100,0
1935	5º	97	Julio Frainer	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6396	Francisco de Godoy Netto	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	9254	Elvira Biancalana do Valle	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6411	Joao Silverio	98,7	1,3	-	0,0	100,0
1935	5º	107	Ignez Fleury Lemos Monteiro	91,1	8,9	-	0,0	100,0
1935	2º	1029	Maria Hamann	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8411	Francisca Vegas Conejo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6418	Ernesta Basaglia	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	95	Amadeu Peruzzi	52,4	47,6	-	0,0	100,0
1935	2º	6416	Ignacia Dormelia da Matta	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8400	Maria Josephina Marino	19,4	80,6	-	0,0	100,0
1935	2º	6410	Margarida Julia Fonseca	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8409	Antonio Lopes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	6387	Maria Thereza J. Barsotti Granzini	88,6	0,0	-	11,4	100,0
1935	4º	3266	Sálvio de Queiroz Telles	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	81	Aníbal Frediani	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8389	Jose Maria Victorino	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	35	Helena Goncalves Matheus	97,3	2,7	-	0,0	100,0
1935	4º	3265	Angelo Ferreira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	8190	Olívio Rampazzo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3225	Mathias Gomes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3231	Honório Bueno De Camargo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3253	Angelina Vedovato Scarassatti	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6543	Maria de Faveri	85,9	0,1	-	14,0	100,0
1940	3º	8502	Carolina Rother Ferraz	43,3	56,7	-	0,0	100,0
1940	4º	4317	Magdalena Russo Palazzo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4330	Josefina Meneghel	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1439	Elisiario Prado	61,6	38,4	-	0,0	100,0
1940	3º	8493	Magdalena Guido	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4331	Eva Kugel	92,3	7,7	-	0,0	100,0
1940	1º	14823	Henrique Mayer	94,4	5,6	-	0,0	100,0
1940	3º	8487	Mario Campos Bueno	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6545	Maria Luiza Bloem Nogueira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	9480	Juvenal de Almeida Penteado	100,0	0,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1940	1º	14790	Arthur Las Cases Machado	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1451	Francisca Leopoldina Pupo Nogueira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1437	Luiz Monzani	65,2	34,8	-	0,0	100,0
1940	1º	9482	Thereza Oliveira da Fonseca	82,0	18,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8486	Manoel Goncalves	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6530	Francisco de Oliveira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1453	Antonio Andretta	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8501	Custodio Jose Martins	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	9478	Francisco Lopes	45,5	54,5	-	0,0	100,0
1940	3º	8650	Maria Barbosa da Silva	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8491	Luiz Marsaioli	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1446	Paulo Erhardt	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4314	Filomena Zacardi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4319	Maria Leonor Ferreira Morello	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6533	Edith de Lima	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8482	Alberto Bratfisch	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	9477	Joao Inácio	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8648	Joaquim Rodrigues Marques	73,6	26,4	-	0,0	100,0
1940	4º	4333	Jose Maria Nepomuceno Lima	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6531	Francisca Pereira Franca	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6539	Antonio Cotta Videira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4313	Rosa da Rocha Duarte	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4332	Joaquim Ferreira dos Santos Barbosa	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	2º	6541	Paulo Tanner	63,0	37,0	-	0,0	100,0
1940	3º	6425	Maria Greco Soprano	94,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8492	Luiza Munari	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14859	Julio Corte Real	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4327	Rosa Barbieri	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1068	Leonor Virginia Monteiro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1444	Januário Nicola	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4322	Leon Naligatsky	100,0	0,0	-	0,0	100,0

Anexo 4 – Lista de inventariados do estrato inferior, dos 50% menos ricas, e proporções de seus bens (em %) – Ordem cronológica

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1870	3º	7130	Washington Victor Jose Muniz	22,2	6,6	37,7	33,5	100,0
1870	3º	7151	Joao de Godoy Lima	41,5	0,0	50,2	8,4	100,0
1870	3º	7144	Ana Francisca de Andrade	47,6	2,1	49,1	1,2	100,0
1870	3º	7136	Branca C. de Camargo Mendes	0,0	10,3	87,9	1,8	100,0
1870	3º	7142	Maria Machado Fragoso	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
1870	3º	7148	Ana Mendes	93,6	0,0	0,0	6,4	100,0
1870	4º	4664	Joaquina Alexandrina Vieira	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1870	3º	7149	Ana Francisca do Pardo	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1870	3º	7134	Bernardo Antonio da Silva	0,0	55,9	0,0	44,1	100,0
1870	3º	7140	Maria Luiza de Pontes	40,5	0,0	48,6	10,8	100,0
1870	3º	7138	Joaquim Cardoso de Moraes	81,9	0,0	0,0	18,1	100,0
1870	1º	4136	Maria Cândida de Souza	93,9	0,0	0,0	6,0	100,0
1870	3º	7143	Brígida Rodrigues de Jesus	85,7	14,3	0,0	0,0	100,0
1870	3º	6238	Jose Lea	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
1870	3º	7132	Benedito Antonio Feijó	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1870	3º	7153	Joaquim Menna de Carvalho	41,7	57,3	0,0	0,9	100,0
1875	3º	7264	Jose Leite de Campos	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
1875	3º	7252	Benedita Maria de Campos	0,0	34,1	63,1	2,7	100,0
1875	3º	7246	Maria das Dores Camargo	94,5	0,0	0,0	5,5	100,0
1875	3º	7269	Geraldo Xavier D'Assumpção	33,6	12,9	43,3	10,2	100,0
1875	3º	7249	Antonio da Silva Prata	88,8	11,2	0,0	0,0	100,0
1875	2º	5570	Antônia Franco	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1875	3º	7251	Ana Joaquina de Almeida	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1875	3º	7243	Francisco Elias de Oliveira	74,7	0,0	0,0	25,3	100,0
1875	3º	7263	Clara Shäffer	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1875	3º	7254	Joao Garcia Lopes Ferreira	88,1	11,9	0,0	0,0	100,0
1875	3º	7250	Joao Pedro do Nascimento	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1875	3º	7259	Jose Ramos Ferreira	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1875	2º	5571	Estanislau Gurgel Mascarenhas	79,8	0,0	0,0	20,2	100,0
1875	4º	4699	Eufrosina Maria da Conceição	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
1875	3º	7248	Antônia Alves de Assumpção	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
1875	4º	4694	Iria Balbina de Campos	41,7	15,8	36,4	6,2	100,0
1880	3º	7383	Benedito Ferreira Marques	99,2	0,0	0,0	0,8	100,0
1880	4º	4733	Fernando Goncalves da Silva	99,3	0,0	0,0	0,7	100,0
1880	4º	4742	Azarias Alves de Souza	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1880	4º	4736	Maria B. do Carmo, Anna C. de Miranda e Joaquim B. de Miranda	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1880	3º	7401	Manoel de Godoy Pinto	44,3	40,6	0,0	15,2	100,0
1880	4º	4729	Maria Thereza de Castro	82,3	0,0	17,7	0,0	100,0
1880	3º	7393	Galdino Rodrigues do Prado	100	0,0	0,0	0,0	100,0
1880	3º	7386	Maria Custodia de Toledo Leite	0,0	39,9	47,2	12,9	100,0
1880	4º	4731	Joao Baptista Guedes	0,0	0,0	91,4	8,6	100,0
1880	3º	7390	Jacob Blumer e Margareth Blumer	74,8	21,2	0,0	4,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1880	2º	5583	Ana Carolina de Campos	0,0	96,5	0,0	3,5	100,0
1880	4º	4732	Joao Baptista de Moura	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
1880	4º	4734	Luiz Antonio Feijó	66,7	33,3	0,0	0,0	100,0
1880	3º	7384	Benedito Dose	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1880	3º	7399	Vicente Antonio Leme	97,4	0,0	0,0	2,6	100,0
1880	3º	7397	Rosa Maria de Lima	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1880	4º	4735	Joaquim Mariano da Silva	94,7	0,0	0,0	5,3	100,0
1880	4º	4737	Antonio de Barros Gomide	70,8	29,2	0,0	0,0	100,0
1885	4º	4882	Joao Monteiro Barbosa	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1885	3º	7466	Maria de Jesus	72,4	0,0	19,5	8,1	100,0
1885	3º	7472	Theodoro Antonio Soares	99,0	0,0	0,0	1,0	100,0
1885	4º	4896	Benedito Antonio de Camargo	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1885	3º	7460	Gertrudes Pires Monteiro	94,6	0,7	0,0	4,7	100,0
1885	4º	4891	Jose Antunes Maciel	49,2	0,0	50,8	0,0	100,0
1885	3º	7457	Francisca Guilhermina de Toledo	90,3	0,0	3,2	6,5	100,0
1885	4º	4888	Maria Thereza de Jesus	97,7	0,3	0,0	2,0	100,0
1885	4º	4881	Maria das Dores Guedes	96,1	0,0	3,9	0,0	100,0
1885	4º	4884	Jayme Landim	83,0	13,4	0,0	3,6	100,0
1885	3º	7469	Maria Francisca de Abreu	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1885	3º	7458	Escolástica Maria de Jesus	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1885	4º	4889	Maria Francisca de Jesus	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1885	4º	4894	Benedito Wick	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1885	4º	4898	Joao Camillo Giraud	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
1885	1º	5385	Martin Egydio de Souza Aranha	46,2	0,0	45,7	8,1	100,0
1890	3º	7578	Joao Bollinger	95,1	2,4	-	2,6	100,0
1890	3º	7584	Joao Manoel Alves Bueno	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1890	3º	7570	Maria das Dores Aranha	97,0	0,0	-	2,9	100,0
1890	3º	7581	Joaquim Leopoldino de Oliveira e Thereza Almeida Oliveira	59,9	29,3	-	10,8	100,0
1890	3º	7589	Aurélio Franco de Andrade	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1890	3º	7577	Pedro Augusto de Souza	94,2	0,0	-	5,9	100,0
1890	4º	5164	Victorino Jose de Seixas	98,3	0,0	-	1,7	100,0
1890	4º	5169	Joao Rodrigues de Camargo e Cecilia Maria de Campos	79,6	18,5	-	2,0	100,0
1890	4º	5182	Maria Cosa da Conceição	80,8	3,5	-	15,7	100,0
1890	3º	7593	Jose Simões das Neves	68,0	32	-	0,0	100,0
1890	4º	5181	Paulino Giovanetti	96,7	3,3	-	0,0	100,0
1890	4º	5166	Antonio Benedito Oliveira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1890	2º	5630	Teophilo Caiuby e Amélia Pompeu do Amaral	30,9	69,1	-	0,0	100,0
1890	4º	5185	Catharina Muller	91,0	0,0	-	9,0	100,0
1890	3º	7580	Joao Leite da Silva	88,8	0,0	-	11,1	100,0
1890	1º	5780	Joaquim de Almeida Barboza	95,2	0,0	-	4,8	100,0
1890	1º	5734	Mariana Vaz de Lima	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1890	4º	5186	Maria de Jesus da Conceição	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1890	4º	5168	Joao Ribeiro	0,0	26,4	-	73,6	100,0
1890	3º	7596	Ana Ferreira de Almeida Aranha	10,9	89,1	-	0,0	100,0
1890	4º	5180	Jose Antonio Dias da Silva	0,0	100,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1890	4º	5173	Bento Bueno	60,3	39,7	-	0,0	100,0
1890	4º	5165	Goffredo Villarmosa	74,5	25,5	-	0,0	100,0
1890	4º	5175	Francisco de Assis Fragoso e Gertrudes Amélia Fragoso	0,0	7,1	-	92,9	100,0
1890	4º	5179	Querubim de Moraes Campos	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1890	4º	5161	Alexandre Antonio Pires	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1890	4º	5163	Braz Carello	90,3	9,7	-	0,0	100,0
1890	3º	7590	Antonio Alvares de Lima	88,1	8,9	-	3,0	100,0
1890	4º	5184	Antonio Francisco do Amaral Gurgel e mulher	85,4	0,0	-	14,6	100,0
1895	1º	6121	Barbara do Amaral	58,3	32,9	-	8,9	100,0
1895	3º	7698	Francisca Paula Teixeira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1895	3º	7701	Silvert Mayer	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1895	4º	5478	Cornélio C. de Camargo Dauntre	28,0	72,0	-	0,0	100,0
1895	2º	5664	Carlos Schull	0,0	13,8	-	86,2	100,0
1895	3º	7694	Joao Antonio de Carvalho	0,0	74,4	-	25,6	100,0
1895	4º	5479	Francisca de Oliveira Camargo	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1895	1º	6119	Thereza Schneider (Millo)	0,0	92,3	-	7,7	100,0
1895	4º	5476	Joao Costa	0,0	14,0	-	86,1	100,0
1895	3º	7697	Jose Fabião dos Santos	34,1	65,9	-	0,0	100,0
1895	4º	5469	Francisca de Assis R. da Fonseca	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1895	3º	7702	Eufrosina Maria de Jesus	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1895	2º	5677	Gertrudes Maria de Arruda	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1895	2º	5676	Ana Joaquina de Godoy	0,0	97,3	-	2,7	100,0
1895	1º	6116	Jose da Silva Mattos e Anna Eufrazino dos Santos	60,1	39,9	-	0,0	100,0
1895	2º	5671	Benedita Eduarda de Camargo	6,7	93,3	-	0,0	100,0
1895	3º	7690	Antonio Fiorante	35,3	64,7	-	0,0	100,0
1895	4º	5472	André Pereira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1895	1º	6118	Joaquim Alves Ferreira	25	0,0	-	75,0	100,0
1895	4º	5473	Marcolino Lucas	0,0	71,3	-	28,7	100,0
1895	1º	6123	Jose Pedroso de Sousa	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1895	1º	6122	Jorge Leonardo Sobrinho	0,0	96,1	-	3,9	100,0
1895	2º	5665	Maria Amália Caldeira	0,0	0,0	-	100,0	100,0
1895	3º	7693	Joaquim Américo Pedroso	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1895	1º	6124	Giuseppe Sorgi	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1895	3º	7700	Angelo Daladeo	0,0	81,7	-	18,3	100,0
1900	1º	6629	Maria Antônia Leite	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1900	4º	5759	Joao Victoriano	62,1	37,3	-	0,7	100,0
1900	4º	5766	Antonio Coelho da Silva	0,0	98,0	-	2,0	100,0
1900	2º	5744	Eugenio de Oliveira e Oscar de Oliveira	97,9	2,1	-	0,0	100,0
1900	1º	6627	Maria da Conceição Amaral	84,3	0,0	-	15,7	100,0
1900	3º	7779	Guilherme Hersger	60,0	37,4	-	2,7	100,0
1900	2º	5740	Ferdinando Domingo	0,0	18,4	-	81,6	100,0
1900	3º	7777	Antonio Pio de Camargo Bittencourt	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1900	2º	5743	Carolina Bertha Muller	0,0	94,0	-	6,0	100,0
1900	2º	5748	Joaquina Godoy Moreira	0,0	100,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1900	2º	5742	Manoel Mendes e Maria Ramos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1900	4º	5765	Margarida de Carvalho	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1900	2º	5736	Vicente Babler	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1900	4º	5763	Seraphim Lourenco dos Anjos	0,0	76,3	-	23,7	100,0
1900	1º	6630	Joaquim Ferraz da Rocha Camargo	96,5	0,0	-	3,5	100,0
1905	1º	7085	Elvira de Almeida Maia	83,9	16,1	-	0,0	100,0
1905	2º	5792	Gertrudes Maria Franco	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1905	3º	7825	Joao Ignácio Pedroso	89,8	1,6	-	8,6	100,0
1905	4º	6121	Manoel Jose das Chagas	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1905	2º	5786	Libania Germide Bittencourt	96,8	0,0	-	3,2	100,0
1905	3º	7827	Jose Baeta	47,8	46,9	-	5,3	100,0
1905	2º	5789	Justino Aranha	61,5	38,5	-	0,0	100,0
1905	4º	6112	Luiz Romualdo de Amorim	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1905	1º	7084	Olympia Degaspari	71,1	4,7	-	24,2	100,0
1905	1º	7086	Joaquim Antonio de Almeida	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1905	4º	6114	Maria Thereza do Amaral	47,2	36,7	-	16,2	100,0
1905	3º	7831	Francisca Guedes de Camargo e Joaquim Guedes Pinto Camargo	95,7	0,0	-	4,3	100,0
1905	3º	7820	Francisco Mayer	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1905	2º	5788	Manuel Egydio do Nascimento	98,6	0,0	-	1,4	100,0
1905	2º	5790	Germano Stefanini	93,3	0,0	-	6,7	100,0
1905	4º	6119	Candido Pinto Flaquer	78,0	22,0	-	0,0	100,0
1905	3º	7822	Joaquim Damy	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1905	2º	5793	Abílio de Camargo Andrade e Francisca Margarida de Andrade	97,6	2,4	-	0,0	100,0
1905	3º	7819	Francisco Do Valle	71,8	0,0	-	28,2	100,0
1905	4º	6118	Joaquim T. de Siqueira e Silva	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1905	1º	7083	Francisco Antonio de Oliveira e Inocência Maria de Jesus	77,4	22,6	-	0,0	100,0
1905	3º	7823	Olegário Ortiz	0,0	0,0	-	100,0	100,0
1905	4º	6120	Idalina Caruso	0,0	0,0	-	100,0	100,0
1905	2º	5785	Jose Antonio Paes	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1905	2º	5798	Antonio Duarte Pimentel	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1905	4º	6122	Maria Ferreira Leite	86,0	0,0	-	14,0	100,0
1910	2º	5849	Victoria Maria de Jesus	98,1	0,0	-	1,9	100,0
1910	3º	7904	Francisco Jose dos Reis	0,0	89,6	-	10,4	100,0
1910	1º	7419	Ernesto Peressinotto	79,6	9,6	-	10,8	100,0
1910	4º	6675	Alberto Egli	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	2º	5851	Mercedes Costa Martini	42,7	54,2	-	3,1	100,0
1910	2º	5855	Nicolau Ferrigno	67,6	27,2	-	5,2	100,0
1910	4º	6677	Luiz Morelli	80,8	18,7	-	0,6	100,0
1910	1º	7428	Joao Ataliba Nogueira Jr	27,3	33,5	-	39,2	100,0
1910	3º	7913	Antônia Euphrosina de Andrade Lima	86,1	10,4	-	3,5	100,0
1910	1º	7420	Luiz Saltaron	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	1º	7423	Francisco de Camargo Valle	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1910	1º	7422	Jose Scalise	98,5	0,0	-	1,5	100,0
1910	4º	6688	Jose Biasi	54,7	45,3	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1910	3º	7899	Antonio Ribeiro de Campos e Jose Ribeiro de Campos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	2º	5845	Paschoal Padula	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	3º	7909	Jose Francisco Barbosa Aranha	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1910	2º	5848	Joaquim Serafim Rocha	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	2º	5850	Catharina Mayer	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	3º	7900	Luiza Sivierro	92,5	0,0	-	7,5	100,0
1910	3º	7911	Francisca Lima de Freitas	98,5	0,0	-	1,5	100,0
1910	3º	7896	Leoncia de Oliveira	63,4	36,6	-	0,0	100,0
1910	3º	6250	Joao Fagundes do Nascimento	82,6	17,4	-	0,0	100,0
1910	4º	6673	Fausto Maria de Lacerda	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1910	3º	7903	Felicidade de Queiroz	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1910	4º	6674	Eliseu Leite de Barros	8,8	91,2	-	0,0	100,0
1910	4º	6687	Luiz Martins Leal	91,1	7,4	-	1,5	100,0
1915	1º	13106	Joao Nista	93,0	3,9	-	3,1	100,0
1915	1º	10466	Marciano Tortorelli	58,2	41,8	-	0,0	100,0
1915	1º	7711	Jose Rodrigues Pinto de Carvalho	74,2	24,7	-	1,2	100,0
1915	4º	7102	Francisco Alves de Almeida Salles	93,2	6,8	-	0,0	100,0
1915	3º	7979	Joao Laubenstein	97,0	0,0	-	3,0	100,0
1915	4º	7105	Maria Joaquina de Oliveira	82,3	15,3	-	2,4	100,0
1915	2º	5913	Patrício Velez	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	3º	8629	Jose Luiz Pereira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	1º	13117	Magdalena di Giorgio	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	1º	7684	Francisco Pereira da Silva	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7108	Antonio Goncalves Preza	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7112	Joao Rogge	86,8	0,0	-	13,3	100,0
1915	2º	5914	Paschoa Ormenezes	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	3º	7973	Domingos Coco	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7107	Barbara Baungartner (Brandina)	68,1	31,5	-	0,3	100,0
1915	3º	6252	Tulia de Souza Mursa	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7125	Joaquim dos Santos Barbosa Junior	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	1º	10467	Guilherme Peck e Anna Peck	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	2º	5918	Joaquim Olímpio do Nascimento	7,6	92,4	-	0,0	100,0
1915	1º	13092	Domingos Ormenezes	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	1º	7682	Virgílio Manoel Antonio	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	3º	7981	Cecilia Alves de Castro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	2º	5917	Rosa Maria do Rosário	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	2º	946	Boaventura Ferrer Negrão	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7123	Ignez Rossi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	1º	7709	Pedro Grupi	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	1º	13128	Rachel Cristofoli Ricci	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	1º	13077	Ângela Salates	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1915	2º	5926	Ana Maria da Costa	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1915	4º	7124	Jose Zanini	0,0	73,3	-	26,7	100,0
1920	1º	10750	Cyrillo Zacchato	79,8	1,5	-	18,7	100,0
1920	3º	8046	Antonio Ferreira	92,6	0,0	-	7,4	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1920	1º	10763	Antonio Jose Afonso Pinheiro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	7937	Domenica Galaria Albertin	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	958	Roberto Stellini	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	4º	362	Emigdio Balloni	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	6285	Felício Galvão da Conceição	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	4º	354	Antonio Perroud e Anna Perroud	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	7889	Vicente Nucci	91,5	0,0	-	8,5	100,0
1920	1º	10744	Luiz Carlos Teixeira Pinto	97,4	0,0	-	2,6	100,0
1920	1º	10746	Florinda Grassi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	10806	Sover Moller Panlsen	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	6286	Antonio Lopes Trovão	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	10745	Manoel Jose Curati	86,4	0,0	-	13,6	100,0
1920	2º	961	Felício Semeghini	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	956	Jose Francisco Ibarra	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	4º	359	Jose Brisque	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	10753	Germano Krepski	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	1083	Edmea Oliveira do Nascimento	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	7939	Nicola Levantesi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	957	Stefano Suffi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	10752	Antonio Joaquim Pereira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	8042	Jose Rubo (Jose Rubino Gomes)	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	361	Baptista Pedro Bom	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	4º	379	Oscar Paulo Homing	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	965	Benedita de Lemos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	963	Antônia Maria da Conceição	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	2º	960	Manoel Monteiro	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	4º	357	Luiz da Fonseca	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	962	Affonso Cattozzi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	10754	Paschoal Pinelli	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	7886	Jose Teixeira Villela	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	2º	6006	Thereza Zeferina Gomide	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	1º	10751	Joao Franco de Camargo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	8045	Ana Lenz	95,3	0,0	-	4,7	100,0
1920	3º	8056	Silvino Pereira da Silva	48,7	30,8	-	20,5	100,0
1920	1º	10748	Francisca Marques de Castro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	2º	8159	Luiz Ferraz	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	7935	Jose Barbarini	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	1º	10791	Celeste Rampagio	79,3	20,7	-	0,0	100,0
1920	2º	6004	Delphina Elias	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	4º	407	Joao Teixeira Pinto	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	6282	Jose Camillo de Toledo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	8043	Jose Antonio Pinto Borges	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1920	2º	959	Maria da Silva Aranha	96,2	3,8	-	0,0	100,0
1920	1º	10795	Thereza Augusta de Jesus	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	3º	6284	Humberto Paio e Elvira Saltaran Paio	100,0	0,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1920	1º	7888	Saverio Castellano	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	4º	419	Carolina Boscato	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1920	4º	7641	Palmira Tognetti	97,7	0,0	-	2,3	100,0
1920	4º	7644	Antonio do Valle e Mello	89,7	0,0	-	10,2	100,0
1920	2º	5996	Orestes Franceschini	33,8	66,2	-	0,0	100,0
1925	3º	8159	Maria Eufrosina de Carvalho	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8557	Clovis Werllo Thompson	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6132	Guiomar de Magalhaes	84,2	0,0	-	15,8	100,0
1925	4º	1001	Isaias Machado de Campos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8556	Valentino Gasparini	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8152	Alfredo Pinheiro	77,6	22,4	-	0,0	100,0
1925	4º	1002	Jandira Pires de Oliveira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6137	Luiz Devienne	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8168	Raphaela Leite Penteado	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	995	Antonio Fernandes Serra	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	1004	João Gagliardi de Angelo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6138	Leopoldina Maria de Jesus	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	1º	11053	Manoel Felício dos Santos	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8161	Vicente Favero	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	1005	Jose Moreira da Silva	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	1º	13566	Ottilia Araium	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	11046	Luiza de Angelis	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6149	Alexandre Carnielli	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	6130	Maria Guaiume	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	11045	Maria Magdalena de Camargo	16,1	83,9	-	0,0	100,0
1925	3º	8184	Ignacia de Almeida Pontes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	1003	Joao Baptista Sartorato	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8174	Frederico Klava	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8178	Ignácio Claro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8154	Jose Benitto Avalle	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8563	Juarez Correa Pompeu	78,1	21,9	-	0,0	100,0
1925	3º	8153	Joao Leite de Moura	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	4º	996	Ernestina de Campos Machado	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8172	Augusto Tamburu	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8164	Hermenegildo Balbin	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	13556	Nísia Pires Armbrust	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	1008	Maria Mantovani	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	993	Ana Luiza de Camargo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8169	Augusto Ferreira de Almeida	65,2	6,5	-	28,3	100,0
1925	4º	991	Angelo Matiello	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	4º	997	Esther Lemos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8156	Manoel Leite de Campos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8565	Fortunato dos Santos (Segundo)	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	6304	Joao Lopes Serra	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	3º	6302	Carolina Marraccini Bardelli	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8558	Felizarda Maria da Conceição	0,0	100,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1925	4º	990	André Manoel Pires	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	972	Barbara Maria de Jesus	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	6305	Jeronyma Serrano Cortez	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8171	Paulino Barboza dos Santos	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	2º	973	Antonio Raymundo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	1º	13540	Almerinda Brotto Chiarelli	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8186	Domingos Fernandes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	2º	974	Ana Carolina de Almeida	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	1º	11054	Joao Monteiro de Abreu Sampaio	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1925	1º	8562	Jose Maria Ribeiro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1925	3º	8180	Bruno Von Der Leyen	4,3	95,2	-	0,5	100,0
1930	1º	13778	Manoel Theodoro Filho	87,3	9,6	-	3,1	100,0
1930	2º	6270	Emília Ferreira Netto	87,8	1,5	-	10,7	100,0
1930	4º	1917	Jose Roberto dos Santos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	3º	6324	Joao Ayres	80,0	20,0	-	0,0	100,0
1930	3º	8297	Guilherme Garcia	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13779	Maria Antônia de Jesus	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	4º	1998	Salvador dos Santos e Francisca de Jesus dos Santos	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	985	Antônia Maria de Oliveira	56,5	43,5	-	0,0	100,0
1930	4º	2090	Rosina Monteiro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13739	Ferdinando Peccin	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	3º	8306	Ana Franck Norder	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13780	Maria das Dores Oliveira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	11506	Joao Ortmann	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6275	Luiza Cypriani	91,9	8,1	-	0,0	100,0
1930	4º	1999	Antonio Santarosa e Catharina Santarosa	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	4º	1995	Benedito Santarosa	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6262	Jose Strubbel	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13784	Maria Lopreti	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	3º	314	Julio Pedrosanto	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	4º	7632	Miguel Capovilla	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6269	Carolina Hoppe	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13765	Julio Scolari	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13770	Luiza Stenico	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6264	Manuel Machado	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13791	Pedro Zem	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	4º	1906	Luiz Rinaldi	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	4º	2042	Jose Fonseca	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13758	Jose Abreu de Camargo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	3º	316	Ernestina Pereira e Antonio Maria Lapa	58,4	41,6	-	0,0	100,0
1930	3º	6325	Joao Goncalves Garcia	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	4º	2027	Theophilo Raymundo Alves	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	1º	11507	Bertha Unger	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	3º	8311	Izabel Oppermann de Rosa	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	2º	8177	Antonio Vicente de Moraes	100,0	0,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1930	3º	6321	Cyro Mattozo	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	2º	984	Ferdinando Marchesini	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1930	2º	983	Laura Ferreira de Godoy	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	1º	13732	Elisa Puke	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1930	2º	6265	Maria Carolina de Arruda Barros	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6417	Frederico Martins	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3250	Hermenegildo Forti	28,2	71,8	-	0,0	100,0
1935	5º	93	Octaviano Passarelli	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	5º	108	Jose Benedito da Cunha e Maria Rita da Cunha	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3237	Maria Cassamassa Petito	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6402	Adelaide Pinheiro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3229	Elvira Casale	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	1034	Benedita Leandro	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	1º	12202	Maria Eugenia Oliveira Freitas	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3236	Benedita Eufrosina	72,6	20,4	-	6,9	100,0
1935	1º	14168	Agostinho Soave	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	6383	Luigi Pravatti	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	84	Jose Martim	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3226	Santo Bonin	78,6	21,4	-	0,0	100,0
1935	5º	111	Nicolau Zemp	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	14194	Emasilia Soligo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6394	Francisco Goncalves de Souza	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3221	Carlos Breedis	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	34	Luiza Nilson	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	8413	Francisca de Souza	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6386	Amália Germano Trovo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6398	Felippe Alves Santiago	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	37	Olympia Garcia	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3261	Augusto Beckedorff	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	87	Petronilha Clara do Amaral e Castro	42,1	47,7	-	10,3	100,0
1935	1º	14204	Gertrudes Maria da Conceição Farina	0	100,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6408	Maria Rosa Gomes Lorenzi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3227	Morel de Almeida	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	14173	Ana Marques Oliveira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3243	Manoel Demucci	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6419	Elias Scaramuzza	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	41	Josephina de Lucca	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	2º	8191	Jose Avelino da Costa	77,2	22,8	-	0,0	100,0
1935	2º	6397	Joao Pinto da Silva	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	40	Anna Dias de Oliveira e Clodomiro de Oliveira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	94	Elisabeth Pardini	70,4	29,6	-	0,0	100,0
1935	2º	1031	Jose Alves de Godoy e Anna Maria Franco de Godoy	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3232	Eduardo Rufelsen	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	6381	Hans Peter Sorensen e Margarete Sorensen	100,0	0,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1935	2º	1035	André Galassi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6399	Guilherme Rusch	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	1033	Joao Ernesto	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	1º	12200	Baptista Pegoraro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	113	Epiphanio Henrique da Costa e Maria Epiphania Conceição Costa	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6395	Manoel Julio	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	14183	Catarin Primo Bergamin	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	14174	Antônia Ribeiro Paiva	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	14195	Emilio Perobone	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	3º	6382	Gonçalo Coelho	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3230	Mario de Souza Lopes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	3º	6388	Roque Camaragybe	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	32	Jose Batista da Cunha	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	14182	Caetano Giraldi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6385	Anna Catharina Armbrust	43,3	54,5	-	2,2	100,0
1935	3º	8398	Maria Jose de Moura	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3228	Erdina Pinto Chrispim e Daniel Pinto de Lima	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	1028	Renato Gini, Amélia Gini Antunes e Annunciata Gini	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	1030	Nair Nunes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	36	Maria Gertrudes Bueno	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	12201	Luiza Julião	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	42	Maria de Aquino Salles	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3238	Luiz de Camargo Aquino	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3239	Raphael Moyses	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	4º	3224	Elza Prestes Guerra	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	2º	1088	Francisca Elisa Hawthorne de Camargo	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6412	Joao Capovilla Baptistella	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	5º	99	Antonio de Oliveira e Cecilia Maria da Conceição	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6413	Joao Bigatto	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1935	1º	14236	Rosa de Godoy	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	5º	38	Carlos Allegri	77,8	0,0	-	22,2	100,0
1935	1º	12203	Orlando Carpino	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1935	2º	6415	Helena Perissinotto	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1436	Gioconda Bordon	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14841	Joaquim Ferreira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14863	Luiz Mendes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14794	Benedito Candido	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4326	Jose Gabetta e Angelina Passarini	92,6	7,4	-	0,0	100,0
1940	5º	1432	Cesira Mondini	66,2	33,8	-	0,0	100,0
1940	1º	14868	Manoel Luiz de Souza e Jose Luiz de Souza (pai e filho)	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1238	Alberta Augusta Empke	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1450	Maria de Souza Gomide	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1230	Virginia de Nardi Scanavini	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4329	Izaltina Toledo Faria Daolio	100,0	0,0	-	0,0	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1940	2º	6538	Antonio Guilherme Ribeiro	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14847	Jose de Almeida Rosa	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1062	Martha Sievert	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	9464	Nicolina Purchio Lucareli	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1229	Eugenio Toledo da Silva	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1233	Virgilio Zamperlim	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14776	Angelo Bortolosso	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8649	Jose Meneghel	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1075	Claudio Ungaretti	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	3º	6422	Jose Calligaris	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8498	Galdino de Moraes Alves	99,4	0,6	-	0,0	100,0
1940	1º	14872	Maria da Conceição e Joaquim Pedro	94,7	1,5	-	3,7	100,0
1940	1º	9481	Victorio Favaro	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14835	Jeronymo Braga	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1080	Solidea Ravagnani	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1241	Marcos Lorca Arroyo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	6427	Antonio Maria Maia	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4307	Albina da Encarnação	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1242	Celia Bacci	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4301	Helena Lauer	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1076	Calixto Elias	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	6426	Maria Bonin	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4324	Amélia de Oliveira	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1065	Benedita Maria Franco	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1433	Simão Jacinto Paes	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1074	Geralda de Lima	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1067	Adolpho Georgini	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14891	Polycarpo Mathias	82,0	18,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1236	Domingos Gay	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14837	Joao Butin	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4312	Guilherme Frederico Quitzau	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1234	Amabile Fantin	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1244	Amália Ferrari e Jose Ferrari	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1063	Primo Scarassati	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1454	Alberto Muller Pinto	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4306	Maria Bonifacio	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1240	Francisco Dias Moita	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1079	Sebastiao Tonholo e Virginia Tonholo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8496	Luiza Diazzi	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14905	Sebastiana Caytete	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1237	Santina Riolao Pedroni	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4309	Sebastiao Del Arco	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	1º	9479	Lazara Dias Bicalho	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1070	Jose Jorge	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1231	Julia Maria Jesuína	94,6	0,0	-	5,4	100,0

Ano	Of.	Processo	Inventariado(a)	Imóveis	Financeiro Estoques	Escravos	Outros Bens	Total
1940	5º	1232	Ricardo Jose Ribeiro	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	1º	14876	Mario Serra	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1235	Julia Rodrigues	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	1º	9450	Florisbela Teodora	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4302	Simeão Eufrosino e Adelaide Eufrosino	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1066	Amélia Terin	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4305	Luiz Lorca e Magdalena Lorca	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8484	Alzira Benatti	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1069	Maria Benedita da Conceição	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	3º	8489	Joao Boscolo	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1239	Josephina Minarello	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	2º	1071	Jose de Freitas	0,0	100,0	-	0,0	100,0
1940	4º	4310	Leonardo Soave	100,0	0,0	-	0,0	100,0
1940	5º	1445	Jose Von Zuben	90,7	9,3	-	0,0	100,0